

**CONTRIBUTO PARA A CARATERIZAÇÃO DA
CULTURA POLÍTICA EM SÃO TOMÉ E
PRÍNCIPE 1990 – 2018**
Caso do Distrito de Água Grande
Estudo exploratório

Miguel de Oliveira Gomes

Orientadora: Professora Auxiliar com Agregação Doutora Paula Maria Ferreira do Espírito Santo

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, na
especialidade em Desenvolvimento Socioeconómico

Lisboa
2020

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

CONTRIBUTO PARA A CARATERIZAÇÃO DA CULTURA POLÍTICA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE 1990 – 2018 Caso do Distrito de Água Grande Estudo exploratório

Miguel de Oliveira Gomes

Orientadora: Professora Auxiliar com Agregação Doutora Paula Maria Ferreira do Espírito Santo

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, na especialidade em Desenvolvimento Socioeconómico.

Júri:

Presidente:

- Doutor Heitor Alberto Coelho Barras Romana, Professor Catedrático e Presidente do Conselho Científico do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão, Professora Associada Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;
- Doutor Pedro Miguel Moreira da Fonseca, Professor Associado Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;
- Doutora Paula Maria Ferreira do Espírito Santo, Professora Auxiliar com Agregação Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa na qualidade de orientadora;
- Doutor Marco Lisi, Professor Auxiliar Nova FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
- Doutora Maria das Neves Ceita Batista de Sousa, Professora Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe.

Lisboa
2020

Dedicatória

Aos meus inesquecíveis pais:

Gabriel Lopes Gomes

e

Alice Borges de Oliveira

Agradecimentos

Os meus agradecimentos vão, antes de tudo, a Deus e aos meus pais que, como sempre, estiveram continuamente ao meu lado, em todas as circunstâncias, e, em cada momento da minha vida.

Várias pessoas contribuíram, direta ou indiretamente, para que este trabalho se pudesse realizar. A primeira pessoa a quem devo, não somente um, mas vários agradecimentos é a minha orientadora, a digníssima Professora Espírito Santo pela sua paciência, generosidade, carinho e dedicação que formam os elementos centrais sem os quais não poderia ter alcançado esta meta. A aposta que fez neste projeto de doutoramento, a liberdade intelectual que me proporcionou e o debate crítico que realizou comigo, nestes últimos anos, foram essenciais ao meu desenvolvimento intelectual e profissional. Fico grato, Professora, porque sempre esteve atenta ao meu crescimento, prevenindo-me para prováveis dificuldades e mostrando-me caminhos praticáveis e seguros onde pudesse ancorar as minhas ideias e projetos.

Devo ao Professor Catedrático Manuel Meirinho, que igualmente me encorajou e acompanhou desde início, a escolha do tema e a perseverança no trabalho. Ele, inúmeras vezes, proporcionou-me espaços onde pudesse realizar o “ofício do cientista social”, desde a prática docente até a formulação e coordenação de projetos de pesquisa. A si, o meu muito obrigado.

Os meus agradecimentos vão também para os meus Professores do ISCSP, da Universidade de Lisboa, com quem pude aprender muito a respeito das inúmeras possibilidades de abordagens científicas em teoria do desenvolvimento socioeconómico. Estes (as) Professores (as) são, para mim, exemplos de intelectuais e pesquisadores enquanto modelos ideais de profissionais.

Fui contemplado com uma bolsa de estudos do Instituto Camões com a qual pude realizar a minha investigação académica. Ao Instituto e aos seus colaboradores quero deixar aqui expresso o meu enorme reconhecimento.

Ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – ISCSP, minha “casa de formação”, e à Unidade de Coordenação de Ciência Política, agradeço pelo espaço institucional ideal para o meu desenvolvimento como pesquisador.

Expresso um agradecimento especial aos vários grupos de discussão no âmbito do meu trabalho de campo da minha pesquisa empírica, pela disponibilidade e preciosa contribuição dada.

Ao Olinto Daio faltam-me palavras para exprimir o meu agradecimento. Com ele pude aprender muito a respeito da vida, da perseverança e de superação e vontade de saber. Desde que nos conhecemos foi e é um verdadeiro irmão que ganhei da vida.

Os meus irmãos, irmãs, sobrinhos, sobrinhas e toda a minha família sempre me proporcionam ambiente amoroso e amigável, no qual me sinto amplamente amparado. A eles os meus fraternos agradecimentos.

De igual maneira, os meus mais profundos agradecimentos vão para Naila Cravid Neto Correia Gomes, que é o grande amor da minha vida. Ela, a cada dia e instante, proporciona-me os momentos mais felizes que posso pretender. Com ela a vida se torna mais fácil e valiosa. Sem ela nada disto poderia ser dito e concretizado.

Faltam-me palavras de agradecimento aos meus filhos Natanael Correia Gomes e Nataniel Correia Gomes. Sendo eles uma bênção divina na minha vida trouxeram-me mais motivos e alegria de viver. Com eles a vida tem mais sentido e mais esperança.

Aos meus amigos que, apesar de não terem tido nenhum acesso a meu trabalho, contribuíram com a atmosfera fraterna que sempre rodeia os nossos encontros. Com eles (as) aprendo muito sobre outros aspetos da vida que ultrapassam conhecimentos teóricos e científicos.

Resumo

A cultura política é um conceito rico em perspectivas epistemológicas, ideológicas e culturais. A cultura política indica um amplo campo de pesquisa e debate, abrindo caminho à reflexão das atitudes e comportamentos dos cidadãos, do grau de confiança sobre as instituições políticas, da avaliação das políticas das instituições, identidades partidárias e do estudo dos conflitos políticos. O conceito de cultura cívica foi introduzido pela obra fundacional *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five countries*, de Gabriel A. Almond e Sidney Verba, publicada em 1963. A cultura cívica centra-se nas atitudes e orientações dos cidadãos em relação aos assuntos políticos: *o termo cultura política refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao regime político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública* (Almond e Verba, 1989, p. 12). É este conceito que adotamos nesta pesquisa.

Esta investigação tem como objeto de estudo apresentar um contributo para a caracterização da cultura política em São Tomé e Príncipe (STP) de 1990 a 2018, adoptando como campo de estudo o Distrito de Água Grande. Trata-se de um estudo exploratório. O seu objetivo geral é o de identificar e analisar o tipo da cultura política predominante em São Tomé e Príncipe, e investigar se a abertura democrática gerou bases para o desenvolvimento de uma cultura política participativa e democrática.

A pergunta de partida que orientará este estudo é: qual é o tipo da cultura política predominante em São Tomé e Príncipe? Para responder a esta pergunta e atingir o objetivo traçado utilizaram-se as técnicas do *focusgroup* e da análise do conteúdo. Propomo-nos estudar o tipo de cultura política predominante na sociedade são-tomense. Para tal, o conceito de cultura política é operacionalizado como um fenómeno permanente, ativo e que dá configuração à atividade quotidiana dos cidadãos, com impacto na maneira como estes cumprem os seus deveres, assumem os seus direitos ou reivindicam as suas necessidades não atendidas (Santo, 2011).

Como resultados esperados pretendemos identificar o tipo de cultura política predominante em São Tomé e Príncipe, tendo em conta os atores principais do regime político são-tomense, ou sejam, as elites políticas, as instituições políticas e, mais concretamente, o poder político, os partidos políticos, a comunicação social, as igrejas e os tribunais.

O trabalho encontra-se dividido em duas partes. A primeira é a parte teórica onde é feita a

revisão da literatura dos principais conceitos e orientações teóricas desta investigação. A segunda parte deste trabalho de investigação baseia-se na análise dos resultados dos diferentes *focusgroups* realizados os quais foram divididos em três grupos: elites, jovens universitários e jovens “comuns”. Propusemo-nos estudar os são-tomenses e auscultá-los sobre o seu contexto no plano da cultura política. O guião de entrevista que serviu de base aos *focusgroups* foi baseado no formulário do projeto internacional World Values Survey (WVS), o qual foi adequado e enriquecido com as tendências expressas durante as reuniões-discussão dos vários focusgroups.

Na discussão dos resultados reflete-se acerca das culturas políticas presentes em São Tomé e Príncipe, a existência de traços das três culturas políticas, identificadas em Almond e Verba, havendo, no entanto, maior afirmação no plano dos traços da cultura política de sujeição, com traços de cultura política assertiva, de acordo com o pensamento de Dalton e Wezel.

Palavras-chave: cultura política, democracia, desenvolvimento socioeconómico, partido político, elites e elites políticas.

Abstract

Political culture is a concept rich in epistemological, ideological and cultural perspectives. It indicates a broad field of research and debates, which takes into account the attitude and behaviors of citizens, the degree of trust of society, acceptance or refusal of political actions of institutions, party identities and the unleashing of political conflicts. According to Almond and Verba published in 1963, the term political culture refers to specific political orientations and attitudes towards the political system, its various parts, and the role of citizens in public life. It is this concept that we adopted in this research.

The purpose of this research is presents a contribution to the characterization of the political culture in Sao Tome and Principe (STP) from 1990 to 2018, adopting as a field of study the District of Água Grande. It is an exploratory study. The object of this study is the political culture of the santomean elites, and its general objective is to identify and analyze the type of political culture prevailing in São Tomé and Príncipe (STP) and to investigate whether if democratic openness has created a basis on which a democratic political culture is flourishing together with a participatory and democratic political culture.

This study's guiding question focuses on what type of political culture prevails in São Tomé and Príncipe? To answer this question and achieve the goal outlined, we use the focus group technique and the content analysis applied according to the methodology. We propose to study the type of prevailing political culture in São Tomé society. To this end, the concept of political culture is operationalized as a permanent concept and phenomenon that gives shape to the daily activity of citizens, with an impact on the way in which they perform their duties, assume their rights or claim their unmet needs (Santo, 2011).

We intend at the end of the paper, identify the type of political culture prevalent in São Tomé and Príncipe, taking into, taking into account the main actors of the santomean political system, that is, its elites politics and political institutions, such as: political power, political parties, the media, churches and the courts.

The work is divided into two parts. The first is the theoretical part where the literature review of the main concepts and theoretical orientations of this investigation is carried out. The second part of this research work is based on the analysis of the results of the different focus groups carried out, which were divided into three groups: elites, university students and “ordinary” young people. We set out to study Sao Tome and listen to them about their context

in terms of Sao Tome's political culture. The interview guide that served as the basis for the focus groups was based on the form of the international project World Values Survey (WVS), which was adequate and enriched with the trends expressed during the discussion meetings of the various focus groups.

In the discussion of the results, it is reflected about the political cultures present in São Tomé and Príncipe, the existence of traces of the three political cultures, identified in Almond and Verba, with, however, greater affirmation in terms of the political culture traces of subjection, with traces of assertive political culture, according to the thinking of Dalton and Wezel.

Key words: political culture, democracy, socioeconomic development, political party, elites and political elites.

Siglas

ADI - Ação Democrática Independente

APD - Ajuda Pública para o Desenvolvimento

BAD - Banco Africano de Desenvolvimento

BCSTP - Banco Central de STP

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CGN - Confederação Democrática Nacional

CIAD - Centro de Investigação e Análises de Políticas para o Desenvolvimento

CÓDÓ/MRN - Coligação Democrática da Oposição

CRDSTP- Constituição da República Democrática de STP

FDC - Frente Democrática Cristã

FMI - Fundo Monetário Internacional

GISTP- Guia do Investidor para STP

GSTP - Governo de STP

INE - Instituto Nacional de Estatísticas

MCI - Movimentos dos Cidadãos Independentes de São Tomé e Príncipe

MDFM-PL - Movimento Democrático Força da Mudança – Partido Liberal

MEI - Microestados Insulares

MLSTP-PSD - Movimento de Libertação de STP - Partido Social Democrata

MOE - Missão de Observação Eleitoral

MSD- PV - Movimento Social Democrata – Partido Verde

MUD-STP- Movimento Unido para o Desenvolvimento de STP

NEPAD - Nova Parceria para o Desenvolvimento de África

OLD - Ordem Liberal Democrata

OPLOP - Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa

PAE - Programas de Ajustamento Estrutural

PCD-GR - Partido de Convergência Democrática – Grupo de Reflexão

PEIVD - Pequenos Estados Insulares em Vias de Desenvolvimento

PEPS - Partido de Estabilidade e Progresso Social

PND - Plataforma Nacional para o Desenvolvimento

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PR – Presidente da República

PSL -Partido Social Liberal

PTS - Partido Trabalhista São-tomense

STP - São Tomé e Príncipe

PTST - Partido de Todos os São-Tomenses

PV - Partido do Povo

UA - União Africana

UDD - União dos Democratas para Cidadania e Desenvolvimento

UNDP - União Nacional para Democracia e Progresso

Glossário

Boquitas: mulheres amantes.

Chiquilá: Prática mensal ou semanal de troca de um montante monetário, entre várias pessoas, feita entre si.

Fenómeno banho: Compra de votos. Dar “banho” ou tomar “banho” é uma expressão que se utiliza em São Tomé e Príncipe para significar o facto de os candidatos às eleições, durante a campanha eleitoral, comprarem os votos dos eleitores.

Forro: natural de São Tomé e Príncipe. É também o crioulo falado em São Tomé e Príncipe.

Papo: Palavras vazias mas sedutoras

Uechaismo: Significa literalmente olho cheio inveja do que o outro possui e faz de tudo para possuir o que tens. Vem da palavra wê (olho) xa (cheio). Colocou-se o ismo para demonstrar que esta realidade enraizou-se na sociedade são-tomense.

Xingar: insultar, ofender, enxovalhar.

Índice

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Siglas	ix
Glossário	xi
Lista dos quadros	xv
Introdução	1
1.1. Problemática	8
1.2. Metodologia	18
1.3. Limitações à investigação	27
1.4. Estrutura do trabalho	28
PRIMEIRA PARTE: REVISÃO DA LITERATURA	31
CAPÍTULO 1: DA CULTURA POLÍTICA À QUALIDADE DA DEMOCRACIA: CONCEITOS-CHAVE	32
2.1. Cultura política	32
2.2. Elites políticas	38
2.3. Confiança e desconfiança	42
2.4. Instabilidade política	45
2.5. Qualidade da democracia	48
CAPÍTULO 2: CULTURA POLÍTICA SÃO-TOMENSE	52
2.1. Razões históricas da cultura política são-tomense	52
2.2. Regime colonial	53
2.3. Sistema de partido único ou o monopartidarismo	54
3.4. Abertura democrática	60
2.5. Tipos de cultura política no contexto sociopolítico são-tomense	65
CAPÍTULO 3: GEOPOLÍTICA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	68
3.1. Contextualização	68
3.2. Território e fronteiras de São Tomé e Príncipe	69
3.3. Importância do mar para São Tomé e Príncipe	70
3.4. Demografia de São Tomé e Príncipe	75

3.5. Conceito de desenvolvimento socioeconómico	75
3.6. Insularidade e o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe.....	80
3.7. Desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe	83
CAPÍTULO 4 : DEMOCRACIA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	90
4.1. Contextualização	90
4.2. Consolidação da democracia	92
4.3. O processo de democratização em São Tomé e Príncipe	95
4.4. Democratização e instituições em São Tomé e Príncipe	99
CAPÍTULO 5: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	104
5.1. Noção de participação política.....	104
5.2. Cidadania política	108
5.3. Participação política em São Tomé e Príncipe.....	110
CAPÍTULO 6: PARTIDOS POLÍTICOS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	116
6.1. Instabilidade e partidos políticos.....	116
6.2. Xadrez partidário em São Tomé e Príncipe	121
PARTE II: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	127
1.1. Enquadramento	127
1.2. Metodologia	128
CAPÍTULO 1:ANÁLISE DO ESTADO DA CULTURA POLÍTICA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	
135	
1.1. Interesse pela política	135
1.2. Avaliação sobre a importância do voto	137
1.3. Confiança nas instituições	141
1.4. Estudo do regime político.....	149
CAPÍTULO 2: ANÁLISE DA DEMOCRACIA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	157
2.1. Caracterização do nível da democracia em São Tomé e Príncipe.....	157
2.2. Apreciação da perceção das características essenciais da democracia.....	160
2.3. Estudo sobre a evolução da democracia em São Tomé e Príncipe.....	170
2.4. Principais obstáculos na consolidação democrática e do desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe.....	175
CAPÍTULO 3: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.....	186
3.1. Análise da política em São Tomé e Príncipe	186
3.2. Principais causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe	190
3.3. Avaliação da ação das elites partidárias	203
3.4. Avaliação da confiança nas elites políticas.....	206

CAPÍTULO 4: ESTUDO DE CONCEÇÕES DOS PARTIDOS POLÍTICOS	210
4.1. Importância dos partidos políticos	210
4.2. Principais papéis dos partidos políticos na democracia de São Tomé e Príncipe.....	212
4.3. Análise do desempenho das elites partidárias.....	216
4.4. Conclusões e resultados dos <i>focugroups</i>	218
CONCLUSÃO.....	221
Referências bibliográficas	226
ANEXOS.....	246
1. Guião do focusgroup	246
2. Transcrição das entrevistas do focusgroup.....	250

Lista dos quadros

Quadro 1: Lista dos Governos Constitucionais de 1991 a 2018.....	10
Quadro 2: Instabilidade política em São Tomé e Príncipe	12
Quadro 3: Nomes dos participantes nos focusgroups	25
Quadro 4: Eleições presidenciais em STP.....	52
Quadro 5: Partidos políticos que surgiram nas eleições legislativas em 2014 e 2018	102
Quadro 6: Realização das eleições no período de 1991 a 2018.....	112
Quadro 7: Partidos políticos em São Tomé e Príncipe.....	122
Quadro 8: Categorias, os indicadores e as unidades de análise	130
Quadro 9: Síntese das intervenções na categoria e nos indicadores sobre ação política das elites	131
Quadro 10: Síntese das intervenções na categoria e nos indicadores sobre as causas da instabilidade política.....	132
Quadro 11: Síntese das intervenções na categoria e nos indicadores sobre os obstáculos à consolidação democrática	133
Quadro 12: Síntese das intervenções na categoria e nos indicadores sobre a importância dos Partidos Políticos.....	134
Quadro 13: Interesse pela política são-tomense	135
Quadro 14: Importância do voto.....	139
Quadro 15: Confiança nas Igrejas.....	142
Quadro 16: Confiança na comunicação social.....	144
Quadro 17: Confiança nos poderes políticos (Governo, Parlamento e Presidente)	146
Quadro 18: Confiança nos partidos políticos	147
Quadro 19: Confiança nos Tribunais	148
Quadro 20: Avaliação do regime político: ter um líder forte que não tenha de se preocupar com o Parlamento ou eleições.....	151
Quadro 21 Avaliação do regime político: ter um líder forte que não tenha de se preocupar com o Parlamento ou eleições.....	152
Quadro 22: Avaliação do regime político: ter um regime militar	153
Quadro 23: Avaliação do regime político: ter um regime político democrático	155
Quadro 24: Avaliação do regime político: ter um regime político democrático	158
Quadro 25: Apreciação da perceção das características essenciais da democracia: os Governos taxam os ricos e subsidiam os pobres	160
Quadro 26: Apreciação da perceção das características essenciais da democracia: as autoridades religiosas em última instância interpretam as leis.....	161

Quadro 27: Apreciação da perceção das caraterísticas essenciais da democracia: as pessoas escolhem os seus líderes em eleições livres.....	163
Quadro 28: Apreciação da perceção das caraterísticas essenciais da democracia: as pessoas desempregadas recebem ajuda do Estado	164
Quadro 29: Apreciação da perceção das caraterísticas essenciais da democracia: o exército assume o Governo quando este é incompetente	165
Quadro 30: Apreciação da perceção das caraterísticas essenciais da democracia: os direitos civis protegem as pessoas da opressão do Estado.....	166
Quadro 31: Apreciação da perceção das caraterísticas essenciais da democracia: o Estado torna o rendimento das pessoas igual	167
Quadro 32: As pessoas obedecem às suas regras.....	168
Quadro 33: Apreciação da perceção das caraterísticas essenciais da democracia: As mulheres tem os mesmos direitos que os homens	169
Quadro 34: Avaliação da evolução da democracia em São Tomé e Príncipe	172
Quadro 35: Avaliação da evolução da democracia em São Tomé e Príncipe	203
Quadro 36: Apreciação da confiança ou desconfiança nas elites políticas	207
Quadro 37: Os principais papéis do partido político.....	214
Quadro 38: Apreciação do desempenho das elites partidárias.....	216

Introdução

Esta investigação é um contributo para a caracterização da cultura política em São Tomé e Príncipe no período de 1990 a 2018, onde se inclui um estudo exploratório no distrito de Água Grande. São Tomé e Príncipe é um pequeno país insular, com 45 anos de existência como Estado, desprovido de uma economia sustentada, que procura consolidar a sua democracia e o seu desenvolvimento socioeconómico. Procuramos analisar os elementos essenciais da cultura política assim como o estado atual da democracia política são-tomense. Para tal, ela tem em conta os estudos feitos por outros autores que procuram explicações para a atual fase da política são-tomense na influência que a profunda crise económica teve nas instituições políticas, a instabilidade política, o esforço contínuo para a democratização do país e o seu tão almejado desenvolvimento socioeconómico sustentado.

As mudanças políticas e socioeconómicas verificadas em São Tomé e Príncipe de 1990 até hoje, tornam necessário pensar-se em estudos que aprofundem a adaptação do Estado às exigências da democracia atual. A compreensão da especificidade histórica de São Tomé e Príncipe é uma das condições para reconceituar o sentido da política e a natureza das relações sociais aí existentes, no seu processo de democratização. Nesta ótica, não é possível compreender a cultura política dos são-tomenses sem entender o ambiente em que os seus valores culturais se estruturaram. A percepção da particularidade histórica do Arquipélago ajuda a examinar de que forma se institucionalizou o poder político em São Tomé e Príncipe na Primeira e na Segunda República. Nesta tese, aferimos os conceitos-chave de cultura política, de elite política, de participação política, da confiança e desconfiança e da instabilidade política.

Refletir sobre a cultura política são-tomense, no processo do desenvolvimento socioeconómico e político, nas suas formas e expressões, remete-nos para o problema das relações estabelecidas entre valores, normas e atitudes que penetram e integram os comportamentos, direções e diretrizes políticas na sociedade são-tomense, em geral e das suas elites políticas, em particular. Desta forma, considerando a construção histórica deste país, a pesquisa restringe-se no entendimento do tipo da cultura política, na Segunda República, ou seja, de 1990 a 2018. A este propósito Nascimento (2015, p. 184) refere que:

qualquer abordagem das elites do arquipélago será muito preliminar e nas circunstâncias atuais, não se pode ir além de um texto exploratório acerca da difusa visão prevalecente sobre as elites e, daí, acerca do modo como, por exemplo, se encaram as possibilidades de afirmação da sociedade civil, as de participação política da população e, ainda, as possibilidades do próprio país.

Neste estudo procura-se ir mais além, procurando analisar o tipo da cultura política existente na sociedade são-tomense no Distrito de Água Grande e estudar como este tipo de cultura política tem influenciado ou não o desenvolvimento de uma cultura política democrática e participativa em São Tomé e Príncipe.

O preâmbulo da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe apresenta duas grandes razões para a abertura democrática: a fidelidade *ao dever patriótico de promover o desenvolvimento equilibrado e harmonioso de São Tomé e Príncipe*; e a *abertura do necessário espaço à participação de outras forças politicamente organizadas, com vistas ao aprofundamento da democracia, em prol da modernidade em São Tomé e Príncipe* (GSTP, 2003, p. 2).

A Segunda República, período que começou em 1990 com a abertura do país ao multipartidarismo, é o sinónimo, no contexto são-tomense, da abertura à democracia, isto é, à separação de poderes. Na constatação do relatório de desenvolvimento humano de São Tomé e Príncipe, (PNUD, 2014) esta mudança aconteceu devido à crise política e social no país que foi agravada pela crise económica e, deste modo, o governo no poder vê-se obrigado a mudar a sua conduta de então. São Tomé e Príncipe opta então pela alternativa de iniciar uma democracia pluralista. Esta opção provoca mudanças notáveis de ponto de vista institucional na esfera pública. Com a adoção de uma nova Constituição Política e outro regime em 1990 nasce o que se convencionou chamar de Segunda República.

A Constituição de 1990 consagrou os direitos políticos e cívicos e designou como fonte de poder a vontade do povo expressa em sufrágio direto e universal. Organizados os partidos políticos, em janeiro de 1991, realizaram-se as primeiras eleições legislativas, ganhas pelo Partido de Convergência Democrática – Grupo de Reflexão (PCD-GR).

O Estado de Direito Democrático é proclamado no Artigo 6.º da mesma Constituição nestes termos: 1. *A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um Estado de Direito democrático, baseado nos direitos fundamentais da pessoa humana.* 2. *O poder político pertence ao povo que o exerce através de sufrágio universal, igual, direto e secreto nos termos da Constituição* (GSTP, 2003).

O país, apesar de muitos constrangimentos estruturais, possui condições propiciadoras de êxito num sistema multipartidário: a inexistência de discórdias étnicas, religiosas e linguísticas é um exemplo. Todavia, a realidade política de um pequeno país como São Tomé e Príncipe é bem diferente. Condicionada pelas suas pequenas dimensões e pela insularidade, a vida social e política é marcada geralmente por uma mentalidade pacata e parca (Nascimento, 2015).

No país, muitos cidadãos conhecem-se pessoalmente e estão ligados por laços familiares, em que o distanciamento social e físico entre governantes e governados é curto e muitos cidadãos conhecem, em pormenor, a vida pessoal, familiar e social dos seus governantes e dirigentes. Neste contexto, as ações políticas são consequências, essencialmente, de relações pessoais baseadas no contexto e benefício individual e familiar, ao invés das relações institucionalizadas dominantes em sociedades de países grandes e desenvolvidos. Consequentemente, a política em São Tomé e Príncipe é fortemente personalizada, e as questões pessoais são frequentemente politizadas. Esta ideia é corroborada por Seibert (1995, p. 250) quando afirma: *todos sabem onde moram os membros do governo e muitos cidadãos conhecem pormenores da sua vida privada. Qualquer cidadão tem acesso fácil a um ministro ou ao próprio chefe do Estado... Neste contexto, até os partidos políticos são vistos como uma associação de socorro mútuo.*

O processo de construção da democracia são-tomense é complexo. A história e o tempo têm demonstrado que a democracia em São Tomé e Príncipe não trouxe a estabilidade governamental nem o desenvolvimento do povo são-tomense que, nesta Segunda República, tanto se almejava. A análise da situação existente, complementada pela experiência vivenciada, permitem-nos considerar este período como sendo, sobretudo, caracterizado por um período de demonstração da instabilidade governamental, de insucesso na governação, de degradação da economia nacional, de busca do poder sem respeito pelos princípios constitucionais¹.

O colonialismo teve um grande impacto na formação da sociedade são-tomense. Esta perspetiva teórica dominou o pensamento político são-tomense, durante cinco séculos, até a independência do país em 1975. A formação desta sociedade teria sido concebida em torno das grandes plantações coloniais de exportação. Terá sido nesse ambiente social que começaram a estruturar-se os valores culturais são-tomenses. Foi num tal meio social que se

¹ Esta ideia será demonstrada na segunda parte do trabalho feito com os participantes nos diferentes focusgroups.

organizaram os grupos sociais coloniais e que se admite terem sido estruturados os valores característicos dos forros são-tomenses. Segundo Armindo Espírito Santo (2013, p. 6)

foi nesse contexto, em torno da posse de terra, que se estruturaram os valores culturais dos forros, marcados por um conjunto de comportamentos para a obtenção de terra, designadamente tráfico de influências junto da elite forra, laços de dependência, subserviência, clientelismo, corrupção, intriga, bem como o excessivo desprezo pelo trabalho.

Para Nascimento (2008, p. 4) *nos derradeiros anos do colonialismo, o Estado tornou-se um promotor do bem-estar, por exemplo, através do alargamento das infraestruturas básicas como, por exemplo, as estradas e a canalização de água até às povoações.* Nesta óptica, as elites independentistas são-tomenses escolheram o Estado como promotor do desenvolvimento e da justiça social. Na análise deste processo não será difícil constatar a influência de um passado de instabilidade política e económica, bem como de um legado autoritário que tem obstaculizado a construção de uma cultura política verdadeiramente democrática ou/e participativa no país.

A maneira da convivência social dos são-tomenses, marcada pelo relacionamento familiar, pelo clientilismo e pela existência de uma política de base personalizada, influi grandemente na perceção da sua cultura política. Na perspetiva de Nascimento (2015, p. 182) *uma das razões do limitado pendor crítico dos intelectuais relativamente à ação dos governantes tem a ver com a expectativa de cooptação para cargos de responsabilidade política, onde se alcançam garantias de futuro de responsáveis políticos.*

O clientelismo aqui é definido como uma *aliança diádica vertical entre duas pessoas de estatuto, poder e recursos desiguais, onde cada uma delas julga útil ter um aliado superior ou inferior a si própria* (Papadopoulos & Vaner, 1989, pp. 4-5). A afinidade entre as duas partes é especificamente personalística e particularística, no sentido que é determinado numa *troca por favoritismo de diferentes tipos de recursos raros, principalmente instrumentais, económicos e políticos [...] mas também de promessas de lealdade e de solidariedade* (Eisenstadt & Roniger, 1981, p. 272). Todavia, é preciso fazer uma caracterização abstrata e genérica do fenómeno e acrescentar-lhe as especificidades resultantes das condições sociais em que o mesmo ocorre. Fernando Farelo Lopes (1993) refere-se de um “clientelismo de transição” e um “clientelismo tradicional”. Para ele, o primeiro sucede ao segundo e diferencia-se dele à medida que se caminha das últimas décadas do séc. XIX para o séc. XX.

Por causa da sua condição de insularidade, clima agreste e contingências políticas específicas, a cultura política da sociedade são-tomense foi tomando um estilo próprio, adaptando-se à realidade desta pequena ilha e do seu pequeno Estado. Conforme afirma Romana (1997, p. 193) *a falta de decisão política, os precários recursos técnicos e humanos e a inexistência de uma efetiva capacidade de organização administrativa, criaram condições favoráveis à emergência de sinais de anomia política.*

Reis (2000, p. 144) defende que *a questão da visão das elites não pode ser subestimada, pois o papel delas na formulação e implementação de políticas sociais é inquestionável.* Hoje, mais do que nunca, os cidadãos questionam a capacidade da liderança política e técnica das elites políticas são-tomenses e, por conseguinte, igualmente a indefinição de um modelo de desenvolvimento para o arquipélago. Segundo Nascimento (2015, p. 183)

numa perspectiva mais prosaica, a elite governamental empenha-se na sua reprodução e na preservação da sua hegemonia e das distâncias sociais. Com isso vem a laborar no reforço da sua posição económica, se necessário, à custa de lutas internas, e não forçosamente em nome de ideologias. Com isso, aliena a confiança por parte de uma população cada vez mais descrente dos políticos.

E acrescenta: em muitas circunstâncias, o enfraquecimento da elite política teve um grande reflexo na debilidade do projeto e da estratégia nacional.

O mesmo autor (Nascimento, 2015, p. 182) constata que:

na ausência de exemplos de práticas políticas e sociais mobilizadoras, não se distingue a elite, idealizada à luz de um papel de liderança política e social voltada para o futuro, do grupo de potenciais dirigentes políticos preocupados com a gestão do dia-a-dia. Daí, alguns inferem a inexistência de uma elite fora da área da governação ou na “sociedade civil”, enquanto o comum das apreciações se reporta aos dirigentes políticos e às questiúnculas partidárias.

Falta uma liderança política e um “modelo” de político a seguir. Para Marques (2014, p. 1) *os partidos políticos, esses, deixaram de ser exemplo e referência. Vivem em círculo fechado, avessos à mudança e à inovação, incapazes de atrair quadros de qualidade e de fazer um sério debate de ideias, crescentemente afastador dos sectores mais dinâmicos da sociedade.*

Do que se precede faz pensar que no país há uma falta de reflexão sobre si próprio assim como uma ausência de vontade das suas elites políticas partidárias em implementar uma reflexão prospetiva sobre as possibilidades de desenvolvimento sustentável e de promoção da equidade social. Esta ausência de reflexão é a consequência da falta de hábitos de discussão sobre a práxis política. No campo político, onde a elite são-tomense se concretiza e se afirma,

é que os dirigentes são-tomenses perseguem um estatuto de elite, ou seja, de ascensão na vida socioeconómica (Nascimento, 2015).

A busca deste estatuto, muitas vezes, é definida por uma ação política com pouca profundidade reflexiva, marcada pela suposta responsabilidade social e por normas nada deontológicas, embora não necessariamente em conformidade com uma conceção idealista de guia da sociedade e do Estado, na procura de um melhor futuro para o país e para os seus cidadãos. Segundo Trindade (2012, p. 2), *observando o comportamento dos detentores do poder, e até mesmo a sociedade civil, nota-se a carência dos valores morais, cívicos e até patrióticos, tudo pela ganância do poder e preocupados apenas em lapidar os escassos recursos que serviriam para tirar o país do marasmo em que se encontra*. Isso tem como consequência a alienação da confiança da população e uma descrença cada vez maior nos políticos. Na mesma ótica, Nascimento (2015, p. 184) afirma que *os esforços da elite difusa dos são-tomenses visaram a ação política e, acima de tudo, a apropriação do poder, durante os anos precedentes percebido como o mais poderoso mecanismo de enriquecimento e de ascensão social*.

A abertura à democracia trouxe a São Tomé e Príncipe novos desafios e, por conseguinte, para os seus dirigentes ou elites políticas. O arquipélago foi, juntamente com Cabo Verde, um dos primeiros países a abrir-se ao multipartidarismo em 1990. Todavia, a democratização não trouxe a estabilidade política tão almejada. A luta pelo poder, a falta de uma política de coesão e de comunhão não trouxeram a unidade nacional. As rixas e as guerras pelo poder trouxeram instabilidade política e, consequentemente, queda de governos.

Após a abertura política ao multipartidarismo, as energias e os esforços das elites são-tomenses dirigiram-se para a composição de novos partidos, alguns deles de parca representatividade social², sem nenhuma ação ou atividade social. Marques (2013, p. 1) diz: *... Esta situação é profundamente perniciosa. Os políticos vão-se desacreditando, a opinião pública vai reforçando o seu juízo de censura e a Administração Pública é abalada na sua imagem e prestígio*. Essa tendência não participativa dos cidadãos é o resultado de governos e

² Entre estes partidos temos: Confederação Democrática Nacional, Coligação Democrática da Oposição, Frente Democrática Cristã, Movimento Unido para o Desenvolvimento de Ordem Liberal Democrata, Partido de Estabilidade e Progresso Social, Plataforma Nacional para o Desenvolvimento, Partido Social Liberal, Partido Trabalhista São-tomense, União dos Democratas para Cidadania e Desenvolvimento e União Nacional para Democracia e Progresso.

de uma estrutura social que favorecem muito mais a desmobilização, a apatia e a inércia do que a participação do cidadão.

Na sua Carta aberta ao Supremo Tribunal de Justiça e ao Procurador-Geral da República, Moniz (2013, p. 1) declara: *é para mim cada vez mais confrangedor, em conversa com amigos e possíveis investidores no país, constatar, que STP se apresenta como ameaça pelo não funcionamento dos tribunais, não funcionamento do aparelho administrativo do Estado, pela falta de confiança nos políticos e, sobretudo, pela instabilidade governativa em que vivemos há anos.*

Esta situação de fragilidade das instituições de Estado tem duas grandes consequências na política são-tomense. Em primeiro lugar gerou-se um descompasso entre um sustentável desenvolvimento socioeconómico e uma paralisação do desenvolvimento político, materializado na ausência de uma cidadania organizada e eficaz na defesa de seus interesses. Ao colorário acima descrito juntou uma deficiente mediação entre Estado-sociedade, partidos políticos e instituições. A segunda consequência desse estado de coisas é a desorganização das instituições estatais.

Houve um período, particularmente na Primeira República, de 1975 a 1990, no tempo do partido único, em que a experiência política são-tomense podia ser qualificada pela predominância de formas autoritárias de governo, gerando, como consequência, uma restrição às possibilidades de uma participação política mais efetiva (Nascimento 2010). Nesta circunstância, o impacto do autoritarismo, ao longo de mais de uma década, não permitiu que se desenvolvesse um cenário no qual a ingerência da sociedade civil no Estado fosse significativa.

Segundo Nascimento (2015, p. 182), *ainda que parcialmente plasmados pela apreciação fulanizada da política, alguns comentários versam a circunstância de os dirigentes são-tomenses ignorarem a necessidade de uma reflexão prospetiva sobre, por exemplo, as possibilidades de desenvolvimento sustentável e promotor da equidade social.* Deste modo, um dos grandes problemas de São Tomé e Príncipe parece residir no facto de não existir uma elite política eficaz e preocupada com o desenvolvimento do país.

Para o mesmo autor (Nascimento 2015, p. 193), *dada a sua pobreza, muitos são-tomenses encontram-se arredados da cidadania, exceto no particular do direito de voto, de que parte substancial prescinde. Portanto, cava-se o fosso entre elite e a restante sociedade,*

acentuando-se os traços de disjunção social. Pode-se afirmar que o advento do multipartidarismo contribuiu para a democratização de São Tomé e Príncipe, se bem que as elites políticas, em particular, e a sociedade são-tomense, em geral, não estavam preparadas para a democratização do país. Esta situação não favoreceu a consolidação da democracia do país e, por conseguinte, o desenvolvimento de uma cultura política democrática e participativa. A consolidação da democracia, baseada numa cultura política participante, é um fator importante para o desenvolvimento socioeconómico e sustentável do país.

No que diz respeito ao enquadramento do estudo à realidade africana, concordamos com Cardoso (2002, p. 1) quando afirma:

As abordagens das sociedades africanas e das transformações sociais que nelas ocorrem têm sido perturbadas pela alienação a um tipo de análise que, em vez de privilegiar a compreensão do que realmente acontece, tem-se esforçado em vincular estas mesmas abordagens a teorias e conceptualizações formalmente reconhecidas, numa teimosa tentativa de legitimação do que sobre elas teriam escrito as ciências sociais ocidentais ou outras análises estabelecidas.

Para Cardoso (2002), perceber as sociedades africanas a partir de uma análise da estruturação do político, parece ser indispensável, se se partir do princípio de que uma análise sociológica em termos de classe é insuficiente para captar a complexidade das relações sociais em geral e das relações políticas em particular.

1.1. Problemática

O Arquipélago de São Tomé e Príncipe possui importantes recursos bionaturais económicos e humanos, tem enormes potencialidades, uma boa situação geoestratégica, uma natureza amena e uma calma social relevante. Contudo, na perspetiva de Barbosa (2001), o país tem muitos desafios e vulnerabilidades: o desenvolvimento das suas potencialidades, a estabilidade política, o fortalecimento da sua economia, redução da pobreza, a ameaça constante da mudança de fenómenos de desequilíbrio ecológico, entre outros. Na atual conjuntura económica e política em que o país se encontra e devido à sua situação geoestratégica, São Tomé e Príncipe precisa de aproveitar as suas potencialidades.

Após a independência, em 1975, São Tomé e Príncipe tornou-se num Estado monopartidário socialista. Em 1991 introduziu uma democracia multipartidária, constitucionalmente baseada num sistema semipresidencial. Na análise de Seibert (2002), o sistema democrático são-tomense funcionou normalmente, porém, foi afetado por uma instabilidade política frequente, incluídos dois golpes de Estado não sangrentos, em 1995 e em 2003.

A situação política de São Tomé e Príncipe, na Segunda República, é caracterizada por:

a) **Instabilidade política:** o resumo do relatório nacional de desenvolvimento humano em São Tomé e Príncipe de 2014, que tem como tema *a qualidade de liderança como fator inibidor da instabilidade política e promotor do desenvolvimento humano: o papel da Sociedade Civil e da Juventude* (PNUD, 2014 p.12) afirma: *a instabilidade política tornou-se em São Tomé e Príncipe num dos principais problemas identificados de forma recorrente para o desenvolvimento do país. Esta identificação é partilhada não só pelos próprios são-tomenses de distintos sectores sociais, políticos e económicos consultados, mas também por numerosos especialistas de entidades estrangeiras convidados a analisar a situação de São Tomé e Príncipe.*

O quadro (nº 1) indica a efetividade desta instabilidade de 1991 a 2018. São dezanove (19) os primeiros-ministros em 28 anos de democracia.

Quadro 1: Lista dos Governos Constitucionais de 1991 a 2018

Nº	Nome dos Primeiros-ministros	Início de mandato	Fim do mandato	Modo do mandato
1	Daniel Daio	7 /02/1991	16/05/1992	Eleito
2	Noberto Costa Alegre	16 /05/ 1992	2 /06/ 1994	Substitui o governo anterior
3	Evaristo de Carvalho	7 /06/ 1994	25 /10/ 1994	Não eleito
4	Carlos Graça	25 /10/ 1994	31 /12/ 1995	Eleito
5	Armando Vaz d' Almeida	31 /12/ 1995	19 /11/ 1996	Substitui o governo anterior
6	Raul Bragança Neto	19 /11/ 1996	5 /01/ 1999	Substitui o governo anterior
7	Guilherme Posser da Costa	5 /01/ 1999	18 /09/ 2001	Eleito
8	Evaristo de Carvalho	26 /09/ 2001	28 /03/ 2002	Não eleito
9	Gabriel Costa	28 /03/ 2002	7 /10/ 2002	Eleito
10	Maria das Neves	7 /10/ 2002	18 /09/ 2004	Substitui o governo anterior
11	Damião Vaz d' Almeida	18 /09/ 2004	8 /06/ 2005	Substitui o governo anterior
12	Maria do Carmo Silveira	8 /06/ 2005	21 /04/ 2006	Substitui o governo anterior
13	Tomé Vera Cruz	21 /04/ 2006	14 /02/ 2008	Eleito
14	Patrice Trovoadá	14 /02/ 2008	22 /06/ 2008	Substitui o governo anterior
15	Joaquim Rafael Branco	22 /06/ 2008	14 /08/ 2010	Substitui o governo anterior
16	Patrice Trovoadá	14 /08/ 2010	12 /12/ 2012	Eleito
17	Gabriel Costa	12 /12/ 2012	29 /11/2014	Substitui o governo anterior
18	Patrice Trovoadá	29 /11/ 2014	29 /11/2018	Eleito
19	Jorge Bom Jesus	29 de Novembro de 2018	Em exercício de Função	Eleito

Fonte: Elaborado pelo autor.

b) Crise na governação: o quadro anterior mostra que vários governos cessaram as suas funções sem cumprirem a legislatura pela qual foram eleitos. Depois da constituição em 1990 ser adotada, instalando consequentemente o regime multipartidário, emergem outros problemas que evidenciavam a fragilidade democrática do país demonstrado deste modo os conflitos existentes entre as várias forças políticas e as elites (Ceita, 2015). Em São Tomé e Príncipe, os governos são demitidos, quer por iniciativa do Presidente da República, quer pela Assembleia Nacional.

É de referir que o ex presidente Miguel Trovoadá, durante o período do seu mandato (dez anos), coexistiu com oito primeiros-ministros. Em média cada um destes Governos demorou

no poder cerca de um ano e três meses. O Presidente Fradique de Menezes, eleito democraticamente em 2001, não fugiu à regra do seu antecessor. Durante o seu mandato exonerou 9 Governos, alguns até com a maioria absoluta.

Na análise do Resumo do Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano em STP de 2014, tanto os próprios são-tomenses, os distintos sectores sociais, políticos e económicos consultados, como numerosos especialistas de entidades estrangeiras convidados a analisar a situação de São Tomé e Príncipe, identificam a instabilidade política como um problema crónico e

esta coincidência de opinião de cidadãos de diferentes sensibilidades resulta do facto de nenhum Governo ter sido capaz de cumprir quatro anos de mandato, revelando-se a situação agravada por uma crónica descontinuidade na implementação de políticas fundamentais – como as que mais afetam o desenvolvimento humano - que deveriam ser de longo prazo (PNUD, p 12).

Segundo Caller (2014, p. 8), *deve-se sublinhar que esta incapacidade de dar continuidade às políticas não parece resultar de discrepâncias substantivas nem no diagnóstico dos principais problemas e necessidades de São Tomé e Príncipe, nem nas possíveis soluções que se propõem para resolvê-los da melhor maneira, com êxito.*

Quadro 2: Instabilidade política em São Tomé e Príncipe

Presidentes	Chefes do Governo	Partidos	Anos
Miguel Trovoada	Daniel Daio vence as primeiras eleições legislativas	PCD-GR	1991
	Demissão do governo e novo governo liderado por Norberto Costa Alegre	PCD-GR	1992
	Carlos Graça nomeado Primeiro-ministro	MLSTP-PSD	1994
	Tentativa de golpe de Estado		1995
	Raul Bragança lidera o governo	MLSTP/PSD	1996
	Guilherme Posser da Costa nomeado Primeiro-ministro	MLSTP/PSD	1999
Fradique de Menezes	Fradique de Menezes dissolve o governo do MLSTP-PSD e convoca eleições antecipadas		2001
	MLSTP-PSD ganha nas eleições antecipadas. Fradique de Menezes demite governo anunciando uma nova primeira-ministra, Maria das Neves	MLSTP/PSD	2002
	- Tentativa de golpe de estado - Revisão da Constituição		2003
	Maria das Neves é demitida pelo Presidente da República, Damião Vaz é nomeado para cargo do chefe de governo	MLSTP/PSD	2004
	Maria do Carmo Silveira como chefe de governo.	MLSTP/PSD	2005
	Tomé Vera Cruz eleito para chefe de governo.	MDFM/PL, PCD	2006
	Patrice Trovoada é nomeado Primeiro-ministro	ADI	2008
	Rafael Branco é nomeado Primeiro-ministro	MLSTP/PSD	
Manuel Pinto da Costa	ADI vence as eleições e Patrice Trovoada é nomeado Primeiro-ministro	ADI	2010
	Moção de censura contra o partido no poder ADI. Gabriel Costa é nomeado Primeiro - ministro	UDD	2012
Evaristo de Carvalho	ADI vence as eleições com maioria absoluta e Patrice Trovoada é nomeado Primeiro-ministro	ADI	2014
	ADI vence as eleições sem maioria absoluta. É nomeado Primeiro-ministro Jorge Bom Jesus	MLSTP e coligação PCD, MDFM/PL e UDD	2018

Fonte: Elaborado pelo autor

c) Degradação da economia nacional: já em 1997, Romana (1997, p.193) referia que *o subdesenvolvimento político em STP é resultante duma incipiente cultura política de participação, quase exclusiva de determinados “nichos sociais”, cumulativamente ao agravamento da situação económica do País e à disfunção das estruturas burocráticas do Estado conduziram, no decorrer de 1995, à deterioração do clima social e político.* O país

parece estagnado e a política levada a cabo não contribui para o seu desenvolvimento socioeconómico, pois *os são-tomenses enfatizam a ausência de um compromisso claro em relação a uma estratégia de desenvolvimento que seja respeitada pelos políticos, a não responsabilização dos dirigentes - que são vistos como carentes de sentido de Estado - e a falta de uma sociedade civil forte, responsável e ativa* (Caller, 2014, pp. 8-9).

d) Busca inconstitucional do poder: a luta pelo poder é uma realidade que não foge do que se vive em São Tomé e Príncipe. Para Trindade (2010, p. 1)

tal cenário vai se alastrando, onde os que se acham mais lúcidos descobriram a política como o meio mais fácil para atingir os seus fins inconfessos e subjugar os seus. Deixando de ser modismo, hoje, passou a ser moda nestes últimos tempos, onde observamos indivíduos ávidos de atingir o poder para se servir e satisfazer os seus caprichos, indivíduos que recorrem aos meios acima expostos, acompanhados pela difamação e ambições pessoais... Após a independência, São Tomé e Príncipe vive uma realidade sui generis, quer em nível das organizações políticas tradicionais como as mais emergentes; hoje, na realidade, essas organizações vivem grandes problemas de liderança, onde indivíduos oportunistas almejam o poder a todo custo, querendo somente ocupar cargos, como já dito. E, o mais agravante: alguns desses indivíduos estão ocupando as referidas posições nessas organizações há tanto tempo e nada fazem para progresso das mesmas, nem tampouco para o País.

Segundo Armindo Espírito Santo (2008), a demissão de vários governos não é o único problema da instabilidade política em São Tomé e Príncipe mas também a luta pelo poder para aceder os bens públicos e neste mesmo contexto tudo é possível inclusive recurso a alínea i) do artigo 76º da Constituição da República.

As crises políticas são-tomenses, nesta Segunda República, parecem ter, sobretudo, fundamento em questões de ordem cultural ainda não resolvidas na sociedade são-tomense. Trata-se da existência de valores culturais que foram estruturados na sociedade *forra*, durante cinco séculos, desde o tempo da colonização, sendo que esses valores foram aprofundados no período pós-independência, enquanto outros, novos, foram sendo introduzidos. Esta conceção é partilhada por Armindo Espírito Santo (2012) ao afirmar que o ambiente social em que se estruturou a sociedade *forra*, fez emergir valores culturais que ainda hoje são dominantes na nova sociedade *forra* pós-independência. A esses juntaram outros valores do período pós-colonial: o clientelismo, a subserviência, a dependência, tráfico de influências, a intriga, a inveja, o excessivo desprezo pelo trabalho, a crença excessiva no oculto, o espírito de fatalidade, a crença divina, o furto, a corrupção, o individualismo, a mendicidade e esquemas para obtenção de vantagens pessoais ou partidárias.

De acordo com este estudo³, tanto os políticos como a população sustentam que é importante atingir a estabilidade política e o desenvolvimento socioeconómico em São Tomé e Príncipe. Almejam ainda um governo que atue contra a corrupção, apostado no progresso e no diálogo; uma oposição parlamentar responsável e um sistema de justiça que funcione com transparência. Para Romana (1997, p. 200), *parece não haver fatores de mobilização à volta dum objetivo de mudança no sentido da procura de afirmação de uma identidade própria plasmada, por exemplo, no objetivo de atenuar a profunda crise socioeconómica. Cada dia que passa há menos credibilidade na política e na maneira de governar.*

Verifica-se uma prática recorrente de expulsão de mandatários no meio de seus mandatos, ou seja, a queda de vários governos⁴, ao longo destas duas décadas, de 2000 à 2018, de democracia. Se, por um lado, as quedas dos governos podem ser interpretadas como um processo eficiente de fiscalização política e uma modalidade de participação política da sociedade, o que não é o caso de São Tomé e Príncipe, por outro, parecem ser um sintoma da falta de credibilidade e legitimidade dos mandatários e das instituições políticas, pontualmente os partidos políticos.

O que Baquero (2008, p. 381) identificou para o caso de Brasil também se aplica para São Tomé e Príncipe:

É inegável que os avanços na engenharia institucional são essenciais para a construção de uma cultura política participativa, uma sociedade sem regras está fadada ao caos e a práticas políticas deletérias para a democracia. No entanto, atribuir um peso exclusivo a regras, instituições e procedimentos, em detrimento da compreensão do papel que a história, a cultura política e o próprio ser humano exercem na configuração das representações políticas dos cidadãos, pode subestimar os obstáculos existentes para alcançar uma democracia plena.

A formação e a vontade dos políticos que governam, a organização e a estruturação dos partidos políticos, a capacidade de fazer oposição, a comunicação social que intermedeia o poder político, a política judicial implementada, a competência dos deputados e do próprio cidadão que decide quem governa são de capital importância. Nesta ótica, Baquero e Linhares (2011, p. 95) afirmam que

³ Ver mais adiante, na segunda parte, os resultados do estudo empírico realizado, baseado na concretização de nove (9) focusgroups.

⁴ Mais adiante falaremos desta instabilidade. Porém, em vinte e oito anos de democracia, São Tomé e Príncipe já teve 17 governos. Só o XVIº governo, liderado pelo Primeiro-ministro Patrice Trovoada, tendo a maioria absoluta, chegou ao fim do seu mandato, o que é inédito em São Tomé e Príncipe. A instabilidade governamental teve o seu maior destaque na presidência do Fradique de Menezes que, em dez anos, demitiu 9 governos, entre 2001 e 2010.

atualmente, a Ciência Política continua preponderantemente a enfatizar que as instituições políticas, principalmente os partidos, são essenciais para o fortalecimento democrático. Se, por um lado, este posicionamento é quase unânime, por outro, não há um consenso sobre a qualidade e a influência que os partidos têm tido na promoção de uma cultura política mais democrática ou mais participativa.

A partir de 1990 começou uma nova era com a abertura ao regime democrático, com normas e procedimentos que ordenaram a vida política, eleições regulares e pluripartidarismo. Apesar dessa abertura ao multipartidarismo, seria um equívoco sugerir que existe cultura democrática assente em aspetos procedimentais, visto que a participação política formal não se tem traduzido numa cultura política democrática e participativa e, por conseguinte, num desenvolvimento socioeconómico sustentado do país. Romana (1997, p. 200) ressalta que *a II República, com o advento do multipartidarismo e com a revitalização da elite política, não mostra, contudo, deter capacidades para inverter o quadro de subdesenvolvimento geral do país*. Marques (2014, p. 2) confirma esta situação ao sustentar que

o crescente alheamento dos cidadãos em relação à vida política; o continuado afastamento dos eleitores relativamente à realidade partidária; há cada vez maior dificuldade de atrair pessoas de qualidade, competência e mérito a vida política; os elevados níveis de abstenção que os sucessivos atos eleitorais vão registando; as progressivas suspeições que se vão gerando em relação aos políticos; a convicção de que não há uma cultura de responsabilização dos eleitos perante os eleitores - todos são, entre vários outros, sintomas de uma degradação política que mina a qualidade da nossa democracia.

Na perspetiva de Nascimento (2015, p.192), *vale a pena lembrar que, em vários períodos da história do arquipélago, se encontram episódios de manipulação das instituições para neutralizar adversários. Tal também parece suceder atualmente com a instrumentalização do Estado para aumentar vantagens e arredar adversários*. Deste modo, pode-se dizer que nesta Segunda República, desde a democratização do país, o que mais caracteriza a política das elites são-tomenses é a disputa pelo poder para poder neutralizar os adversários, política, social e economicamente e não para prosseguir e salvaguardar o interesse nacional, do país e das populações.

No país, embora o regime democrático seja aceite na sua globalidade, o problema mais sério e importante diz respeito à consolidação da sua democracia. Deste modo, podemos dizer que falta consolidar a democracia são-tomense. Esta afirmação será demonstrada na segunda parte desta investigação.

A institucionalização da democracia de qualidade ou a consolidação democrática é um desafio para São Tomé e Príncipe. Sem ela, o desenvolvimento socioeconómico apresenta-se

desfasado. Neste sentido Morlino (2007, p. 4) assegura que *uma democracia com qualidade é uma boa democracia, a qual é, antes de mais nada, um regime amplamente legitimado e, portanto, estável, e com o qual os cidadãos estão plenamente satisfeitos. Nesse tipo de democracia, os cidadãos mostram respeito e obediência às regras vigentes (the rule of law).*

Segundo algumas contribuições, não há evidência empírica de que a democracia gere crescimento económico (Przeworski & Limongi, 1993). Para outros, é a qualidade das instituições que influencia o desempenho económico ao longo prazo (Acemoglu, Johnson e Robinson, 2001). Essas divergências podem ser atribuídas ao que Dahl (2000, p. 3) se referia como um problema de mensuração democrática, pois a democracia *tem diferentes significados, para diferentes pessoas em diferentes contextos e lugares*. Dahl (1997), um dos principais precursores da teoria pluralista da democracia, postula que a democracia é um ideal impossível de se realizar na prática. O que existe, na sua opinião, são “práticas reais” ou “poliarquias”, ou seja, combinações de lideranças com controlo dos não líderes sobre os líderes.

O argumento de Dahl (1997) sobre *poliarquia* pode tornar-se ponto de referência para compará-la com o funcionamento atual da democracia em São Tomé e Príncipe. Nas chamadas novas democracias da terceira onda (Huntington, 1994), dentro das quais o arquipélago se encerra, o mercado tem assumido papel central nas relações económicas, políticas e sociais. Todavia, dentro do modelo de desenvolvimento transnacionalizado, essas democracias coexistem com práticas políticas tradicionais, as quais debilitam as instituições, inflacionam o poder do presidencialismo propiciando uma afinidade assimétrica de poder entre o legislativo e o executivo, colocando a sociedade numa situação de subordinação que não permite a construção de uma cultura política participativa e de natureza crítica. Estes fatores incidem diretamente não só na qualidade da democracia, mas, mormente, colocam em perigo a legitimidade e a credibilidade do sistema democrático vigente. A este propósito, este estudo sugere que os cidadãos das novas democracias têm uma boa compreensão dos ideais democráticos, porém têm predisposições negativas em relação ao desempenho dos novos regimes, principalmente se comparados com os do passado.

A aparência externa de uma democracia processual estável no Arquipélago de São Tomé e Príncipe omite uma comunidade civil ainda frágil. Permanecem em São Tomé e Príncipe obstáculos para realizar os objetivos de igualdade, de justiça e de liberdade, pressupostos recomendados pela democracia processual, produzindo-se em relação a essas instituições uma

incongruência entre instituições formais e predisposições negativas. Esta realidade tem vindo a agravar-se e assume contornos que suscitam fundadas preocupações. Marques (2014, p. 2) defende que *o inquietante mesmo é a tendência que se instalou na nossa sociedade e que leva a que os melhores quadros, os mais honestos, optem por preferir outras atividades e carreiras a qualquer tipo de participação política.*

Os partidos políticos são-tomenses têm funções substanciais no desenvolvimento de uma cultura política participativa e democrática do país: a de orientar ou entremear os interesses e procura de meios para transformá-los em estratégias políticas eficientes.

1.1.1. Pergunta de partida

Esta investigação procura centrar-se na resposta à seguinte pergunta de partida: qual é o tipo da cultura política predominante em São Tomé e Príncipe?

As perguntas derivadas são: quais são as causas da instabilidade política no arquipélago de São Tomé e Príncipe? Qual é a visão dos são-tomenses sobre os partidos políticos? Estas perguntas serão respondidas ao longo da pesquisa.

1.1.2. Objetivos do trabalho

Com base no quadro teórico e conceptual, sinteticamente apresentado antes, e no contexto socioeconómico, cultural e político são-tomense, esta tese tem como objeto de estudo apresentar um contributo para a caracterização da cultura política em São Tomé e Príncipe de 1990 a 2018, à luz dos modelos de Almond e Verba (1963), e de Dalton e Wezel (2013), tendo por base o enunciado do *World Values Survey* (WSV), projecto e plataforma internacional presidida por C. W. Haerpfer.

O objetivo geral desta tese é identificar e analisar o tipo da cultura política predominante em São Tomé e Príncipe, tomando como campo do estudo o Distrito de Água Grande, e investigar se a abertura democrática gerou bases para o desenvolvimento de uma cultura política participativa e democrática.

Os objetivos específicos são os seguintes:

- Analisar a qualidade da democracia em São Tomé e Príncipe;

- Examinar a visão dos são-tomenses sobre os partidos políticos, as elites e as instituições políticas.
- Analisar o interesse dos são-tomenses pela política;
- Avaliar a participação política dos cidadãos são-tomenses.

1.2. Metodologia

Estudar a cultura política, as elites, instituições e a relação com a comunidade civil de São Tomé e Príncipe, na Segunda República, nas suas mais diversificadas componentes, implica um exercício metodológico que passará, necessariamente, pela conjugação de um conjunto de técnicas do processo científico. A metodologia é essencial num trabalho científico. Ela é o caminho e o meio pelo qual se alcança os objetivos de uma investigação. Segundo Paula Espírito Santo (2010, p. 11):

o método procura traduzir uma conceção global do planeamento de uma investigação que compreende, em primeiro lugar, um caminho de investigação apropriado e validado face a objetivos, meios, resultados esperados da mesma e contexto de implementação, incluindo a definição e implementação de conceitos e a formulação de hipóteses. A noção do método deve incluir também, em segundo lugar, o planeamento e concretização de uma ou mais técnicas e procedimentos.

Mingers (2001) reconhece a vantagem de servir-se da chamada multimetodologia que consiste numa mistura complementar de metodologias para as pesquisas multifacetadas, numa perspetiva de abordagem multidisciplinar. Segundo o autor (Mingers, 2001, p. 241): *a literatura recente sugere que os atores de desenvolvimento reconheçam cada vez mais as vantagens de usar uma mistura complementar de metodologias para pesquisas relacionadas com o desenvolvimento assim como a sua monitorização, a chamada multimetodologia. Assim sendo, há necessidade duma abordagem multidisciplinar e multifacetada, no que se refere a metodologias.*

Para Bessa (1993), o método não é uma fórmula rígida, uma receita a aplicar cegamente. É preciso adaptá-lo à realidade estudada e ser dinâmico. Apoiando nestas afirmações e tendo em conta a dimensão, os objetivos e o alcance desse estudo, esta investigação propõe utilizar substancialmente o método qualitativo sem descurar o método quantitativo que não se excluem mutuamente, ainda que difiram quanto à forma e à ênfase. Conforme Bryman (1995,

p. 109), *a distinção entre investigação quantitativa e investigação qualitativa é uma questão de mero carácter técnico, sendo que a escolha entre uma e outra apenas tem que ver com a sua competência para responder ao problema específico de investigação [...] de igual modo que outras decisões técnicas [...] como a decisão sobre as modalidades de construção de uma amostra estratificada.*

Os procedimentos na pesquisa científica referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se obtêm os dados. Gil (1999, p. 65) salienta que *o elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados.*

Para a elaboração desta tese utiliza-se o método qualitativo e a técnica de *focusgroup*, e a da análise de conteúdo. Numa pesquisa qualitativa, o ambiente é uma fonte direta de geração de dados, pois lidamos diretamente com os sujeitos que tiveram experiência com o problema ou objeto da pesquisa. Decidimos pela metodologia de natureza qualitativa, pois entendemos que nela o pesquisador busca compreender o processo social da problemática do seu estudo sendo (re)direcionado e avaliado ao longo de seu desenvolvimento. Segundo Creswell (2010), na investigação qualitativa as estratégias escolhidas têm enorme influência sobre os procedimentos. O pesquisador pode estudar o(s) indivíduo(s), explorar processos, atividades e eventos ou aprender sobre comportamento da cultura de indivíduos ou grupos. Para Demo (1995, p. 32) a pesquisa qualitativa mira nos *aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais*, pois enfatiza a interpretação do objeto, levando-se em consideração o contexto pesquisado.

Os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma melhor compreensão dos fenómenos. Segundo Luck (1970), a pesquisa qualitativa combinada ao método de pesquisa quantitativa pode ter bastante utilidade para o estudo de determinados assuntos. Este tipo de pesquisa traz-nos dados qualitativos importantes para o (re) direcionamento dos estudos, uma vez que não pretendemos confirmar ou refutar hipóteses mas levantar questões na elaboração dos instrumentos a serem aplicados.

A outra razão da escolha deste método é que ele adequa-se ao tipo do estudo que pretende-se fazer: um estudo exploratório. Para Espírito Santo (2010, p. 26), *os métodos qualitativos na área das ciências sociais são direcionados para procedimentos centrados na investigação em profundidade, conduzida de acordo com procedimentos regulares, repetidos, e levados a cabo, sobretudo, em períodos mais centrados no médio e longos prazos.* De acordo com a

autora (Santo, 2010, p. 26), *o objetivo destes métodos é o de permitir que a investigação possa recolher e refletir sobretudo aspetos enraizados, menos imediatos, dos hábitos dos sujeitos, grupos ou comunidades em análise e, simultaneamente, possa sustentar, de modo fundamentado na observação, a respetiva inferência ou interpretação dos seus hábitos.*

Em SãoTomé e Príncipe este estudo é uma primeira abordagem sobre o fenómeno da cultura política são-tomense, pois desconhecemos a existência de algum estudo realizado neste campo.

A caracterização do estudo como exploratório acontece quando há pouco conhecimento sobre o tema a ser estudado, pois a pesquisa concentra-se em algo que necessita de ser esclarecido ou explorado nesse campo do conhecimento sobre a cultura política são-tomense. Esse tipo de pesquisa é efetuado, particularmente, quando o objeto de estudo escolhido foi pouco explorado e o estudo a efetuar procura constituir-se como um pouco de partida e referência para hipóteses futuras de investigação. Por meio deste estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o tipo da cultura política predominante na sociedade são-tomense, de modo a torná-lo mais claro, contribuindo deste modo para o esclarecimento de questões superficialmente abordadas sobre o assunto e ao possível estabelecimento de hipóteses em estudos posteriores.

Gil (1999) refere que a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de garantir uma visão geral acerca de determinado assunto. A pesquisa exploratória tem por objetivo aprimorar hipóteses, validar instrumentos e proporcionar familiaridade com o campo de estudo. Constitui a primeira etapa de um estudo mais amplo, e é muito utilizada em pesquisas cujo tema foi pouco explorado, podendo ser aplicada em estudos iniciais para se obter uma visão geral acerca de determinados fatos (Gil, 2002).

Andrade (2001) ressalta algumas finalidades primordiais da pesquisa exploratória, como: proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar; facilitar a delimitação do tema de pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque sobre o assunto. Nesta ótica, explorar um tema, representa agrupar mais conhecimento e associar novas características, bem como buscar novas dimensões até então desconhecidas.

Segundo Prodanov & Freitas (2013), a pesquisa exploratória é quando a pesquisa se encontra na fase preparativo, tem como intuito facultar mais informações sobre a matéria que se vai

investigar, facilitando a sua definição e o seu delineamento, isto é, coadjuvar a demarcação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objectivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. O estudo exploratório adopta, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso.

Escolheu-se como o período temporal para a pesquisa, a época de 1990 a 2018, tempo caracterizado como a Segunda República na história sociopolítica de São Tomé e Príncipe. Corcordamos com Seibert (2018, p. 63) quando afirma:

a definição de um lapso temporal é importante, pois que, tal como a sócio-espacial, a proximidade temporal pode toldar a compreensão de inércias e de dinâmicas políticas e sociais relevantes. Se apegados ao epifenómeno, podemos tomar certos eventos como inflexões de monta e, contudo, subsistirem continuidades relevantes no curso das sociedades e na vida das pessoas. Por exemplo, apesar de a independência de São Tomé e Príncipe ter parecido uma mudança radical, determinadas facetas da vida política e social da era colonial como que se replicaram no pós-independência.

Para a realização da técnica *focusgroup* dividiu-se o trabalho em várias etapas: planeamento, condução das entrevistas, processamento dos dados, análise e interpretação dos resultados

1.2.1. Planeamento

Neste planeamento desenvolveu-se um plano cronológico, incluindo as atividades de desenvolvimento das questões, identificação das características dos participantes, obtenção da lista dos potenciais participantes, recrutamento dos participantes, realização das reuniões, transcrição, análise e redação da análise dos resultados.

O trabalho foi planeado para uma hora e trinta minutos, mas muitas vezes ultrapassou-se esse tempo devido à discussão acesa do debate e pela própria vontade dos participantes. Os tópicos da discussão do guião de entrevista foram organizados em um guião idêntico.

Durante a introdução fez-se uma breve apresentação dos tópicos de discussão e colocaram-se algumas regras básicas, como: o respeito pela opinião dos outros, o uso da palavra pelas pessoas por vez, a proibição de conversas laterais. Todos foram encorajados a falar. Muitas vezes não se conseguiu aplicar estas regras, sobretudo no grupo dos jovens universitários. Aos grupos foi comunicado que a sessão seria gravada e filmada. As sessões começaram com a apresentação dos participantes.

Seguindo a orientação de Mattar (1993), a reunião decorreu em ambiente agradável que estimulou a descontração e encorajou a participação de todos os presentes. Os encontros desenrolaram-se em diversos lugares, consoante a capacidade de deslocação.

Do ponto de vista da validade do estudo, investiu-se na clarificação dos procedimentos metodológicos utilizados, consciente da especificidade da análise do conteúdo em termos técnicos e, do ponto de vista da fidelidade da análise, perfilhou-se a importância de se clarificar o conjunto de estratégias metodológicas seguidas para a sua concretização (Santo, 2008).

1.2.2. Guião de entrevista

Preparou-se um guião de entrevista para a discussão no *focusgroup*, contendo os assuntos e temas específicos a serem tratados. Para a elaboração do guião de perguntas utilizou-se, parcialmente, o questionário do projeto internacional *World Values Survey* para a sua conceção. O mesmo foi submetido a várias revisões e foi testado antes da sua aplicação. A pesquisa empírica iniciou-se com a concepção do guião de entrevista do *focusgroup*.

A lista das questões incluiu, aproximadamente, quinze questões⁵, de vários tipos, cada uma com um propósito próprio. As questões foram abertas, questões-chave, questões-finais, questões-resumo e questão-final. Para facilitar o trabalho, formulou-se um objetivo para cada bloco de temas. No processamento dos dados e no processo de codificação das respostas utilizaram-se (com adaptações) as categorias das respostas do questionário do projecto WVS.

Para a realização dos *focusgroups* elaborou-se um guião de entrevista composto por 15 perguntas perseguindo quatro objetivos:

Objetivo 1 : Descrever o estado da cultura política em São Tomé e Príncipe;

Objetivo 2: Analisar a democracia em São Tomé e Príncipe;

Objetivo 3: Avaliar o funcionamento da política em São Tomé e Príncipe;

Objetivo 4: Examinar a conceção dos são-tomenses sobre os partidos políticos.

⁵ Para mais detalhes ver o guião das perguntas em anexos.

O guião da entrevista do *focusgroup* é destinado aos membros dos grupos, todos com idade superior a 18 anos. Por exigências de carácter científico e metodológico, situou-se o estudo num universo temporal entre 1990 – 2018.

O guião de entrevista para o *focusgroup* baseou-se, como já referido, no formulário do projeto internacional *World Values Survey*⁶. Além da base do guião, para a construção deste, contribuiu ainda a experiência, e contatos pessoais e profissionais do autor do estudo sobre a sociedade são-tomense. A aplicação da técnica de *focusgroup* permitiu reunir dados emitidos pelos participantes.

1.2.3. Participantes

Seguindo Morgan (1988), procurámos concentrar a escolha dos participantes nos segmentos da população capazes de fornecer informações mais significativas. Para tal, convidou-se e deu-se importância aos antigos dirigentes e àqueles que já ocuparam cargos políticos de destaque no país, visto terem maior experiência e conhecimento político. Os jovens universitários foram também convidados por terem uma visão crítica da realidade do país. E por fim, escolheu-se os jovens de várias camadas sociais para também poder colher informações transmitidas por eles.

Os participantes foram encorajados a discutirem em profundidade as suas ideias e os aspetos relevantes sobre o tema, sem se deixarem levar por tendências partidárias e políticas ou serem pressionados pela situação. Os participantes do *focusgroup* eram todos do distrito de Água Grande, ou seja, da cidade capital e arredores. A escolha dos participantes foi feita tendo em conta o objetivo de obter o entendimento dos mesmos sobre os tópicos de interesse da pesquisa. As sessões decorreram entre os meses de Maio a Novembro de 2016, em São Tomé.

A escolha dos participantes⁷ no estudo foi feita conforme o propósito da pesquisa. Além disso, foi considerada a necessidade de segmentar os participantes em categorias, como ideologia partidária, idade, religião, estatuto socioeconómico e sexo.

⁶ O WVS é um banco de dados que reúne diversas pesquisas realizadas em dezenas de países, com amostras de 1000 a 2000 pessoas, aleatoriamente escolhidas em cada país, abordando assuntos como: política, convivência, expectativas, religião, moral, comportamento, educação, renda, sociedade, trabalho. Trata-se de uma grande investigação sobre mudanças sócio-culturais e políticas, executada por uma rede global de cientistas sociais. Disponível em: <http://www.worldvaluessurvey.org>.

⁷ Todos os participantes autorizaram a sua identificação neste estudo.

1.2.4. Participantes dos *focusgroups*,

Os participantes do primeiro focusgroup foi constituído por pessoas com experiência política, que já foram presidentes dos diferentes partidos políticos, que ocupam ainda cargos no seio dos seus partidos políticos, que já desempenharam e desempenham ainda altos cargos políticos na sociedade são-tomense. O segundo grupo foi constituído pelos jovens que estão a frequentar ou já concluíram os estudos universitários. A grande maioria deles tem um emprego e uma situação social boa. Para a constituição do terceiro grupo foram escolhidos jovens sem emprego e com baixo nível de escolaridade.

O número dos participantes variou, segundo a categoria de cada grupo. Todavia, foi constituído num mínimo de oito e um máximo de 11 participantes. Deste modo, os grupos foram diversificados quanto às características dos participantes.

Constituiu-se três grupos homogéneos, ou seja, tendo em conta a equidade de género (homens e mulheres) e idade. Para o grupo 1, denominado elite do país, foram escolhidas pessoas com mais de 50 anos e com bastante experiência na vida política e social. Nem todos participaram em todas as sessões, por diversas razões: contratempo no dia do encontro, reuniões marcadas em cima da hora, doenças, etc. Por isso houve a necessidade de se fazer mais que três sessões. Para o grupo 2, chamado de jovens universitários foram convocados jovens de várias categorias sociais que frequentam ou já frequentaram a universidade e que estão a trabalhar em algumas instituições do país. A idade destes jovens varia entre os 22 e os 35 anos. E para o grupo 3 foram seleccionados jovens entre 18 e 25 anos, de diversos grupos sociais.

Quadro 3: Nomes dos participantes nos focusgroups

Grupo 1: Elite do país	Grupo 2: Jovens universitários	Grupo 3: Jovens comuns
Olégário Pires Tiny	Maiquel do Espírito Santo	Edy Fernandes
Maria Odete Aguiar	Carlos Barros Tiny da Cruz;	Adanilza Costa
Maria Fernanda Pontífice	João Paulo do Espírito Santo;	Rosindo Lima Baia Dê
Olívio Soares Diogo	Nádia Lina dos Santos Daio	Fausmiro Fernandes
Arlindo Afonso de Carvalho	Jamaiker Vaz de Almei da	Vandy Costa
Maria dos Santos Lima da Costa Tebús Torres	Annia Ceita Batista de Sousa	Kelve Neto Andrade
Carlos Quaresma Batista de Sousa	Maria Madalena Viana Cravid	Josimar Afonso
Maria de Cristo Costa Carvalho.	Ermindo José Loureiro	Cris Vera Cruz;
	Alda Andrade Vaz do Rosário	Yara Conceição
	Seldique Manuel Garrido	
	Alexander Santos	

Fonte: Elaborado pelo autor

1.2.5. Realização das reuniões dos focusgroups

Para a realização deste trabalho fizeram-se várias sessões do *focusgroup*, num total de nove: quatro sessões com o grupo das elites, três com os jovens universitários e dois com os jovens de várias categorias sociais.

As sessões foram realizadas em vários lugares para facilitar a deslocação e melhor enquadramento dos participantes. Para o grupo das elites, as sessões decorreram todas no Hotel Praia; para os jovens universitários, todos os encontros realizaram-se na sala da reunião do Instituto Superior Politécnico (ISP) da Universidade Pública de São Tomé e Príncipe (USTP); e para os jovens de várias camadas da sociedade as sessões aconteceram no salão paroquial da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Na obtenção da resposta às questões, cada participante disse algo sobre o tópico da pesquisa, sentindo-se confortável para falar sobre os temas abordados e com os outros. Verificou-se que

os participantes apresentaram perspetivas diferentes, o que tornou a discussão muito produtiva.

1.2.6. Transcrição das entrevistas e análise dos resultados

Para a organização dos dados do trabalho foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Conforme Espírito Santo (2010, p. 66), *a análise do conteúdo é uma técnica que visa a sistematização de informação, de acordo com a aplicação de processos de codificação, categorização e inferência permitindo um alcance analítico de natureza quantitativa e/ou inferencial, consoante os objetivos e técnicas em análise... Ela faz recurso de instrumentos conceptuais como as hipóteses, as categorias, os indicadores e as unidades de análise. A aplicação da técnica de análise de conteúdo implicou a transcrição prévia de todas as intervenções no *focusgroup*. A fim de atingir os objetivos, no âmbito de tratamento de dados, procedeu-se ao recorte e à codificação dos dados obtidos, como referido tendo em conta e adaptando as variáveis e categorias de resposta do projecto WVS.*

Na aplicação da técnica de análise de conteúdo, utilizou-se o tipo categorial assente, mormente, na dedução dos resultados, incidindo, deste modo, na sua perspetiva qualitativa. Como objetivo, pretendeu-se a sistematização das tendências de intervenção dos participantes.

Como referido, no que diz respeito ao processo de codificação, procedeu-se ao recorte das unidades de análise, compostas pelo tema. Assim, a regra de enumeração utilizada é de ordem qualitativa, isto é, a escolha das unidades de enumeração é centralizada no levantamento e análise da presença ou ausência de ocorrências com significado analítico, face aos objetivos propostos.

A construção do quadro categorial foi largamente suportada nas categorias de análise do questionário do projeto WVS. Mesmo assim, houve adaptações para que se acautelassem as cinco regras fundamentais que lhe conferem a sua fidelidade: exclusão mútua, a homogeneidade, a pertinência, a objetividade e a produtividade promovendo, assim, a sua flexibilidade e adaptação às particularidades e riqueza do *corpus* em análise (Bardin, 2009).

1.3. Limitações à investigação

Uma das limitações desta investigação é a escassez de bibliografia científica sobre o tema e o objecto do estudo. Apesar da escassez procuramos centrar-nos em fontes de origem internacional, com destaque para as fontes Portuguesas, Brasileiras e Africanas.

Outra das dificuldades foi convencer algumas elites a participarem na pesquisa e na realização do *focusgroup*. Muitos, particularmente os trabalhadores da função pública, recusaram o convite alegando o medo de perderem o emprego ou de serem perseguidos, apesar de o sigilo ter sido garantido. Outros só dariam a sua contribuição se fosse por escrito, implorando, mesmo assim, o anonimato e não recusando ser filmados.

Notou-se ainda alguma resistência e dificuldade em conseguir construir alguns dos *focusgroups* e, no caso, dos grupos da sociedade civil, alguma resistência em falar sobre a percepção que têm das elites locais. A outra grande dificuldade foi a transcrição das entrevistas. Muitas vezes, a falta de nitidez da linguagem fez com que o tempo da transcrição fosse ampliado. Estas dificuldades foram resolvidas ao colocar à vontade os entrevistados nas reuniões de grupo.

Outra limitação foi a opção por se efetuar o estudo empírico apenas no Distrito de Água Grande, em São Tomé. Apesar de, em termos ideais, poder ter sido benéfica a extensão do estudo à ilha de Príncipe e aos pequenos ilhéus do arquipélago, consideramos que, pela sua similitude social e económica, esta não inclusão não é suscetível de introduzir desvios significativos às principais tendências desta investigação.

O facto de ocupar uma posição privilegiada na sociedade são-tomense e pelas funções que exercia à altura do estudo (Pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e Chanceler da Diocese de São Tomé e Príncipe), o autor conseguiu ultrapassar ou minimizar alguma resistência por parte dos entrevistados. Esta sua função e categoria profissional permitiu também uma grande extensão e os múltiplos contatos privilegiados quer com as elites quer com a população, os quais foram baseados numa relação de grande confiança.

No final, os participantes, sobretudo os do grupo das elites, demonstraram a sua satisfação em dar as suas contribuições, por reputarem o tema interessante e inovador para a sociedade são-tomense.

1.4. Estrutura do trabalho

Em termos de estrutura, o trabalho está dividido em duas partes. A parte I trata da revisão da literatura. Nela, no primeiro capítulo, definiu-se os conceitos-chaves que orientarão esta pesquisa, e fez-se uma síntese histórica sobre os principais conceitos como: cultura política, elites políticas, partidos políticos, confiança e desconfiança e consolidação democrática.

O segundo capítulo, intitulado Cultura Política são-tomense faz-se uma resenha histórica das razões históricas da sua cultura política desde do regime colonial, passando pelo sistema de partido único e a abertura democrática, concluindo que em São Tomé e Príncipe existe os traços dos três tipos de cultura política segundo Almond e Verba, com a predominância dos traços da cultura política de sujeição. Isso permite demonstrar haver a institucionalização de uma cultura política fragmentada, de interesse pessoal, de enriquecimento fácil e de desconfiança, sobretudo nas instituições e nas elites políticas desde a abertura ao multipartidarismo em 1990 até 2018. Esta afirmação será confirmada com os vários focusgroups realizados, na segunda parte desta investigação.

O terceiro capítulo trata da geopolítica e desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe. O arquipélago de São Tomé e Príncipe tem uma área de 1001km² e faz parte das Pequenas Ilhas-Estado em Via de Desenvolvimento. Por isso está economicamente mais dependente do que os outros Estados e tem vários constrangimentos que limitam o processo do seu desenvolvimento socioeconómico.

O quarto capítulo analisa a democracia em São Tomé e Príncipe. Apesar de ser um país que organiza regularmente as eleições sem grandes convulsões sociais, muitos fatores impedem a estabilidade política e, por conseguinte, põem a democracia em perigo, travando, deste modo, a democratização do país e o seu desenvolvimento socioeconómico.

O quinto capítulo desenvolve a conceção dos são-tomenses sobre os partidos políticos e estuda a política em São Tomé e Príncipe. A importância desses partidos políticos na consolidação do processo democrático do país é significativa. À luz do estudo efetuado, concluímos que, todavia, questiona-se a sua finalidade e a sua razão de ser no arquipélago. Igualmente procura-se examinar alguns fatores de carácter histórico-estrutural que proporcionam uma visão contextualizada de como foram condicionadas as crenças e os valores em relação à política. Além de analisar o que os são-tomenses pensam dos políticos,

este capítulo analisa também as principais causas da instabilidade política de São Tomé e Príncipe.

Na parte I tem seis capítulos: Capítulo I: Conceitos chaves; capítulo 2: Cultura Política são-tomense; capítulo 3: Geopolítica e desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe; capítulo 4: Democracia em São Tomé e Príncipe; capítulo 5: Participação Política em São Tomé e Príncipe; e Capítulo 6: Partidos políticos em São Tomé e Príncipe.

A parte II, intitulada análise e discussão dos resultados, faz a apreciação de resultados com base na aplicação da técnica do focusgroup. Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo para poder sistematizar o conteúdo do trabalho realizado. Finalmente, faz-se um levantamento das principais conclusões a que se chegou.

Na Parte II tem 4 capítulos: o primeiro capítulo avalia o estado da cultura política em São Tomé e Príncipe. Os resultados dos focusgroups demonstram que os participantes testemunham interesse pela política e acham que o voto é um instrumento importante para o regime democrático. Todavia, referem que há um certo ceticismo nos líderes políticos. As instituições são frágeis e isto tem provocado instabilidade política e governamental ao longo da Segunda república.

O segundo capítulo faz a análise da democracia em São Tomé e Príncipe. Neste primeiro capítulo, com os participantes do *focusgroups*, faz-se uma caracterização do nível da democracia em São Tomé e Príncipe e o resultado mostra que, pese embora, o país ter 29 anos de vivência democrática, a democracia encontra-se em perigo. Para justificar este aspecto, os participantes elencam os principais obstáculos que interferem na consolidação democrática do país.

No terceiro capítulo é feita a avaliação da política em São Tomé e Príncipe. Na ótica dos participantes do focusgroups, a política em São Tomé e Príncipe é feita sem uma base orientadora, isto é, sem uma estratégia para o desenvolvimento socioeconómico. Os inqueridos apontam várias causas de instabilidade política. Os resultados demonstram ainda que há falta de confiança dos cidadãos nas elites políticas e nas suas acções.

O quarto capítulo estuda a conceção dos partidos políticos. Os partidos políticos são um instrumento importante na consolidação democrática. Todavia, para os participantes do focusgroups, em São Tomé e Príncipe, pese embora haver 19 partidos políticos, estes são

frágeis internamente, faltando a democracia no seu seio. Os partidos políticos carecem aumentar as suas capacidades de organização, de maior adesão e melhor trabalho na sociedade para beneficiarem de uma superior credibilidade e maior confiança dos cidadãos.

PRIMEIRA PARTE: REVISÃO DA LITERATURA

A organização do conhecimento tem sua importância aumentada contemporaneamente, quando se deseja contar com mecanismos que desempenhem o papel de filtros para o tratamento de dados a recolher, dado o grande volume de informações. Um dos instrumentos fundamentais para tal estruturação é a definição de conceitos, que permite, dentre as inúmeras possibilidades de organização, a determinação do campo de interpretação do termo e sua inserção num campo temático.

Nesta primeira parte da tese será feita uma revisão da literatura dos principais conceitos desta investigação. Considerando a importância da temática em estudo, temos por objetivo analisar como é feita a abordagem das dimensões conceituais das várias noções que vamos empregar.

Esta parte teórica da tese tem a importância de estudar e aprofundar os principais conceitos que serão estudadas na parte empírica, dando uma maior ênfase à realidade são-tomense, trazendo uma grande contribuição para esta investigação.

CAPÍTULO 1: DA CULTURA POLÍTICA À QUALIDADE DA DEMOCRACIA: CONCEITOS-CHAVE

2.1. Cultura política

A noção cultura política mantém-se um conceito de valor para a perceção das atitudes políticas de determinada população, na sua relação com as elites e o poder político, social e económico. O conceito foi introduzido por Almond, em 1956 através do artigo “Comparative Political Systems”. Para Espírito Santo (2011, p. 53), *a reflexão sobre as diferenças entre nações a nível dos reflexos do poder político na conduta dos seus cidadãos remonta, num sentido amplo, a Heródoto... Estudos pioneiros acerca da cultura, vindos de áreas disciplinares diversas, tais como a antropologia e a sociologia, assim como a política comparada* como os de Tocqueville (1987) e Mead (1962), que visam estabelecer uma *comparação entre Estados de forma sistemática*, podem igualmente ser incluídos entre os antecedentes da reflexão acerca do referido conceito. A reflexão acerca dos elementos que constituem a cultura política é antiga.

Vários autores (Elkins e Simeon; Gransow e Brown) sustentam que é uma tarefa muito complicada definir o conceito cultura política. Para Elkins e Simeon (1979, p. 127), *a cultura política é um dos conceitos mais populares e sedutores da Ciência Política, mas também o mais controverso e confuso*. Gransow (1988, p. 632) defende que *definir cultura política é como pregar um pudim na parede*. Brown (1984), compara o conceito de cultura política a um guarda-chuva conceptual, debaixo do qual abrigam as diversas e variadas concepções.

Para a evolução e a propagação do campo da cultura política, essa evolução conceptual foi positiva, pois houve maior liberdade do seu uso. Todavia, na opinião de Lane (1992) a ambiguidade foi demasiado importante, gerando concepções quase incompatíveis. Conforme Castro (2008), o conceito cultura política traz alguma confusão que está precisamente nas duas palavras que a constituem. Para o autor (Castro, 2008, p. 3),

o conceito de cultura política na literatura não surge da união conceptual de “cultura” e de “política”, mas de uma proposição normativa. A proposta de unir estes dois conceitos para criar uma terceira categoria analítica pode estabelecer um campo bastante auspicioso de debate teórico e de pesquisa empírica, mas presumivelmente distinto do que tem sido o debate teórico da área na qual o presente estudo se enquadra.

Para Brotto (2013, p. 379), *a cultura política, nas suas formas e expressões, envia-nos para as ligações estabelecidas entre valores, normas e atitudes que permeiam e integram os*

comportamentos, direções e diretrizes políticas numa sociedade. Considerando toda a construção histórica, delimitada pelas referências à constituição de uma categoria explicativa de fenómenos que abarcam distintas e complementares áreas de conhecimento, delimita-se como relevante o entendimento da cultura política enquanto traços de uma sociedade que se perpetuam ao longo de processos transitórios e de transformação social (Brotto, 2013, p. 379).

Procura-se compreender o significado do conceito de cultura política não a partir de reflexões de ordem semântica ou de origens de debates culturais, mas como área do saber da Ciência Política. Como tal, autores clássicos como Locke (1978), Montesquieu (1978), Tocqueville (1987) e Weber (1977) já haviam identificado, em séculos passados, relações entre traços culturais, tradições e valores coletivos com as condutas políticas de uma sociedade.

A noção de cultura cívica foi introduzida, na sua origem, pela obra *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five countries*, de Gabriel Almond e Sidney Verba, lançada em 1963. Nesta obra, o conceito de cultura cívica delimitava-se às atitudes e orientações dos cidadãos em relação aos assuntos políticos: *O termo ‘cultura política’ refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao regime político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública* (Almond e Verba, 1963, p. 12).

Sendo a cultura política um conjunto de atitudes, normas, crenças, valores e atitudes políticas inerentes e presentes numa sociedade, ela também abrange todas as instituições políticas, tais como os partidos políticos, os tribunais, o poder político e a comunicação social.

É a partir de *The Civic Culture*, que a expressão cultura política passa a tornar-se frequente na Ciência Política. Naquela obra, a noção de cultura política está relacionada substancialmente com o conhecimento do comportamento e das atitudes da população, daí que se centre também na cultura cívica. É relevante observar que essa tendência revoluciona a senda habitual da análise política de até então: o núcleo elucidativo da política deixa de ser as instituições políticas e passa a ser o cidadão, com as suas atitudes e ações (Baquero, 2003). Todavia, apesar de não se delimitar ao estudo da opinião pública, o conceito de cultura política tem com a política uma estreita relação, pois trata-se de alguma forma de relacionar o pensamento do cidadão com as organizações políticas.

O trabalho de Almond e Verba teve muitas críticas pois eles fizeram uma abordagem muito estática da cultura política e fizeram uma excessiva valorização do protótipo anglo-saxão em

detrimento dos outros modelos. Além disso, adotaram uma atitude evolucionista, transformando a cultura cívica num modelo normativo, sem abertura para outras alternativas, nas quais os influxos económicos, sociais concretos concebessem outras combinações de fatores (Neves, 2010).

O conceito de cultura política é multidisciplinar envolvendo a combinação das perspetivas histórica sociológica, antropológica, económica e psicológica no estudo dos fenómenos políticos, tomando como objeto de análise fatores, dados e fontes diferenciadas (Fantinel, 2011). É necessário considerar não só possíveis indicadores quantitativos, mas também e, especialmente, as condutas, normas e valores manifestados ou indicados pelos indivíduos, bem como a relação destes com o contexto institucional e histórico em que são formados. Ou seja, é preciso entender as relações fundamentais entre a estrutura institucional historicamente constituída e os fatores da cultura política, crenças e características básicas da sociedade. Dessa forma, é muito difícil haver um conjunto coeso, universal e uniforme, mesmo sendo numa sociedade pequena, de cultura política. Pelo contrário, é mais provável que haja uma gama de subculturas políticas, ainda que comparticipem certos traços comuns (Neves, 2010).

A evolução do conceito de cultura política esteve ligada, desde início, com o conceito de democracia. De facto, os primeiros trabalhos tinham o objetivo evidente de compreender porque algumas sociedades conseguiam desenvolver a democracia e outras não. Além disso, esses trabalhos continham uma avaliação do que deveria ser valorizado positivamente naquele conjunto de crenças, valores e características encontradas nas diversas culturas políticas (Neves, 2010).

No que se refere a Almond e Verba (1963), Paula Espirito Santo (2011, pp 74-75) destaca o seguinte:

1- A cultura política paroquial: neste padrão de cultura política há um sentimento de identificação política quase inexistente por parte dos cidadãos em relação ao Estado. Existe um comportamento característico dos cidadãos: não se preocupam muito com o poder nacional, estando mais próximo do poder local; não se interessam muito pelos assuntos políticos a nível nacional; não tendem a revelar sentido de competência política; não discutem acerca dos assuntos políticos e há pouca ou mesmo nenhuma participação na política

2 - A cultura política de sujeição: este tipo da cultura política diz respeito às sociedades onde os indivíduos reconhecem o regime político, porém não se mostram aptos ou dispostos a

participar, estando as decisões a cargo do aparelho administrativo. Esta determina-se pelo predomínio de uma atitude passiva em relação à política. Há uma reduzida influência na decisão política e é uma minoria abastada que rege e coordena os interesses da maioria e a vida política, económica e social. Por conseguinte, os cidadãos não conseguem interferir nessa relação de dominação e são vistos mais como sujeitos do que como participantes no regime político.

3 - Cultura política de participação: relacionada com os sistemas que integram indivíduos conscientes, vinculados de alguma forma ao regime político e dispostos à participação. Nela, os cidadãos interferem na condução pública da comunidade e, como já foi dito, têm o sentimento de participar na condução política dos seus interesses. Promove-se a discussão sobre assuntos políticos assim como a competência política. O sistema de informação e de comunicação é aberto e extensivo. A partir do que foi exposto pode-se fazer duas constatações. A primeira é que há entre estes três tipos de cultura um crescimento de sentimento de participação política por parte dos cidadãos e a segunda é que todas as nações têm, em maior ou em menor grau, características destes três tipos de cultura estando um mais saliente do que os outros.

De acordo com Verba (1969), há duas formas de aprender a cultura política. A primeira delas, baseadas em relações interpessoais, diz respeito a experiências tanto pré-adultas (na família, na escolas e em grupos), quanto adultas extra políticas (na famílias, com amigos, com colegas do trabalho, em associações não-políticas). A segunda forma se refere às relações rigorosamente políticas, isto é os contatos que as pessoas têm com os políticos, denominado de memória política (Linhares, 2006).

Segundo Lamounier e Souza (1991, p. 311)

a cultura política é ao mesmo tempo causa e consequência do funcionamento do regime político, pois, a cultura política de uma sociedade é resultado de um padrão de orientações cognitivas, emocionais e valorativas que, além de estáveis, tornam-se vivas e atuantes ao longo do tempo, a menos que grandes rupturas históricas forcem os grupos sociais a redefinir esses padrões, a cultura política continuará a reproduzir-se de acordo com as matrizes originais.

Por outro lado Baquero (2001, p. 6) considera que *a cultura política ocupa um lugar central no quotidiano dos indivíduos, servindo tanto para regular a transmissão de valores políticos, como para legitimar o exercício das instituições políticas. A forma como se constrói e se difunde essa cultura está diretamente relacionada com a forma como se reproduzem os comportamentos, as normas e os valores políticos de determinada comunidade.* Na análise de

Baquero e Prá (1992), o conceito de cultura política refere-se ao processo através do qual as atitudes dos cidadãos são estruturadas em relação ao regime político.

Welzel e Dalton (2013) afirmam que *The Civic Culture* de Almond e Verba (1960) é um marco importante no estudo do relacionamento dos cidadãos com seu governo. Ao tentar olhar para os fracassos da democracia no passado, a obra estabeleceu um modelo de valores dos cidadãos que se ajustam à história. O argumento básico que Welzel e Dalton apresentam é que a história mudou e, com ela, os valores dos cidadãos nas democracias contemporâneas, moldando uma nova relação entre os cidadãos e seu o governo.

Em suma, os debates sobre o papel da cultura política devem a sua inspiração ao trabalho inicial de Almond e Verba (1960) em *The Civic Culture* e por Pye e Verba (1969) em *Political Culture and Political Development*. A sua pesquisa concentrou-se num modelo de cidadania, que alegava ser essencial para a democracia estável, enquanto os contornos de um modelo assertivo de cidadania ficaram claros apenas recentemente. O conteúdo de uma cultura política democrática pode ser mais complexo do que Almond Verba (1960) e Pye (1969) imaginaram inicialmente, e a disseminação de orientações democráticas difere marcadamente das expectativas anteriores dos cidadãos comuns. Os resultados, acredita-se, levam a uma reavaliação da política abordagem cultural e a um novo sentido do potencial da democracia, para avançar no mundo de hoje.

A cultura política é um conceito rico de perspectivas epistemológicas, ideológicas e culturais, que espelham e configuram formas de encarar maneiras de fazer política. É-lhe, neste contexto, atribuído um sentido *ligado às características e valores políticos inerentes a cada contexto político e potenciadores de diferenças de funcionamento do mesmo face a outros sistemas políticos* (Santo, 2011, p. 54). Este estudo continua a ser, ainda hoje, uma base importante na análise da cultura política.

Na perspetiva de Espírito Santo (2011, p. 53) *a cultura política constitui um dos conceitos-chave no âmbito do comportamento eleitoral e a sua utilização será tanto mais pertinente quanto da sua operacionalização resultar um melhor entendimento do comportamento político e eleitoral*, consciente de que, a cultura política,

mais do que um objeto político, é uma problemática de investigação semelhante a um poliedro, com múltiplas delimitações, faces e possibilidades de interação. Ela exprime um conjunto de elementos tangíveis e não tangíveis, traduzidos em referentes, padrões, símbolos e julgamentos políticos, os quais são promovidos, permanentemente, pelo regime político, através da socialização política e introduzidos e interiorizados pelos cidadãos... A cultura política é um fenómeno permanente, ativo e que enforma a atividade quotidiana dos

cidadãos, com impacto na maneira como estes desempenham os seus deveres, assumem os seus direitos ou reivindicam as suas necessidades não atendidas (Santo, 2011, p. 12).

Manguelle (2002) declara que entre os traços da cultura africana se encontrava, precisamente, a excessiva concentração da autoridade e do poder num só indivíduo que reivindica, frequentemente, a posse de virtudes mágicas.

Segundo Nóbrega (2010), em África a imagem do poder é indissociável da riqueza e da sua ostentação e a luta pelo poder é, nas democracias africanas, intensa, permanente e dura, pois é o Estado que concentra a maioria dos recursos disponíveis. Portanto, trata-se, para todos os efeitos, de uma luta pela subsistência.

Para certas lideranças africanas, continua o autor (Nóbrega, 2010), não tem sido fácil admitir que o mandato é uma realidade a termo em democracia. A imagem do poder dominante na sociedade é o que se retém dos poderes tradicionais, o princípio de entronização do chefe para a vida. O que se procura é um mandato vitalício. A oposição é tolerada mas não especialmente acarinhada. Os opositores, do ponto de vista da cultura política africana, não são um rival legítimo, mas o inimigo, uma ameaça que é preciso vigiar e, se possível, anular.

Ainda sobre os traços da cultura africana Nóbrega (2010) defende que existe, em África, um forte pendor coletivista que retira dimensão ao indivíduo. A sua importância só conta na medida do seu contributo para o grupo e, se este for negativo, a violência justifica-se para proteger a comunidade do mal que este possa representar. O problema em África não é o do Estado invasivo da esfera privada, mas o do Estado ausente da maior parte do território e incumpridor das suas funções

Na óptica de Nóbrega, (2010, p. 131) *é cedo para decretar o seu falhanço ou o seu sucesso. Para todos os efeitos, trata-se de um processo em definição cujos contornos ainda não estão inteiramente fixados, não sendo naturalmente de excluir a possibilidade de, tal como no passado, se virem a ensaiar outras opções, porventura menos democráticas.*

Para o nosso intento, nesta pesquisa, sem menosprezar as múltiplas e importantes concetualizações da cultura política, adotamos a conceção de Almond e Verba que a qualifica como um conjunto de atitudes, crenças, valores e sentimentos assumidos ou dissimulados, presentes de maneira generalizada na sociedade, que orientam e possibilitam a construção de significados para um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento, a orientação para a ação, as atitudes e as opiniões de seus

protagonistas, resultado tanto de processos originários de socialização como da experiência política desses indivíduos ao longo de sua vida.

2.2. Elites políticas

As elites de um país, ou de uma determinada sociedade, são as grandes referências comportamentais e de atitudes para os cidadãos comuns. Todavia, é na sua visibilidade pública que a elite acaba por se transformar em verdadeiros modelos nas diversas áreas de intervenção. O termo elite representa *um pequeno grupo que, num conjunto mais vasto - religioso, cultural, político, militar, económico, social ou outro - é tido como superior pelas suas funções de mando, de direção, de orientação ou de simples representação* (Antunes, 1984, p. 355).

O estudo das elites abrange não apenas a matéria teórica, como a investigação empírica sobre as elites administrativas, centrais e locais, os dirigentes e ativistas políticos e os parlamentares. Pareto (1987) introduziu a expressão "circulação das elites" para designar o movimento que resulta na integração da classe dominante dos elementos da classe dominada que possuem capacidades superiores e na eliminação dos elementos ineficazes da classe dominante. Esta circulação constante de elites contribuiria para manter o equilíbrio do sistema social ao consentir a mobilidade crescente dos sujeitos de maior mérito. Para Malfatti (2008, p. 3),

o pensamento de Pareto sobre a elite é proveniente de sua concepção gnosiológica. Para ele, há ações humanas lógicas, como as económicas, e não-lógicas, como as sociológicas. As Ações lógicas apontam claramente para um fim de maneira subjetiva e objetiva, são racionais. As Ações não-lógicas, por sua vez, são guiadas por motivações sentimentais.

Já conforme Gaetano Mosca (1982), as elites correspondem a grupos minoritários que numa determinada sociedade detêm o poder e que o conservam enquanto mantiverem uma organização e estruturação interna. Mosca associava a noção de elite à de classe social. Para este autor, a história pode ser explicada através do estudo dos interesses e do pensamento de uma elite no poder.

Michels (1982) ficou reconhecido na *Teoria das Elites* pela famosa enunciação da lei de triângulo da oligarquia devido à dependência financeira do partido dos seus membros e identificou uma concentração de poder nas mãos de um pequeno número de pessoas que ocorre dentro das organizações, quando elas crescem. Por isso, para Malfatti (2008, p. 7),

a dependência financeira cria uma cultura de defesa da fonte de renda. Se um membro do partido recebe do partido, ele estará disposto a defender o partido acima de tudo. Por outro lado, os chefes do partido sabem que seu membro depende do partido para sobreviver e por causa disso, lhes será fiel. Por isso, a remuneração favorece a burocracia do partido, fortalecendo o centralismo. Essa dependência dos membros aprisiona-os em um círculo de ferro. É uma constatação sociológica do autor que os parlamentares remunerados pelo Estado, não se sentem comprometidos com o partido que os elegeu, enquanto os membros do partido, remunerados pelos partidos, demonstram uma fidelidade inconteste.

Para Malfatti (2008, p. 6), *a lógica democrática deveria reger-se pela substituição contínua dos mais antigos pelos mais jovens para não deixar que os cargos de direção se incrustem no poder. No entanto, o que acontece é exatamente o inverso.*

Mills (1973) dissociou as noções de elite e de classe social e desenvolveu investigações empíricas sobre as elites, no sentido de prescrever uma sociologia do poder. Das suas investigações, Mills concluiu que a existência não só de interesses financeiros comuns como de laços de natureza mais psicológica e pessoal (como a semelhança de mentalidades, de origem social e de educação, laços de amizade e de parentesco, troca de favores, entre outros) reforça a coesão entre as elites.

Burnham (1992), no seu livro sobre a *Revolução gerencial*, entende que a:

sociedade possui um grupo de poder, a classe dominante, com características próprias, e que se diferencia da grande massa da população. Em toda história humana, há sempre a substituição de uma classe dominante por outra. No futuro, conforme o autor, ocorrerá uma revolução, a qual consistirá na transição entre a classe dos burgueses capitalistas para a dos gestores, isto é, dos gerentes.

Segundo Maltez (2004, p. 1)

a expressão elite tanto pode ter uma conotação neutra, enquanto indivíduos ou grupos que ocupam as mais altas posições numa hierarquia social estratificada, como um sentido pejorativo, quando, com ela, quer significar-se um pequeno grupo de pessoas com um desproporcionado poder de influência sobre as decisões finais de um determinado grupo. Pode até ter um sentido positivo, quando com a expressão se entende um grupo de pessoas que possui melhores condições para o exercício de determinadas funções, nomeadamente pela educação recebida ou pelas capacidades demonstradas.

Sintetizando, pode-se depreender que as análises sociológicas sobre as elites têm versado aspetos como o da coesão da elite (por exemplo, *The Power Elite* de Charles Wright Mills, 1956), a dinâmica entre as elites e entre estas e a não-elite (para Aron e Schumpeter) e a constituição de elites em sociedades determinadas.

Para Bessa (1993), o assunto elite está longe de ter a simplicidade e a comum aceitação. É uma

das matérias mais polémicas e armadilhadas do saber social, núcleos de discussões científicas e âmbito de afirmação de relevantes interesses ideológicos, que não raro tenderam a comprometer o esclarecimento do real. Todavia, apesar de muitos debates à volta do tema, ele continuou a originar, até hoje, uma atitude de reserva, como se, em si mesmo, abrangesse uma ameaça extraordinária.

Actualmente o tema elite é muito estudado. Conforme Farias Filho et al. (2013) a partir dos anos 1990, surge na literatura empírica em diferentes países europeus, o renascimento do interesse pelo tema, seja equiparando o comportamento das elites nacionais de países da União Europeia (Jerez-Mir, 1982), abordando as elites nacionais em países do pós-socialismo, como na Polónia (Raciborski, 2007), Russia (Huskey, 2010), na China (Zang, 2001) e Indonésia (Bandeira e Levy, 2011). Estes estudos espelham a importância do tema nos dias atuais e mostram que continua a ser um tema moderno e interessante.

Em Portugal, destaca-se o estudo de Bessa (1993) *Quem Governa? Uma análise histórico-política do tema da elite* e Balão (2001) com a sua obra *A Fórmula do Poder. Elite, Partidos, Democracia e Corrupção política no pensamento de Mosei Ostrogorski*.

Balão (2001) não só fez um profundo estudo sobre o pensamento de Moisei Ostrogorski, como também fez uma crítica e actualização do seu pensamento, trazendo para o contexto sociopolítico actual o que aprendeu com ele.

Os primeiros estudos sobre as elites na África subsahariana datam dos anos quarenta. Todavia, foi nos meados dos anos 50 e inícios dos anos 60 que foram feitos maiores investimentos neste campo e a grande parte dos estudos consagrados às elites, em África, tem analisado as suas condições de emergência e as suas características (idade, sexo, origens social e geográfica, nível de educação, profissão, etc.) (Cardoso (2002). A publicação dos primeiros trabalhos, sobre os líderes africanos surgiram meio século após (Bakary, 1990, Cardoso, 2002). A obra de Bayart intitulada *L'Etat en Afrique: la politique du ventre*, em 1989, pode ser entendida como um revisitar de propostas para a compreensão do comportamento da elite africana e, nesta óptica, uma espécie de síntese do que até aqui se tinha escrito sobre os dirigentes africanos.

Cardoso (2002) é de opinião que durante os anos 90 existiu um novo interesse pelo estudo das elites africanas da parte da comunidade científica ao tomar consciência da necessidade de abordar o político na África subsahariana. É neste sentido que uma equipa de académicos sob

a direcção de Daloz, fez um estudo focado sobre a renovação das elites, analisando dois aspetos: um de natureza quantitativa, visando medir a importância da renovação efetiva do pessoal político que circula na cimeira e outro, mais qualitativa, ambicionando apreender as eventuais mutações em matéria de estilo de liderança.

Segundo o autor (Cardoso, 2002, p. 9):

A importância do estudo das elites em geral e da elite política em particular não se prende simplesmente com uma necessidade de saber se a África, tal como a Europa, é governada por um grupo de pessoas, os governantes, enquanto que a maioria constitui a massa dos governados, ou ainda com uma curiosidade sobre as características dos seus dirigentes. Trata-se, sim, de saber se com as características atuais que apresenta, esta classe pode fazer face aos desafios que se apresentam à África. Esta questão tornou-se relevante, porque se constatou que uma das razões do falhanço dos projectos de desenvolvimento em África tem a ver com uma deficiente, na maior parte dos casos caótica governação e, particularmente, com a elite política que representa esta governação. Tornou-se evidente que os desenvolvimentos políticos futuros dos Estados africanos serão altamente influenciados pela composição e pelas características das elites, pelo seu grau de coesão e/ou pelas suas rivalidades internas.

No que se refere a São Tomé e Príncipe, há escassez de estudos empíricos sobre este assunto. Salientam-se os trabalhos de Armindo Vaz D’Almeida, em 1981: *Contribucion al estudio del processo de creacion de la intelectualidad em S. Tomé y Príncipe*; o de Nascimento (2015): *Elites em STP: Os Lastros da História, as Peias do Presente e de são-tomense* e as referências sobre o assunto onde a questão das elites foi tratada: Feliciano Bonfim e de Arlindo Carvalho.

Nascimento (2015, p. 184) considera que *na falta de estudos empíricos, qualquer abordagem das elites do arquipélago será muito preliminar. Nas circunstâncias atuais, não se pode ir além de um texto exploratório acerca da difusa visão prevalecente sobre as elites e, daí, acerca do modo como, por exemplo, se encaram as possibilidades de afirmação da sociedade civil, as de participação política da população e, ainda, as possibilidades do próprio país.*

Para o autor (Nascimento, 2015, p. 193),

uma definição da elite insular terá de ser muito abrangente e lassa, pouco compaginável com uma liderança política, socialmente prezada pelo compromisso na inculcação de valores e na promoção de metas cruciais...À elite – noção ausente da perceção popular, para a qual apenas existem os ‘dirigentes’ ou ‘políticos’, quando não os ‘ladrões’ e ‘corruptos’ – pertencem os economicamente diferenciados que orbitam na área de poder e que, por via das benesses do Estado, majoram a sua riqueza relativamente aos padrões vigentes no arquipélago.

Para este autor (Nascimento, 2015, p. 192), *o grosso da atual elite (aqui sinónimo do conjunto dos indivíduos economicamente diferenciados que giram em torno do poder)*

constituiu-se como tal a partir do acesso às possibilidades económicas proporcionadas pela ocupação de cargos cimeiros no Estado.

Na perspetiva de Nascimento (2015), é consensual no país assumir que os alegados défices político e técnico se potenciam reciprocamente. Parece não haver espaço para uma aplicação resoluto do saber técnico e de medidas políticas cruciais para o ambicionado desenvolvimento sociopolítico e económico. Isto leva a que, na análise da capacidade das elites, o enfoque acabe por incidir na sua atuação política e, em particular, na governação.

Para os são-tomenses, como para a África subsariana em geral, a elite política são os dirigentes, os que estão no governo ou no poder, e/ou os políticos que pertencem ao grupo dos economicamente distinguidos, que circulam nas proximidades do poder e que, por via das ajudas do Estado, prosperam a sua riqueza relativamente aos padrões vigentes no arquipélago.

Nascimento (2015, p. 182) constata que

na ausência de exemplos de práticas políticas e sociais mobilizadoras, não se distingue a elite, idealizada à luz de um papel de liderança política e social voltada para o futuro, do grupo de potenciais dirigentes políticos preocupados com a gestão do dia-a-dia. Daí, alguns inferem a inexistência de uma elite fora da área da governação ou na “sociedade civil”, enquanto o comum das apreciações se reporta aos dirigentes políticos e às quasiúnculas partidárias.

2.3. Confiança e desconfiança

Esta seção analisa a importância e os significados atribuídos a noção de confiança nas instituições políticas, nas suas avaliações e no seu desempenho. Será, no entanto, importante iniciar a análise deste ponto caracterizando as particularidades agregadas às instituições políticas são-tomenses e o impacto destas na cultura política. Importa sublinhar, desde já, que, muito embora os são-tomenses venham manifestando a sua aquiescência ao regime político democrático, o equilíbrio entre esta anuência à democracia política e a satisfação com a resolução de demandas pelo regime político, é frágil.

Hobbes (1999, p. 60) referia: *a esperança constante chama-se confiança...O desespero constante chama-se desconfiança*. A frase do autor revela algumas perspetivas relevantes sobre a análise das relações de confiança nas instituições sociais estabelecida entre os indivíduos e as suas instituições públicas.

A formação de um Estado forte (Hobbes, 1651/1999) depende de duas premissas importantes: um mínimo de aceitação da parte do povo e da condução dos rumos que os governantes dão à nação. Neste sentido, o Estado só é reconhecido quando há reciprocidade de confiança entre os governantes e os governados. A confiança se constrói no espaço político, nas mútuas relações com os representados.

Segundo Moisés (2010), a confiança refere-se à crença na ação futura de instituições, as quais, se não lhes trouxerem benefícios, ao menos não lhes tragam prejuízos. No caso das instituições públicas, a confiança preenche o vazio decorrente da falta de uma visão completa das pessoas de baixa escolaridade sobre a rede de instituições que compõe o sistema democrático. Ela é, por isso, considerada um fator estratégico para a governança democrática, na medida em que interfere no processo de formulação e implementação das políticas públicas, condicionada pela aquiescência e cooperação dos cidadãos.

Para o mesmo autor (Moisés, 2010) há variados entendimentos acerca do significado desse termo, mas usualmente se considera que confiança é a crença de um indivíduo na ação futura das pessoas e/ou instituições, tendo como referência as suas atuações passadas. É o repertório de cumprimento (ou não) das suas funções normativas que constituirá a intensidade da confiança a ser depositada.

Bourdieu (2004, p. 188) afirma que *o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele*. Deste modo é nas suas relações com os eleitores que os políticos se estabelecem uma relação de confiança.

A confiança é importante para o funcionamento das instituições porque as suas regras essenciais remetem inevitavelmente para os conteúdos normativos tomados como referência pelos cidadãos em seu relacionamento com as estruturas da comunidade política a que pertencem. De acordo com Moisés (2005), ao tratar-se de confiança, significa que o depositário reconheça a motivação daquele em quem confia, de forma que saiba antecipadamente que os seus interesses serão levados ou não em conta pela pessoa em quem confia. Para além disso, aquele que confia, identicamente, tem que estar em condições de crer que os seus interesses serão contemplados pelo confiante. Neste sentido, *a confiança seria uma aposta baseada na crença de que os interesses mútuos dos atores envolvidos são condição suficiente para gerar benefícios comuns e, assim, inocular a possibilidade de dano decorrente de seu abuso* (Moisés, 2005, pp. 39-40).

Kramer (1999) sugere uma integração do modelo racional para reportar ao fenómeno da confiança em que ela é considerada uma variável relacional e contextual, tendo em conta, além do fundamento aritmético da racionalidade, fatores sociais e situacionais.

Contrariamente à abordagem racional, autores como Putnam (1993), Inglehart (1997) e Uslaner (2002) advogam que a confiança generalizada é fundamentalmente uma característica sociocultural da sociedade e, portanto, difundida por meio dos procedimentos de socialização e não motivada por cálculos racionais baseados na quantidade de informação disponível sobre a conduta dos agentes. A confiança é uma variável difícil de identificar e de mensuração e está no cerne de relações familiares, de amizade e económicas, podendo ser encarada como a questão central para o desenvolvimento do ser humano.

Para Fukuyama (1996, p. 21), *o bem-estar de uma nação, bem como sua capacidade de competir, é condicionado a uma única, abrangente característica cultural: o nível de confiança inerente à sociedade*. O autor (Fukuyama, 1996, p. 41) define a confiança como a *expectativa que nasce no seio de uma comunidade de comportamento estável, honesto e cooperativo, baseado em normas compartilhadas pelos membros dessa comunidade*. Para este autor a necessidade de confiar é tão importante quanto a satisfação de ser igualmente confiável. Caso contrário, não há cooperação entre as pessoas.

Na mesma linha de pensamento segue Putman (2002), quando argumenta que a confiança se desenvolve através da cooperação, sendo o elemento essencial para a construção de uma comunidade cívica (Tonini & Macke, 2007). Rousseau et al. (1998) identificam duas condições consideradas fundamentais para que a confiança exista e se desenvolva: o risco – refere-se às possibilidades de perda em determinadas situações, onde o indivíduo pondera os prós e os contras e opta por confiar ou não confiar nos outros; e a interdependência que está relacionada para o fato de se alcançar um objetivo somente com o auxílio de uma terceira pessoa (Tonini & Macke, 2007).

Olhando para o cenário sociopolítico em São Tomé e Príncipe, verifica-se que, aparentemente, o governo e as pessoas que ocupam cargos políticos e nas instituições são convocados na base da confiança política. O que se observa é que o governo e os cargos das instituições estão ocupados por pessoas que são do partido no poder e de pessoas que fazem parte da família de quem está no poder. Este sentido Marques (2013, p. 1) afirma: *ao longo dos anos todos os partidos políticos que constituem alternância governativa em STP, têm*

preenchido os cargos e lugares na Administração Pública, mais em função de cumplicidades e fidelidades partidárias e menos em obediência a critérios de mérito e competência.

A razão mais conhecida ou mais difundida para esta prática de clientelismo e nepotismo remete para o facto de que um indivíduo de confiança será sempre fiel e obediente àquele que o designou ou nomeou. É neste sentido que se verifica uma contradição entre o que se promete fazer durante os discursos políticos pré-eleitorais e o que é feito após a tomada do poder.

No Arquipélago de São Tomé e Príncipe, depois de se chegar ao poder, assiste-se a uma grande agitação nos serviços públicos, particularmente naqueles que têm uma importância estratégica. Para Marques (2013, p. 2) *a banalização destas práticas clientelares é de tal forma gritante que nas sedes partidárias chegam a perder mais tempo a discutir as nomeações que há a fazer ou a criticar as nomeações que foram feitas do que a debater ideias e políticas.*

2.4. Instabilidade política

Alesina et al. (1992, p. 1) afirmam que a instabilidade política pode ser definida *como a tendência de mudança dos Governos repetidas vezes durante uma legislatura, podendo ser por meio constitucional ou não.* Para estes autores (Alesina et al., 1992), a instabilidade política ou a mudança frequente de Governos faz com que estes tenham pouco tempo para tomar medidas profundas a fim de estimular o emprego e a economia, e nessas condições não conseguem transmitir confiança aos investidores, nem proporcionar ferramentas que possam alavancar a economia. Mas também não conseguem encontrar uma via que permita o crescimento e o desenvolvimento da sociedade no seu todo (Vera Cruz, 2014).

Segundo Marzo (2008, p. 1), na revista *Percepções* da OCDE, a instabilidade política e social, em África, cresceu em diferentes países tradicionalmente considerados estáveis. A causa fundamental desta instabilidade provém do conflito militar interno que, constantemente, tem criado obstáculos à evolução política, económica e sociocultural das sociedades africanas. Esta instabilidade fica, em grande medida, a dever-se à persistência de conflitos e tensões de longo prazo.

O ex Presidente Manuel Pinto da Costa (2015, p. 1) afirmou: *depois de 12 de julho, começámos a viver uma nova era (...) tivemos um processo muito importante (...) criaram-se*

no partido único duas tendências que se confrontaram de forma democrática. Esse processo abriu o país para o sistema democrático.

Desde a instalação do multipartidarismo, em 1990 até 2018, São Tomé e Príncipe conheceu 17 primeiros-ministros, sempre apoiados em coligações frágeis e só o último governo de Patrice Trovoada conseguiu terminar a sua legislatura de 2014 a 2018 tendo o partido de ADI conseguido a maioria absoluta nas eleições legislativas.

São Tomé e Príncipe depende economicamente da ajuda externa. Neste sentido afirma Nascimento (2018, p. 66): *orçamentos de Estado anos a fio financiados pela ajuda internacional, esperanças sucessivas em soluções salvíficas oriundas do exterior e fracos desempenhos económicos são analiticamente dissociáveis.* Há uma relação entre a dependência económica retratada na dificuldade de compor o Orçamento Geral do Estado e a crise política que o país atravessa. O tema da dependência económica e da necessidade de ajuda externa para fechar o orçamento de Estado é sempre rejeitado e falado pela oposição durante as secções do Parlamento. Para Nascimento (2018, p. 78)

em vista da incapacidade de afirmar as suas leis contra as relações de mando informal, assentes na dependência clientelar, comprometendo, com isso, a legalidade, a equidade e, no limite, o desenvolvimento, é mister pensar num Estado em deliquescência, que subsiste por ser interface das relações com o exterior e, nessa medida, recipiente e distribuidor de ajuda externa.

Segundo Xiangming Li, representante da FMI para São Tomé e Príncipe, em 27 de jun de 2019, a situação atingiu um ponto de tal forma grave, que, ao menos que sejam tomadas medidas muito sérias para controlar a dívida, esta torna-se insustentável. Está praticamente descontrolada e não pode haver mais atrasos em termos de implementação dessas medidas.

Para Alves, coordenadora adjunta do Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa (OPLOP, 2015, p. 1) *a relação entre corrupção e governação está ainda vinculada à frágil e instável estrutura democrática de São Tomé e Príncipe, o que leva ao nepotismo e à barganha política por apoios.* Alves, partilhando esta realidade do país, considera que a relação entre a corrupção e a governação está vinculada a esta estrutura democrática ainda frágil e instável. Para Alves (2015) *a corrupção é endémica nas instituições públicas, motivo pelo que abarganha política por cargos públicos em troca de apoio está muito presente no país.*

De acordo com Alves (2015, p. 1)

o grupo de pessoas que fez a independência conseguiu manter-se coeso até São Tomé tornar-se um país. A partir do momento que a ameaça portuguesa foi colocada de lado com a independência do país, as divergências ganham uma proporção maior e este grupo - que era heterogéneo, mas que de alguma forma mantinha-se unido -, passa a agir em situação de conflito". É este conflito que ainda hoje não é mediado. As instituições ainda não têm força suficiente para reger este conflito, dando margem ao clientelismo, à corrupção, à barganha, ao nepotismo.

Para o investigador do Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa, Luís Silva, o que está na base desta instabilidade é a falta de experiência dos políticos são-tomenses, porque *o que se pretendia ao se tornar político, era conseguir o status que a posição traz, tentando maximizar o possível de lucro, de ganho pessoal. Esta é uma das grandes preocupações dos políticos, por isso temos esta profusão de trocas de governos.* Para ele As pessoas querem entrar na esfera política para angariar bens próprios e maximizar o poder. Penso que isto tem sido, de certa forma, um dos grandes sintomas da corrupção em São Tomé e Príncipe.

Para o ex presidente Manuel Pinto da Costa (2015, p. 2), as maiorias absolutas nas eleições legislativas são também uma das causas da instabilidade política, porque *são utilizadas para excluir e não incluir, são maiorias absolutas que criam um clima que, mais cedo ou mais tarde, pode ser altamente prejudicial para o desenvolvimento do país.* Uma outra razão da instabilidade política, na opinião do ex Presidente Manuel Pinto da Costa (2015, p. 2) é *este permanente desentendimento entre os são-tomenses resulta do seguinte: há quem queira comer tudo e são poucos e não querem deixar nada ao resto e são muitos.*

Em 2017, perante uma iminente instabilidade política, numa conferência de imprensa, Levi Nazaré, secretário-geral de partido de ADI disse não existir "espaço para crise" política em São Tomé e Príncipe e assegurou "tudo fazer", junto do seu partido, para manter um clima de diálogo "aberto e franco" para se ultrapassarem as clivagens desencadeadas depois do balanço de dois anos de governação feito pelo primeiro-ministro, Patrice Trovoadá. Afirmou ainda, não há espaço para uma crise política, o povo não quer, o país não precisa, não seria responsável para todos nós que São Tomé e Príncipe tenha agora uma crise política, confiando que os líderes políticos vão encontrar meios de resolver as suas querelas políticas, que devem existir em democracia mas sem levar o país a uma instabilidade que poderá custar muito caro.

Nas reacções, o MLSTP-PSD considerou que *o país está a caminhar para uma instabilidade política, que atribui ao "mal-estar" nas relações entre o Presidente e o primeiro-ministro.* O Movimento Democrático Força da Mudança - Partido Liberal (MDFM-PL) em comunicado em que desmente "qualquer tipo de envolvimento" na preparação de uma manifestação

antigovernamental disse: já basta de brincadeiras e de pouca seriedade. O Partido da Convergência Democrática (PCD) considerou que Patrice Trovoada é uma personalidade claramente desesperada, desnorteada e frustrada por não ter conseguido demonstrar competência e capacidade necessárias a quem o povo confiou a governação do país e implementar as suas promessas eleitorais.

Para Oliveira (2009, p. 3), *o problema não está na constituição. O problema está nas pessoas, na conjuntura política eleitoral e na forma como os líderes de uns órgãos de soberania sejam capazes de observar a independência de outros órgãos de soberania tal como vem expressa na constituição.*

2.5. Qualidade da democracia

Se o descontentamento, a insatisfação e a alienação são fenómenos políticos crescentes em democracias antigas e estabelecidas; se há cada vez mais países a serem definidos como democráticos; se as situações de incerteza relativas aos regimes existentes estão a crescer, ou seja, se há um grande número dos chamados regimes híbridos (Morlino, 2009), a questão que orienta o assunto da qualidade da democracia é: qual é a melhor ferramenta analítica para explorar e detectar a qualidade democrática em diversos países?

Segundo Corte & Corte (2018), há hoje vários fatores interligados que esvaziam a democracia enquanto forma de poder. Estes fatores são: o neoliberalismo, a globalização, a simplificação das complexas diferenças sociais, a invisibilidade de grupos de pessoas, a crise dos partidos políticos, o terrorismo, a imigração, o déficit ambiental, a corrupção, entre outros.

Uma análise da qualidade da democracia, ou seja, uma averiguação empírica sobre quão “boa” é uma democracia, requer não somente que adotemos uma definição de democracia, mas também que estabeleçamos uma noção clara de qualidade. A definição mínima de democracia (Morlino, 1998) sugere que tal regime tenha pelo menos: sufrágio adulto universal; eleições justas, competitivas, recorrentes e livres; mais de um partido político; e mais de uma fonte de informação.

Para examinar a qualidade da democracia tendo em conta as situações particulares de cada país, Diamond & Morlino (2004) desenvolveram um padrão de oito dimensões comparadas a diferentes temas constitutivos de uma poliarquia: 1) o império da lei, 2) a participação, 3) a

livre competição, 4) a prestação de contas vertical e horizontal (accountability), 5) o respeito às liberdades sociais e políticas; 6) a implementação progressiva de políticas de igualdade 7) responsiveness, 8) a capacidade da democracia corresponder às expectativas dos cidadãos. Todavia, para que uma democracia obtenha boa qualidade é necessário, principalmente, que tenha um bom desempenho em todos estes aspectos (Gugliano, 2013).

Para Diamond e Morlino (2004, p. 22),

as definições [...] implicam que uma boa democracia concede aos seus cidadãos liberdade, igualdade política e controle sobre políticas públicas e formuladores de políticas através do funcionamento legítimo e lícito de instituições estáveis. Tal regime, associações e comunidades desfrutam de liberdade e igualdade política (qualidade do conteúdo); e fornecerá um contexto em que toda a cidadania pode julgar o desempenho do governo através de mecanismos tais como eleições, enquanto instituições governamentais e funcionários responsabilizam-se legalmente e constitucionalmente também (processual qualidade).

A qualidade da democracia está assente, no entender de Alcântara (2008), no cumprimento dos seguintes critérios formais: nível de liberdade, índice de desenvolvimento democrático e índice de democracia da unidade de inteligência económica. O autor (Alcântara, 2008) aproxima-se dos parâmetros utilizados por Robert Dahl na sua definição de poliarquia: uma conspécção de democracia que enfatiza a sua habilidade de provocar a participação dos cidadãos, estimular debates e considerações sobre as opções que um país defronta, para proteger os direitos de indivíduos e grupos marginais face a grupos de poder, de promover a justiça social (Gugliano, 2013).

A qualidade da democracia é ainda estudada, segundo Bühlmann, Merkel e Wessells, (2008), em quatro aspectos: analisar a qualidade das democracias vigentes e desenvolver um esquema de classificação e a posição que ocupa; esclarecer a relação entre desenho institucional e qualidade da democracia; descrever e comparar a trajetória dessa relação; e apresentar as melhores práticas de qualidade da democracia. Tudo isso partindo de uma articulação de indicadores baseados em temas como liberdade, controlo e igualdade (Gugliano, 2013).

Na opinião de Merkel (2004, p. 203),

uma economia desenvolvida, a prevenção da pobreza extrema, pluralização da estrutura social, e até mesmo a distribuição do material e recursos cognitivos da sociedade cria um escudo para a democracia e na maioria dos casos reforça a qualidade de uma unidade política democrática em matéria de Estado de direito e participação. Inversamente, a falta de uma economia bem desenvolvida ou abrupta ameaça a estabilidade e a qualidade de uma democracia constitucional.

Segundo Gugliano (2013), a participação eleitoral é, e sempre será, no momento no qual devemos apresentar informações quantitativas sobre o funcionamento da democracia, uma questão importante. Entrementes, a efetiva dimensão qualitativa da democracia, que vai muito além das urnas, não pode ser esquecida.

A construção do sistema de avaliação do *Freedom House* está baseada num questionário formado por dez (10) perguntas sobre direitos políticos e quinze (15) a respeito das liberdades civis. Os direitos políticos são agrupados em três categorias: (a) processos eleitorais; (b) pluralismo político e participação; (c) funcionamento do governo. As liberdades civis são aglomeradas em quatro grupos: (a) liberdade de expressão e de crença; (b) liberdade de organização e associação; (c) Estado de direito; (d) autonomia pessoal e os direitos individuais. Cada uma dessas questões é analisada numa escala de 0 a 4, na qual zero representa o menor grau de liberdade e quatro o maior: os países são classificados como livres (1,0-2,5), parcialmente livres (3,0-5,0) e não-livres (5,5-7,0) (Gugliano, 2013).

Além disso, *Freedom House* apresenta a caracterização de democracias eleitorais para qualificar países que cumprem o que a organização chama de um conjunto de requisitos mínimos: (a) existência de um sistema multipartidário competitivo; (b) direito ao voto para todo o cidadão adulto; (c) eleições limpas com garantias dos direitos eleitorais e reconhecidas pelos cidadãos; e (d) liberdade de informação partidária e eleitoral (Gugliano, 2013).

Morlino (2015) considera três condições para haver uma democracia de qualidade: qualidade em termos de resultado, qualidade em termos de conteúdo e qualidade em termos de procedimento. Uma democracia em termos de resultado é aquela que apresenta uma estrutura institucional estável que realiza a liberdade e a igualdade dos cidadãos por meio do funcionamento legítimo e correto de suas instituições e mecanismos. Uma boa democracia é, portanto, antes de qualquer coisa, um regime amplamente legítimo que satisfaz completamente seus cidadãos. Uma democracia de qualidade em termos de conteúdo é aquela em que seus cidadãos, associações e comunidades das quais é composta gozam de pelo menos um nível moderado de liberdade e igualdade. E uma democracia de qualidade em termos de procedimento é aquela em os seus cidadãos têm o poder, por si próprios, de avaliar se o governo busca alcançar os objetivos de liberdade e igualdade de acordo com o Estado de Direito. Os cidadãos apreciam a eficiência da aplicação das leis em vigor, a eficácia das

decisões tomadas pelo governo e a responsabilidade e a *accountability* políticas das autoridades eleitas em relação às demandas expressadas na sociedade civil.

O autor (Morlino, 2015, p. 180) indica ainda oito possíveis dimensões ou qualidades sobre as quais boas democracias podem variar:

a primeira dimensão procedimental é o Estado de Direito. A segunda e a terceira dimensões procedimentais dizem respeito às duas formas de accountability (eleitoral e interinstitucional). A quarta e a quinta são as clássicas participação e competição, que, no entanto, têm um status teórico especial (ver abaixo). A sexta e a sétima dimensões são substantivas em natureza. A última, oitava dimensão, refere-se à responsividade ou correspondência do sistema aos desejos dos cidadãos e da sociedade civil em geral.

Cada vez mais, o tema da qualidade da democracia torna-se central na discussão política são-tomense. Se nos anos noventa esse debate esteve fixado na problemática da transição democrática, a partir do ano dois mil, novos aspectos foram explorados nessa discussão, especialmente relacionados com a legitimidade dos governos democráticos, a capacidade das instituições e a função da comunicação social.

Na opinião de Nascimento (2018, p. 79), em São Tomé e Príncipe *a democracia vai sendo pautada de dinâmicas locais que a distorcem, parecendo, pois, conferir algum fundamento, mesmo se enviesado, à reivindicação de uma democracia adaptada aos padrões culturais locais.*

Para o autor (Nascimento, 2018, p. 84),

por empatia com as noções prevalecentes em África acerca da impossibilidade de democracia, por aceitação do “homem grande” como tradição africana e pelo alheamento da política devido à despolitização e à descrença, pode vingar a ideia da impossibilidade de a democracia assentar arraiais. Ademais, preterida pela procura da sobrevivência, a democracia pode, por exemplo, acabar trocada pela noção de “democracia puramente africana”, adiantada por Teodoro Obian, acerca da qual ninguém saberá dizer em que consiste, a não ser que provavelmente comporta a negação da democracia

Resta saber se as inesperadas mudanças sociais e instabilidades políticas, em particular as sobrevindas à democracia, não afastarão São Tomé e Príncipe dos trilhos democráticos.

CAPÍTULO 2: CULTURA POLÍTICA SÃO-TOMENSE

2.1. Razões históricas da cultura política são-tomense

Para a determinação da cultura política de um povo é necessário a socialização política, porque faculta o desenvolvimento de orientações e disposições psicossociais que leva este povo a ter uma atitude de apoio ou não ao regime político (Furtado, 2015). Nesta linha de pensamento, a cultura política são-tomense precisa de ser analisada no contexto de grandes eventos histórico-estruturais cuja existência e operacionalização tiveram influências diretas ou indiretas no imaginário sociopolítico do povo *forro*.

Na observação dos quadros 1 e 3, nas páginas 10 e 25 respetivamente, nota-se que os ciclos eleitorais sucedem-se com regularidade no arquipélago de São Tomé e Príncipe, permitindo que os cidadãos escolham livremente os governantes do país de entre os candidatos apresentados pelos partidos políticos. Todavia, a democracia são-tomense, como muitas as democracias, enfrenta um paradoxo: as instituições democráticas são objeto de ampla e continuada desconfiança dos cidadãos, (Adiante retomaremos este ponto na parte II, ver quadros 20 a 23).

Quadro 4: Eleições presidenciais em STP

Datas das eleições		Presidentes eleitos
3 de Março de 1991		Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada
22 de Julho de 1996		Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada
29 de Julho de 2001		Fradique Bandeira Melo de Menezes
30 de Julho de 2006		Fradique Bandeira Melo de Menezes
- 17 de Julho de 2011 - 7 de Agosto de 2011	Primeira volta	Manuel Pinto da Costa
	Segunda a volta	
- 17 de Julho de 2016 - 7 de Agosto de 2016	Primeira volta	Evaristo do Espírito Santo Carvalho
	Segunda a volta	

Fonte: Elaborado pelo autor

A colonização, a conquista da independência e o aparecimento da democracia afiguram-se como fatores marcantes e estruturantes, sendo em seguida revistos.

2.2. Regime colonial

Historicamente, os são-tomenses estiveram sujeitos a colonos que impunham as regras de funcionamento da sociedade. No período da colonização, estavam sob a dominação da potência colonizadora. Uma vez alcançada a independência, o Estado, com o seu regime de partido único, assegurava e determinava a estrutura societal e os seus mecanismos. Em qualquer dos casos, deteta-se uma postura de submissão perante os colonizadores.

A colonização, em São Tomé e Príncipe, teve duas etapas: a primeira que começa com o descobrimento da ilha em 1470 e o seu povoamento efetivo em 1593 e a segunda, na metade do século no séc. XX, com a introdução do café (1787) e do cacau (1820) que resultou em mudanças consideráveis na hierarquia social e política no arquipélago (Seibert, 2015). São Tomé e Príncipe sofreu uma dominação colonial durante cerca de 500 anos e que além de ter sido responsável pela implantação de um poder estranho e totalitário, contribuiu para a socialização de uma cultura política de alienação, apatia e distanciamento políticos da sociedade são-tomense em relação à estrutura do poder instituído. Segundo Nascimento (2010, p. 46), *em virtude da feição ditatorial no seu derradeiro meio século, o colonialismo não permitiu a emergência de elite local, nem suscitou o hábito de discussão do futuro do arquipélago*. E

devido a apriorismos ideológicos e políticos geradores de autismo político, sustentáculo da sua feição ditatorial, o poder colonial não promoveu elites locais politicamente moderadas. Ao invés, desqualificou-as pelo silenciamento das dissensões, pela cooptação para cargos subalternos e, ainda, pela sujeição à fidelidade à situação colonial, em virtude do que os são-tomenses tinham de esconder o seu eventual apego a uma solução independentista para a sua terra. Em resultado, indiretamente, o poder colonial alimentou o radicalismo entre os jovens expatriados, também induzido pela bipolaridade política do mundo de então (Nascimento, 2015, p. 185).

A estrutura social e agrária existente em São Tomé e Príncipe teria consagrado a população ao abandono, fazendo com que esta criasse, aos poucos, uma cultura própria, marcada pelo comando da parte dos colonizadores e de obediência da parte dos colonizados, progressivamente marginalizados, acumulando ressentimentos por uma subalternização na qual se sentiam injustiçados (Nascimento, 2010).

O sistema de dominação colonial terá, em alguma medida, responsabilidade pela configuração de uma tendência de valorização das relações familiares, patriarcais e de cunho privado, o que originou uma cultura de clientelismo. Essas relações familiares, associadas ao afastamento do

poder e da sua natureza estrangeira e totalitária, terão impedido o surgimento de uma cidadania independente, autónoma e consciente dos seus direitos e deveres cívicos e políticos perante o regime político.

Segundo Furtado (2015, p. 11),

na ausência do desenvolvimento de um padrão de comportamento orientado para a ação política, ou seja, voltado para as estruturas de input, ter-se-á desenvolvido, no seio da população e, sobretudo, das elites, um padrão de orientação de comportamento que se insere, segundo a categoria proposta e desenvolvida por Almond e Verba (1970), numa linha de imposição política da qual o processo administrativo, que incorpora as estruturas de output se afigura como a sua expressão mais perfeita e acabada.

Atendendo às condições indispensáveis ao nascimento da democracia, que pressupõe a existência de organizações sociais autónomas e garantia de direitos civis e políticos básicos como a liberdade, a igualdade e a participação sociopolítica, verifica-se que, no caso são-tomense, todas essas condições não só não estavam garantidas ou salvaguardadas como impedidas, à nascença.

2.3. Sistema de partido único ou o monopartidarismo

A análise do regime de partido único torna-se pertinente, uma vez que uma condiciona a orientação seguida pelo país durante o multipartidarismo. No que respeita ao partido único em São Tomé e Príncipe, no primeiro período pós-independência a caracterização política é apresentada pela opção por um regime monopartidário, designado por partido único, que surge como consequência de haver um alinhamento do país com o bloco soviético. Quando São Tomé e Príncipe tornou-se independente já o sistema de partido único se tinha generalizado praticamente em quase todo o continente africano (Campos, 2015).

A existência de um partido único, tem como consequência a absorção do Estado e da sociedade e, por conseguinte, esse partido detém o monopólio da atividade política e institui a força como instrumento privilegiado de qualquer ação política. Esta situação aparece tendo como justificação o desenvolvimento de ações que visam o bem-estar em geral.

Ao reportar ao partido único Lipset (1992, p. 165) defende que *o funcionamento do monopartidarismo era enraizado na mobilização da população contra qualquer coisa, nem que fosse contra conspirações no seio da comunidade*. Bobbio (1996) considera esta forma de ver o regime como um Estado totalitário.

Linz e Stephan (1999, p. 57) definem o regime autoritário como

sistemas políticos com pluralismo limitado e não responsável, sem uma ideologia complexa que os norteasse, mas com mentalidades bem características, sem mobilização política extensiva, exceto em alguns momentos do seu desenvolvimento, no qual um líder, ou às vezes um grupo, exerce o poder dentro dos limites formalmente mal definidos que, no entanto, são bastante previsíveis.

Em África o governo monopartidário representou proibição à manifestação ou a algum tipo de demonstração de pluralismo político. No partido único ou o monopartidarismo o poder se centralizava no Partido - Estado e tem como a principal paradigma a defesa da unidade nacional (Macuane, 2000; Araújo, 2000; Vera Cruz, 2015). Neste somente um único partido possui legitimidade para estabelecer e coordenar tudo de um país: o programa político, económico, social e cultural do Estado e o seu líder, tem como finalidade estabelecer um Estado forte, com fiscalização de todas as atividades políticas do país (Évora, 2004; Vera Cruz, 2015).

Para Carvalho (2008), a maneira como o poder Executivo e Legislativo estão institucionalizados em regimes autoritários e democráticos expõe uma grande disparidade entre eles: os regimes políticos autoritários tendem a fortalecer o poder do Executivo em detrimento do Legislativo, privilegiando a autoridade de quem exerce a chefia do governo pois, (Carvalho, 2008, p. 57) *para se manter no poder, o chefe político precisa de ter o controlo sobre todos os níveis de soberania e, para isso, torna-se fundamental bloquear as esferas responsáveis pela representação popular.*

Para Wesp (2011), no regime autoritário a ideologia é uma mentalidade, uma visão parcial de valores ou de interesses de conteúdo vago, apoiado mais em emoções. São ideias mais circunscritas e peculiares, de difícil exportação para outros Estados que não aqueles onde elas conseguiram surgir.

Na ótica de Dahl (2005, pp. 25-26) a democracia é *um regime político que tenha, como uma de suas características, a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos.* Deste modo, a democracia é um sistema que tem por base a participação e a contestação dos cidadãos no governo. O regime político, erigido logo após a Independência Nacional, em 12 de Julho de 1975, não se enquadravam dentro da definição proposta e desenvolvida por Dahl (2005) do que seria considerada uma democracia e estariam

a ser colocados de lado todos os sete critérios procedimentais⁸ avançados por ele como definidores da poliarquia, não estariam a ser salvaguardados pelo regime.

Durante as negociações da descolonização, em novembro de 1974⁹, os líderes políticos do país não hesitaram em enveredar por um regime onde um só partido tinha voz, o monopólio e também o controlo da esfera política e económica. Tendo adotado o regime de partido único, baseado no socialismo de estilo soviético, São Tomé e Príncipe tinha como objetivo implantar um estado forte com uma sustentabilidade no poder popular, no sentido que refere Évora (2004). Manuel Pinto da Costa era o líder que comandava o partido único e este desempenhava um forte fiscalização sobre as chefias militares, na polícia, ou na magistratura. Os órgãos do partido transformaram o Estado (Nascimento, 2010; Vera Cruz, 2014).

Para garantir a estabilidade política, o sistema do partido único foi encarado por algumas elites africanas, como o único meio que podia unificar as forças políticas e apaziguar as diferenças étnicas, assim como resolver pequenos conflitos com a intenção de controlo do poder existente, na altura, em África. Em relação à sustentabilidade económica, esta foi defendida como instrumento da unidade nacional, pois permitia o desenvolvimento socioeconómico. Nesta ótica, Évora (2004) é de opinião que em São Tomé e Príncipe, a legitimidade história da luta pela independência justificou o monopartidarismo e foi o único meio para garantir a unidade e a coesão nacional garantindo, por conseguinte, o desenvolvimento socioeconómico do país.

O sistema do partido único, em São Tomé e Príncipe, começou com a Independência Nacional, em 12 de Julho de 1975. Após o 25 de Abril, a conquista da Independência chegou pela mão dos jovens estudantes agrupados na Associação Cívica Pró-MLSTP. Estes capitalizaram tanto a exteriorização do ressentimento dos cidadãos, ao longo de décadas de marginalização, contra os colonos como também a exaltação de um futuro risonho, após a expulsão dos colonos (Nascimento, 2010). Pode-se caracterizar o período do partido único são-tomense de *leviatã hobbesiano* que propõe um Estado onnipotente e todo-poderoso.

Segundo Nascimento (2018, 76),

⁸ Em *A Poliarquia*, Dahl assinalava oito critérios definidores de um regime democrático e numa publicação posterior *On Democracy* (1998) ele resumiu-os em seis: 1) Funcionários eleitos; 2) Eleições livres, justas e frequentes; 3) Liberdade de expressão; 4) Fontes de informação diversificada; 5) Autonomia para as associações e, 6) Cidadania inclusiva.

⁹ O acordo de Argel foi assinado em Argel pelos representantes de Portugal com os Movimentos de Libertação dos PALOP, onde é definida a independência dos mesmos.

O regime de partido único quis limitar a iniciativa individual mas suscitou o esquema ou candonga, o mercado negro e a informalidade, a que as pessoas recorreram para compensar a perda de rendimento e para obter bens de primeira necessidade. Se não favoreceu, a política monolítica no mínimo permitiu a constituição de laços de mando social à margem do Estado. A cupidez dos mandantes e as necessidades do comum das pessoas laboraram conjuntamente para diminuir a autoridade do Estado, ignorar ordenamentos jurídicos e mudar conteúdos das relações económicas e sociais.

No período do regime monopartidário, o Estado apoderou-se do controlo económico - através das nacionalizações das roças e da criação de empresas estatais -, fazendo com que o rumo da economia se baseasse somente na planificação que era feita pelo Estado, indo ao encontro, principalmente, dos interesses das empresas públicas que eram lideradas por membros do partido. Durante este período, o Estado são-tomense foi onnipresente em toda a esfera da sociedade, controlando a distribuição de bens materiais e dos privilégios políticos. Como consequência disso, a instauração de um regime político de partido único com uma presença fortíssima do Estado em todos os sectores de atividade e uma incipiente iniciativa privada também contribuíram para uma certa passividade dos são-tomenses em relação à defesa dos seus próprios interesses. Araújo (2000) estima que neste período, o Estado nada fez para o melhoramento da gestão da coisa pública, nem para o controlo do clientelismo político entre os militantes do partido. Vera Cruz (2014, p. 7) afirma que enquanto durou o partido único em São Tomé e Príncipe, *o PR foi o comandante de todas as operações do Estado e a única pessoa com autoridade para regular todos os aspetos da vida pública. Neste período, através do clientelismo, os militantes do partido tudo fizeram para conseguirem o melhor posicionamento na função pública, para melhor controlo do bem público.*

Embora numa conjuntura de maior legitimidade institucional analogamente ao sistema colonial, a relação entre o Estado e a sociedade foi modelada, durante esse período, por lógicas autoritárias, pois todos aqueles critérios definidores que possibilitam distinguir democracia de autoritarismo não se faziam presentes. Era um regime político de partido único do qual nasceu *um regime político autoritário, de matiz socialista. O Estado foi submetido a este partido* (Nascimento, 2010, p. 48). Num tal cenário, os valores culturais alcançados e partilhados pelos cidadãos em diversos espaços de convivências e relações interpessoais e institucionais não deixam de ter, como sugerido por Seibert (2015) e Nascimento (2010), em sua essência, marcadamente autoritário. Neste sentido, a cultura política da sociedade são-tomense foi marcada pela ditadura por parte das estruturas burocráticas ou administrativas do Estado, impedindo assim o desenvolvimento de uma orientação participante no seio da sociedade civil, capaz de se constituir num instrumento de participação, influência e controlo social nas decisões políticas. Esse facto, fortaleceu ainda mais a internalização de orientações

cognitivas, afetivas e valorativas, inibidoras, quer da participação ativa dos cidadãos nas estruturas de *input*, ou seja, na orientação de reclamações a partir da sociedade civil e no controlo e fiscalização dos dirigentes no poder, assim como no reconhecimento do seu próprio papel, enquanto sujeito ativo e útil na arena política.

O período que sucedeu à colonização e se estendeu até à abertura ao multipartidarismo, ocorrida em 1990, fica assinalado pela presença de uma cultura política que se caracteriza pelo autoritarismo, perseguição e conflitos, pois cabia ao Estado, nesse caso o partido único, a organização das massas populares em estruturas partidárias que depois eram objeto de instrumentalização ou manipulação política. Para Ceita (2012, p. 356) *não era de admirar, pois o regime do Partido Único tinha culminado o autoritarismo de um só homem, incapaz de resolver os sérios problemas económicos do Povo.*

Em África, em geral, e em São Tomé e Príncipe particularmente, durante o período de monopartidarismo, estabeleceu-se uma cultura política de passividade ou de sujeição, segundo o modelo de Almond e Verba, 1970, em relação às estruturas político-partidárias do sistema, impedindo, portanto, o surgimento de grupos sociais ou organizações da sociedade civil que pudesse estimular o autogoverno enquanto requisito essencial para o bom funcionamento de um regime democrático. O sistema do partido único conduziu à uma paralização da cultura cívica e incitou à conceção de um tipo de cidadão apático incapaz de contribuir para a transformação da sua realidade (Baquero, 2001; Furtado, 2015).

O sistema do partido único em São Tomé e Príncipe terá contribuído para o desenvolvimento de um sentimento generalizado de ineficácia política na maioria dos cidadãos, levando-os a autocensurar-se perante os feitos políticos e a compreender que não têm capacidade para influenciar na política vigente da época. Nesta ótica, na aceção de Seibert (2010, p. 52), *a par da retórica independentista, o exercício político pelas “massas” era ritualizado e limitado, porquanto o poder decisório estava na posse de um grupo assaz circunscrito.*

A concepção ou a imagem do cidadão que terá prevalecido na sociedade são-tomense daquela época parece ser aquela que enaltece e privilegia a “passividade”, visto que, para a maioria desses indivíduos, talvez significasse a mesma coisa a sua participação ou não, na medida em que o sentimento amplamente partilhado é aquele que reforça a sua impotência e incapacidade de contribuir de forma significativa para a alteração do *status quo*. Basta notar, por exemplo, como diz Seibert (2010), a tendência generalizada no seio desta sociedade em tentar fugir ou

evitar discutir assuntos públicos ou políticos na esfera pública, bem como a tendência de atribuir maior supremacia à esfera privada das interações pessoais, desenvolvida no núcleo familiar e grupo de amigos, do que à esfera pública de partilha e interação abrangente com diferentes grupos sociais, independentemente dos laços familiares ou quase familiares que eventualmente os une.

Logo após a independência de São Tomé e Príncipe, nasce no seio do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe vários conflitos internos com o intuito de obtenção de posições políticas de destaque, para melhor posicionamento no aparelho de Estado. Estes conflitos fizeram além de provocar divisões internas e clivagens na elite política são-tomense provocaram, naturalmente, vários problemas económicos ao país (Araújo, 2000; Vera Cruz, 2014; Nascimento e Cardoso (2008).

A descolonização em África não seguiu toda a mesma senda para a democratização plena. As mudanças nos países dos regimes monopartidários e dos regimes militares iniciaram, na sua maioria, com protesto político e evoluíram com reformas de liberalização e, na sua generalidade, conseguiram instalar um novo regime através da realização de eleições livres e competitivas (Bratton e Walle, 1998; Vera Cruz, 2014).

O período do partido único foi um obstáculo à transição democrática nalguns países, visto que o poder do Estado estava centralizado numa pequena elite política. Porém, os fatores como a mudança do regime soviético, a queda do muro de Berlim e a libertação de Nelson Mandela em 1990 fomentaram a democracia e o fim do regime do partido único. Estes acontecimentos permitiram que muitos países africanos dessem os primeiros passos para uma transição democrática. Todavia, a mudança política do monopartidarismo para o pluripartidarismo nos PALOP não teve uma análise ou mesmo um agendamento de um era de transição precedido de um amplo debate público (Évora, 2004; Jauara, 2004; Vera Cruz, 2014).

Em 1975 os independentistas não tenham duvidado da sua capacidade de transformar a sua terra num país melhor. Para os independentistas, a sua ideologia perilava-se como instrumento bastante para moldar os nacionais. A mudança parecia ao alcance da mera vontade e, acima de tudo, a expulsão dos colonos sem as riquezas de que anos a fio eles se tinham apropriado indevidamente fundavam a crença num São Tomé e Príncipe mais próspero e justo. Sumariamente delineada, a mudança parecia atingível, uma vez o país posto em consonância com a marcha histórica da humanidade (Nascimento, 2018). Segundo este autor, (Nascimento,

2018, p. 65) *sabemo-lo hoje, as bases de tal convicção eram débeis, mas, ao tempo, ela era poderosamente atractiva para quem imputasse a pobreza e os desequilíbrios sociais ao nefando colonialismo.*

O regime ditatorial não foi uma escolha dos são-tomenses, mas sim a junção de vários factores como a imposição dos condicionalismos externos, a inebriação da vindoura independência e a imposição difusa, em 1974-1975 os são-tomenses permitiram que os exilados, mais tarde dirigentes, apontassem a ditadura, como a sua escolha. Na ótica de Nascimento (2018, p. 71), *ao arrepio da condescendência ideológica da época, diga-se que a ditadura no pós-independência foi uma escolha de alguns que, muito facilitada por factores conjunturais, vingou face à rendição de muitos, não sendo linearmente imputável a liames da ditadura colonial. A ditadura foi uma escolha de dirigentes que, beneficiando da conjuntura política, desconfiavam do povo em nome do qual pretextavam falar.*

3.4. Abertura democrática

Com a chamada Terceira Vaga, começado em 1974, chega ao Continente africano as eleições e o multipartidarismo. Com este evento a paisagem política em África muda claramente no plano interno e no plano internacional, particularmente a partir dos anos 1990. A nível interno, vários factores tiveram na base destas transformações: o fracasso das políticas socioeconómicas colectivistas e centralmente planeadas e a crise de legitimidade do regime de partido único); os factores que tiveram na transformação no plano internacional são: o fim da Guerra Fria e a queda do bloco soviético (Sanches, 2010).

Para Sartori (1994, pp. 18-19) *independentemente das condições em que a democracia se instalou em África nos anos noventa, grosso modo, a democracia atingiu um número considerado dos países Africanos. No entender de Braga da Cruz (2008, p. 272), quase todas as revoluções que mudaram a face dos povos foram feitas para consagrar ou para destruir desigualdade. Ou foram os pobres que desejaram tomar os bens dos ricos, ou os ricos que procuraram aguilhoar os pobres.* A democracia é igualmente um regime político que permite e dá garantia de igualdade perante a lei (Braga da Cruz, 2008). Acima de tudo, é imprescindível que a democracia encontre-se consolidada e que exista alguma qualidade na mesma.

Numa transição democrática é necessária a mudança das mentalidades políticas e jurídicas. Segundo Furtado (2015), a teoria da transição para a democracia conheceu enorme evolução a partir da década de 1980, mormente, com os factos apurados ao nível das transições de regime autoritário para democrático em países a nível mundial, interpretando, deste modo, aquilo que Samuel Huntington (1994) denominou a terceira vaga da democratização.

A instauração do pluralismo político e do Estado democrático de direito em África é um processo complexo, porque muitas vezes as clivagens tribais se misturam com partidos e tornam-se um fator desestabilizador na implementação da democracia. O Presidente da República deve ser imparcial, sob ponto de vista partidário, deve ter um papel de controlo, garantir o cumprimento da Constituição e, em caso de conflito ou crise institucional, assumir o papel de moderador (Araújo, 2000; Vera Cruz, 2014).

A democracia é um sistema multipartidário em que o respeito dos direitos das minorias é manifestada pelas regras eleitorais, pela maioria (Sartori (1987; Vera Cruz, 2014)). Ela permite determinar e discutir e depois escolher e decidir quais as políticas mais corretas a seguir. A democracia possibilita a igualdade de voto e política; a obtenção de informação e de esclarecimento quanto às alternativas políticas; ou ainda a participação política efetiva, que significa ter oportunidade igual de opinar em qualquer matéria. A democracia pressupõe também ainda duas dimensões: contestação pública e direito de participação (Dahl, 2000; Vera Cruz, 2014). A democracia faculta igualmente a uma sociedade de ter: representação, igualdade, responsabilidade, participação, dignidade, racionalidade, segurança e liberdade (Przeworski, 2000; Vera Cruz, 2014).

A democracia é um regime político que permite aos governantes eleitos governar e gerir a estrutura do Estado num período previamente acordado. e o resultado de uma democracia dependerá do país e das condições culturais em que ela se desenvolve. Fernandes (2004) defende que a democracia tem dois grandes objetivos, a garantia da liberdade e a obtenção da igualdade perante a lei. É preciso que haja equilíbrio entre estes dois objetivos, pois estes dois objetivos conferem uma característica própria a cada vivência democrática. Por isso, para que ela tenha qualidade e estar consolidada num país, as questões referentes à violação dos direitos humanos, a corrupção, as desigualdades sociais, os abusos do poder e a liberdade de imprensa devem estar resolvidos (Nunes, 2003; Gugliano, 2004; Vera Cruz, 2014).

Para que a democracia tenha qualidade e esteja consolidada, as questões relativas a violação dos direitos humanos, a corrupção, as desigualdades sociais, os abusos do poder e a liberdade

de imprensa devem estar resolvidas. Uma democracia consolidada é aquela em que as instituições democráticas eleitas (Governo, Presidente, Parlamento) encontram-se instituídas e trabalham com normalidade (Nunes, 2003; Fernandes, 2004; Vera Cruz, 2014).

Ao conquistar a independência política¹⁰ da antiga potência colonizadora, Portugal, em 12 de julho de 1975, depois da Revolução dos Cravos, as novas autoridades do arquipélago puseram-lhe o nome de República Democrática de São Tomé e Príncipe. Consideramos que os políticos são-tomenses tencionavam com o termo “democrático” adotado ao nome das Ilhas, apesar de se ter instalado no país o regime ditatorial de partido único, demonstrar a comunidade internacional que no novo Estado independente se vivia ou, pelo menos, pretendia ser edificado um Estado de Direito Democrático¹¹. Porém, em 1990, essas mesmas autoridades reconheceram que o modelo democrático que seguido até aquele momento não era o pretendido pela população e resolveram proceder à mudança do regime democrático socialista para o regime democrático liberal. Escolheram arquitetar o regime democrático numa base liberal, pelo que foi referendada uma nova Constituição¹².

O processo de mudança do regime democrático socialista para o regime democrático liberal arrancou com a Conferência Nacional¹³ e culminou com as eleições legislativas realizadas a 13 e 20 de Janeiro de 1991 e ganhas com maioria absoluta pelo Partido de Convergência Democrática – Grupo de Reflexão, e presidenciais, realizadas em 3 março de 1991 e ganhas pelo candidato Miguel Trovoada. Em São Tomé e Príncipe, a transição do regime monopartidário para o regime multipartidária resultou da iniciativa do partido único, o MLSTP, o que difere dos exemplos dos outros países africanos. Na ótica de Vera Cruz (2014, p. 10) neste contexto, *São Tomé e Príncipe não criou bases que permitissem um compromisso alargado sobre as novas regras do jogo político democrático que viesse a permitir a longo prazo a sustentação e consolidação das regras democráticas.*

¹⁰ Falo de Independência política porque entendo que, até hoje, o país ainda não alcançou a independência económica, uma vez que continua a depender de ajudas externas para realização de mais 90% do seu orçamento anual.

¹¹ As autoridades são-tomenses do período de partido único (1975-1990) sempre defenderam que o país viveu num Estado de Direito Democrático, porém do modelo soviético.

¹² No dia 20 de agosto de 1990 foi referendada a Constituição de 1990 que consagra o regime democrático multipartidário e a liberalização económica.

¹³ A Conferência Geral foi uma série de reuniões organizada pelo partido político no poder ao longo do ano de 1989. O Presidente da República, Chefe de Estado, Presidente do partido MLSTP, Manuel Pinto da Costa, foi quem presidiu todas as reuniões que no fim elaborou-se uma proposta de mudança do regime democrático socialista monopartidário para um regime democrático liberal multipartidário e de economia de mercado.

Tanto a independência política, em 1975, como a abertura ao multipartidarismo, em 1990, foram desenvolvidos, de cima para baixo, através de uma pequena elite que se arrogou liderar esses dois processos. Segundo Vera Cruz, (2014, p. 10) *em São Tomé e Príncipe a transição do regime monopartidário para o regime pluralista proveio da iniciativa do partido único. É em meados de 1987 ... que os governantes começam a dar os primeiros passos para uma transição democrática.*

Tal como sucedia no período colonial, aqueles que se posicionavam de forma destacada pelos atributos que possuíam, definiram o futuro do país, sem um envolvimento direto do povo. Para Carvalho (2001, p. 140)

dentre o conjunto dos fatores, os que estão associados à ordem histórica apresentam-se como os mais importantes. De facto, o modelo de dominação social que caracterizou as primeiras décadas do período pós-colonial ao implicar a emergência de um único ator político, os mecanismos de legitimação do poder político até a “era de democracia pluripartidária”, iniciada em 1991, não tinha como fundamento a escolha dos projetos políticos e com ele as próprias estratégias de reprodução social alternativas.

A transformação política de 1990-1991 foi engendrada por membros da elite política, que estavam insatisfeitos com a governação, até aquela altura, não se tendo verificado uma adesão ou participação expressiva das massas. A mudança de início da década de 90 traduziu-se na reconversão das arquiteturas política e institucional ao modelo ocidental, depois de referendada em 1990. Em São Tomé e Príncipe, o processo culminou com a transição democrática do regime concretizada em 1991, aquando da realização das primeiras eleições livres, pluripartidárias e de voto secreto. Em 1991, entrou em vigor uma nova constituição e o país passou a ter uma democracia representativa. A palavra de ordem seria a da mudança, com a qual o até então exilado Miguel Trovoadá capitalizou vasto apoio popular para a sua eleição como presidente, através do Partido da Convergência Democrática-Grupo de Reflexão (PCD-GR).

A nível da organização partidária, apenas PCD conseguiu estruturar-se convenientemente para poder concorrer às eleições de Janeiro de 1991. É certo que o tempo que decorreu entre a mudança constitucional e a realização do escrutínio foi bastante curto para permitir que mais forças partidárias pudessem emergir e participar no escrutínio. Como se disse, o PCD era constituído, essencialmente, por aqueles que tinham exercido uma pressão efetiva sobre o regime de partido único – sendo alguns dissidentes do MLSTP – daí estarem mais preparados para ir às urnas no início de 1991. Na opinião de Carvalho (2001, p. 141)

a relação que passou a existir entre o ator político e ator social foi a de personificação do exercício do poder político. Por um lado, o Estado confundiu-se com os atores políticos, os mecanismos de legitimação funcionava de conformidade com os interesses das elites burocráticas, comercial e intelectual que o “Regime do Partido Único” assumiu como parte substantiva de mudança do modelo colonial... e por outro lado, esta personificação não só é traduzida pela sucessiva mudança dos membros de Governo como a institucionalização de uma ordem social onde a competitividade de trabalho quase que não funcionou como definidor de oportunidade na ascensão na hierarquização social.

Como em Cabo Verde, em São Tomé e Príncipe, o fraco associativismo explica-se sobretudo pela falta de tradição e de envolvimento da população nos processos que deram origem a mudanças no país. Esse aspeto está intrinsecamente ligado à separação elite / massas, isto é, apenas a minoria letrada ou com poder económico é que tende a organizar-se em grupos de interesses (Ramos, 2013). Apesar da mudança política, com consequências económicas, a maioria dos são-tomenses continuava a estar afastada do centro de tomada de decisões. Devido à pobreza económica e ao esgotamento do modelo de partido único, a abertura política mostrava-se inevitável e a mesma viria a ser realizada, como já se disse, em 1990. Todavia, esse processo de abertura ao multipartidarismo e de dissolução do regime autoritário e, a consequente implantação do regime democrático, não envolve a mudança automática naquilo que são as orientações e padrões de comportamento dos cidadãos adquiridos ao longo do tempo. Neste sentido,

erodindo a cultura de reverência social e de obediência herdada do tempo colonial, a progressiva corrosão da regulação social de outrora plasmava a vida coletiva no arquipélago. A conflituosidade política medraria refém deste plasma de meias palavras e de conveniências sociais, por um lado, e da personalização e do consequente agravamento dos conflitos políticos, por outro. Em vez de competição por programas políticos e sociais, a fulanização dos conflitos assentaria arraiais na luta política. As formações partidárias começaram a ser encaradas como instrumentos de desígnios pessoais (Nascimento, 2010, pp. 54-55).

Pode haver no autoritarismo uma cultura política. Nesta ótica a democratização pode ser entendida como um processo mais longo de transformação da cultura política e das relações entre o Estado e a sociedade. A mera transição democrática não é suficiente para a transformação da cultura política na medida em que o processo de transição não se conclui forçosamente numa cultura política democrática (Avritzer, 1995; Furtado, 2016).

Em São Tomé e Príncipe, segundo Nascimento (2012, p. 20),

Após a independência, a perpetuação do isolamento do tempo colonial, o efeito constrangedor da repressão política, qual réplica do sucedido no colonialismo, e do monolitismo do discurso ideológico do líder, que preenchia totalmente o espaço público, ainda fizeram baixar mais o nível intelectual, ético e político do pensamento

coletivo sobre o rumo da sociedade são-tomense, aspeto com importância na recente trajetória do país. Na verdade, a trajetória política também depende da densidade do espaço público. Uma vez falida a ideologia, aos são-tomenses sobrou a auto-perceção da sua própria índole, hoje tecida da leitura da história recente em tudo avessa às promessas da independência e comprovativa da duplicidade dos políticos.

Segundo Nascimento (2010), nota-se uma ampla adesão ideológica tanto da elite política como da população aos valores e princípios democráticos. Apesar de o país se abrir à democracia, o ambiente político continuou a ser de autoritarismo, de intriga e de apatia. Assim, afirma Nascimento (2012, p. 19), *rompera-se o pensamento monolítico, mas os partidos tenderam a caracterizar-se como agregados sem perfil ideológico, fulanizados e meramente instrumentais na disputa do poder. Desde cedo, se começou a realçar a subalternização do regime democrático à lógica clientelar.*

Diferentemente dos outros países africanos a transição para a democracia em São Tomé e Príncipe não foi antecedida de um clima de conflito ou mesmo de instabilidade política, social e económica como se verificou noutros. O poder político iniciou e conduziu a transição até às eleições gerais democráticas, sem atropelos e conseguiu-se fazer a transição para a democracia com participação de todos os partidos. As primeiras eleições democráticas decorreram sem incidentes (Nascimento, 2010; Araújo, 2000; Vera Cruz - 2014).

O apoio à democracia tem vindo a aumentar consideravelmente entre os são-tomenses que, ordinariamente, discordam com outras formas de regimes não democráticos (conforme se poderá verificar adiante no estudo empírico na parte II). Todavia, depois de duas décadas da instalação da democracia, patenteia-se certo saudosismo do autoritarismo de certos cidadãos cuja socialização política se deu em contextos não democráticos marcados pelos sistemas de dominação colonial e de partido único.

2.5. Tipos de cultura política no contexto sociopolítico são-tomense

Como afirma Brotto (2013), pensar a cultura política, nas suas formas e expressões, envia-nos a relações estabelecidas entre valores, normas e atitudes que permeiam e integram os comportamentos, direções e diretrizes políticas numa sociedade. Considerando a construção histórica, delimitada pelas referências à constituição de uma categoria explicativa de fenómenos que abarcam distintas e complementares áreas de conhecimento, delimita-se como

relevante o entendimento da cultura política enquanto um conjunto de traço de uma sociedade que se perpetuam ao longo de processos transitórios e de transformação social.

Seibert (2002, p. 318) afirma: *do topo à base, a administração pública enferma de uma mentalidade e atitudes provavelmente incompatíveis com qualquer perspectiva de desenvolvimento. Esta conduta, caracterizada por uma falta de dinamismo e de indolência geral, é localmente descrita de leve-leve e define virtualmente o modo de vida dos são-tomenses, particularmente dos forros*. A cultura política dos são-tomenses caracteriza-se não só no seu modo de ser e estar mas também na sua cultura e na prática política das suas elites. Fukuyama (2015, p. 575) salienta que *as elites são hábeis a transformar os seus interesses em verdades universais... e é comum as elites queixarem-se de que os eleitores preferem políticas "populistas"*.

Da investigação feita à sociedade são-tomense, com os participantes do Distrito de Água Grande¹⁴, constata-se que na sociedade são-tomense existem várias complexidades, tais como, a procura pela fortificação dos seus partidos políticos, a não consolidação de uma economia que crie critérios mínimos de repartição de riqueza e o agravamento da situação socioeconómico no país.

A maneira específica da convivência social dos são-tomenses, marcada pelo relacionamento familiar e de uma política personalizada, influi grandemente nesta perceção da sua cultura política. Seibert (2002, p. 239) corrobora esta ideia declarando que *a política em São Tomé é fortemente personalizada, enquanto questões pessoais são frequentemente politizadas*. Na sua ótica (Seibert, 2002, p. 462), *num país com limitadas oportunidades económicas fora do aparelho estatal, o poder político é uma importante via de acesso à obtenção e distribuição de recursos. Logo, a competição política desde a independência tem sido, em larga medida, estruturada em torno de princípios de solidariedade familiar*.

Em consonância com o que identifica Oliveira (2013), para Portugal, o problema fundamental de São Tomé e Príncipe parece assentar na predominância de uma cultura política excessivamente inclinada para o interesse individual, em detrimento do interesse coletivo, do bem comum e da inovação social.

Para Nascimento (2018, p. 86),

¹⁴ Ver os resultados do *focusgroups* realizados, na segunda parte.

a evolução do arquipélago permitirá verificar em que circunstâncias o nacionalismo se relaciona com confiança e esta com a capacidade de compaginar a conflitualidade no seio das instituições e da democracia, separando conflitualidade democrática da violência enquanto sendas distintas de acesso ao poder. As inesperadas mudanças sociais e derivas políticas, em particular as sobrevindas à democracia, afastaram São Tomé e Príncipe quer da matriz conservadora do colonialismo, quer dos desígnios revolucionários. Resta saber se não arredarão o país dos trilhos democráticos, mesmo se arvorando a bandeira de uma qualquer democracia puramente africana tão espúria quanto a igualdade do socialismo ou a paz do colonialismo.

Tendo em conta o que foi dito, podemos dizer que em São Tomé e Príncipe encontra-se os traços dos três tipos da cultura política apresentada pelo Almond e Verba: cultura política paroquial, cultura política de sujeição e cultura política participativa, com traços de cultura política assertiva, de acordo com a ideia de Dalton e Wezel¹⁵. Ao longo do tempo, por causa da sua condição de insularidade, do seu clima agreste e das contingências políticas específicas, a cultura política de São Tomé e Príncipe foi tomando um estilo próprio, adaptando-se à realidade desta pequena ilha e do seu pequeno Estado. Pensamos que esta propensão deve ser legitimada pelos posteriores investigação, visto este ser um estudo exploratório

¹⁵ Esta afirmação será melhor aprofundada na segunda parte deste trabalho, com a realização dos diferentes *focusgroups*.

CAPÍTULO 3: GEOPOLÍTICA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

3.1. Contextualização

Na história recente de São Tomé e Príncipe, registam-se três etapas demarcadas por grandes mudanças ao nível político e económico, que circunscreveram o seu processo de desenvolvimento socioeconómico nos últimos anos: a colonização, a Primeira República e a Segunda República.

A análise dos factores geopolíticos e geoestratégicos é usada para desenharas potencialidades e as vulnerabilidades. Todavia, segundo Dias (2005, p. 222), estes factores *não definem, por si só, o poder de determinado actor, mas providenciam contribuição significativa para tal e para uma decorrente interpretação da realidade, quer nacional, quer internacional, utilizada em diferentes escalas, desde a regional até à mundial.*

Na ótica do Romana (2016, p. 46), *a geopolítica tem por escopo estudar a relação entre o poder dos Estados e a sua otimização com base em fatores geográficos, físicos e humanos, no quadro da afirmação externa dos seus interesses estratégicos... e constitui a geratriz macro do poder sempre estruturada numa narrativa sobre o espaço-território.* Para Balão (2011, p. 347), *esta ciência tem como objecto de estudo as relações entre a política e o espaço.*

O estudo das políticas públicas que possam influenciar o desenvolvimento do arquipélago de São Tomé e Príncipe passa pelo conhecimento das suas características. Ele tem como finalidade perceber em que medida as sucessivas políticas e acções empreendidas terão ou não tomado em conta as suas vulnerabilidades e as eventuais vantagens comparativas (Barbosa, 2001).

São Tomé e Príncipe, pela sua condição geográfica de charneira entre continentes, pela natureza de Estado arquipelágico, pela sua história, e pelas relações políticas internacionais, permanece como um país singular no quadro regional e mundial. Deste modo, potenciar o posicionamento geoestratégico de São Tomé e Príncipe como nação implica, antes de tudo, compreender essa sua singularidade e implica, principalmente, saber tirar partido efectivo dela.

São Tomé e Príncipe é, do ponto de vista geográfico, o país que mais perto está do centro do mundo, o ponto de interseção entre a linha do Equador e o meridiano de Greenwich, ponto de latitude e longitude 0,0:0,0 - ou seja, tem uma posição geoestratégica privilegiada. Este aspeto, para além do seu potencial de marketing, mormente na perspetiva do turismo, é um ativo indispensável para o equacionamento de formas sustentáveis de desenvolvimento nacional (Aguilar, 2013). Para este autor estar geograficamente no centro do mundo significa estar no cruzamento das rotas norte-sul e este-oeste do tráfego dos transportes marítimos e aéreos gerados pela globalização e integração das economias dos países.

3.2. Território e fronteiras de São Tomé e Príncipe

O território nacional é um factor fundamental na definição do poder nacional de qualquer país. Ele funciona como símbolo material do País, sede da soberania e fonte do poder humano e económico do Estado. Todavia, no mundo de hoje, globalizado, a interdependência directa entre território e poder, que existia no passado, tem vindo a atenuar-se. Actualmente já não é preciso que um território seja grande para que o Estado tenha peso no plano internacional, mesmo sabendo que os mais fortes e influentes tenham também os maiores territórios. Aliás, um excesso de espaço pode tornar-se numa vulnerabilidade, basta que não exista capacidade de o controlar e de explorar devidamente os seus recursos. O território nacional forma uma realidade objectiva e subjectiva de um País. Ele é o símbolo da Pátria, fulcro de vida da Nação e sede da soberania, constituindo-se no elemento básico em torno do qual se desenvolve e polariza toda a acção de um país (Leal, 2007).

O Artigo 4.º da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe (2003) delimita assim o seu Território Nacional:

1. O território da República Democrática de STP é composto pelas ilhas de São Tomé e do Príncipe, pelos ilhéus das Rolas, das Cabras, Bombom, Boné Jockey, Pedras Tinhosas e demais ilhéus adjacentes, pelo mar territorial compreendido num círculo de doze milhas a partir da linha de base determinada pela lei, pelas águas arquipelágicas situadas no interior da linha de base e o espaço aéreo que se estende sobre o conjunto territorial atrás definido.

2. O Estado são-tomense exerce a sua soberania sobre todo o território nacional, o subsolo do espaço terrestre, o fundo e o subsolo do território aquático formado pelo mar territorial e as águas arquipelágicas, bem como sobre os recursos naturais vivos e não vivos que se encontrem em todos os espaços supramencionados e os existentes nas águas supra-jacentes imediatas às costas, fora do mar territorial, na extensão que fixa a lei, em conformidade com o direito internacional.

Sendo um arquipélago e, por conseguinte, não fazendo fronteira terrestre com nenhum país, o Estado são-tomense não se preocupou muito com as suas fronteiras marítimas e terrestres por dois grandes motivos: primeiro, por não ter potência marítima e segundo, por não se sentir incomodado pelos vizinhos.

Geograficamente, São Tomé e Príncipe é um país situado no centro do mundo. Por isso, esta vantagem geográfica é um convite aos políticos são-tomenses. Para Sousa (2017, p. 144) *a localização geográfica de São Tomé e Príncipe vem conferindo ao país, uma acrescida importância geopolítica, geoestratégica e geoeconómica, atendendo aos novos desafios que se colocam à sub-região Africana.*

O arquipélago de São Tomé e Príncipe é constituído por duas ilhas (a de São Tomé, e a do Príncipe) e vários ilhéus: (das Rolas, das Cabras, de Santana, Quixibá e Gabado). O país tem uma área de 1001 km², tendo a ilha de São Tomé 859 km² e a do Príncipe 142 km². Está situada na costa ocidental africana, na Baía de Biafra, no golfo da Guiné. Os países mais próximos são a Nigéria (a cerca de 300 km), o Gabão (a cerca de 300 km) e os Camarões e a Guiné Equatorial (a cerca de 250 km).

São Tomé e Príncipe possui relevo acidentado, é origem vulcânica e as ilhas são constituídas sobretudo por basalto com picos que alcançam 1.500 metros. O Pico de São Tomé, com 2.024 metros acima do nível do mar, é o ponto mais alto do país. O clima é quente e húmido, com duas estações: o período da gravana, o mais frio e seco acontece entre Junho e Setembro; e a época das chuvas que vai de Outubro a Maio.

As especificidades acima apresentadas conferem a São Tomé e Príncipe uma posição privilegiada, sendo a única ilha do Atlântico Sul, permitindo acesso directo e fácil a um mar aberto. Para além disso, pode ter uma posição central em relação ao oceano Atlântico e aos corredores marítimos e aéreos, com realce no controlo das rotas intercontinentais que ligam a África à Europa e à América do Sul. Neste primórdio do século XXI, o Arquipélago tornou-se como plataforma de projecção de poder da(s) potência(s) hegemónica(s): os Estados Unidos da América, a Europa, a China e de alguns países africanos como a Nigéria, Angola e a África do Sul. A pequenez do território, de algum modo, facilita, em potência, a eficácia da administração, a circulação entre os espaços naturais e a coesão política.

3.3. Importância do mar para São Tomé e Príncipe

A relevância do mar pode ser estudada sob várias dimensões, nomeadamente a dimensão política, económica, da segurança, ambiental, etc. O valor e o potencial do mar são irrefutáveis. O mar é um dos mais ricos patrimónios da humanidade. Ele deve ser preservado e defendido. Para tal, requer-se sólidas políticas marítimas nacionais, regionais e internacionais que promovam a gestão sustentada da sua riqueza, possibilitando desenvolvimento e segurança das comunidades que fazem o seu uso. Segundo Mahan (1890), é graças ao controlo dos mares que um Estado podia ocupar o primeiro lugar na hierarquia das potências.

O reconhecimento do peso do elemento marítimo na definição da nossa índole colectiva, enquanto povo, parece justificar por si mesmo que São Tomé e Príncipe proclame o oceano como elemento central de uma identidade que quer consolidar e de uma imagem que quer projectar.

A confirmação da *maritimidade* oferece múltiplos benefícios à afirmação da imagem de São Tomé e Príncipe. Esse reconhecimento implica um poderoso reposicionamento estratégico e psicológico que trará grandes benefícios para o desenvolvimento socioeconómico do Arquipélago. Para Sousa (2017, p. 144) *STP pode aparecer como a interface marítima e aérea para a região do Golfo da Guiné ou ainda como um destino turístico exclusivo para todos aqueles que pretendam passar umas férias em segurança, onde disponham de uma oferta de qualidade.*

O mar faz parte da identidade e da cultura dos são-tomenses. Ele é um elemento de ligação privilegiada entre os vários países africanos e o resto do mundo. O mar é um meio de comunicação e transporte, uma fonte de alimentos e de medicamentos, de energia e de recursos vivos. Gera empregos e é promotor da economia do país. Simultaneamente, o mar e as zonas costeiras têm um papel essencial no bem-estar e na qualidade de vida da sociedade, quer através das actividades de desporto e de lazer, quer através dos serviços de ecossistema que prestam. Para Sousa (2017, p. 228) os mares e os oceanos

são fundamentais para o desenvolvimento e para a segurança das sociedades, em especial para as comunidades ribeirinhas, que dependem, direta ou indiretamente, do mar como fator de identidade, subsistência..., quer seja na atividade económica diária de pesca de subsistência ou na indústria extrativa, quer ainda como vetor de comunicação e elemento gerador de recursos estratégicos.

O mar é uma componente decisiva da História, Geografia e Política de São Tomé e Príncipe. Por isso, deve-se-lhe conferir sempre uma posição geoestratégica relevante nas relações com

o mundo. A vocação marítima pode e cria oportunidades para o reforço de uma identidade no quadro nacional e internacional. Através do mar pode-se ter um posicionamento com impactos directos em áreas como a Defesa, a Economia, as Relações Internacionais e a Cooperação. Na opinião de Costa (2011), com uma posição central no Golfo, a 350 km da costa, São Tomé e Príncipe tem que aproveitar as oportunidades que tal localização lhe confere e isto pode constituir uma importante vantagem competitiva, criando uma oportunidade única para a sua economia através da atração de investimento estrangeiro. A distância do continente e das principais capitais do Golfo da Guiné torna viável o país constituir-se num autêntico hub (plataforma giratória) da região, transformando-se numa nova central de distribuição de pessoas, bens e serviços para os países da região.

Segundo Lourenço (2011, p. 31), *para a formulação, desenvolvimento e implementação de linhas de acção de uma política marítima, é indispensável desenvolver uma visão integrada que não seja apenas uma justaposição das perspectivas sectoriais*. São Tomé e Príncipe pode basear-se nesta proposta para elaborar uma política clara e objectiva do mar e, para tal, é necessário fazer uso do *cimento conceptual da estratégia que o liga e o mobiliza no contexto dos processos destinados a viabilizar o uso do mar na justa medida dos interesses de desenvolvimento e de segurança* (Ribeiro, 2008, p. 34).

Em São Tomé e Príncipe, o mar é encarado como mais um recurso económico para a subsistência, um reservatório para a actividade piscatória mas, também, como uma ameaça porque nele decorre actividades criminosas de pilhagem de recursos vivos ou não vivos, tráficos ilícitos de pessoas, estupefacientes, armamento, ou outros, imigração irregular e crimes ambientais, actividades como a pirataria, assalto à mão armada contra navios, terrorismo marítimo e actos dolosos de poluição marítima (Lourenço, 2011).

Este recurso natural é fundamental para a subsistência do povo. No plano alimentar, a maior parte das proteínas consumidas no país provém dos recursos piscatórios. Muitos dos seus projectos de política externa são traçados a partir de uma imaginada valia estratégica da posição do país no Golfo da Guiné. Contudo, essa valia depende da segurança marítima numa região onde os arquipélagos de São Tomé e Príncipe e a parte insular da Guiné Equatorial traçam uma bissectriz.

No quadro político actual, a relação de São Tomé e Príncipe com o espaço marítimo sugere nova identidade, desta feita no quadro da pretendida composição de interesses na região.

Certo é que, se tal consciência também decorre do desempenho institucional, a actual situação do arquipélago obrigará os políticos a uma reflexão aprofundada sobre as questões marítimas como um sustentáculo decisivo das relações externas de São Tomé e Príncipe com os outros países vizinhos.

A importância estratégica da posição de São Tomé e Príncipe, em consonância com a sua relevância para o país, o mar é uma prioridade para o seu desenvolvimento socioeconómico. Nesta linha de pensamento, com vista a desenvolver e operacionalizar uma estratégia sólida de São Tomé e Príncipe para o mar, o General Couto (2009) recomenda a necessidade de satisfazer quatro questões fundamentais: saber o que se quer; querer fazê-lo; poder fazê-lo; saber fazê-lo. Para o cumprimento do primeiro ponto é preciso traçar uma política do mar bem definida e ter um conhecimento explícito do mar e do seu potencial económico; para o segundo ponto é preciso uma vontade política de fazer uso das infindáveis vantagens do mar; o terceiro requer possuir uma disponibilidade de informação que permita avaliar objectivamente a situação e a disponibilidade de recursos para o aproveitamento das potencialidades do mar; e, por último, é preciso distinguir prospectivamente o importante do secundário, hierarquizar objectivos, corrigir vulnerabilidades, explorar potencialidades e oportunidades. Nascimento (2011, p.100) propõe: *na falta de meios materiais, importará ao arquipélago conhecer os problemas, fazer escolhas, projectar apostas políticas futuras relativas ao mar e, constituir-se, tanto quanto possível, como parte das soluções para os problemas da segurança marítima na região.*

A afirmação sobre o carácter estratégico do Arquipélago convive com a magnitude dos desafios relacionados com a importância que se dá ao mar. Todavia, segundo Nascimento (2011, pp. 96-97), *para o arquipélago, a noção de segurança marítima implicará forçosamente uma visão holística da segurança na região, de forma alguma cingida a uma perspectiva de segurança exclusivamente militar, a que se tende a reduzir as abordagens da insegurança e da prevenção e gestão dos conflitos na zona.*

São Tomé e Príncipe é um dos países afetados pela pirataria marítima. Nos últimos meses, o Estado são-tomense busca, nas suas relações regionais e internacionais, prevenir-se contra os assaltos no Golfo da Guiné. O ministro Óscar Sousa, ao enumerar os diversos problemas que estariam a prejudicar o Golfo da Guiné afirmou: *os grandes problemas de pirataria, de tráfico de drogas, de imigração ilegal, roubo à mão armada, incluindo ataques nas zonas*

ribeirinhas, e de venda de produtos petrolíferos que tem ocorrido no Golfo da Guiné constituem ameaças desestruturantes dos países da região (OPLOP, 2013).

Melo (2013) defende que as autoridades são-tomenses deveriam *juntar-se à comunidade internacional, participar nos esforços para a contenção do problema que é um problema comum*. Para Nascimento (2011, p. 97) *por causa da assimetria de forças na região e dos relacionamentos bilaterais, o arquipélago deverá ser o mais interessado na promoção da concertação regional, que, para além de objectivos mais imediatos, enraíze como valores a protecção recíproca e o respeito pela soberania*.

Com o aparecimento do petróleo, alguns dos intentos da política externa do arquipélago já se desenham a partir de uma imaginada valia da posição estratégica. É neste sentido que o governo são-tomense assinou um acordo com o governo português sobre a protecção marítima com o objectivo de estabelecer, conjuntamente, uma fiscalização para combater a pirataria marítima na região. Para o ministro português Aguiar-Branco, *este acordo irá enquadrar a colaboração conjunta entre São Tomé e Príncipe e Portugal na vigilância e nas acções de patrulhamento nos espaços marítimos. Será seguramente o desenvolvimento de uma acção que, para esta região e para STP em particular, é de grande significado (OPLOP, 2013).*

São Tomé e Príncipe é um pequeno arquipélago com uma área marítima 160 vezes superior ao seu território. Para o seu país, afirmou o ex presidente são-tomense, o mar possui uma importância vital. Manuel Pinto da Costa defendeu alguns pontos: primeiramente, demonstrou a importância de os países envolvidos precisarem de assinar um pacto de não agressão, que contribuiria em uma intervenção conjunta no combate à pirataria marítima. Em seguida, ele defendeu que São Tomé e Príncipe deveria ser a sede de um centro de informação para a segurança marítima no Golfo da Guiné, pois a localização geográfica centralizada do arquipélago são-tomense confere-lhe uma posição geoestratégica fundamental em vários domínios (OPLOP, 2013). Patrice Trovoadá foi o primeiro chefe de governo são-tomense a criar um ministério que denota algum interesse pelo mar, ao criar o Ministério de Comércio, Economia Azul e Mar.

É preciso ter em conta que segundo Lourenço (2011, p. 38): *tendo em vista que estas perspectivas possam ser entendidas como válidas se aceites por parte das elites dos países lusófonos, julgamos que se pode revelar interessante equacioná-las na óptica de uma*

estratégia do tipo win-win, válida quando está em causa a interdependência e a necessidade de potenciar recursos através de processos de cooperação e colaboração com vista ao mútuo benefício. O mar tem para São Tomé e Príncipe, um papel fulcral na dupla perspetiva de reforço da sua imagem e marca e de via de especialização para o seu desenvolvimento sustentável.

3.4. Demografia de São Tomé e Príncipe

Conforme Leal (2007, p.18), a demografia ou o factor humano é um dos factores geopolíticos mais importantes, devendo ser analisado em qualidade e em quantidade, mas utilizando múltiplos indicadores que nos dizem das capacidades, valores, coesão nacional e possibilidade de fragmentação de uma unidade geopolítica. É sem dúvida um factor que diz muito acerca do estágio de desenvolvimento de um povo e da sua capacidade para progredir ou regredir.

A análise da evolução demográfica em São Tomé e Príncipe, destas duas últimas décadas, desde do ano 2000, demonstra um aumento significativo da população. A tendência de crescimento ainda hoje se mantém com o aumento significativo da taxa de nascimento. Actualmente o aumento da população de São Tomé e Príncipe é cada vez mais acelerado.

Os resultados do último recenseamento geral da população e da habitação realizados pelo Instituto Nacional de Estatísticas, em 2012, publicados em 2013, indicam que São Tomé e Príncipe tem 178.739 habitantes (OPLOP 2013). Os novos números indicam um aumento considerável da população são-tomense, situando-a perto de 200.000 mil habitantes¹⁶.

O Inquérito aos Indicadores Múltiplos (MICS) (GSTP, 2014) em São Tomé e Príncipe, foi realizado, em 2014, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) de STP em colaboração com o projecto PNUD/Fundo Global, no âmbito do programa global MICS, com apoio técnico do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Segundo a UNICEF e o PNUD, o nível de vida da população de São Tomé e Príncipe tem melhorado significativamente.

3.5. Conceito de desenvolvimento socioeconómico

¹⁶ Central Intelligence Agency (CIA). Consultado em 20 de maio de 2019.

O conceito de desenvolvimento socioeconómico não pode ser assimilado sem se compreender antes o conceito de desenvolvimento. Colman & Nixon (1981) explicam o desenvolvimento como um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores condicionados aos desejos de uma sociedade. Logo, depende da idiossincrasia de cada sociedade. Fazendo a distinção entre o crescimento económico e desenvolvimento económico, para estes autores, o crescimento seria o mero aumento da renda *per capita* enquanto o desenvolvimento envolveria transformações sociais.

O núcleo de todas as polémicas sobre a teoria do desenvolvimento socioeconómico está precisamente na definição desses "valores". Por ser, a economia, uma ciência social, ela lida com valores que podem e, naturalmente, são distintos de sociedade para sociedade, mediante costumes e culturas diferentes.

Murteira (1986) e PNUD (2015) sustentam que cada país carece de elaborar o seu próprio projeto de desenvolvimento, visto que cada um tem a sua própria história que não se repete, sendo que, nessa medida, se pode admitir que cada país tem o seu próprio desenvolvimento.

Em relação à questão do desenvolvimento socioeconómico, Fukuyama (1995a) focaliza a confiança como virtude social e criadora do capital social e da prosperidade. Uma variável importante dos índices de desenvolvimento socioeconómico atual está relacionada com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Atesta-se que, nesta direção, o capital social é produtivo para o desenvolvimento socioeconómico das nações e para a vitalidade das instituições democráticas. As formas e os exemplos de capital social são: congregações baseadas na organização comunitária relacionada com a participação cívica em questões de meio ambiente; educação e problemas da comunidade de extensões municipais, e cooperativas de auxílio mútuo, entre outras (Nazzari, 2003).

Na opinião de Putnam (1996), o nível de capital social existente numa sociedade pode explicar o crescimento ou declínio do seu desenvolvimento económico. Além disso, a relação entre um senso de eficácia com as redes sociais e as estruturas cívicas locais ou nacionais tem um grande impacto no desenvolvimento económico e no nível de riqueza das comunidades, bem como na prosperidade e no bem-estar do Estado.

Romana (1997, 2016) estima que o desenvolvimento deverá ser entendido como um processo multidimensional, envolvendo a reorganização e reorientação dos sistemas económico e social, salientando que a concretização do desenvolvimento económico implica

necessariamente mudanças nas estruturas sociais e administrativas, bem como nos valores quotidianos e, em muitos casos, no sistema de crenças e de costumes. Ainda segundo Romana (1997), o êxito do desenvolvimento se encontra ligado à flexibilidade e capacidade de reação da economia, do regime político e da sociedade civil, funcionando todos de forma harmónica para a promoção de metas e objetivos comuns. Por isso, enfatiza o autor (Romana, 1997), que o sucesso da luta do sul contra a pobreza e o subdesenvolvimento que o afetam dependerá da sua capacidade para reformar e regenerar as economias, os regimes políticos e as sociedades que o compõem. Sobre este tema explica ainda Romana, (1997, p. 39): *o desenvolvimento, numa perspetiva antropológica, envolve, em primeiro lugar, o fenómeno da mudança social e cultural. Para o desenvolvimento ocorrer numa determinada sociedade, todas as suas estruturas, principalmente as sociais, as culturais, as económicas e as políticas, deverão funcionar como estimulantes da mudança*. Salienta também o autor (Romana, 2016), que apesar de o desenvolvimento seja usualmente definido num contexto nacional, a sua efetiva realização necessita também da existência de condições sociais e económicas, no plano internacional.

Para Domingues (2001), alguns estudiosos criaram listas de critérios que, segundo eles, retratam o quadro e componentes necessárias ao desenvolvimento socioeconómico. De entre os diversos critérios destacam os de rendimento mínimo, o livre acesso ao emprego, a democracia, a independência nacional e o aumento de produtividade. Além disso, há grande preocupação com os chamados níveis de vida que incluem habitação, alimentação, educação e saúde. Este aspeto é de complexidade atendendo aos contornos estruturais, de ordem social, política e económica, de cada sociedade. Segundo Domingues (2001, p. 1),

alguns estudiosos mais ousados criaram algumas listas de critérios que, segundo eles, refletem condições universais e obrigatórias para o desenvolvimento socioeconómico. Dentre os diversos critérios destacamos a renda mínima, o livre acesso ao emprego, a democracia, a independência nacional e o aumento de produtividade. Além disso, há grande preocupação com os chamados níveis de vida que incluem moradia, nutrição, educação e saúde. Tarefa mais árdua do que a definição desses critérios é a ponderação dos mesmos em respectivos níveis de importância. Neste ponto, esbarramos mais uma vez nos diferentes valores que cada povo atribui a cada item mencionado.

Na ótica de Brito (2015), a análise do processo de desenvolvimento do continente africano representa um desafio, pois obriga a um estudo metódico e aprofundado de realidades marcadas pela diferenciação e pelo particularismo. Para Brito (2015), este exercício pode ser ainda mais complicado quando o campo de estudo é condicionado pela insularidade, reconhecendo que os PEIVD, além de profundamente marcados por elementos simbólicos,

caraterizam-se por um conjunto de fatores que os distinguem dos continentais e que constituem o resultado da sua situação.

Em África, na opinião de Blanchet (1983, p. 118),

o fraco desenvolvimento das economias africanas, suas imersões no conjunto da realidade social e a sua dependência ao estrangeiro ligam-nos estreitamente ao poder vigente. Este tende, desde a independência, a concentrar-se nas mãos duma classe política restrita que aparenta-se cada vez mais a uma classe de dirigente. Calcado sobre o modelo metropolitano, esta superestrutura político-administrativo diferencia-se do modelo metropolitano pela ausência de sustentabilidade de uma infraestrutura autótone.

Carvalho (2014, p. 118) afirma o seguinte:

no que tange ao desenvolvimento económico e social, é muito complicado fazerem-se projecções muito positivas do ponto de vista real e académico pois sabemos que em grande parte dos países do continente as perspectivas concretas não são as melhores. Apesar de ser o continente mais rico (em termos de potencial mineralógico) no planeta terra, as questões estruturais de organização interna de muitos países africanos continuam a condicionar o crescimento dos mesmos. Golpes de estados frequentes, guerras civis, conflitos diversos quer étnicos quer tribais, problemas sociais como a má gestão do erário público e claro um espectro cada vez mais presente de um neo-colonialismo selvagem presente desde os primeiros dias das independências africanas faz com que o desenvolvimento do continente seja de facto uma questão muito preocupante e não muito próxima de ser alcançada na plenitude.

No que concerne São Tomé e Príncipe, tem havido estudos que versam sobre o desenvolvimento socioeconómico. Salientamos aqui a tese de doutoramento de Esterline Gonçalves Género com o tema: *Análise da estratégia de desenvolvimento da União Africana: - uma abordagem geo-social aplicada a STP*, em 2012; o artigo de Armindo Espírito Santo: *Reflexão sobre bloqueios ao desenvolvimento de STP no período pós-independência. Algumas comparações com Cabo Verde*, em 2013. E, mais recentemente, a tese de doutoramento de Maria das Neves Ceita Batista de Sousa, intitulada *STP como um Gateway Regional. Estratégia para um Desenvolvimento Sustentável*, em 2017 e Ângela Viegas Santiago com o tema *Aplicação de políticas macroeconómicas em Microestados insulares. O caso de São Tomé e Príncipe*.

O estudo de Género (2012) teve como finalidade analisar, por intermédio dos dispositivos teóricos de desenvolvimento, a estratégia da União Africana, designadamente, a NEPAD, tomando o exemplo de São Tomé e Príncipe. O objetivo da tese é de testar um novo modelo de desenvolvimento geo-social que realça as vulnerabilidades e a mais-valia de um Estado insular que participa num processo de integração não diferenciado sem inviabilizar iniciativas globais, mas acrescentando alternativas exequíveis para o desenvolvimento e a própria integração regional.

Segundo Género (2012), o desenvolvimento socioeconómico baseia-se na busca da melhor interpretação dos fenómenos económicos e sociais impulsionadores do bem-estar, da sua explicação, analisando os homens nas relações dessa obrigatória interdependência das diferentes sociedades e culturas mundiais. O autor (Género, 2012) realça ainda que o desenvolvimento socioeconómico tende a oferecer valências suscetíveis de, numa só visão, fazer coabitar a abrangência de crescimento económico, da transformação, da modernização, do bem-estar individual. Por esse motivo, Género (2012) pensa que se torna necessário igualar o desenvolvimento socioeconómico ao desenvolvimento humano, na justa medida em que o desenvolvimento socioeconómico não se resume à expectativa de vida, à taxa de alfabetização e demais parâmetros, mas também ao exaustivo conhecimento das estruturas produtivas, o padrão de vida, o progresso técnico e outros.

Na sua tese, Maria das Neves de Sousa (2017), procede a uma análise aprofundada das potencialidades que São Tomé e Príncipe oferece. Nela, é capaz de permitir aos cidadãos são-tomenses perceber e aferir se as mesmas são suscetíveis de garantir a sua transformação num *Gateway Regional*. Ela demonstra ainda que o país é economicamente viável no contexto regional em que se insere, a partir da alavancagem de uma economia que deve apostar gradualmente no setor de prestação de serviços, visando contribuir para relançar o seu crescimento económico e promover o desenvolvimento sustentável. A investigação teve *como objetivo geral estudar e avaliar as potencialidades que o país oferece para garantir a sua transformação num Gateway Regional visando o seu desenvolvimento sustentável* (Sousa, 2017, p. 22).

O objetivo principal do estudo de Ângela Viegas Santiago (2018, p.6) é *verificar se as políticas macroeconómicas podem ser aplicadas em todas economias, indiferentemente da sua dimensão e insularidade*. Para esta autora a condição de Microestado Insular (MEI) impõe importantes vulnerabilidades internas e externas e podem dificultar a eficácia das políticas macroeconómicas pré-formatadas, exigindo a sua adequação ao contexto, contrariamente às prescrições do FMI. São Tomé e Príncipe tem evidenciado ineficácia na implementação de sucessivos programas de estabilização económica sugeridos pelo FMI durante cerca de três décadas. As circunstâncias históricas e a especificidade da estrutura político-constitucional e fraca capacidade institucional fizeram de São Tomé e Príncipe um país fortemente condicionado pelo FMI.

Romana (1997, p. 133) defende: *dadas as condicionantes de vária ordem, próprias de um país de escassos recursos, e com elevada dependência externa, a ajuda internacional – multilateral e bilateral, através de projetos e de programas, constitui uma necessidade vital no quadro da própria viabilização do Estado são-tomense*. É de salientar que esta situação ainda não mudou.

Para Espírito Santo (2008, p. 93), *o insucesso económico de STP é consequência da descoordenação e falta de capacidade de absorção que gera má gestão dos recursos externos e fraca capacidade de realização dos investimentos em relação aos montantes programados*.

3.6. Insularidade e o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe

De acordo com Taglioni (2011), a insularidade significa uma fração de terra rodeada pelo mar e relativamente isolada. Trata-se de um isolamento que se traduz na distância que separa essa(s) porção(ões) de terra dos outros continentes acarretando com isso questões de ordem ambiental, climática, social, entre outras.

No estudo *Questões macroeconómicas em pequenos Estados e as implicações para o engajamento de fundo* (IMF, 2013), os analistas do FMI definem os MEI como sendo um subgrupo de pequenos Estados insulares que tenham populações abaixo de 200.000 habitantes. São Tomé e Príncipe entra nesta definição.

São Tomé e Príncipe faz parte das Pequenas Ilhas-Estado em Via de Desenvolvimento. A *Conferência Global para o Desenvolvimento Sustentado das Pequenas Ilhas-Estado em Vias de Desenvolvimento*, realizada em Bridgetown em 1994, pelo PNUD, elencou os principais problemas dos países das Pequenas Ilhas-Estado, salientando a mudança climática, a gestão dos desperdícios, recursos costeiros e marítimos, água potável, terras, energias, turismo, biodiversidade, instituições políticas e administrativas, cooperação técnica e instituições regionais, transportes e comunicações, ciência e tecnologia e desenvolvimento dos recursos humanos (Romana, 1997).

Segundo World Bank Group (sd, p. 38) *muitas das características socioeconómicas de STP são comuns às dos Estados em Desenvolvimento na África Subsaariana e às dos Pequenos Estados Insulares em todo o mundo*. Os Pequenos Estados Insulares são economicamente mais dependentes comparativamente aos outros Estados e têm vários constrangimentos que

limitam o processo de seu desenvolvimento sustentável. De entre esses factores, temos (Barbosa, 2001; Barbosa, 2018):

a) A dimensão: A pequenez dos Pequenos Estados Insulares faz com que os recursos sejam escassos e pouco variados. Esses Pequenos Estados Insulares têm geralmente uma forte componente de importação. Para além disso, a exiguidade do mercado interno limita seriamente as possibilidades de substituição de importações e tem como consequência a existência de um ambiente de protecção económica e de produtos de fraca qualidade, preços elevados e desenvolvimento de mercados paralelos de produtos estrangeiros, uma forte dependência do mercado externo e a procura relativamente elevada de divisas para fazer face aos custos com as importações. A pequenez dificulta a exploração das vantagens de economia de escala, facilita o aumento do preço das mercadorias, inibe o desenvolvimento de tecnologias endógenas, a existência de pouca concorrência interna, cria problemas ao nível da administração pública e permite uma grande escala de emigração (Barbosa, 2001).

Se no tempo da independência a pequenez do arquipélago foi encarada como um factor diminutivo das possibilidades e das vulnerabilidades do país, actualmente a micro-insularidade pode ser uma vantagem, o que implicará não desaproveitar a sua eventual valia estratégica. Requer-se, para tal, um pensamento político consistente sobre as possibilidades e o destino do país.

b) A Insularidade e o isolamento: Encontrando-se isolados pelo mar, os Pequenos Estados Insulares necessitam de transportes aéreos e marítimos para a importação e exportação com custos unitários elevados. Segundo Barbosa (2001, p. 17), *a localização geográfica de S. Tomé e Príncipe coloca alguns problemas típicos de países insulares e situados a distância considerável dos seus vizinhos mais próximos e potenciais parceiros, para além de constituir dificuldades para uma integração regional e económica vantajosa.*

c) Factores ambientais: Nos Pequenos Estados Insulares os problemas ambientais têm geralmente um grande impacto no desenvolvimento. Preservar o meio ambiente é uma condição essencial para o desenvolvimento sustentável de qualquer país em desenvolvimento e São Tomé e Príncipe não é excepção. Pequeno Estado insular, esta insularidade é agravada pela fragilidade do seu tecido social e económico e acaba por exercer uma grande pressão sobre os recursos naturais, fazendo aumentar a degradação ambiental e a própria pobreza.

d) Dependência do financiamento externo: São Tomé e Príncipe é um arquipélago dependente de apoios externos. Desde cedo foram procurados apoios políticos e recursos no exterior, de modo a habilitar o Estado a desempenhar as suas funções e a realizar os objectivos do seu conceito estratégico, variável em cada época (Barbosa, 2001).

Perante a urgente necessidade do Estado são-tomense de garantir o financiamento das suas instituições públicas e das suas actividades, ocorre sempre o recurso a um novo apoio externo. Como compensação do financiamento externo têm sido implementadas medidas com impacto socioeconómico, sendo notórias as limitações à capacidade decisória do Estado, face aos compromissos contratuais com os credores internacionais.

e) Emigração bastante pronunciada: Tradicionalmente o são-tomense é um povo emigrante, mas, também, o país tem hospedado, nestes últimos tempos, imigrantes de várias partes da África e não só: nigerianos, camaroneses, libaneses, chineses, etc. Antes já tinha albergado cabo-verdianos, moçambicanos, angolanos, etc.

Por causa dos constrangimentos supracitados, muitos MEI, mormente os do Pacífico e São Tomé e Príncipe, asseguram as suas despesas públicas com Ajuda Pública para Desenvolvimento, por via de donativos ou empréstimos (FMI, 2015).

Os imigrantes da zona africana, têm constituído uma ocasião para a criação de alguns empregos, mormente no comércio, mas também criam uma situação de vulnerabilidade que se traduz frequentemente em importação de costumes e hábitos, que não se viam no país, como vendas na rua, exploração dos empregados pagando-lhes salários extremamente baixos, exploração e abusos de menores, agitações sociais, etc.

O fenómeno de fuga das pessoas das comunidades rurais para os centros urbanos também se verifica no Arquipélago. Como se sabe, os centros urbanos são mais atractivos para a população porque oferecem mais oportunidades de emprego, mais progresso social e, às vezes, melhor condição de vida, no caso de São Tomé e Príncipe.

Sendo um arquipélago, confronta-se com situações idênticas às de outros Pequenos Estados Insulares que representam constrangimentos vários à sua economia e o seu desenvolvimento. Os problemas de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe, independentemente de serem de natureza estrutural, são também os que lhe advêm do facto de

ser um país pequeno e insular mas, também, da política implementada ao longo destas últimas décadas.

Para Barbosa (2001, p. 19) *os problemas de desenvolvimento com que STP se confronta resultam essencialmente do falhanço dos vários “modelos” colonialistas, dirigista e democrático-liberal que sucedendo-se historicamente não produziram êxitos, nem contribuíram para a criação de condições para a descolagem económica e a consolidação dos fundamentos duma sociedade-nação*. De facto, as políticas executadas não conseguiram eliminar as fraquezas e as distorções estruturais que são, em grande medida, responsáveis pelos desequilíbrios macroeconómicos crónicos, e muito menos se conseguiu gerar oportunidades para um verdadeiro ponto de partida.

Sendo uma pequena Ilha-Estado em vias de Desenvolvimento, São Tomé e Príncipe, apesar da sua geopolítica e geoestratégia, afirma Romana (1997, pp. 48-49): *as suas potencialidades são reconhecidas, mas o desafio que se coloca é o do desenvolvimento das suas potencialidades, sem configurar uma mudança rápida e intensa susceptível de fenómenos de desequilíbrio ecológico e socio-cultural, que, por sua vez, originem vulnerabilidades permanentes*.

3.7. Desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe

Ao exemplo de outros PEIVD, o país manifesta vulnerabilidades próprias consequentes da sua reduzida população e mercado, do elevado custo dos transportes internacionais, da pouca variação da sua atividade económica, da concentração das suas exportações num só produto - o cacau -, e da dependência das importações (BAD, 2010). Conforme Cardoso (2007), BAD (2010) e Espírito Santo (2013), esta condição é ainda mais grave pelo facto do país apresentar uma reduzida capacidade de gestão da administração proveniente de dois lados. Por um lado, da fraca capacidade institucional de gestão e utilização dos recursos disponíveis, da frágil qualificação dos seus recursos humanos aliada à fuga de cérebros. Por outro, ela provém da inexistência de uma estratégia global de desenvolvimento associada à deficiente aplicação da ajuda externa na criação e modernização das infraestruturas e à incapacidade técnica de criar um ambiente favorável ao investimento do setor privado.

A União Africana, na expectativa de envidar esforços para uma nova fase do desenvolvimento do continente africano criou o programa *A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África* (NEPAD), integrando os aspectos da democracia, da governação, da política socioeconómica

e tecnológica. Esta estratégia do desenvolvimento do continente africano deve ser entendida em dimensão interna – entre os africanos - e em dimensão externa – recolocar África na comunidade e no comércio internacional. Nesta perspectiva, com a NEPAD, a União Africana (UA) acredita poder erradicar a pobreza e promover o crescimento socioeconómico dos países africanos, independentemente das suas diferenças e especificidades geopolíticas.

O sucesso dos países, na ótica de Santiago (2018, p. 16) é, *em grande proporção, medido pelo nível de vida dos seus cidadãos que, por sua vez, parece depender da capacidade dos mesmos contornarem as circunstâncias menos favoráveis e catapultarem as vantagens comparativas que eventualmente tenham.*

Para Género (2018, pp. 27-28),

o tema do desenvolvimento versus subdesenvolvimento, constitui, paradoxalmente, uma problemática complexa, visto que, dentre os critérios que estão na base da sua definição, como o rendimento mínimo, o livre acesso ao emprego, a democracia e a boa governação, a independência nacional, o aumento de produtividade e outros, encontra-se ainda na preocupação com os chamados níveis de vida que passam pela habitação, pela nutrição, pela educação e pela saúde.

Segundo Género (2018, p. 68) *pensa-se que os objectivos preconizados estejam aquém das expectativas... e os Estados signatários da NEPAD, com particular destaque para as economias insulares, como é o caso de STP, sentem dificuldades acrescidas para uma implementação efectiva da iniciativa, no desenvolvimento comunitário.*

Na ótica de Sousa (2017, pp. 66-67),

a elevada vulnerabilidade económica dos PEIVD africanos não deixa de ser um reflexo do seu incipiente nível de desenvolvimento económico e social, que é visível, nomeadamente: na escassez de recursos tecnológicos, mormente em meios de transporte e comunicações; na inexistência de produtos intermédios e de fatores de produção em quantidade e diversidade; na incapacidade para mobilizar recursos; na inépcia para fomentar economias de aglomeração equilibradas; nas incipientes condições de proteção e ordenamento do território; na ausência de políticas públicas; e na presença de um Estado ineficiente e ineficaz.

Ribeiro (2016) apresenta uma contextualização do espaço económico da CPLP e do seu potencial enquanto conjunto de mercados em crescimento e agrupa-os em quatro núcleos: Portugal, um mercado pequeno, maduro e enquadrado no espaço comunitário mundial; Brasil, uma das economias emergentes mais poderosas a nível mundial; Angola, Moçambique e Guiné Equatorial, os países africanos em maior expansão económica e com os mais elevados níveis de crescimento e os restantes países que têm uma representação modesta no conjunto

das trocas comerciais. Para a autora (Ribeiro, 2016, p. 104), a recente crise económica fragilizou as economias baseadas nos recursos petrolíferos e deve ser do *maior interesse para a CPLP ultrapassar a tentação de ver nestes países oportunidades de receitas fáceis e promover o seu crescimento duradouro, através da diversificação de produção e do estímulo de uma economia de serviços... acrescentando a necessidade de atentar nas questões ambientais, humanas e sociais que carecem de proteção e melhoria.*

Quanto a Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, a autora (Ribeiro, 2016, p. 110) afirma *que embora sendo pequenos têm triunfos face aos outros países africanos, pela sua posição geoestratégica na plataforma atlântica e pela sua estabilidade económica, política e social.* E acrescenta: *dada a sua pequena dimensão, a exposição destes países às crises económicas mundiais é muito elevada e é grande a sua dependência da ajuda externa* (Ribeiro, 2016, p. 111). Em São Tomé e Príncipe a actividade económica continuará a ser impulsionada pelo setor dos transportes, da construção, das obras públicas, do pequeno comércio e do turismo. Encontra-se oportunidades na agricultura, pesca, energia, formação profissional, no turismo e setor financeiro. Para Ribeiro (2016, p. 111), *ambas as regiões, o turismo tem um enorme potencial, mas precisa de melhores condições médicas, água potável e fornecimento de energia elétrica, entre outros aspectos.*

Segundo Neves (2006), a África ao sul do Saara é o único problema grave de desenvolvimento que ainda existe no planeta. Como proposta de solução Género (2018, p. 26) considera *que uma das estratégias mais aceitáveis para alterar o status quo no continente africano poderá passar pelo fortalecimento de uma instituição que fale e cumpra em espírito de união, que a faça homogénea e que a defina como um actor geoestratégico e geopolítico determinante na esfera internacional.*

Na opinião de Barbosa (2001), na história de São Tomé e Príncipe registam-se dois períodos marcados por grandes mudanças ao nível político e económico que determinaram o processo de desenvolvimento nos últimos anos: a Primeira República e a Segunda República.

Os traços mais marcantes da Primeira República foram o monolitismo político e a economia centralizada. Para Barbosa (2001, p. 19), *os seus resultados traduziram-se em ineficiência das instituições do Estado, má gestão do desenvolvimento, degradação das infra-estruturas e deterioração das condições de vida da população.* Segundo Género (2018, p. 85) *a característica que se apresenta é a de uma economia muito pobre e assente na agricultura do*

tipo tradicional, em crise há várias décadas. Conforme Campos (2015, p. 248), o modelo escolhido pelo poder santomense instalado após a independência era incompatível com as exigências de abertura económica, situação que conduzia, por um lado, à estagnação do sistema produtivo e, por outro, ao agudizar da crise alimentar. Como consequência desta situação, o regime apresentava algumas vulnerabilidades.

A Segunda República é o efeito da mudança de regime concretizada na abertura democrática. Neste período, o país enfrenta três fases dos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE), resultado do acordo estabelecido com o Banco Mundial: de 1991 a 1993; de 1993 a 1995 e 1996 - 2007. O PAE tinha quatro objectivos principais: a estabilização macro-económica; a realização de reformas estruturais; a melhoria da gestão do sector público; a reforma do sistema financeiro e a protecção aos grupos sociais mais vulneráveis ao impacto do PAE. Na opinião de Género (2018, p. 101), *o insucesso do PAE em STP deveu-se à inadequação de algumas medidas executadas e a fraca capacidade institucional para assegurar a realização cabal dos compromissos assumidos.*

Romana (1997) realça que a ajuda internacional tem sido uma componente fundamental no atenuar das vulnerabilidades socioeconómicas e políticas e na criação de condições mínimas para adopção de uma estratégia de desenvolvimento sustentado nacional.

Para Barbosa (2001), os factores como a fraca capacidade institucional, o carácter excessivamente pesado do aparelho de Estado, a sua ineficácia, a escassez de recursos humanos e financeiros, para a realização das suas atribuições, e a ausência de regras rigorosas no seu funcionamento têm entravado significativamente o esforço de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe.

Na opinião de Espírito Santo (2009, pp. 56-57), *a economia dita informal parece predominar, a ponto de sugerir a reavaliação da noção de informal. Para além destas imbricações sociais, mais de metade das pessoas afectas ao comércio estão-no informalmente, sendo inúmeras as que assim obtêm um rendimento risível. Embora ofereça empregos precários e proventos módicos, a actividade informal é encarada como proveitosa por quem nela se empenha. Segundo este autor, (Santo, 2013, p. 353),*

aceitando-se que, sem economia e sem empresários informais, a pobreza seria maior, importa duvidar das virtudes da economia informal. Por exemplo, não parece que esta possa ser um ninho de empresários capazes de liderar o desenvolvimento do país e de distribuir riqueza, conquanto proporcione patamares de sobrevivência que, nomeadamente, o regime pós-independência a dado passo deixou de garantir. No plano político e social, não parece

que gere lideranças políticas, ao invés, contribuirá para acentuar a dependência pessoal e a atomização dos indivíduos, também empoladas pela pobreza.

Armindo Espírito Santo (2012, p. 280) é de convicção que em São Tomé e Príncipe, com a independência, *a institucionalização de um regime político caracterizado por um controlo social severo, o aprofundamento da prática do comportamento neopatrimonialista, a partir dos anos noventa, e a tendência para o individualismo não favoreceram o espírito de unidade em torno de um objectivo comum para o desenvolvimento.*

Para o autor acima citado (Espírito Santo, 2012), os valores culturais estruturadas na sociedade forra (o clientelismo, tráfico de influência, subserviência, intrigas, relações de dependência, corrupção e desprezo pelo trabalho) reativos, precários e resistentes ao progresso e ao bem-estar geral, (...) constituem o principal bloqueio ao desenvolvimento do país. Para chegar ao desenvolvimento é preciso *que os membros da elite local percepcionem o desenvolvimento pelo abandono dos valores culturais contrários ao desenvolvimento, bem como das seguintes práticas: a cultura de festas frequentes, da sexualidade promíscua, da ganância pelo dinheiro (...) e corrupção* (Espírito Santo, 2012, p. 282).

O Instituto Nacional de Estatística (BCSTP, 2015), aponta que a economia são-tomense apresentou, em 2015, uma considerável desaceleração do PIB comparativamente ao ano precedente, tendo registado, em termos reais, um crescimento de 3,9% contra 6,9%, o que representa uma desaceleração de 3,0 pontos percentuais. Hélio Almeida, governador do Banco Central de São Tomé e Príncipe, anunciou, no tradicional balanço económico do fim do ano que a economia são-tomense deverá registar um crescimento do PIB na ordem de 4%, a inflação deverá manter-se em 6,5 %, tendo perspectivado para 2018 um crescimento de 5 % em matéria de estabilidade de preços. Todavia, na opinião do Fundo Monetário Internacional (FMI), numa missão a São Tomé e Príncipe, liderada pela economista Xiangming Li, o crescimento económico de São Tomé desacelerou para 3,9% em 2017. O FMI mostra-se apreensivo quanto à estabilidade macroeconómica e, sobretudo, quanto ao rigor orçamental em ano de eleições. A inflação em termos homólogos aumentou para 7,7 por cento no final de 2017, impulsionada sobretudo pela pluviosidade extemporânea e fatores extraordinários, como novos impostos e taxas sobre as importações, acrescenta a equipa do FMI.

Para David, Diretor do Centro de Investigação e Análises de Políticas para o Desenvolvimento (CIAD) (PNUD, 2014, p. 13), *a limitada base de exportação e a alta*

dependência das importações tornam o país vulnerável a choques externos: sujeito ao elevado risco de endividamento (disponibilidade de financiamento não concessional ao orçamento e ao crescimento). A sustentabilidade externa exige a contenção do endividamento externo e reformas para alargar as exportações e estimular o crescimento.

Para o Banco Africano de Desenvolvimento (PNUD, 2014), as dificuldades que se prendem com o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, além de serem de natureza estrutural, são também as que decorrem do facto de ser um PEIVD. Sendo um Arquipélago, confronta-se com situações idênticas às de outros PEIVD que representam diversos constrangimentos à sua economia. Segundo Fernando Campos (2015, p. 248), *a estagnação de São Tomé e Príncipe apresenta duas situações distintas: por um lado, a existência da necessidade de abertura económica com vista a resolver o problema do atrofamento a que o país estava voltado; por outro, um regime fechado que impossibilitava essa abertura económica já que a comunidade internacional não via com bons olhos o regime político em vigor.*

Segundo Nascimento (2018, p. 72),

o pano de fundo da situação económica e social é o do acelerado crescimento demográfico, contrastante com estruturas económicas aparentemente incapazes de criar emprego. Entretanto, ao invés do socialismo, chegaram o capitalismo informacional, a globalização e outras dinâmicas, que não só negaram a linearidade do caminho a percorrer, como evidenciam o crescente fosso do arquipélago face, não mais a um desígnio vago e ideologizado, mas a patamares de inovação e de transformação de que também a periferização o ajuda a distanciar.

Na avaliação feita pelo Presidente são-tomense, Evaristo Carvalho (2017), no discurso das comemorações do 42º aniversário da independência do país afirma: o país vive dependente da generosidade internacional e a economia continua desequilibrada e persistente na sua relação de dependência com o exterior. As nossas despesas de investimento são financiadas em mais de 90% com recursos externos, o que limita às autoridades a possibilidade de execução de uma política genuína de desenvolvimento sustentado. A nossa economia continua desequilibrada e persistente na sua relação de dependência com o exterior.

Para World Bank Group (sd, p. 14) o crescimento económico em STP tem sido impulsionado por uma dependência insustentável às despesas públicas, especialmente ao investimento público financiado com donativos ou empréstimos. Para gerar um crescimento robusto e inclusivo a longo prazo, o país deve agora reorientar a sua economia para o sector privado.

Para tal STP deve abordar os seguintes seis principais desafios ao nível macroeconómico, estrutural e sectorial: *deficits gémeos do orçamento e da conta corrente; fraca conectividade comercial por via aérea e marítima; restrições de crédito causadas por um elevado nível de créditos malparados e dificuldades em se fazer cumprir os contratos comerciais; incerteza em torno dos direitos de propriedade e posse da terra; infra-estrutura de baixa qualidade, especialmente no sector da energia e transporte; e Sobre-exploração de recursos marinhos* (World Bank Group, sd, p. 14).

CAPÍTULO 4 : DEMOCRACIA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

4.1. Contextualização

A democracia é uma das grandes questões da época actual, pois nota-se a defesa das ideias de liberdade, de igualdade perante a lei, de direitos individuais e de legalidade institucional. Passada a época da *festa da democracia*¹⁷, em África, na década de 90, surgem os verdadeiros problemas. Por mais pretendidas que sejam, as novas democracias revelam-se vivamente marcadas por uma distribuição desigual, não só dos bens materiais, mas também dos bens simbólicos e dos recursos de poder, através dos quais elas enfrentam os conflitos societários fundamentais. Preferíveis, seguramente, às alternativas autoritárias ou totalitárias, elas coabitam, no entanto, com gigantescas disparidades sociais e com a não menos importante divisão entre governados e governantes. Longe de desaparecer, essa realidade torna-se mais visível quando a ordem democrática se instala. Em consequência, o contentamento democrático dos primeiros tempos deixa lugar, muitas vezes, ao desapontamento, à apatia e, mesmo, à hostilidade face à democracia. A reversão de expectativas devido à demora na apresentação de resultados substantivos pelo processo político frustra os cidadãos e pode suscitar reações que ou corroem as instituições democráticas ou se convertem em estímulo à ação dos que querem destruir as novas democracias (Moisés, 1992).

Para Araújo (2000), não basta o cumprir os requisitos do princípio democrático de um Estado de direito, como a realização de eleições universais e livres na escolha dos órgãos do poder político para falar do sucesso do processo de transição para a democracia. Esta transição pode depender do modelo democrático adotado.

O sucesso de transição democrática pode estar ligado ao elevado número de partidos políticos e, portanto, os regimes políticos que dispõem de muitos partidos políticos não funcionam tão bem. São mesmo, nalguns casos, menos estáveis e menos eficientes em relação aos que são bipartidários. A existência de muitos partidos pode, em alguns casos, proporcionar mudanças muito frequentes na governação, podendo causar, assim, instabilidade política. A transição democrática só está completa quando há um Governo constitucional saído de eleições livres

¹⁷A expressão é de Pasquini. Cf. G. Pasquini, "L'America Latina: la democrazia senza testa", *Mondoperaio* 102 (Fev. 1990).

que não fica constrangido na sua autoridade pela partilha de poder com outros corpos não democráticos ou com domínios de reserva (Lijphart, 1989; Nunes, 2003; Vera Cruz, 2014).

Para Sen (2009, pp. 289-290)) *o êxito da democracia não consiste meramente em ter a estrutura institucional mais perfeita que se pode conceber. Depende inelutavelmente dos nossos padrões de comportamento real e do funcionamento das interações políticas e sociais.* O autor (Sen, 2009, p. 286) considera que *a democracia dá à oposição oportunidade para pressionar pela mudança nas políticas, mesmo quando o problema tem uma longa história e é crónico, em vez de agudo e repentino.*

Edificar a ordem democrática é um processo longo e árduo. A criação de instituições determinadas a acionar a complicada variedade de objetivos presentes na sociedade depende de um demorado e, por vezes, contraditório trabalho de elaboração coletiva. A adoção dos procedimentos que certificam esses mecanismos presume difíceis métodos de negociação entre concorrentes que têm interesse, concepções e, principalmente, expectativas distintas sobre a ordem democrática. Além disso, mesmo após criados, instituições e procedimentos democráticos, nem sempre têm o mesmo sentido para todos os atores da vida política.

Para Silveira (2005, pp. 87-88),

em África, a Terceira Onda de Huntigton está em vias de desencadear um maremoto. Ela atinge, com ímpeto conquistador, os países destinatários, sem, contudo, garantir a fertilização do terreno das suas realidades socioculturais específicas. A natureza mercantil desta democracia prêt-à-porter, está patenteada no facto de que ela resulta de um processo exógeno, que reduz a democratização ao estabelecimento do governo baseado na lei e no multipartidarismo, isto é, na participação de vários partidos nas competições eleitorais. Trata-se, como é evidente, de uma falsificação intelectual que transforma meios em objetivos e induz muitos governos do continente africano a autoproclamarem-se democráticos pela simples razão de terem transitado do monolitismo ao pluralismo, fazendo, assim, derivar a sua legitimidade de eleições multipartidárias. É vista deste ângulo que a democracia é uma simples estrutura de organização do governo... e não uma cultura política que se manifesta na instrumentalização cognitiva dos padrões de comportamentos.

Em 1990, a democracia foi referendada pela esmagadora maioria dos são-tomenses. Dir-se-ia que, além da exaustão derivada das sucessivas privações e da comparação com outros tipos de governação, a democracia se coadunava com um substrato cultural europeizado durante anos como que sufocado pelo voluntarismo de coloração socialista mas que terá estado na base da rejeição massiva do regime de partido único (Nascimento (2018).

Após 1990, com o processo de abertura política, São Tomé e Príncipe atravessaria fases de surgimento de novos partidos políticos¹⁸. Esses acontecimentos, entretanto, que em outras circunstâncias poderiam constituir matrizes capazes de catalisar modalidades de participação mais duradouras e objetivas, acabam sendo relegados a um segundo plano em relação às crises económica e social que vêm abalando o arquipélago. Ou seja, tradicionalmente, os instrumentos necessários para uma edificação da democracia, em São Tomé e Príncipe, caracterizada pela participação política e organização institucional, estavam ausentes, operavam de maneira precária ou com predisposições ideológicas determinadas.

A credibilidade na justiça, a construção de partidos políticos fortes e credíveis, a participação consciente e responsável dos cidadãos na *rex publica* e a consistente continuidade de Estado são mecanismos de grande impacto para a democratização do país. Por isso, Sen (2009) pensa que a democracia é, presumivelmente, o sistema político que mais satisfaz a ‘ideia de justiça’, porque contém todas os requisitos fundamentais para uma sociedade menos injusta.

Na sua maioria, os países que adoptaram um regime democrático, tal como São Tomé e Príncipe, foi na perspectiva de demonstrarem à comunidade internacional que abandonaram o regime de partido único, para proporcionarem melhores condições sociais e económicas às suas populações. Todavia, se, em 1975, poucos julgariam que a independência traria a abertura a liberdade, privado no tempo colonial, em 1990, menos ainda preveriam que a democracia traria, não o imaginado retorno a um ambiente político mais conveniente com os “nossos valores” e com uma matriz cultural europeizada, mas um aprofundar da africanização (Nascimento, 2018).

4.2. Consolidação da democracia

O aparecimento das “novas democracias” no cenário político mundial provocou grande interesse no campo da Ciência Política. A noção de consolidação tem sido objeto de recentes análises teóricas no domínio dos estudos sobre o processo de transição para a democracia. Questiona-se até a sua autonomia em relação ao conceito de transição. Sabe-se, todavia, que no processo de transição democrática a conduta dos diversos atores, indivíduos, grupos, instituições ou alguma das dimensões dessa atuação, tem como pretensão o reforço dos mecanismos que conduzem à afirmação da democracia.

¹⁸ Ver quadro 5, na Iª secção, sobre os novos partidos políticos, na p 102.

Na opinião de Monclaire (2001), no que se refere a consolidação, o sufixo “ção” permite imediatamente supor que se trata de um processo e o adjetivo faz pensar que esse processo consiste na conversão das democracias “inacabadas”, “aparentes”, “incompletas”, “frágeis”, “instáveis” ou “delegativas” num regime mais “profundo”, mais “sólido”, mais “firmado”. Essa multiplicação de sentido já é um sinal das lacunas e das aproximações teóricas da consolidologia. Para muitos daqueles que defendem este conceito, a consolidação de um regime democrático concerne ao grau de institucionalização das regras que caracterizam os novos regimes e não os modos de surgimento das novas regras de conquista do poder, como pensam os defensores da transitologia.

Concordamos com Linz (1990, p. 156), quando afirma que uma democracia consolidada *é um regime no qual ninguém, entre os principais atores políticos, partidos ou forças políticas, considera que haja uma alternativa aos procedimentos democráticos para obter o poder, [...] e no qual nenhuma instituição ou grupo político tem direito a vetar a ação daqueles responsáveis pelas decisões democraticamente eleitos*. Neste sentido, podemos dizer que, de acordo com esta linha de pensamento, numa democracia consolidada, quando se obtém o poder democraticamente, nenhum grupo político deve vetar as ações daqueles que estão no poder. Em São Tomé e Príncipe isso não acontece, tendo em conta a instabilidade política na Segunda República (1990-2018). (Retomaremos este ponto adiante; ver ainda sucessão de Governos no quadro 1, na p. 10).

Linz & Stepan (1996, p. 15) propõem como noção de uma democracia consolidada *um regime político no qual a democracia como um complexo sistema de instituições, regras, padrões de incentivos e desincentivos, se torna em uma frase: o único jogo na cidade*.

Alguns autores (Linz & Stepan, 1999; Oliveira 2000) afirmam que há cinco etapas que uma sociedade deve passar para dizer que uma democracia é consolidada. Estas etapas são:

- uma sociedade civil livre e ativa, com cidadãos e grupos capazes de se expressar e de se associar para defender as suas opiniões e seus interesses;
- uma sociedade política autónoma e valorizada, na qual os partidos, as lideranças e as instituições democráticas são canais de intermediação entre a sociedade civil e o Estado;
- um Estado de Direito respeitado e valorizado tanto pela sociedade civil quanto pela sociedade política e pelo próprio Estado;

- uma burocracia estatal subordinada ao governo, capaz de prestar os serviços básicos à população;
- uma sociedade económica institucionalizada, que seria, na visão dos autores, um conjunto de normas, instituições e regulamentações, construídas e acordadas de forma sociopolítica e que têm por função intermediar as relações entre o Estado e o mercado.

O conceito de consolidação democrática está intimamente ligado ao da consolidação de instituições democráticas. Como consequência dessa interação, em cada momento do procedimento, é relevante analisar se as instituições criadas pelo novo regime e a qualidade das alianças e das coligações estabelecidas contribuem positiva ou negativamente para a consolidação da democracia. Existe uma grande diferença entre institucionalização e consolidação: a primeira é mais passiva e a segunda é dinâmica e prospetiva, dependendo mormente da ação dos atores em disputa (Di Palma, 1990; Oliveira, 2000).

A democratização de um regime dá-se em três dimensões: comportamental, atitudinal e constitucional. No que concerne à dimensão comportamental, um regime democrático é consolidado quando nenhum ator nacional, social, económico, político ou institucional significativo gasta recursos, na realização dos seus objetivos a fim de criar um regime não democrático. No que aponta à dimensão atitudinal, o regime democrático é consolidado quando uma forte maioria da opinião pública acredita que os procedimentos e as instituições democráticas constituem o modo de governar o cidadãos mais adequada e quando o apoio às opções “antissistema” for diminuto e, mais ou menos, isolado pelas forças pró-democráticas. Por último, constitucionalmente, um regime democrático está consolidado quando forças semelhantes governamentais e não-governamentais, de um Estado, tornam-se sujeitas e habituadas à resolução dos conflitos dentro de leis próprias e conduta sancionada institucionalmente por um novo procedimento democrático (Linz e Stepan 1996; Albuquerque, 2010).

Huntington (1975), Diamond (1994) e Przeworski (1984) adoptam o conceito de institucionalização na consolidação democrática. O conceito de democracia consolidada tem a mesma conotação que o conceito da institucionalização de Huntington (1975). De facto, tanto nas democracias consolidadas, como nas democracias institucionalizadas, as normas e as instituições políticas apresentam-se completamente incorporadas no dia a dia dos cidadãos. Porém, a ideia de consolidação não se reduz a ideia de institucionalização (Oliveira, 2000).

Para Albuquerque (2010, p. 14), *a consolidação democrática requer a eliminação de instituições e procedimentos autoritários e o fortalecimento de determinadas instituições ainda na primeira transição, tais como: um sistema eleitoral democrático, partidos políticos revigorados, um poder judiciário independente, a observância dos direitos humanos entre outras instituições.* Na parte II deste trabalho, reiteraremos esta ilação, através da investigação empírica que realizamos.

Para Silveira (2005, p. 73) os modelos democráticos trazidos para África *têm-se revelado não só inadequados como também perturbadores de dinâmicas socioculturais endógenas específicas...* Segundo o autor (Silveira, 2005, p. 88) *a génese histórica e as circunstâncias propiciadoras do modelo democrático como instrumento de governação apontam para uma generalizada rejeição deste modelo, quando transplantado sobre o corpo social do Terceiro Mundo, em geral, e dos países africanos subsafricanos, em particular.* Acrescenta ainda o autor (Silveira, 2005, p. 88) *que a democratização dos países africanos tem, pois, de ser analisada como instrumento de modernização, e não como opção política...*

Na opinião de Nóbrega (2009), não é possível compreender o fenómeno democrático em África sem partir do entendimento de que este é o resultado de um processo, ainda em definição, que combina ideias, valores e instituições democráticos ocidentais com os preexistentes nas sociedades africanas. Neste sentido, como disse Dahl (1981), os regimes africanos são um misto de hegemonia e de democracia em que o grau de democraticidade depende da elite governante e do nível de ameaça percebido à sua manutenção no poder.

Para Branco (sd, p. 85), *com a notável excepção do Botswana, a maioria dos países africanos muito dependentes da exportação de recursos naturais tem experimentado mais dificuldades em democratizar ou em consolidar a democracia do que outros países do mesmo continente.*

4.3. O processo de democratização em São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe iniciou o processo da democratização em 1990 com a abetura ao multipartidarismo. Tocqueville (1987) afirma que o Estado ideal é aquele que possui uma democracia com perfeita igualdade e liberdade. Todavia, o mesmo autor alertava para os problemas potenciais de uma maior igualdade política sem o adequado ambiente económico, o que poderia, segundo ele, levar à institucionalização de uma tirania da maioria.

Na prática a democracia é um ideal impossível de se realizar. O que existe são “práticas reais” ou “poliarquias”, ou seja, arranjo de lideranças com controlo dos não líderes sobre os líderes (Dahl, 1997; Baquero, 2008).

O argumento de Dahl (1997), sobre *Poliarquia*, pode tornar-se o ponto de referência para se investigar o funcionamento atual da democracia em São Tomé e Príncipe. Nas chamadas novas democracias da terceira onda (Huntington, 1994), dentro das quais São Tomé e Príncipe se encerra, o mercado tem assumido papel central nas relações económicas, políticas e sociais. Todavia, essas democracias coexistem com práticas políticas tradicionais. Essas práticas políticas tradicionais debilitam as instituições, inflacionam o poder do presidencialismo, propiciando uma afinidade assimétrica de poder entre o legislativo e o executivo. Para além disso, elas colocam a sociedade numa situação de subordinação que não permite a construção de uma cultura política participativa e de natureza crítica. Estes fatores incidem diretamente não só na qualidade da democracia, mas, mormente, colocam em perigo a legitimidade e a credibilidade do sistema democrático vigente. Nesta linha de opinião afirma Silveira, (2005, p. 89): *a integração de valores universais da democracia liberal, tais como o respeito dos direitos humanos, a liberdade de expressão e associação e realização de eleições para a seleção dos governantes, deve fazer parte do ideário político de todos os países do Terceiro Mundo, sobretudo os países africanos. Esses valores têm que ser consequentemente institucionalizados e integrados nos sistemas de governos.*

O caminho para a democratização de São Tomé e Príncipe iniciou-se com a abertura do país ao multipartidarismo em 1990. O preâmbulo da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe (CRDSTP, 2003, p. 2) apresenta duas grandes razões para esta abertura democrática:

- *fiel ao dever patriótico de promover o desenvolvimento equilibrado e harmonioso de São Tomé e Príncipe;*
- *no sentido da abertura do necessário espaço à participação de outras forças politicamente organizadas, com vista ao aprofundamento da democracia, em prol da modernidade em São Tomé e Príncipe.*

A Segunda República, período que começou em 1990 com a abertura do País ao multipartidarismo, é o sinónimo, no contexto são-tomense, da abertura à democracia, ao multipartidarismo, à separação de poderes.

O Estado de Direito Democrático é proclamado no Artigo 6.º da mesma Constituição, nestes termos:

1. *A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um Estado de Direito democrático, baseado nos direitos fundamentais da pessoa humana.*
2. *O poder político pertence ao povo que o exerce através de sufrágio universal, igual, direto e secreto nos termos da Constituição.*

Desde 1991 que São Tomé e Príncipe tem realizado pacificamente eleições legislativas e presidenciais, tendo todas sido consideradas livres, justas e transparentes e cujos resultados foram reconhecidos e aceites oficialmente por todos os partidos e candidatos, bem como por todos os observadores nacionais e internacionais. No mesmo ano de 1991, o país realizou duas eleições: as legislativas e as presidenciais. As primeiras eleições livres, de cariz legislativo, foram realizadas a 20 de Janeiro de 1991, tendo ganho o Partido da Convergência Democrática – Grupo de Reflexão (PCD/GR), que havia sido recentemente criado. Três meses depois, a 3 de Março de 1991, Miguel Trovoada foi eleito Presidente da República, nas primeiras eleições presidenciais, por sufrágio universal, direto e secreto. Nesta ótica, o Arquipélago de São Tomé e Príncipe constitui um exemplo de sucesso na história da democratização em África. De facto, segundo o Guia do Investidor para São Tomé e Príncipe (2008, p. 9), quando se compara São Tomé e Príncipe com os demais países africanos a sul do Saara, *quer em representatividade e responsabilidade, quer em estabilidade política, STP regista um desempenho bastante superior ao da região em geral. Consegue também resultados significativamente melhores no que se refere à garantia do Estado de direito.*

O país, apesar de muitos constrangimentos estruturais, possui condições propiciadoras de êxito num sistema multipartidário: a ausência de clivagens étnicas, religiosas e linguísticas são alguns exemplos. Todavia, as realidades de um pequeno país como São Tomé e Príncipe são bem diferentes. Condicionada pelas suas dimensões exíguas e pela insularidade, segundo Seibert (1995) a vida social e política é marcada, geralmente, por uma mentalidade provinciana. Entre a pequena elite, muitos se conhecem pessoalmente e alguns estão ligados por laços familiares¹⁹. A distância social e física entre governantes e governados é curta, e muitos cidadãos conhecem em pormenor a vida pessoal dos dirigentes.

¹⁹ Neste sentido, muitos interpretam a sigla do País - São Tomé e Príncipe como significando “Somos Todos Primos”.

Num tal ambiente, diz Seibert (1995), a política nacional muitas vezes assemelha-se à micropolítica: as ações políticas derivam, essencialmente, de relações pessoais baseadas no contexto individual, ao invés das relações institucionalizadas e indiretas e dos contatos formais, dominantes em sociedades de outros países democráticos. A política em São Tomé e Príncipe apresenta ser personalizada, e as questões pessoais são politizadas. Segundo Seibert (1995, p. 250), *devido às dimensões reduzidas, também a distância espacial entre governados e governantes é muito próxima. Todos sabem onde moram os membros do governo e muitos cidadãos conhecem pormenores da sua vida privada. Qualquer cidadão tem acesso fácil a um ministro ou ao próprio chefe do Estado... Neste contexto, até os partidos políticos são vistos como uma associação de socorro mútuo.*

A análise da situação existente, complementada pela experiência vivenciada pelo autor, permitem considerar o período de construção da democracia são-tomense, de 1990 a 2018, como sendo, sobretudo, caracterizado por instabilidade política, como tal de insucesso na governação, de degradação da economia e de crise de governação. (Ver o resultado do trabalho realizado sobre a evolução da democracia em São Tomé e Príncipe, nas pp. 155-183 e nível da democracia nas pp. 155-158). É neste sentido que Romana (1997, p. 193) admite que *o subdesenvolvimento político em STP é resultante duma incipiente cultura política de participação, quase exclusiva de determinados “nichos sociais”, cumulativamente ao agravamento da situação económica do País e à disfunção das estruturas burocráticas do Estado conduziram, no decorrer de 1995, à deterioração do clima social e político.*

São Tomé e Príncipe, enquanto país que se inscreve a partir da terceira vaga de democratização (Huntington, 1994), tem sido muito referenciado como um caso de excepção em África (PNUD, Julho de 2013), pelo seu processo pacífico de transição democrática, quando comparado com os outros países africanos. Contudo, a maior parte dessa literatura propõe explicar o êxito democrático são-tomense mais pelo ponto de vista institucional (por não ter verificado e sem grandes convulsões sociais) do que precisamente, por meio de uma abordagem aprofundada que investigue a consolidação democrática como um processo que vai além da realização de eleições regulares e pacíficas.

Para Nascimento (2018, p. 79),

graças a esta incomum capacidade de intervenção externa, assente na ameaça e na persuasão, a democracia são-tomense até parece enraizada. Diga-se, independentemente das críticas, a arquitectura política tem acomodado um autêntico carrossel de governos sem aparentes distúrbios ou convulsões. Porém, a democracia vai sendo pautada de dinâmicas

locais que a distorcem, parecendo, pois, conferir algum fundamento, mesmo se enviesado, à reivindicação de uma democracia adaptada aos padrões culturais locais.

Neste plano propomos-nos, neste estudo, e em particular na parte II deste trabalho, apresentar evidência empírica que permita contextualizar, de forma qualitativa, com base em investigação de campo, as tendências, baseadas nas atitudes tratadas, de um conjunto de elementos que fazem parte de vários setores da comunidade são-tomense, em especial, da sua capital, no Distrito de Água Grande.

4.4. Democratização e instituições em São Tomé e Príncipe

A democratização tornou-se num dos fenómenos políticos, dos anos 90, em São Tomé e Príncipe. Como em outras partes do mundo, a democratização consagrou as chamadas "teorias da transição para a democracia" como a abordagem mais bem-sucedida acerca desse fenómeno. Tais teorias partem da suposição de que a democracia constitui um processo de rutura com a ordem autoritária. A democratização consiste na implementação de um processo que cria as condições para a negociação, e favoreça a retirada dos atores autoritários da cena política. A partir desse momento, a democracia, entendida como a livre coordenação da ação no interior do regime político, pode implementar-se.

Na análise da situação política de São Tomé e Príncipe, não será difícil constatar a influência de um passado de instabilidade política e económica, bem como de um legado autoritário que tem obstaculizado a construção de uma cultura política verdadeiramente democrática no país. Todavia, após a independência e, sob o regime do partido único, *a administração estatal foi colocada sob a estrita direção do partido único, cuja pulsão hegemónica redundou no controlo da sociedade e, não raras vezes, na determinação administrativa até de percursos individuais* (Nascimento, 2008, p. 4).

Ao alcançar a independência em 1975, São Tomé e Príncipe teve de contornar a sua insularidade, entre outras fraquezas, e levar avante o processo do desenvolvimento autonómico. A opção pelo multipartidarismo, em 1990, permitiu a entrada de mais partidos no campo político, a realização de eleições legislativas, presidenciais e autárquicas e a criação de instituições próprias de um sistema democrático. (Ver quadros 6 sobre a realização das eleições legislativas e presidenciais, na Iª seção, p. 110). Todavia, os quadros 1 e 2, demonstram que o país tem-se destacado pela sua instabilidade política e governamental, registando muitos conflitos institucionais entre os órgãos de soberania.

Após a abertura política ao multipartidarismo, iniciada em 1990, os esforços das elites são-tomenses visaram a ação política e, acima de tudo, a apropriação do poder, entendido como o mais poderoso mecanismo de enriquecimento e de ascensão social. As energias e os esforços dirigiram-se para a composição de novos partidos. Para Nascimento (2008, p. 6), nesta óptica *impera a percepção da importância do assalto ao Estado, tal o objetivo dos partidos que, como dissemos, se movem frequentemente a reboque de personalidades tutelares. Por isso, até hoje, os partidos não contribuíram muito para a renovação do espaço político. A condição dominante deste pensamento é a incapacidade do povo em se mobilizar autonomamente para fiscalizar e transformar o processo político. O regime político adotado proporcionou a socialização de valores de distanciamento dos cidadãos* (Ver o quadro 6, sobre as percentagens de abstenção, na Iª seção, p. 110).

Esta situação tem duas grandes consequências na ordenação política são-tomense. Em primeiro lugar, gerou-se um descompasso entre um sustentável desenvolvimento socioeconómico e uma paralisação do desenvolvimento político, materializado na ausência de uma cidadania organizada e eficaz na defesa de seus interesses. A isso, juntou-se uma deficiente mediação entre Estado-sociedade, partidos políticos e instituições. A pobreza social aumentou e a corrupção alastrou-se muito mais. Nascimento (2018, p. 79) afirma:

aparentando normalidade institucional ao nível das cúpulas, o Estado são-tomense apresenta-se corroído e inoperativo em vários domínios de actuação. Relacionável com a corrosão do Estado, a corrupção atravessa a sociedade. A corrupção obsta ao desenvolvimento, quicá menos pelo montante dos fundos desviados do que pela instilação da crença de que a ascensão social advém, não da actividade económica, mas da instrumentalização de um qualquer cargo estatal para a obtenção dos proventos as mais das vezes indevidos.

A segunda consequência desse estado de coisas é a desorganização das instituições políticas. Tudo isso gera uma sede de confusão e um grande vazio de atribuições, gerando inércia, incompetências e irresponsabilidade a todos os níveis.

Afirma Nascimento (2008, p. 20): *os são-tomenses, na órbita do poder ou fora dele, tendem a pautar-se por opções individuais e conjunturais – diríamos, de vantagem pessoal e imediata – para garantir a apropriação dos rendimentos sociais.* De acordo com essa concepção, a sociabilidade são-tomense nasceu influenciada pela pirâmide familiar, tendo como fundamento a organização patriarcal, a fragmentação social, as lutas entre as famílias, as virtudes inativas e a deontologia da aventura.

A consequência do monopartidarismo, durante a Primeira República (1975-1990), não permitiu que se desenvolvesse um cenário no qual a ingerência da sociedade civil no Estado fosse significativa. Segundo Bobbio (2004), os regimes democráticos distinguem-se dos outros regimes pelo facto de as regras do jogo democrático serem mais elaboradas e exigir-se a sua constitucionalização. Essas regras definem como um Estado deve reger uma decisão política.

Para Carvalho (2008, p. 56), de uma maneira geral, *os regimes autoritários classificam-se como aqueles em que se verificam uma alta concentração de poder somada a uma baixa ou nula adesão popular. O Estado é encarado como o “mantenedor” da ordem – que é um conceito valioso dentro da ideologia autoritária.*

Após 1990, com o processo de abertura política, o país atravessou fases de surgimento de novos partidos políticos, conforme o quadro a seguir.

Quadro 5: Partidos políticos que surgiram nas eleições legislativas em 2014 e 2018

Nomes	Siglas	Anos
Partido de Estabilidade e Progresso Social	PEPS	2014
Plataforma Nacional para o Desenvolvimento	PND	2014
Movimento Unido para o Desenvolvimento de STP	MUD-STP	2014
Ordem Liberal Democrata	OLD	2014
Movimento dos Cidadãos Independentes de São Tomé e Príncipe	MCI	2018
Movimento Social Democrata – Partido Verde	MSD-PV	2018
Partido do Povo	PV	2018
Partido de Todos os São-Tomenses	PTST	2018

Fonte: elaborado pelo autor

O processo de abertura política atrás referido que, em outras circunstâncias, poderia constituir matrizes capazes de catalisar modalidades de participação mais duradouras e objetivas, acaba por ser relegado a um segundo plano, consequência das crises económica e social que vêm abalando o Arquipélago de São Tomé e Príncipe. Para Moniz (2013, p. 2),

trinta e sete anos após a independência, pode-se dizer que nos tornamos mais pobres, com menos crédito no plano nacional e internacional, criámos à custa do país falsos ricos e fixámos como meta a elevação de casos de corrupção sem qualquer resolução e uma implacável descaracterização do aparelho da justiça e de desacreditação dos fazedores da Justiça.

Face a esta afirmação, pode-se deduzir que, tradicionalmente, os instrumentos necessários para uma edificação da democracia em São Tomé e Príncipe e para o seu desenvolvimento socioeconómico, caracterizada pela participação política e organização institucional, estão ausentes ou operam de maneira precária ou com predisposições ideológicas determinadas.

O que se constata em São Tomé e Príncipe atual é que a democracia é real e evidente, mas as suas instituições, longe de se consolidarem, estão cada vez mais submetidas aos interesses privados dos políticos e dos respetivos governos. Segundo as Grandes Opções do Plano (GSTP, 2017, pp. 30-31) *o nosso Estado e as nossas instituições são frágeis. Muitas são as áreas em que são necessárias intervenções profundas para que se possa melhorar o seu desempenho global, de modo a facilitar a vida dos cidadãos, garantir a segurança e a fiabilidade dos atos administrativos, promover o investimento e garantir o desenvolvimento*

económico. Nota-se que a fragilidade do Estado e das instituições não têm constituído um meio de canalização, de mobilização e de participação política.

Conforme as Grandes Opções do Plano (GSTP, 2017), São Tomé e Príncipe enfrenta vários desafios. De entre eles contam-se: a elevada taxa de desemprego, administração pública pouco capacitada, excessiva burocracia, insuficiente formação e capacitação dos seus recursos humanos, grandes desequilíbrios sociais e territoriais, imagem externa desfavorável à atração de investimento direto privado, persistente instabilidade político-governativa, falta de uma visão estratégica unificada de desenvolvimento, uma dispersão recorrente dos recursos, a exígua dimensão do mercado, insuficiência de infraestruturas económicas e sociais, fraca capacidade do setor privado, de entre outros.

Dissertando sobre o estado da democracia são-tomense, Nascimento (2018, p.78), afirma: *o presente pauta-se pela indeterminação: por um lado, embora a deliquescência institucional não seja típica da democracia, a (cada vez maior) incapacidade do Estado tornou-se notória desde há anos; por outro, apesar da sua reconhecida debilidade, ninguém propõe de forma consequente a substituição do Estado*.

Deste modo, a construção da democracia são-tomense enfrenta ainda problemas decorrentes de uma cultura política marcada por familiarismo, o *uêchaísmo*, bem como por uma dimensão de delegação de responsabilidades a políticos que se reverbera no enfraquecimento da participação popular.

CAPÍTULO 5: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

5.1. Noção de participação política

O tema participação política é realmente complexo, tendo em conta a vasta dimensão que o abarca. Essa dimensão impõe-se devido a algumas particularidades que colocam em risco a questão da individualidade e convoca o conceito mais amplo de cidadania. Na maioria das democracias recentes, uma das funções dos governos é providenciar mecanismos para fortalecer as instituições democráticas. Para aumentar a participação dos cidadãos no processo da decisão de políticas públicas, várias experiências têm sido desenvolvidas, neste sentido (Souza, 2001).

No que se refere à participação política alguns autores defendem que a participação política cria melhores cidadãos e melhores indivíduos. Por conseguinte cria neles a capacidade de traduzir em termos públicos seus desejos e aspirações. Além disso, a participação política incentiva a empatia e a solidariedade, força os indivíduos a argumentar racionalmente com os outros cidadãos e a compartilhar com responsabilidade os efeitos das decisões (Águila, 2004; Grosselli, G. & Mezzaroba, 2011). Renato Cancian (2007, p. 1) garante que a participação política *designa uma grande variedade de atividades, como votar, se candidatar a algum cargo eletivo, apoiar um candidato ou agremiação política, contribuir financeiramente para um partido político, participar de reuniões, manifestações ou comícios públicos, proceder à discussão de assuntos políticos, etc.*

Dependendo do contexto sócio-histórico e político, a expressão "participação política" pode ter vários significados. O conceito pode ser extremamente abrangente. Manuel Meirinho, no seu livro: *Cidadania e Participação Política – temas e perspectivas de análise* – faz uma abordagem profunda do tema participação política e afirma que devido às *muitas dificuldades em delimitar a sua natureza, modos, formas, determinantes e graus, não é possível encontrar um consenso quanto à conceptualização operacional dessa expressão*. Na acepção de “fazer parte”, “tomar parte em qualquer coisa”, a noção de participação política remete para a ideia de alguém tomar parte na vida política (Meirinho, 2010, p. 15).

Para Meirinho (2010, p. 15),

esta multiplicidade de sentidos antecipa, desde logo, a complexidade inerente à abordagem de um fenómeno que tanto pode referir-se a comportamentos activos ou passivos dos cidadãos, a atitudes face à vida política e pública, as acções individuais e voluntárias destinadas a intervir no processo de decisão política, a actividades estimuladas por diversos agentes políticos e sociais, a comportamentos consentidos e não consentidos, ou a intervenções na esfera política e social.

Para Espírito Santo (2011, p. 75), entre os três tipos de cultura política (paroquial, de sujeição e participativa), *do primeiro para o terceiro enunciados, existe um crescendo do sentimento de participação política por parte dos cidadãos.* A participação política supõe a possibilidade de influenciar, de forma efetiva, as políticas locais, regionais, nacionais e internacionais. Ela ocorre ainda, pela participação nas estruturas, atividades e no trabalho partidário, em grupos organizados e em manifestações orientadas para exercer influência na pauta dos atores políticos e institucionais dos governos. Refere-se ao grau em que os cidadãos exercem os direitos políticos que lhes estão consagrados constitucionalmente.

A participação dos cidadãos no regime político, a sua capacidade de influir no processo das políticas públicas, a abertura do governo às solicitações da população e a clareza com que o governo trata dos assuntos públicos, são indicadores da qualidade da democracia. Além da forma mais elementar de participação política que é o voto livre e periódico para escolha dos representantes, um regime democrático deve oferecer aos cidadãos outras formas de participação e envolvimento no processo político. Quando se refere à democracia participativa, observa Miranda (2007, pp. 33-34).

pensa-se, todavia, em participação de grau mais intenso ou mais frequente do que o voto de tantos em tantos anos ou mais próximo dos problemas concretos das pessoas. Isto pode ser feito através de um mais intenso e empenhado aproveitamento dos direitos políticos constitucionalmente garantidos, de uma integração ativa nos partidos e em diferentes grupos de cidadãos eleitores e de uma maior disponibilidade para o desempenho de cargos públicos.

A Comissão das Comunidades Europeias (2001, pp. 11-12), no *Livro Branco sobre Governança Europeia* aponta os princípios específicos e concretos em que a boa governança deve assentar. Esses princípios são: *abertura, participação, responsabilização, eficácia e coerência. Cada um destes princípios é importante por si só. No entanto, não podem ser postos em prática através de acções separadas. Actualmente, a eficácia das políticas passa por uma maior participação a nível da sua elaboração e aplicação.*

A participação dos cidadãos no regime político, a sua competência de influenciar a manifestação das políticas públicas, a abertura do governo às demandas da população e a transparência com que o governo trata dos assuntos públicos são indicadores da qualidade da

democracia. Um regime democrático deve oferecer aos cidadãos outras formas de participação e envolvimento no processo político, para além da forma mais elementar de participação política que é o voto livre e cíclico. Tal participação depende das liberdades e direitos formalmente estabelecidas por uma Constituição, mas, também, da capacidade real de organização, mobilização e advocacia das sociedades civil e política. É neste sentido que para Meirinho (2010, p. 19) *a noção de participação deve aparecer associada preferencialmente à ideia de um envolvimento equilibrado, tendo a principal função de sustentar a construção de um edifício democrático.*

Conforme Grosselli & Mezzaroba (2011), a cultura política engloba um conjunto de orientações que abrangem crenças e valores a respeito de como devem estruturar-se os atores e instituições políticas. Para que esses valores sejam internalizados, torna-se indispensável a internalização do ideal democrático. O Estado democrático de direito pressupõe vigilância e de aperfeiçoamento e a possibilidade de haver a igualdade de oportunidades para todos. Para estes autores (Grosselli & Mezzaroba 2011, p. 7131)

participar é uma forma de exercer direitos políticos e sociais garantidos pela Constituição. Especificamente, a participação política caracteriza-se pelas ações coletivas ou individuais, de apoio ou de pressão, que são direcionadas a selecionar governos e a influenciar as decisões tomadas por eles. Trata-se de uma participação ativa dos cidadãos nos processos políticos, sociais e comunitários e tem como objetivo influenciar as decisões que contemplem os interesses coletivos e o exercício da cidadania.

Pateman (1992) é de opinião que um dos pressupostos da participação política é a motivação para a acção e intervenção no espaço público. Segundo a autora (Pateman, 1992, p. 66) *as pessoas com senso de eficácia política têm mais probabilidade de participar da política do que aquelas que carecem desse sentimento.* Na perspetiva da autora, quanto mais as pessoas participam, mais habilitados se tornam para fazê-lo. A participação do cidadão constitui um motivo decisivo para o robustecimento das instituições políticas e democráticas, uma vez que o desenvolvimento de uma cultura política de participação pode interferir diretamente na capacidade das pessoas de influenciar o processo decisório.

A participação dos cidadãos permite a consciência dos cidadãos, e proporciona a manutenção dos valores que a compõem motivando os cidadãos a estarem comprometidos com o procedimento democrático, competentes para efectivar a fiscalização das ações governamentais, e maior consolidação e legitimidade da democracia. Deste modo, Águila (2004, p. 82) alega que:

a participação criará melhores cidadãos e, quem sabe, simplesmente melhores indivíduos. Os obrigará a traduzir em termos públicos seus desejos e aspirações, incentivará a empatia e a solidariedade, os forçará a argumentar racionalmente ante seus iguais e a compartilhar responsabilmente as consequências (boas e más) das decisões. E estes efeitos benéficos da participação se conjugam com a ideia de que a democracia e suas práticas... são o componente indispensável para o desenvolvimento da autonomia individual que presumivelmente aquelas instituições querem proteger.

Para Meirinho (2010), o critério da participação efectiva dos cidadãos na vida pública é um critério fundamental que determina a essência do processo democrático na perspectiva da democracia como modelo ideal. Meirinho, (2010, p. 86) cita alguns critérios para aferir a qualidade da democracia: *elegibilidade para participar nas eleições, oportunidade de oposição pública, níveis de competição partidária, níveis de participação eleitoral de cidadãos, níveis de representação feminina, níveis de proteção dos interesses das mulheres, níveis de igualdade política, níveis de satisfação com a democracia, níveis de proximidade entre eleitores e eleitos, estrutura de responsabilidade política e indicadores de corrupção.*

Grosselli e Mezzaroba (2011, p. 7132) são de opinião que *o que deve ser enfatizado na questão da participação política é que ela pode proporcionar maior legitimidade das decisões e das políticas públicas adotadas e, conseqüentemente, do regime democrático e maior eficácia na implementação destas políticas públicas e decisão.* Quer dizer que quando maior for a participação política melhor será para a democracia e o desenvolvimento socioeconómico do país. Logo, o caminho para construir uma sociedade mais justa, igualitária, participativa e democrática é agir coletivamente e não isoladamente, ou seja, organizar-se para decidir no coletivo, participar das decisões sobre os rumos de um país, cidade ou Estado

Na ótica dos mesmos autores (Grosselli & Mezzaroba, 2011, p. 7133) *se falta participação política é porque faltam também outros requisitos da vida democrática. Algumas dessas faltas são relacionadas à cultura política, na qual, faltaria aos cidadãos nas democracias contemporâneas um elementar sentido de efetividade das práticas políticas civis.*

No que se refere à cultura política democrática é também anunciada como *déficit* fundamental uma generalizada falta de conhecimento e de interesse político. Na esfera civil falta igualmente uma visão aprimorada da vida e da política pública, o conhecimento profundo de informações sobre processos e conteúdos que orientam o funcionamento da sociedade política, e ainda sobre o estado das coisas e das circunstâncias concretas que constituem as conjunturas políticas e faltas relacionadas aos meios, modos e oportunidades de participação

civil na vida política (Gomes, 2005). Para este autor, (Gomes, 2005, p. 8), *se o público tem a impressão de que a sua intervenção política pode fazer alguma diferença para conduzir nesta ou naquela direção a decisão acerca dos negócios públicos, então possivelmente se sentirá compelido a produzir intervenções mais constantes e mais qualificadas.*

Vários fatores estão na base do afastamento dos cidadãos da esfera política ou da falta de participação política. Para Grosselli e Mezzaroba (2011, p. 7140), *o aumento da pobreza e da exclusão social confrontado com o enriquecimento ilícito de políticos via desvio de recursos públicos, propicia um cenário de descrença e de afastamento dos cidadãos da esfera política, favorecendo a permanência de práticas pautadas em princípios particularistas e individualistas.*

Uma sociedade democrática envolve o povo nas decisões que dizem respeito aos rumos e melhorias da comunidade e isso envolve discutir com a sociedade todas as pautas de interesse comum. Isso requer um maior empenho do indivíduo, direta e indiretamente na política. Assim sendo, não se pode reduzir a participação política ao exercício do voto, deve-se, sobretudo participar de todas as decisões inclusive a de como participar. Concluindo, as formas de participação são resultantes da própria participação política.

5.2. Cidadania política

Associada à cidadania política e social, a participação política associa-se aos direitos de participação, às condutas e às posturas dos cidadãos face à vida pública. Nesta perspetiva pode-se afirmar que a cidadania é a natureza intrínseca das democracias (Meirinho, 2010). Todavia, *só uma democracia forte coloca o processo democrático no centro da definição de cidadania* (Barber, 1984, p. 218). Deduz-se que existe uma correlação entre os dois conceitos.

Para Meirinho (2010, p. 64),

a democracia carece de intervenção dos cidadãos nas instituições como parte integrante da comunidade política, pelo que a cidadania não se pode reduzir ao exercício periódico de voto, mas deve também ser exercida através da selecção dos candidatos, da pertença ao movimentos e associações políticas e sociais, do exercício de direitos de petição, do envolvimento em protestos de tipo convencional, entre outras formas de acção política e social.

A participação cívica é essencial para um bom funcionamento da sociedade e fulcral para que se consigam atingir padrões cada vez mais elevados de desenvolvimento social e humano. Neste sentido, Sen (2000, p. 38) é de opinião que *a exclusão do processo de governação e de*

participação política é, de fato, um empobrecimento das vidas humanas, independentemente da nossa receita per capita.

Meirinho (2010, p. 71) entende que a participação é percebida *como um elemento aferidor da cultura política de um determinado regime político, na qual se destacam um conjunto de valores, sentimentos, informação e capacidades que afetam a conduta dos cidadãos e dos governantes.*

Para o mesmo autor (Meirinho, 2010), a cultura política, ao integrar valores associados à participação política, enquadra-se em diferentes perspetivas de análise, destacando, primeiramente, os padrões de comportamento e atitudes dos cidadãos orientados para a ação política e em segundo lugar salientando a importância dos valores culturais que condicionam e caracterizam a atividade dos cidadãos, tendo como menção o seu impacto na estabilidade e funcionamento dos sistemas políticos e, por fim, a contribuição da socialização política para a formação das atitudes e dos comportamentos dos políticos.

A democracia participativa exige, da parte do povo, um envolvimento máximo nas decisões públicas, a todos os níveis, visando a realização do ideal democrático. Para haver uma verdadeira participação é preciso que os governantes tenham a preocupação de consultar o povo. Na verdade, sem esta preocupação, haverá uma democracia fictícia, sem fundamento, marcada pelo cenário e pelo espetáculo da consulta aos cidadãos, após a tomada das decisões fundamentais, e jamais uma participação dos cidadãos nas decisões. Para existir um máximo envolvimento, o autor propõe que haja *atos em que o cidadão intervém de forma plena na condução da vida política, económica e social, no sentido em que o ato de participar corresponde a um processo no qual os cidadãos, propõem, discutem, decidem e planeiam as decisões que afetam as suas vidas* (Meirinho, 2010, p. 17).

Para Grosselli e Mezzaroba (2011, p. 7139),

a necessidade de criar uma cultura política de participação pressupõe a necessidade de caracterizar os diferentes contextos histórico-culturais que irão contribuir para a sua configuração. Assim, deve-se partir para a consolidação do pensamento democrático como sendo aquele que necessita dos cidadãos para a sua concretização e, além disso, se faz necessária a participação de cada indivíduo para a configuração de uma cidadania plena, inclusiva e participativa.

5.3. Participação política em São Tomé e Príncipe

A Participação política dos cidadãos está estatuída na Constituição da Republica Democrática de São Tomé e Príncipe. Pois, segundo no artigo 66.º: *a participação e o envolvimento directo e activo dos cidadãos na vida política constitui condição fundamental de consolidação da República.*

No início do ano de 1991, os são-tomenses adquiriram o direito de escolher os seus representantes através das eleições. Contudo, a realização periódica de eleições livres e transparentes não basta para tornar um país democrático. Em São Tomé e Príncipe, não há, ainda, consenso sobre o que, além da realização periódica de eleições, é necessário. Uns consideram essencial o respeito pelos direitos individuais e a existência de algumas instituições formais tidas como fundamentais; outros priorizam a existência daquelas organizações que estimulam a cidadania ativa ou que possibilitam aos cidadãos obterem maior controlo sobre os seus representantes.

Balão (2001, p. 211) faz uma análise crítica da obra Mosei Ostrogorski e conclui que *os problemas que, ao contrário daquilo que se poderia pensar e esperar, têm sobrevivido à passagem dos tempos.* Para a autora (Balão, 2001, p. 215), *apesar de a análise permanecer atual, as soluções preconizadas pelo autor permanecem, tal como no seu tempo, impossibilitadas de concretização.*

No caso de um país como São Tomé e Príncipe, seria importante entender por que a ação quotidiana das elites políticas tais como dos governantes, dos membros do sistema judiciário, dos partidos políticos e do próprio governo não se orientam para uma cultura democrática. Trata-se de compreender se existe ou não uma cultura política que se entrelaça com a institucionalidade democrática. Este exercício será feito na segunda parte deste trabalho.

Na prática, constata-se, como no tempo de Ostrogorski, *uma classe política dirigente que, constituindo uma minoria, transformava a sua vontade e a dos seus pares na vontade da própria maioria que, deste modo, via comprometida a satisfação das suas necessidades, reivindicações e interesses* (Balão, 2001, p. 215). Pode-se, portanto, supor a existência de uma cultura política democrática e conjecturar a disputa dela no interior do regime político, na medida em que certos atores políticos defendem a existência de instituições como o governo, o judiciário e os partidos políticos à margem da institucionalidade democrática.

A possibilidade de os cidadãos compreenderem e acompanharem o complexo funcionamento das instituições depende, por um lado, da sua formação política e de condições que influenciam o seu entendimento político, como a educação; e, por outro lado, da sua avaliação das instituições democráticas. É nesta linha de deia que Demo (1989, p. 73) reportando-se a importância de uma cidadania participativa, considera: *não é o Estado que emancipa a comunidade. É a comunidade que emancipando-se, faz do Estado instrumento de sua emancipação*. É necessário, logo, que os cidadãos usufruam de convivência diária com as questões políticas, porque cada cidadão é responsável pelo seu próprio bem-estar.

Quadro 6: Realização das eleições no período de 1991 a 2018

Anos eleitorais	Tipo de eleição	Abstenção	Partido vencedor	Deputados
1991	Presidencial	33,8%	Miguel Trovoada - PCD-GR	
	Legislativa	23,3%	PCD-GR	33
1994	Legislativa	47,9%	MLSTP-PSD	27
1996	Presidencial	22,4%	Miguel Trovoada - ADI	
1998	Legislativa	35,3%	MLSTP-PSD	31
2001	Presidencial	30,6%	Fradique de Menezes - ADI	
2002	Legislativa	33,7%	MLSTP-PSD	24
2006	Presidencial	40,7%	Fradique de Menezes (MDFM-PL)	
2006	Legislativa	36	MDFM-PCD	23
2010	Legislativa	17, 4 %	ADI	26
2011	Presidencial	26%	Manuel Pinto da Costa - MLSTP-PSD	
2014	Legislativa	28%	ADI	33
2016	Presidencial	54%	Evaristo de Carvalho - ADI	
2018	Legislativa	19%	MLSTP-PSD e Coligação PCD; MDFM-PL e UDD	28 ²⁰

Fonte: <http://africanelections.tripod.com/st.html> e o autor

De acordo com Sanches (2010), São Tomé e Príncipe regista a volatilidade média mais elevada. Desde 1994, quatro partidos – MLSTP-PSD, ADI, PCD-GR e MDFM – têm assegurado a maioria dos lugares no Parlamento, registando-se rotação no poder e formação de alianças partidárias e é o país da África lusófona onde existe menor previsibilidade da competição eleitoral, onde os resultados eleitorais são mais difíceis de prever e onde é mais fácil o surgimento de novas forças políticas.

Com o multipartidarismo, a nova Constituição são-tomense (GSTP, 2003) teria assegurado importantes avanços quanto aos direitos individuais e sociais, implementando um regime político presidencialista. Para Moisés (2005, p. 35)

cabe às instituições de representação, de justiça, de decisão e implementação de políticas públicas assegurar a distribuição de poder e, ao mesmo tempo, garantir que entre o julgamento dos cidadãos a respeito das prioridades públicas e o processo de tomada de decisões correspondente haja uma ligação. Isso é o que torna as instituições um aspeto fundamental do regime democrático, sem o qual o seu funcionamento é falho.

²⁰ O MLSTP-PSD com 23 deputados assume o governo com o apoio parlamentar da coligação PCD; MDFM-PL e UDD com 5 deputados.

Olhando para as deficiências do regime político como resultado de uma situação de difícil superação, os críticos sustentam que São Tomé e Príncipe precisa de um regime político mais forte e coeso, capaz de reforçar as suas instituições políticas. É o que indica Domingos (2014, p. 1):

O regime político atual retrata a nossa escala de valores. Tem-se acesso ao poder por via da democracia mas não se democratiza e iguala as oportunidades. Os partidos têm uma democracia interna muito estranha, quando comparada com as máximas sustentadoras do sistema democrático.

O regime político está numa encruzilhada, impõe-se lucidez para perceber que temos de adaptar o nosso quadro constitucional à evolução da nossa sociedade e do mundo contemporâneo. Os cidadãos querem votar em pessoas e não em nomes de pessoas encapotadas de capote partidário, as vezes a margem dos méritos, sejam para presidente de câmara, deputados, primeiro-ministro e membros do Governo. Os são-tomenses, verdade seja dita, tem vindo a demonstrar de forma bizarra dificuldades em assumir nas suas próprias mãos o seu destino. Exige-se de todos resultados e refutação ao que não parece aceitável.

Tudo isso afeta a qualidade da democracia são-tomense e a fragiliza profundamente. À esta fragilidade estão associadas as limitações institucionais. O país convive com a violação de direitos fundamentais da pessoa humana, com uma pobreza cada vez mais alastrante, com grandes níveis de desemprego. Como na sociedade russa da época de Ostrogorski, *o acesso a cargos públicos, a corrupção fazia-se sentir de forma marcante. Quem não pertencia a uma das organizações partidárias cuja existência era generalizadamente reconhecida e válida enquanto tal, não reunia as “qualificações” necessárias para ocupar qualquer cargo público* (Balão, 2001, p. 213).

Para além disso, largas camadas da população não têm acesso a direitos civis, a direito a um tratamento justo e equiparável por parte dos tribunais de justiça. Igualmente, a continuidade de práticas de corrupção mostra que nem as muitas denúncias foram suficientes para que o País aprimorasse os mecanismos institucionais e o marco jurídico responsáveis pelo controlo dos efeitos sistémicos de hábitos e comportamentos antidemocráticos. O quadro é agravado por outras limitações institucionais que afetam a relação dos cidadãos com o regime. Marques (2013, p. 1) realça esta situação afirmando:

A degradação política a que permanentemente vamos assistindo, tem muito a ver com a ausência de princípios, de valores e de preocupações éticas nas orientações que se traçam, nos comportamentos que têm e nas decisões que vão sendo tomadas. É este ambiente de laxismo e de permissividade – mais ainda que a crise económica e social – que afasta os cidadãos da política e que gera constantemente um perigoso clima de suspeição em relação às instituições, aos políticos e aos partidos.

Os problemas apontados relativizam as imagens positivas a respeito da democracia são-

tomense, mas o país possui uma democracia eleitoral nos termos definidos pela Constituição (art. 6º). Todavia, na opinião de Marques (2014, p. 2),

O nosso sistema eleitoral não é competitivo, não fomenta o mérito nem estimula o primado da competência. A consequência mais visível está na continuada diminuição da qualidade política na Assembleia Nacional. O nosso sistema eleitoral afasta os eleitos dos eleitores e não incentiva uma cultura de responsabilização. A prova é que os cidadãos mal conhecem os deputados que elegem, e estes, na prática, respondem perante os seus partidos nunca perante os seus eleitores.

Além disso, as situações descritas sustentam que os contextos expostos influenciam negativamente a satisfação dos cidadãos com a democracia, comprometem a sua confiança nas instituições e têm um elevado peso negativo no desenvolvimento sustentado do país. Crê-se ainda que os seus resultados robustecem elementos tradicionais da cultura política, estimulando atitudes de ambivalência política e orientações negativas quanto aos partidos políticos, instituições, governos e parlamento. Além disso, pressupõe-se também que as atitudes de desconfiança política e de insatisfação com a democracia afetem negativamente a preferência dos cidadãos quanto a alternativas de organização da democracia (Ver a segunda parte deste trabalho).

Em síntese, é pouco provável, neste cenário, que os *deficits* institucionais coloquem em risco a sobrevivência da democracia a curto prazo. No entanto, ao afetar as diferentes dimensões da qualidade da democracia, supõe-se que afetam também a perceção dos cidadãos sobre o sistema democrático e o tão almejado progresso socioeconómico (Moisés, 2008). Atualmente vive-se em São Tomé e Príncipe um tempo de aperfeiçoamento do processo democrático e há uma vibração da sociedade são-tomense em torno da melhoria do regime político, pois, como dizem Grosselli e Mezzaroba (2011, p. 7139), *a passagem de uma cidadania estática para uma cidadania participativa precisa do empenho dos partidos políticos, de entidades não-governamentais, bem como do próprio Estado, para que o povo adquira a necessária educação política, para que o exercício da soberania popular aconteça calcada nos princípios da liberdade e da igualdade.*

A participação dos cidadãos nas eleições de 7 de outubro de 2018 em São Tomé e Príncipe registou uma afluência elevada, segundo o porta-voz da Comissão Eleitoral Nacional (CEN), Ambrósio Quaresma que estimou uma participação entre 60 e 70%, duas horas antes do fecho das urnas. Para ele, *nunca houve em São Tomé e Príncipe tanta afluência dos eleitores nas primeiras horas, e que continua neste momento.* Segundo Ambrósio Quaresma *essa afluência,*

se continuar assim até ao fecho, é o país que fica a ganhar, porque o povo realmente compreendeu que é ele que exerce a sua soberania política.

Na sua declaração, após as eleições de 7 de outubro de 2018, a Missão de Observação Eleitoral (MOE) (CPLP, 2018)) que integrou 16 observadoras e observadores, entre os quais deputados da Assembleia Nacional de Angola e da Assembleia da República de Portugal, em representação da Assembleia Parlamentar da CPLP, diplomatas e outros funcionários indicados pelos Estados-membros, assim como pelo Secretariado Executivo da Organização, considerou que:

- As eleições decorreram com base no respeito dos princípios democráticos e direitos políticos consagrados na Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, no contínuo reforço das boas práticas e de acordo com os procedimentos previstos na lei eleitoral do país.*
- Constatou, igualmente, que foram asseguradas as liberdades cívicas e os direitos políticos fundamentais dos cidadãos, designadamente a participação no processo eleitoral, através do exercício do direito de voto, no respeito da igualdade do sufrágio universal.*
- Destacou a significativa afluência dos eleitores às urnas e congratula-se com a elevada participação de mulheres e jovens neste ato eleitoral, assim como na composição das mesas.*
- Constatou algumas dificuldades logísticas que, sem comprometer o normal funcionamento das assembleias de voto, recomendam o reforço da capacitação dos agentes envolvidos no ato eleitoral.*
- Reconheceu os esforços desenvolvidos pelas autoridades na promoção da educação cívica junto dos eleitores, para uma participação plena e esclarecida.*
- Destacou positivamente o envolvimento de todos os atores políticos e intervenientes no processo eleitoral. Regista, ainda, o contributo das forças de segurança para a manutenção da ordem nas assembleias de mesas de voto.*
- Congratulou o povo de São Tomé e Príncipe pela forma cívica e massiva como exerceu o direito de voto, contribuindo para o reforço do Estado de Direito e para a coesão e afirmação internacional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.*

Conclui-se que normalmente as eleições em São Tomé e Príncipe acontecem sempre num clima de respeito de direito democrático, sendo sempre livres, transparentes e no respeito da igualdade do sufrágio universal.

Na realidade, fora do período eleitoral não há uma participação efetiva dos cidadãos no sentido que não há uma massa politicamente activa no sentido que fala Meirinho (2010) e Paula Espírito Santo (2011).

CAPÍTULO 6: PARTIDOS POLÍTICOS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

6.1. Instabilidade e partidos políticos

A instabilidade política, em África, pode estar ligada a dois fatores: internos e externos. Em relação aos fatores externos, os interesses geopolíticos e económicos e a comunidade internacional jogam constantemente um papel significativo ao minarem os próprios processos e instituições que servem para nutrir a democracia ao incutir a ideia de um consenso de estabilidade em África. Quanto aos fatores internos, a elite nacional manipula a política interna, e assim a estabilidade política é posta em causa muito por causa dos recursos naturais existente no país (Ong'ayo, 2008, Cruz - 2014).

A instabilidade política faz com que o Governo e as instituições democráticas tornam-se mais instáveis e se estiverem sob uma intervenção hostil de um outro país, ficam em piores condições de se desenvolverem, (Dahl, 2000; Vera Cruz, 2014). Há a instabilidade política quando há uma propensão de mudança dos Governos muitas vezes durante uma legislatura. As mudanças sucessivas dos Governos proporcionam duas grandes consequências. A primeira é a incerteza nos investidores. Neste ponto, os Governos têm pouco tempo para tomar medidas a fim de estimular o emprego e a economia e, por conseguinte, não conseguem transmitir confiança aos investidores nem proporcionar ferramentas que possam estimular a economia. A segunda consequência é que os Governos não conseguem também encontrar uma via que permita o crescimento e o desenvolvimento da sociedade no seu todo. Com estas condições o país corre sempre um risco de empobrecimento social do país e que perde-se igualmente a capacidade de integridade e moralidade dos indivíduos e, concludentemente, a qualidade dos políticos (Alesina *et al.*, 1992; Dahl, 2000; Vera Cruz, 2014). O facto de os Estados africanos serem uma cópia dos antigos Estados coloniais é outro fator para os problemas de instabilidade nos países africanos. Este é o caso, particularmente, de São Tomé e Príncipe (Vera Cruz, 2014).

O movimento de democratização que aconteceu em São Tomé e Príncipe, nos anos 90, que deu início à Segunda República, gerando resultados e experiências que devem ajudar na democratização do país. De maneira geral, em São Tomé e Príncipe, vários são os elementos apontados como obstáculos para o estabelecimento de um estado com bases realmente democrática, as constantes quedas dos governos e a consequente instabilidade política mas,

sobretudo, a não continuidade da política do Estado. Estes elementos colocam o país diante de uma crise de governabilidade e uma ineficácia administrativa por parte dos representantes eleitos. Ver sobre este ponto a segunda parte deste trabalho, no que concerne os obstáculos à consolidação da democracia em São Tomé e Príncipe nas pp. 176-186.

Tendo em conta que nenhum conflito armado ou de outro tipo aconteceu no arquipélago, é importante averiguar se a instabilidade política em São Tomé e Príncipe vai de encontro a que Novais (2007) sugere como causador da instabilidade política: a relação e a dinâmica entre Parlamento e Governo, e a função de arbitragem, moderação e regularização do Presidente da República. Este assunto será tratado na segunda parte do trabalho quando se tratar das causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe. Seibert (2009) refere que existem entre políticos são-tomenses divergências de caráter pessoal que põem em causa a criação de um Governo estável.

A história das ideias sobre os partidos políticos é longa, ampla e rica. Os partidos políticos são objeto de discussão entre os teóricos da ciência política, desde o século XVIII, através de pensadores como Hume (1875), Constant (1957), Weber (1959), Duverger (1951 e 1970), Aron (1972), Sartori (1976 e 1982), Michels (1982), Cerroni (1982), Ostrogorski (1993), Seiler (1993) e Weber (1993).

O partido político busca o poder. Para tal ele influir uma política governamental, através de seus associados que se candidatam em eleições periódicas com o intuito de conquistar um mandato político, seja no espaço do poder executivo, legislativo ou presidencial.

Burke (1770, p. 189) define o partido político como *um corpo de pessoas unidas para promover, mediante esforço conjunto, o interesse nacional, com base em algum princípio especial, ao redor do qual todos se acham de acordo*. Assim, podemos dizer que para Burke um partido político tem as seguintes características: um corpo de pessoas unidas, à volta de um interesse nacional. Para que isso aconteça, é preciso um esforço conjunto. Nesta linha de pensamento escreve Nawiasky (1955, p. 92) na sua obra *Teoria Geral do Estado*, quando define o partido político como *uniões de grupos populacionais com base em objetivos políticos comuns*. Jellinek (1914, p. 114) vai no mesmo sentido, quando diz que os partidos políticos, *em sua essência, são grupos que, unidos por convicções comuns, dirigidas a determinados fins estatais, buscam realizar esses fins*.

Os partidos políticos, na ciência política contemporânea, salientam os aspetos formais e organizacionais dos grupos organizados, além de serem uma instituição política. Alguns autores como Kelsen (1929), Schattschneider (1942) e Weber (1956) definem o partido político como uma organização. Deste modo, segundo Kelsen (1929, p. 19), os partidos políticos *são organizações que congregam homens da mesma opinião para afiançar-lhes verdadeira influência na realização dos negócios públicos...* Schattschneider (1942, p. 187) diz que o partido político é *uma organização para ganhar eleições e obter o controlo e direção do pessoal governante*. Weber (1956, p. 50) conceitua os partidos políticos como: *organizações voluntariamente criadas e baseadas em livre recrutamento necessariamente sempre renovado, em oposição a todas as corporações fixamente delimitadas pela lei ou pelo contrato*.

Adams (1915, p. 152) reconhece *que todos os países sob a luz do sol devem ter partidos e que o magno segredo consiste em saber “dominá-los”*. Neste sentido Bagehot (1955, p. 126) declara que entre a organização partidária e *o princípio vital do governo representativo vai apenas um passo*. Bryce (1918) sustenta a mesma tese ao dizer que sem os partidos políticos o governo representativo não poderia actuar. Eles são portanto obrigatórios, particularmente nos grandes países onde a liberdade impera.

Outros autores como Sait (1927), Hasbach (1912), e Sartori (1982) consideram o partido político como um grupo organizado. Sait (1927, p. 141) defende que o partido político representa *um grupo organizado que busca dominar tanto o pessoal como a política do governo*.

Sartori (1982) afirma que a função geral dos partidos políticos é de desempenharem o papel de mecanismo de comunicação entre a sociedade e o Estado, atuando em três campos diversos: 1) o espaço social; 2) o espaço eleitoral; 3) o espaço governamental. Além disso, têm a função de: 1) representar e expressar o interesse da sociedade; 2) participar e organizar a disputa dos candidatos pelos votos dos eleitores; 3) exercer o governo do Estado.

Segundo as contribuições de Schwartzberg (1979, pp. 494-496) os partidos exercem três funções básicas:

- 1) *Formação sobre opinião: apresentação de temas, agendas e perspectivas sobre os problemas sociais e políticos que condicionam a opinião pública e a escolha dos eleitores;*
- 2) *Seleção de candidatos: recrutamento e socialização de indivíduos para atividade política;*

3) *Enquadramento dos eleitos; aglutinação dos seus membros em nome da disciplina, unidade partidária e consecução de objetivos comuns.*

Na opinião de Bonavides (2000) para conceituar um partido político é necessário: a) o caráter de um grupo social; b) um grupo organizado; c) baseado em um conjunto de ideias e princípios orientadores do partido; d) um interesse comum que é a tomada do poder e domínio do aparelho estatal e governamental aliado ao sentimento de conservação deste mesmo poder. Na ótica do autor (Bonavides (2000), quatro critérios definem um partido político: uma organização durável que vai além do período de vigência de um pleito político; uma organização bem estabelecida e que mantém relações regulares e variadas a nível nacional; uma vontade determinada dos dirigentes de conquistar e exercer o poder; uma preocupação de buscar o apoio popular por intermédio das eleições ou por qualquer outra forma. Bonavides (2000, p. 504) afirma: *sem o partido político, nem as ditaduras nem os poderes democráticos de sociedade alguma do nosso tempo lograriam subsistir, a não ser transitoriamente.* Na sua perspetiva (2000, p. 450) o partido político *é uma organização de pessoas que inspiradas por ideias ou movidas por interesses, buscam tomar o poder, normalmente pelo emprego de meios legais, e nele conservar-se para realização dos fins propugnados.*

Duverger (2002, p. 36), sustenta que o desenvolvimento do partido político *parece associado ao da democracia, isto é, à extensão do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares.* Ferreira (2004, p. 393) confirma esta afirmação argumentando:

Os partidos políticos constituem um fenómeno recente; seu surgimento está ligado aos processos de modernização do regime político, de diversificação de demandas e interesses sociais e do reconhecimento do direito à participação política. Na literatura sobre o tema, há um consenso de que a eclosão dos partidos políticos se encontra intimamente associada à democracia e à expansão do sufrágio.

Kinzo (2004, p. 23) declara: *partidos políticos e eleições são componentes necessários de um regime democrático. Eleições livres e justas, nas quais os partidos competem por cargos públicos, são um critério crucial para identificar se um regime político é uma democracia.* E acrescenta: *as atividades dos partidos políticos devem estar associadas à formulação, planeamento e implementação de políticas públicas, algo que estaria relacionado com a plataforma de governo dos partidos, [...] participando como atores legítimos no jogo de poder e no processo de negociação política* (Kinzo, 2004, p. 25).

Nas democracias contemporâneas, os partidos políticos desempenham um papel muito relevante, possibilitando a um grupo de indivíduos compartilhar objetivos e um programa

político em comum. Os partidos políticos e as eleições democráticas são componentes necessários de um regime democrático. Eleições livres e justas, nas quais os partidos competem por cargos públicos, são um critério crucial para identificar se um regime político é uma democracia ou não (Kinzo, 2004).

As noções de partidos políticos e de democracia estão intimamente ligadas, visto que eles propagam as diversas doutrinas filosóficas e políticas existentes, promovem o debate e a busca de soluções para os diferentes males que afligem a sociedade (Branco, 2014).

No entender de Viana (2003, pp. 12-13),

os partidos políticos são organizações burocráticas que visam à conquista do Estado e buscam legitimar esta luta pelo poder através da ideologia da representação e expressam os interesses de uma ou outra classe ou fração de classe existentes. Assim, os quatro elementos principais que caracterizam os partidos políticos são: a) organização burocrática; b) objetivo de conquistar o poder do Estado; c) ideologia da representação como base de sua busca de legitimação; e d) expressão dos interesses de classe ou fração de classe.

Freire (2002, pp. 18-19) é de parecer que *na fase originária, o partido apresenta-se “idealmente” como um “sistema de solidariedade”. Com efeito, salienta-se os laços de solidariedade com os membros, a sua identificação com o partido e com a “causa” do partido. Os membros perseguem os mesmos fins, cooperam entre si para a realização do fim comum. Para ele (Freire, 2002, p. 10), é inegável que os partidos políticos apresentam, no mínimo, um certo número de tendências que nos permite diferenciá-los das outras organizações sociopolíticas.*

Para Sá (2013, p. 46), em democracia, os partidos políticos *desempenham um papel fundamental se estabelecerem uma ligação permanente entre as instituições políticas do Estado e os cidadãos (quer colectiva, quer individualmente), congregando interesses e permitindo a sua legítima expressão num terreno em que a conflitualidade pode ser resolvida a nível simbólico...* Os partidos políticos continuam a ser vitais para o regime político, qualquer que seja o seu modelo, as funções desempenhadas de articulação e de agregação de interesses, de legitimação, de socialização, de representação e participação, e de formação de uma elite dirigente, com maior ou menor intensidade, (Sáez & Freidenberg, 2002).

Para Fukuyama (2015, p. 557), *os partidos políticos têm sido considerados necessários para o sucesso de qualquer democracia, não obstante o facto de não terem sido previstos por muitos dos primeiros teóricos da democracia.*

Atualmente, os partidos políticos continuam a ser aparelhos básicos do jogo político e estruturas de intermediação necessárias para o funcionamento do regime político (Sáez, 2002).

Olhando para a realidade dos partidos políticos em São Tomé e Príncipe, assunto que trataremos mais adiante num capítulo reservado a este tema, os partidos políticos relevantes existentes no país são três: o MLSTP, o ADI e o PCD, porque são os que já governaram e sempre tiveram o maior número de representantes no Parlamento.

6.2. Xadrez partidário em São Tomé e Príncipe

No arquipélago de São Tomé e Príncipe, verifica-se haver grande quantidade dos partidos políticos (19), conforme o quadro 6, apesar da pequena dimensão do país.

Quadro 7: Partidos políticos em São Tomé e Príncipe

Nº	Nomes	Siglas	Anos	Fundadores
1	Movimento para Libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata	MLSTP - PSD	1975	Grupo de cidadãos
2	Partido da Convergência Democrática	PCD	1990	Grupo de cidadãos
3	Ação Democrática Independente	ADI	1994	Miguel Trovoadá
41	Movimento Democrático Força da Mudança – Partido Liberal	MDFM-PL	2001	Fradique de Menezes
5	União Nacional para Democracia e Progresso	UNDP	2001	Paixão Lima
6	Frente Democrática Cristã	FDC	2005	Valdemiro Correia
7	Coligação Democrática da Oposição	CÓDÓ/MRN	2006	Neves e Silva
8	Partido Trabalhista São-tomense	PTS	2006	Anacleto Rolim
9	Partido Social Liberal	PSL	2010	Gilberto Gil Umbelina
10	União dos Democratas para Cidadania e Desenvolvimento	UDD	2010	Um grupo de cidadão
11	Confederação Democrática Nacional.	CDN	2010	Um grupo de cidadão
12	Plataforma Nacional para o Desenvolvimento	PND	2014	António Quintas
13	Movimento Unido para o Desenvolvimento de STP	MUD-STP	2014	Filinto Costa Alegre e João Gomes
14	Ordem Liberal Democrata	OLD	2014	Um grupo de cidadão
15	Partido de Estabilidade e Progresso Social	PEPS	2014	Rafael Branco
16	Movimento Social Democrata – Partido Verde	MSD-PV	2018	Elsa Garrido
16	Partido do Povo	PV	2018	Nelson Carvalho
17	Partido de Todos os São-Tomenses	PTST	2018	
18	União para Mudança e Progresso do Príncipe	UMPP		José Cassandra
19	Movimento dos Cidadãos Independentes de São Tomé e Príncipe	MCI	2018	Nino Monteiro e António Monteiro

Fonte: Elaborado pelo autor

A Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, que é a Lei máxima do Estado são-tomense, defende o pluripartidarismo, permitindo o surgimento de várias agremiações políticas desde que atendidos certos requisitos previstos em lei. Assim, o artigo 6º, da Constituição, prevê que a República Democrática de São Tomé e Príncipe é um Estado Democrático de Direito baseado nos direitos fundamentais da pessoa humana e, no §2º, do mesmo dispositivo, se prevê que o *poder político pertence ao povo que o exerce através de sufrágio universal, igual, direto e secreto nos termos da Constituição.*

No início do processo de transição democrática, iniciada em 1990, São Tomé e Príncipe deparava-se com quatro cenários muito distintos. O primeiro mostrava o país com um partido único que lutou pela independência, e que esteve no poder durante quinze anos, entre 1975 e 1990. O Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) que, em 1990, é reformulado para Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe - Partido Social Democrata (MLSTP-PSD), era um movimento supostamente com tradições partidárias democráticas, tanto em termos da existência como de capacidade para mobilizar o apoio de importantes sectores da população. O segundo cenário apresentava um panorama em que o MLSTP teria que coabitar com novos partidos surgidos do próprio processo de transição para a democracia e, por conseguinte, para o multipartidarismo. O terceiro cenário enquadrava os casos definidos pela manutenção da existência dos pequenos partidos historicamente vazios do ponto de vista político e social. Finalmente, o quarto cenário do qual fazem parte os partidos políticos recentemente criados que ainda não deram nenhuma prova da razão da sua existência.

No primeiro cenário, sempre tomando como referência o pano de fundo das transições para a democracia, estava o MLSTP. Nele, o espaço partidário respeitava o esquema anterior à democracia: radical e justicialista, socialista e conservador. Era a continuação da política nacional dos anos de 1975 a 1990.

O segundo cenário, mais complexo, a partir de 1990, reunia partidos nascidos no momento da transição que mantinham uma estrutura aparentemente sólida e em torno dos quais o novo regime político democrático ainda girava. Tal era o caso do Partido da Convergência Democrática (PCD), Ação Democrática Independente (ADI) e mais tarde Movimento Democrático Força da Mudança – Partido Liberal (MDFM-PL). Eles conviveram com uma variedade de novos partidos surgidos durante a própria transição, concretamente os seguintes: União Nacional para Democracia e Progresso (UNDP), Frente Democrática Cristã (FDC), Coligação Democrática da Oposição (CÓDÓ/MRN) e Partido Trabalhista São-tomense (PTS), Partido Social Liberal (PSL), A União dos Democratas para Cidadania e Desenvolvimento (UDD) e Confederação Democrática Nacional.

Do terceiro cenário fez parte o grupo dos partidos sem assento parlamentar e sem grande pendor político e social. Todos esses partidos têm uma origem comum. Isso permite fazer uma caracterização dos partidos dentro de uma linha que enfatiza a grande diversidade reinante no arquipélago, quando chegou ao país a primeira onda de democratização.

No quarto cenário faziam parte os partidos políticos surgidos em 2014. Neste ano, em São Tomé, a fim de participarem nas eleições legislativas surgiram mais quatro partidos políticos: Partido de Estabilidade e Progresso Social (PEPS)²¹, Plataforma Nacional para o Desenvolvimento (PND), Movimento Unido para o Desenvolvimento de STP (MUD-STP) e a Ordem Liberal Democrata (OLD), um partido político, fundado oficialmente depois das eleições gerais de Outubro de 2014. Para as eleições legislativas, em 2018, criaram-se mais quatro partidos políticos: Movimento dos Cidadãos Independentes de São Tomé e Príncipe (MCI), Movimento Social Democrata – Partido Verde (MSD-PV), Partido do Povo (PV) e o Partido de Todos os São-Tomenses (PTST).

Neste processo de surgimento de partidos políticos, em São Tomé e Príncipe, verifica-se o seguinte: os maiores partidos políticos, aqueles que têm assento parlamentar surgiram, em regra, num contexto de conflito; oficialmente só assistiu-se a morte ou eliminação de um partido político, o PEPS de Rafael Branco.

Fazendo uma análise dos partidos políticos são-tomenses, olhando para o número da população, podem-se apontar algumas vulnerabilidades do sistema partidário são-tomense:

a) **Número efetivos de partidos políticos:** Como já foi referido, em São Tomé e Príncipe existem, actualmente, 19 partidos políticos. Este número de partidos políticos é consequência de um sistema partidário de pluripartidarismo e a representação proporcional que facilita o fermento da proliferação de partidos políticos. Esse número excessivo de partidos políticos, na linha do que afirmou Lijphart (1989), tem duas grandes consequências na política são-tomense: dificulta a governabilidade do país e ofusca a definição da vontade política popular. A partir de 1991, como refere Sanches (2010), assistiu-se a uma evolução no número de partidos e de coligações eleitorais. De facto, a partir daquele ano a configuração partidária tem sido marcada pelo surgimento de novos partidos, com especial incidência em 2001. Consequentemente, há um aumento de grupos de interesse. Neste sentido, São Tomé e Príncipe é o país da África lusófona onde é mais fácil o surgimento de novas forças políticas e destaca ainda a possibilidade de surgimento na cena política de novos partidos políticos (Sanches, 2011; Vera Cruz, 2014). Todavia, na ótica de Seibert (2008, p. 8), *não se pode distinguir os partidos políticos em São Tomé pela sua ideologia, programas, origem étnica ou base social dos seus dirigentes, membros e apoiantes. Em princípio, porém os partidos*

²¹ O partido fundado pelo Rafael Branco, ex Primeiro-ministro do MLSTP-PSD, foi extinto pela sua comissão política no dia 14 de Julho de 2017.

diferem pela história dos seus dirigentes cujos conflitos pessoais e políticos estiveram na origem da sua formação.

b) A falta de coesão dos partidos políticos: a falta de autenticidade dos partidos políticos são-tomenses torna-os como um corpo sem alma. Em outras palavras, a falta de uma estrutura dos partidos despojada de uma intensa participação popular conduz a uma verdadeira falta de representatividade do povo e facilita a falta de confiança nesses partidos. Lopes (2000, p. 66) destaca que *uma presença “excessiva” dos partidos e dos seus membros nas instituições políticas, na administração pública e nas empresas do Estado permite a colonização de diversos interesses.*

c) Falta de democracia interna: Uma das vulnerabilidades dos partidos políticos em São Tomé e Príncipe é que não há democracia no seu interior. Os seus presidentes parecem mais chefes do que líderes. Para Domingos (2014) é indiscutível que os partidos políticos são nos dias que correm... um instrumento fundamental para a participação política. Porém, é indispensável que as suas estruturas internas e funcionamento sejam democráticos... Os partidos têm uma democracia interna muito estranha, quando comparada com as máximas sustentadoras do sistema democrático.

d) Rivalidades internas: Um dos grandes problemas dos partidos políticos em São Tomé e Príncipe é a rivalidade interna, interesses individuais e conflitos internos. Além disso, o carácter oligárquico dos partidos é igualmente apontado como um fenómeno indesejável, aliado ao desapareço por programas. Para Baquero (2000, pp. 21-22),

toda organização de partido representa uma potência oligárquica repousada sobre uma base democrática. Encontramos em toda parte, eleitores e eleitos. Mas também encontramos em toda parte um poder quase ilimitado dos eleitos sobre as massas que elegem. A estrutura oligárquica do edifício abafa o princípio democrático fundamental. O que é oprimido, o que deveria ser. Para as massas, essa diferença essencial entre a realidade e o ideal é ainda um mistério.

Desse modo, como diz Baquero (2003, p. 20)

impõe-se, com urgência, um redireccionamento dos partidos a fim de que possam recuperar o espaço de interlocução entre Estado e sociedade. A indiferença dos partidos quanto ao seu declínio em importância para os eleitores poderá comprometer, a médio prazo, as bases já precárias de institucionalidade democrática, agravando a crise de legitimidade nesses países.

A importância dos partidos políticos para a consolidação da democracia, será tratada na segunda parte deste trabalho.

Resumo da primeira parte

Nesta primeira parte, usando a metodologia qualitativa e a técnica de levantamento bibliográfico, fizemos uma revisão da literatura e abordamos questões que se prendem com a temática da cultura política. Fizemos referência a várias teorias sobre este tema e outros como a democracia, os partidos políticos, o desenvolvimento socioeconómico e a participação política. Procuramos enquadrar estes temas com a realidade são-tomense e africana, pese embora a existência de pouca literatura sobre o tema no que concerne à sociedade são-tomense.

Pudemos constatar que, apesar de São Tomé e Príncipe ser um Pequeno Estado Insular, possui potencialidades que precisam ser alentadas e oportunidades que precisam ser aproveitadas para o seu desenvolvimento socioeconómico sustentável.

PARTE II: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

1.1. Enquadramento

A segunda parte deste trabalho de investigação baseia-se nos diferentes focusgroups realizados com os 28 participantes, selecionados e escolhidos, e divididos em três grupos: elites, jovens universitários e jovens comuns. Como referem Quivy & Campenhoudt (2008, p. 59), *é possível obter uma informação digna de confiança sobre uma população de várias dezenas de milhões de habitantes interrogando apenas alguns milhares deles*. Para estudar o tipo da cultura política e o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe, propusemo-nos estudar com são-tomenses e auscultá-los sobre o seu contexto no plano da cultura política são-tomense.

As tendências de resposta dos participantes dos *focusgroups* realizados geraram contributos pertinentes para os objetivos que se pretendiam estudar. Não obstante haver divergências de opinião entre os entrevistados, partilhou-se uma objetiva “onda de consensos” porque em algumas perguntas havia consensos ou convergência de posições, em torno da realidade são-tomense.

Em conformidade com Quivy & Campenhoudt (2008, p. 109) o objetivo que se pretende numa investigação é a *função de alargar a perspetiva de análise*. Isto é, que o investigador possa contribuir para alargar a perspectiva de análise através do “confronto” entre o conhecimento e o pensamento de distintos autores. É desta forma que os resultados atingidos contribuirão para aprofundar e consolidar os objetivos estabelecidos neste estudo.

A pergunta de pesquisa é: qual é o tipo da cultura política predominante em São Tomé e Príncipe? e o objectivo geral é identificar e analisar o tipo da cultura política predominante em São Tomé e Príncipe, tomando como contexto do estudo o Distrito de Água Grande e investigar se a abertura a democracia, iniciada em 1990 com a Segunda República, está a fazer prosperar uma cultura política democrática e participativa.

Para esta segunda parte o objectivo é fazer uma análise dos resultados dos diferentes *focusgroups* realizados tendo como instrumento principal o guião de entrevista.

1.2. Metodologia

Na parte II, apresenta-se a sistematização e discussão dos resultados obtidos, pela via das técnicas de *focusgroup* e de análise do conteúdo. A exposição oral pode constituir-se como uma fonte explorável e fiável da realidade social. Segundo Moreira (2007, p. 231) *a estratégia de recolher informações estruturadas perguntando diretamente e de modo uniforme às pessoas implicadas nos fenómenos sociais estudados, abarca situações muito diversas (...) mas nela está sempre presente um procedimento padronizado de questionário....*

Para Schröder & Klering (2009, p.1)

o grupo focal ou focusgroup, basicamente, consiste numa técnica de pesquisa qualitativa alicerçada numa entrevista em profundidade realizada em grupos contendo, normalmente, de seis a 10 pessoas, tendo por objetivo captar o entendimento dos participantes sobre o tópico de interesse da pesquisa. Estes influenciam uns aos outros pelas respostas às ideias e pelas colocações feitas durante a discussão, estimulados por comentários ou questões levantados por um moderador. Os dados das discussões do grupo são transcritos e acrescidos das anotações e reflexões do moderador e de outros observadores.

A categorização dos resultados obtidos com a aplicação dos *focusgroups* foi construída com base na aplicação de um processo de construção categorial, pela via da técnica de análise de conteúdo, procurando obedecer aos critérios de sistematização que fizessem sobressair a riqueza do trabalho do *focusgroup* realizado, tal como adiante se explicitará.

A análise e interpretação dos resultados foram desafiantes devido à extrema disparidade e riqueza dos comentários obtidos. Seguiu-se a orientação de Aaker (2001) e elaborou-se um registo, em vídeo, das sessões de *focusgroup*, capturando toda a gama de impressões e observações de cada tópico da entrevista aplicada aos grupos, cujas transcrições e análise dos trabalhos foram morosas, porque muitos dos participantes falavam baixo e de forma pouco clara. As transcrições foram ainda demoradas devido ao número (28 participantes) e à duração (cada sessão demorou, no mínimo 1h30m e, no máximo, 2 horas) dos nove *focusgrupos* realizados.

O guião de entrevista assim como a sistematização dos resultados baseou-se no formulário do projeto internacional World Values Survey (WVS), o qual foi adequado e enriquecido com as tendências expressas durante as reuniões-discussão dos vários *focusgroups*.

A análise dos resultados aponta para quatro grandes categorias: 1) A ação política das elites; 2) as causas da instabilidade política; 3) os obstáculos à consolidação democrática; 4) a

importância dos partidos políticos. As categorias surgiram da necessidade de ter como base um conjunto de pressupostos sobre uma determinada ideia sobre a própria realidade da cultura política em São Tomé e Príncipe e de estudar, analisar, interpretar e comparar as informações recolhidas sobre a investigação.

Durante as intervenções apontou-se a presença ou a ausência de registos, e não a frequência, sendo como tal uma perspectiva qualitativa da Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2009), Espírito Santo (2010). O conjunto de indicadores apresentado permite-nos depreender uma grande riqueza em termos de conteúdo.

Quadro 8: Categorias, os indicadores e as unidades de análise

Categorias	Indicadores	Unidades de análise
Ação política das elites	Excelente a ação política das elites são-tomenses	<p>P : Participante</p> <p>Nº 1, 2, 3, etc.: São os números dos participantes</p> <p>X: Registo da intervenção dos participantes tendo em conta a intervenção segundo os indicadores</p>
	Boa a ação política das elites são-tomenses	
	Má a ação política das elites são-tomenses	
	Péssima a ação política das elites são-tomenses	
	Cidadãos confiam nas elites políticas	
	Cidadãos desconfiam das elites políticas	
Causas da instabilidade política	Visão do poder que cada um tem do figurino constitucional do país	
	Abuso do poder	
	Descontinuidade das ações do Estado	
	Partidarismo, fragilidade e inércia dos partidos políticos	
	Passividade da sociedade civil	
	Falta de instituições fortes e democráticas	
	Situação económica e a pobreza	
	Corrupção endémica e o interesse pessoal e familiarismo	
Obstáculos à consolidação democrática	Corrupção	
	Partidarismo	
	<i>Fenómeno “banho”</i>	
	Clientelismo	
	Familiarismo;	
	Fragilidade ideológica dos partidos	
	Apatia política	
	Medo	
	Desigualdade social económica	
	Falhas no sistema de representatividade	
Importância dos partidos políticos	partidos políticos são muito importantes	
	partidos políticos são pouco importantes	
	partidos políticos são nada importantes	
	consolidar a democracia	
	lutar pelo poder	
	enriquecer mais os seus presidentes	

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 9: Síntese das intervenções na categoria e nos indicadores sobre ação política das elites

	CATEGORIA: Ação política das elites						
	INDICADORES						
Nome dos grupos	Participantes	1	2	3	4	5	6
Elites	P1			x		x	
	P2				x		x
	P3					x	
	P4			x	x		
	P5					x	
	P6			x			x
	P7					x	x
	P8					x	x
Jovens universitários	P9			x		x	
	P10			x		x	
	P11					x	
	P12			x		x	
	P13			x		x	
	P14				x	x	
	P15			x		x	
	P16			x		x	
	P17					x	
	P18					x	x
	P19			x		x	
Jovens comuns	P20			x		x	
	P21			x		x	
	P22			x		x	
	P23			x		x	
	P24					x	
	P25					x	
	P26			x		x	
	P27					x	x
	P28				x		

Fonte: Elaborado pelo autor

Nota 1 : Os indicadores para esta categoria são: 1) excelente a ação política das elites são-tomenses; 2) boa a ação política das elites são-tomenses; 3) má a ação política das elites são-tomenses; 4) péssima a ação política das elites são-tomenses; 5) cidadãos confiam nas elites políticas; 6) cidadãos desconfiam das elites políticas.

Nota 2: Os quadros 1 e 2 encontram-se vazias porque nenhum participante dos focusgroups assinalou as ações das elites são-tomenses como excelente ou boa.

Quadro 10: Síntese das intervenções na categoria e nos indicadores sobre as causas da instabilidade política

	CATEGORIA: Causas da instabilidade política								
	INDICADORES								
Nome dos grupos	Participantes	1	2	3	4	5	6	7	8
Elites	P1	x	x	x	x	x			
	P2	x		x	x				
	P3	x							x
	P4						x		
	P5	x							
	P6			x					
	P7							x	
	P8				x				
Jovens universitários	P9		x			x			
	P10								x
	P11						x	x	
	P12	x		x					x
	P13					x		x	
	P14	x	x						
	P15								x
	P16						x		
	P17		x						
	P18								x
	P19	x						x	
Jovens comuns	P20			x			x		
	P21							x	
	P22		x				x		
	P23				x				
	P24						x		
	P25							x	
	P26							x	
	P27			x					
	P28		x					x	

Fonte: Elaborado pelo autor

Nota 3: Os indicadores para esta categoria são: 1) a visão do poder que cada um tem do figurino constitucional do país; 2) abuso do poder; 3) a descontinuidade das ações do Estado; 4) o partidarismo, a fragilidade e a inércia dos partidos políticos; 5) a passividade da sociedade civil; 6) a falta de instituições fortes e democráticas; 7) a situação económica e a pobreza; 8) a corrupção endémica e o interesse pessoal e familiarismo.

Quadro 11: Síntese das intervenções na categoria e nos indicadores sobre os obstáculos à consolidação democrática

	CATEGORIA: obstáculos à consolidação democrática										
	INDICADORES										
Nome dos grupos	Participantes	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Elites	P1				x			x			
	P2	x		x				x			
	P3			x		x				x	
	P4			x			x		x		x
	P5		x		x						
	P6		x	x			x				
	P7				x		x			x	
	P8			x			x				
Jovens universitários	P9										
	P10			x		x					
	P11				x					x	
	P12		x	x				x		x	
	P13	x							x	x	
	P14						x				
	P15				x						
	P16										
	P17										
	P18				x						
	P19	x								x	
Jovens comuns	P20		x		x			x		x	
	P21			x				x			
	P22		x			x					
	P23	x		x						x	
	P24			x			x				
	P25		x			x					
	P26	x		x				x			
	P27		x		x		x				x
	P28		x			x		x			

Fonte: Elaborado pelo autor

Nota 4: Os indicadores para esta categoria são: 1) corrupção; 2) partidarismo; 3) fenómeno banho; 4) clientelismo; 5) familiarismo; 6) fragilidade ideológica dos partidos; 7) apatia política; 8) medo; 9) desigualdade social económica; 10) falhas no sistema de representatividade.

Quadro 12: Síntese das intervenções na categoria e nos indicadores sobre a importância dos Partidos Políticos

	CATEGORIA: importância dos partidos políticos						
	INDICADORES						
Nome dos grupos	Participantes	1	2	3	4	5	6
Elites	P1	x			x		
	P2	x			x		
	P3	x				x	
	P4	x			x		
	P5	x			x	x	
	P6	x			x		
	P7	x			x		
	P8	x			x		
Jovens universitários	P9	x					
	P10	x				x	x
	P11	x			x	x	
	P12	x					x
	P13	x			x		
	P14	x					x
	P15	x					
	P16		x			x	x
	P17	x					x
	P18	x				x	
	P19	x					x
Jovens comuns	P20	x			x		
	P21	x			x		
	P22	x				x	
	P23	x			x		
	P24	x			x		
	P25	x			x	x	
	P26	x			x		
	P27	x			x		
	P28				x		

Fonte: Elaborado pelo autor

Nota 5: Os indicadores para esta categoria são: 1) partidos políticos são muito importantes; 2) partidos políticos são pouco importantes; 3) partidos políticos são nada importantes; 4) consolidar a democracia; 5) lutar pelo poder; 6) enriquecer mais os seus presidentes.

CAPÍTULO 1:ANÁLISE DO ESTADO DA CULTURA POLÍTICA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

1.1. Interesse pela política

Regularmente, quando acontecem eleições, todos os são-tomenses, maiores de 18 anos, têm o dever de votar. Nesse período, os candidatos e os seus partidos invadem a vida de todo o mundo, pela televisão, pelos jornais, nas ruas, com a colocação de faixas e muitos outros meios. Quando é tempo de campanhas eleitorais, os temas políticos aparecem nas conversas, nas discussões sobre os candidatos, nas piadas, nos debates, etc. Fora do período das eleições, a atenção sobre os temas políticos diminui significativamente de importância e de qualidade.

Conforme indica o quadro 13, à pergunta *quão interessado diria estar pela política em STP? Porquê?*, todos os participantes (8) do grupo das elites afirmam que estão muito interessados. No grupo dos jovens universitários, seis (6) afirmam que estão muito interessados, um (1) pouco interessado, dois (2) não muito interessados e dois (2) nada interessados. Para o grupo de jovens comuns, sete (7) dizem que estão muito interessados e dois (2) um pouco interessados.

Quadro 13: Interesse pela política são-tomense

Elites													
			P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T otal		
Muito interessado			x	x	x	x	x	x	x	x	8		
Um pouco interessado											0		
Não muito interessado											0		
Nada interessado											0		
			Sub total								8		
Jovens Universitários													
		P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Tot
Muito interessado		x		x		x	x		x	x			6
Um pouco interessado					x							x	2
Não muito interessado								x					1
Nada interessado			x								x		2
		Sub total											11
Jovens comuns													
			P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	T otal	
1- Muito interessado			x		x		x	x	x	x	x	7	
2 - Um pouco interessado												0	
3 - Não muito interessado				x		x						2	
4 - Nada interessado												0	
			Sub total									9	
			Total									28	

Fonte: Elaborado pelo autor

Na opinião dos participantes do *focusgroup*²², *o interesse pela política é um sinal que funciona como barómetro da preocupação dos cidadãos pela coisa pública*. Nesta ótica, de maneira geral, como mostra o quadro nº 13, os participantes demonstram um grande interesse pela política em São Tomé e Príncipe mas *andam muito preocupados com a maneira como se faz política no arquipélago de São Tomé e Príncipe*. Para eles, *a prática política no país não é feita com dignidade*.

Para o grupo das elites²³, *uma outra razão que faz os são-tomenses se interessarem pela política é que ela é um espaço de opinião, uma maneira de acompanhar o dia-a-dia do país, de saber o que se faz no país e de analisar o comportamento dos dirigentes*. A política é ainda um espaço de participação, visando contribuir para que os ideais de justiça social, bem-estar e o desenvolvimento se cumpram. *É no espaço da política que estes ideais e aspirações se tornam realidade*. Todavia, isto implica uma luta política, toda uma série de dimensões que, se calhar, faz com que certas pessoas façam uma leitura negativa da política em São Tomé e Príncipe. Por outras palavras, a política é um espaço para executar ações, para concretizar os objetivos, ela facilita a realização e a concretização dos ideais políticos.

Para os participantes do grupo das elites²⁴, *o interesse pela política concretiza-se a partir do momento em que se tem consciência de que há necessidade de sentir que não se está só, pois ela deve aproximar e unir os cidadãos*. Mas deve ser uma política no sentido de escolha, de estratégia de alternativa, de visão da perceção do ambiente, a partir da experiencia e da escolha feita quotidianamente. De um modo sucinto, *é na política que se pode alterar o modus operandis e o modus vivendi de qualquer cidadão*.

Para os intervenientes neste trabalho²⁵, *a política é que rege a sociedade são-tomense e os planos de vida dos seus cidadãos*. As elites políticas sabem que *é na política que se ditam as regras*. Para os participantes do grupo dos jovens universitários²⁶, *os que estão na política em São Tomé e Príncipe usam-na como uma forma de obter algum rendimento financeiro ou como um trampolim para um melhor status social*. Nesse tipo de política, como trampolim, há interesse. *É o tipo de política que denigre a imagem do político*.

²² Ver resposta à pergunta nº 1: Quão interessado diria que está pela política em STP? Porquê? nas pp. 249-250.

²³ Ver resposta à pergunta nº 1: Quão interessado diria que está pela política em STP? Porquê? nas pp. 249-250.

²⁴ Ver resposta à pergunta nº 1: Quão interessado diria que está pela política em STP? Porquê? nas pp. 249-250.

²⁵ Ver resposta à pergunta nº 1: Quão interessado diria que está pela política em STP? Porquê? nas pp. 249-250.

²⁶ Ver resposta à pergunta nº 1: Quão interessado diria que está pela política em STP? Porquê? nas pp. 249-250.

Para uma participante do *focusgroup* realizado²⁷, até hoje, em São Tomé e Príncipe não se conseguiu ter uma cultura política em que os cidadãos participem no governo público da comunidade e sintam a sua intervenção na orientação política dos seus interesses. Os são-tomenses entraram para o multipartidarismo de forma não amadurecida e o que se verifica, sobretudo nesta época de democracia, é a instalação de uma cultura de xingar, de desentendimento e a construção de uma cultura de desconstruir. Mistura-se política com assuntos pessoais. Não se segmentou nem se fundamentou a base da cultura política democrática ou participante. Hoje instalou-se uma confusão total. Neste sentido, o problema fundamental do país tem sido a predominância de uma cultura política excessivamente inclinada para o interesse individual, em detrimento do interesse coletivo. Tudo isso denota-se na grande desconfiança que os cidadãos têm nas diversas instituições do país.

Para os participantes²⁸, os políticos não estão interessados no desenvolvimento socioeconómico do país mas sim no poder como via de negócio e do seu crescimento económico não se preocupando em prestar conta das suas ações ou do seu governo. Perante essa situação, os cidadãos não conseguem interferir livremente nessa relação porque se sentem subjugados à pobreza, à miséria e à necessidade de sobrevivência.

1.2. Avaliação sobre a importância do voto

A democracia veio universalizar o direito de voto, proporcionar direitos e garantias individuais e, ao mesmo tempo, dar instrumentos e mecanismos capazes de fazer valer esses direitos, criou novos instrumentos de participação popular. Mas mesmo assim, pelo que se tem visto em África, principalmente em alguns países como a Guiné-Bissau e São Tomé Príncipe, não têm havido Governos estáveis.

Segundo Espírito Santo (2011, p. 154) *o voto e a mobilização política constituem aspetos subjacentes à análise da temática do comportamento eleitoral...O voto é um dos instrumentos básicos de garantia do sistema democrático, condição sine qua non do seu funcionamento.*

Para Meirinho (2008, p. 149), *o sufrágio corresponde à expressão concreta de um direito que reconhece ao indivíduo a possibilidade de intervir no processo de seleção dos governantes que acedem a esta condição através da eleição política... o exercício deste direito implica um acto (voto) que manifesta uma escolha especificamente destinada à legitimação do mando.*

²⁷Ver resposta à pergunta nº 1: Quão interessado diria que está pela política em STP? Porquê? nas pp. 249-250.

²⁸Ver resposta à pergunta nº 1: Quão interessado diria que está pela política em STP? Porquê? nas pp. 249-250.

Para que o sufrágio possa ser aceite como democrático há um conjunto de princípios fundamentais que devem caracterizá-lo, segundo Meirinho (2008), que são: princípio de universalidade, princípio de liberdade, princípio de voto direto, princípio de voto secreto e princípio de recorrência.

Para a maioria dos intervenientes no *focusgroup*²⁹, conforme apresentado no quadro 14, *o voto é importante porque é o único instrumento para alterar ou mudar a situação do direito democrático. É uma das formas de expressão que nos permitem avaliar quanto estamos a falar da competitividade em diferentes opções*. Segundo os participantes do grupo das elites³⁰, *olhando para a realidade são-tomense, o voto transformou-se num instrumento de obtenção de proventos. Antes de votar, as pessoas exigem ser pagas. A compra da consciência dos votantes prevalece sobre o voto consciente*.

²⁹ Ver resposta à pergunta nº 2: Para si, qual é a importância do voto? Porquê?, nas pp. 250-251.

³⁰ Ver resposta à pergunta nº 2: Para si, qual é a importância do voto? Porquê?, nas pp. 250-251.

Quadro 14: Importância do voto

Elites												
	P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T otal			
Muito	x	x	x	x	x	x	x	x	x	8		
Um pouco										0		
Não se interessa										0		
Não Sabe										0		
Não Responde												
Sub total									8			
Jovens Universitários												
	P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Total
Muito	x	x		x	x	x		x	x	x	x	9
Um pouco												0
Não se interessa			x				x					2
Não Sabe												0
Não Responde												0
Sub total											11	
Jovens comuns												
	P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Total		
Muito	x	x	x	x	x	x	x	x	x	9		
Um pouco										0		
Não se interessa										0		
Não Sabe										0		
Não Responde										0		
Sub total										9		
Total										28		

Fonte: Elaborado pelo autor

Sobre a importância do voto, todos os participantes (9) do grupo das elites referem que o voto é muito importante. No grupo dos jovens universitários, nove (9) declaram que o voto é muito importante e dois (2) dizem que não se interessam. Todos os intervenientes (9) do grupo dos jovens comuns dizem que o voto é muito importante. No que diz respeito a este ponto, vinte e seis (26) participantes dizem que os votos são muito importantes e dois (2) dizem que o voto não interessa nada.

O voto é importante porque é o instrumento de manifestação de uma vontade de adesão ou rejeição de um projeto, de proposta de candidatura. Para o participante do grupo das elites³¹, *no contexto são-tomense, o valor do voto é desvirtuado. Hoje não se sabe qual é o peso que o voto voluntário, livre e consciente tem, efetivamente, nos resultados eleitorais. Sendo um instrumento de manifestação e de expressão máxima da democracia, no contexto são-tomense, perante o que se tem estado a passar, nesses últimos tempos, questiona-se o seu*

³¹ Ver resposta à pergunta nº 2: Para si, qual é a importância do voto? Porquê?, nas pp. 250-251.

verdadeiro sentido. A debilidade económica dos cidadãos coloca-os numa situação de vulnerabilidade que leva à venda dos votos que não são livres mas comprados.

Segundo o grupo das elites³², *actualmente em São Tomé e Príncipe o voto é sinónimo de dinheiro. Votar hoje é o resultado da compra de votos por parte daqueles que conseguem convencer financeiramente os eleitores.* Esta realidade vai contra aquilo que preconiza Manuel Meirinho (2008, p. 157): *a realização de eleições livres, periódicas e competitivas destinadas à eleição de representantes constitui um elemento essencial de análise de regimes representativos, bem como constitui um dos aspectos fundamentais da sua democraticidade.* Deduzimos desta afirmação que o voto é um elemento fundamental da democracia. *Na realidade são-tomense é indispensável atestar a importância dos votos em duas vertentes: a primeira, é preciso que o cidadão compreenda que o voto é um dever e um direito e, a segunda, é preciso trabalhar na perspectiva de o fazer valer já que o cidadão terá de fazer uma escolha que o beneficie e resolva o seu interesse*³³. Cumpre-se assim, o que afirma Espírito Santo (2011, p. 155): *o voto é, pois, uma palavra-chave do comportamento eleitoral a qual contém em si própria força suficiente para desencadear acções de escolha que podem envolver uma identificação ideológica, partidária, pessoal, cultural ou, simplesmente, traduzir um acto de escolha eleitoral sem convicção apenas porque o momento o impõe.*

Sendo o voto importante, a questão que se coloca hoje é a praticabilidade ou não deste conceito, ou seja, como é que se aplica este conceito para que sirva ou não os objetivos a ele consignados. Para os participantes deste estudo³⁴, *em São Tomé e Príncipe o voto não está desgarrado do conceito que se faz ou da forma como se exerce a política do país. É o resultado direto disso mesmo. A forma como se usa o voto, hoje, reflete a forma como se vê e se pratica a política no país e para mudar a forma como se vota tem que se ir à raiz do problema e mudar a forma como se vive e se pratica a política.*

De acordo com Espírito Santo (2011, p. 159) *o esforço de identificação com a cultura política é conduzido de acordo com pontos de referência, dependendo do nível de aproximação ou identificação que as eleições podem despertar.* Segundo os participantes do focusgroup³⁵, *a questão é saber como se está a fazer a política para que o voto tenha o seu exato valor, isto quanto aos eleitores e para os eleitos a ocupação de um cargo no aparelho de Estado*

³² Ver resposta à pergunta nº 2: Para si, qual é a importância do voto? Porquê?, nas pp. 250-251.

³³ Ver resposta à pergunta nº 2: Para si, qual é a importância do voto? Porquê?, nas pp. 250-251.

³⁴ Ver resposta à pergunta nº 2: Para si, qual é a importância do voto? Porquê?, nas pp. 250-251.

³⁵ Ver resposta à pergunta nº 2: Para si, qual é a importância do voto? Porquê?, nas pp. 250-251.

contribui para a melhoria e elevação do seu estatuto social e económico e muda o seu agregado familiar.

O voto é uma forma de manifestação da vontade popular. Em São Tomé e Príncipe, antes havia mais respeito pelos votos, pela urna e tudo o que dizia respeito ao voto³⁶. Todavia, o que acontece em São Tomé e Príncipe de então é o que Fukuyama (2015, p. 575) já dizia: o eleitorado nem sempre escolhe bem: opta por exigências a curto prazo em vez de sustentabilidade a longo prazo; vota com frequência com base na personalidade e não nas políticas; às vezes vota por motivos clientelistas; pode pretender a distribuição do rendimento.

1.3. Confiança nas instituições

Em seguida analisa-se a confiança e a desconfiança nas instituições democráticas são-tomenses: Igrejas, Comunicação social, Poderes políticos (Governo, Parlamento e Presidente), Partidos políticos e Tribunais.

a) Igrejas³⁷

Quanto à confiança nas igrejas, como se enxerga no quadro 15, para o grupo das elites sete (7) participantes têm bastante grau de confiança na igreja e dois (2) têm pouco grau de confiança. Para os jovens universitários, dois (2) têm bastante grau de confiança; sete (7) pouco e dois (2) nenhum grau de confiança. No que diz respeito aos jovens comuns, seis (6) têm grande grau de confiança, dois (2) bastante e um (1) pouco grau de confiança.

Deste modo, seis (6) participantes afirmam ter uma grande confiança nas igrejas; onze (11) dizem que têm bastante confiança; dez (10) afirmam ter pouca confiança e dois (2) afirmam não ter confiança.

³⁶ Ver resposta à pergunta nº 2: Para si, qual é a importância do voto? Porquê?, nas pp. 250-251.

³⁷ Trata-se de todas as igrejas e não só da Igreja Católica em particular.

Quadro 15: Confiança nas Igrejas

Elites													
				P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T otal	
Grande												0	
Bastante				x	x	x		x	x		x	6	
Pouco							x			x		2	
Nada												0	
				Sub total								8	
Jovens Universitários													
		P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Tot
Grande													0
Bastante			x			x							2
Pouco				x	x		x		x	x	x	x	7
Nada		x						x					2
		Sub total											11
Jovens comuns													
				P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Total
Grande				x		x		x	x		x	x	6
Bastante							x			x			2
Pouco					x								1
Nada													0
				Sub total									9
				Total									28

Fonte: Elaborado pelo autor

Para os participantes no trabalho de *focusgroup*³⁸ é necessário ter em conta duas situações neste ponto referente ao grau de confiança nas igrejas. A primeira é a enorme importância da igreja na sociedade. Olhando para a realidade são-tomense, se não fossem as igrejas a situação social do povo estaria pior. A segunda é a proliferação de diversas confissões religiosas. Infelizmente, muitas igrejas surgem, hoje, do nada. Cada vez mais tem-se menos confiança nas igrejas, devido a esta proliferação. Muitas destas igrejas que surgem, atualmente, estão ligadas ao negócio e à lavagem do dinheiro sem que haja controlo sobre elas pelo Estado. Hoje, se alguém quiser ser rico, basta fundar uma igreja. Em São Tomé e Príncipe, embora o país seja pequeno, verifica-se uma grande proliferação de igrejas e seitas e, por conseguinte, muita exploração do povo. Há caso de pessoas que se desfazem dos seus bens para entregar à igreja e em consequência deste gesto tornam-se pobres e miseráveis: doam carros, casas, terrenos, brincos, cordão de ouro, etc. Para além disso, a maior parte delas tem uma conduta que não coaduna com a da verdadeira igreja. Muitas delas não gozam de princípios que devem reger uma igreja. Cada um pensa no seu interesse próprio e,

³⁸ Ver resposta à pergunta nº 3, pp. 251-252.

mesmo quando se unem para falar de Deus, não conseguem se afastar dos interesses pessoais, a fim de trabalhar para o interesse de Deus. Enquanto o povo precisa, confia e vai à busca da Palavra de Deus, ele é, muitas vezes, enganado e explorado.

Para os jovens comuns³⁹, há uma grande confiança na igreja católica porque ela ajuda a pessoa a viver na democracia, na liberdade, ajuda a criar confiança, união, comunidade e é um catalisador de valores. É valorizado o seu papel na educação para os valores, sem se esquecer que é nos momentos de grandes crises sociais que as igrejas têm maior poder de intervenção.

b) Comunicação social

Pela comunicação social, entende-se aqui os seguintes órgãos de comunicação: televisão, rádios e jornais. Todavia, a tónica é posta na televisão.

No que diz respeito à comunicação social, segundo o quadro 16, para o grupo das elites cinco (5) participantes têm pouco grau de confiança na comunicação social e três (3) afirmam não ter nenhuma confiança. Quanto aos jovens universitários, um (1) tem bastante grau de confiança; quatro (4) pouco e seis (6) nenhum grau de confiança. Para os jovens comuns, seis (6) têm pouco grau de confiança e três (3) afirmam não ter nenhuma confiança.

Em suma, um (1) participante diz que têm bastante confiança nos meios de comunicação social; quinze (15) que têm pouca confiança nela e doze (12) apresentam nada como grau de confiança.

³⁹ Ver resposta à pergunta nº 3, p. 278.

Quadro 16: Confiança na comunicação social

Elites												
	P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T otal			
Grande									0			
Bastante									0			
Pouco		x		x	x	x		x	5			
Nada	x		x				x		3			
Sub total									8			
Jovens Universitários												
	P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Total
Grande												0
Bastante		x										1
Pouco	x			x				x		x		4
Nada			x		x	x	x		x			6
Sub total												11
Jovens comuns												
	P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Total		
Grande										0		
Bastante										0		
Pouco	x	x	x		x	x		x		6		
Nada				x			x		x	3		
Sub total										9		
Total										28		

Fonte: Elaborado pelo autor

Para uns, do grupo dos jovens⁴⁰, a comunicação social é insípida, ou seja, é como o limão que é sugado várias vezes e fica-se sempre com um sabor amargo. Na comunicação social de São Tomé e Príncipe só se faz politiquice. Ela não é imparcial. Nela passa-se apenas os fatos que querem informar e não todos os acontecimentos do país. Para outros ela só está ao serviço de uma política governamental e está totalmente manipulada pelos políticos no poder: ocultam-se a informação real e passa-se a que favorece o poder executivo. Outros ainda afirmam que a comunicação social de São Tomé e Príncipe perdeu a noção do seu papel: só cria polémica. Finalmente, a pouca confiança ou mesmo a ausência de confiança nela, advém do fato de ela ser partidária e assim perder credibilidade. O grande desafio é tornar a comunicação social um órgão independente. Não há liberdade de expressão, pois, se alguém passar uma informação contra a vontade do governo, perde o emprego. Um dos grandes constrangimentos de que sofre a comunicação social são-tomense prende-se com dependência dos seus quadros e à sua subalternação ao poder político. Após a ascensão ao poder de um novo partido político ou coligação muda-se todos os seus quadros. Existe

⁴⁰ Ver resposta à pergunta nº 3, p. 278.

também aí a chamada “dança das cadeiras” em que se muda nos assentos os respectivos ocupantes.

Há alguns participantes⁴¹ que depositam pouca confiança na comunicação social, afirmando *que falta seriedade profissional no que toca à televisão e à rádio nacional. Mesmo as rádios privadas estão a ser manipuladas. A confiança é pouca também porque não estão a informar, mas sim, a passar conteúdos que só servem para distrair as pessoas. Para um dos participantes, há bastante confiança na comunicação social porque ela passa fatos que acontecem na realidade.*

c) Poderes políticos (Governo, Parlamento e Presidente)

Segundo o quadro 17 verifica-se que quanto à confiança nos poderes políticos (Governo, Parlamento e Presidente), para o grupo das elites sete (7) participantes têm pouco grau de confiança nos Poderes políticos (Governo, Parlamento e Presidente) e um (1) têm nada como grau de confiança. Quanto aos jovens universitários, um (1) têm bastante grau de confiança; três (3) pouco e sete (7) nenhum grau de confiança. No que respeita aos jovens comuns, sete (7) têm pouco grau de confiança e dois (2) nada como grau de confiança.

Em conclusão, um (1) interveniente tem bastante confiança neles; dezassete (17) participantes têm pouca confiança e onze (11) não depositam nenhuma confiança.

⁴¹ Ver resposta à pergunta nº 3, p. 279.

Quadro 17: Confiança nos poderes políticos (Governo, Parlamento e Presidente)

Elites														
			P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T otal			
Grande											0			
Bastante											0			
Pouco			x		x	x	x	x	x	x	7			
Nada				x							1			
			Sub total								8			
Jovens Universitários														
		P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Tot	
Grande													0	
Bastante			x										1	
Pouco		x			x				x				3	
Nada				x		x	x	x		x	x	x	7	
		Sub total											11	
Jovens comuns														
			P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Total		
Grande												0		
Bastante												0		
Pouco			x	x	x		x	x		x	x	7		
Nada						x			x			2		
			Sub total									9		
			Total									28		

Fonte: Elaborado pelo autor

Para os participantes de *focusgroup*⁴², entre o Governo, o Parlamento e o Presidente todos espelham as más ações que se está a viver no país. Não há entendimento entre eles. Pelo contrário, há luta pelo protagonismo e pela sobrevivência. O governo realiza ações que não interessam ao povo e só no momento da campanha eleitoral é que se vê algumas obras que, muitas vezes, ficam inacabadas depois das eleições. Os governantes no poder buscam sempre protagonismo e aparecem sempre nos noticiários ainda que seja para inaguração dum simples chafariz no lugar mais remoto do país.

Outros participantes têm pouca confiança, sobretudo, no parlamento, porque os deputados não têm consciência do poder que têm e há leis e diplomas que devem ser discutidos mas que exigem determinado conhecimentos e há deputados que não têm nem a quarta classe e não têm domínio suficiente do português⁴³. Apesar desta situação, diz um participante, há uma

⁴² Ver resposta à pergunta nº 3, p. 279.

⁴³ Ver resposta à pergunta nº 3, p. 279.

forte esperança no futuro porque, conquanto os males sinalizados há princípio de democracia e separação de poder⁴⁴.

d) Partidos políticos

De acordo com o quadro 18, para o grupo das elites, três (3) participantes têm pouco grau de confiança nos Partidos políticos e cinco (5) nada têm como grau de confiança. Para os jovens universitários, dois (2) têm bastante grau de confiança; dois (2) têm pouco grau de confiança e sete (7), nenhum grau de confiança. No que diz respeito aos jovens comuns, três (3) têm pouco grau de confiança e seis (6) nada como grau de confiança. No total, dois (2) têm elevada dose de confiança nos partidos políticos; oito (8) mostram pouca confiança e dezanove (19) ostentam nada como dose de confiança neles.

Quadro 18: Confiança nos partidos políticos

Elites													
			P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T otal		
Grande											0		
Bastante											0		
Pouco					x	x		x			3		
Nada			x	x			x		x	x	5		
			Sub total								8		
Jovens Universitários													
		P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Tot
Grande													0
Bastante						x			x				2
Pouco			x								x		2
Nada		x		x	x		x	x		x		x	7
		Sub total											11
Jovens comuns													
			P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Tot	
Grande												0	
Bastante												0	
Pouco			x	x	x		x	x		x	x	7	
Nada						x			x			2	
			Sub total									9	
			Total									28	

Fonte: Elaborado pelo autor

Para os participantes do grupo das elites⁴⁵, *os partidos políticos transportaram, para si próprios a mesma miséria espiritual que grassa pela sociedade. Eles estão, em grande parte, desvirtuados daquilo que é a sua função, por não terem definido a sua ideologia, mas,*

⁴⁴ Ver resposta à pergunta nº 3, p. 279.

⁴⁵ Ver resposta à pergunta nº 3, p. 279.

sobretudo, devido à degradação dos valores e a postura da maior parte dos indivíduos que procuram neles ingressar. Os políticos não estão bem preparados e a sua função tornou-se tão banal que todo e qualquer cidadão que esteja num partido político é caracterizado de medíocre. No seio dos partidos existe uma grande luta pela sobrevivência, porque estar ou manter-se no poder equivale à elevação de estatuto social, político e sobretudo económico.

e) Tribunais

Segundo o quadro 19 verifica-se que quanto aos tribunais, para o grupo das elites, sete (7) participantes têm pouco grau de confiança nos Tribunais e um (1) tem nada como grau de confiança. Para os jovens universitários, quatro (4) têm pouco grau de confiança e sete (7) nenhum grau de confiança. No que concerne aos jovens comuns, sete (7) têm pouco grau de confiança e dois (2) nada como grau de confiança. Em conclusão, dezoito (18) participantes dizem que têm pouca confiança neles e onze (11) dizem que não têm nada de confiança nos tribunais.

Quadro 19: Confiança nos Tribunais

Elites													
			P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T otal		
Grande											0		
Bastante											0		
Pouco			x	x		x	x	x	x	x	7		
Nada					x						1		
			Sub total								8		
Jovens Universitários													
		P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Total
Grande													0
Bastante													0
Pouco		x			x			x			x		4
Nada			x	x		x	x		x	x		x	7
		Sub total											11
Jovens comuns													
			P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Tot	
Grande												0	
Bastante												0	
Pouco			x	x	x		x	x		x	x	7	
Nada						x			x			2	
			Sub total									9	
			Total									28	

Fonte: Elaborado pelo autor

Segundo o resultado do trabalho realizado nos diferentes *focusgroups* desta investigação⁴⁶, o grau de confiança é também pouco ou quase nada *porque os Tribunais não têm cumprido aquilo que é o seu papel que é o de julgar e dizer direito com base nas normas e leis. De algum tempo para esta parte, os Tribunais não têm tido confiança da parte de ninguém. Para além da corrupção no seu seio, coloca-se também o problema de falta da infraestrutura da própria investigação e da má preparação e inexperiência de muitos magistrados judiciais e do ministério público e dos funcionários judiciais.*

Em suma, segundo os participantes⁴⁷ *a desconfiança política cresceu, no arquipélago de São Tomé e Príncipe, devido às frustrações geradas pelas crises políticas e ao facto de os políticos promoverem reformas institucionais em seu próprio benefício. A incapacidade dos sucessivos governos resolverem as expectativas dos seus cidadãos provocou frustrações que se refletem na perceção que estes têm das suas instituições políticas e sociais.*

Ainda de acordo com os participantes⁴⁸ *os são-tomenses estão convictos de que a avaliação do desempenho das instituições é um fator-chave para o restabelecimento da confiança política. Esta é ainda essencial tanto para o desenvolvimento do bem-estar socioeconómico como para a promoção de políticas públicas.*

De uma maneira geral, esta pesquisa revela pouca confiança dos são-tomenses nas instituições políticas, nos partidos políticos e mormente na classe política, como o indicam os quadros 15 a 19⁴⁹. Para os participantes do grupo das elites⁵⁰ *presencia-se uma fragilização dos laços sociais e a institucionalização do individualismo, do nepotismo, com o interesse privado ou individual antepondo-se ao interesse coletivo. Essa situação não é uma novidade, pois sempre foi assim. Contudo, a presença desses fatores na sociedade são-tomense não pode ofuscar alguns avanços obtidos no campo da democratização, ao longo das duas últimas décadas.*

1.4. Estudo do regime político

Os estudos sobre o processo de democratização em São Tomé e Príncipe mostram o quanto a transição para o multipartidarismo manteve os aspetos autoritários vigentes no período

⁴⁶Ver resposta à pergunta nº 3, p. 280.

⁴⁷Ver resposta à pergunta nº 3, p. 280.

⁴⁸ Ver resposta à pergunta nº 3, p. 280.

⁴⁹ Ver os quadros 15 a 19: sobre a confiança nas organizações, nas pp. 143-149 e quadro 36: sobre confiança ou desconfiança nas elites políticas, na p. 207.

⁵⁰ Ver resposta à pergunta nº 3, p. 280.

anterior e o quanto esses aspetos continuaram a influenciar, no sentido de cercear e limitar o alcance da democratização. Depois do regime monopartidário, que durou de 1975 a 1990, o multipartidarismo foi muito bem recebido em São Tomé e Príncipe. O regime político vigente atualmente em São Tomé e Príncipe é o regime semipresidencialista, de pendor parlamentarista.

No regime semipresidencialista, como defende Jorge Reis Novais (2007), o eixo fundamental é a responsabilidade política do Governo perante o Parlamento. O Presidente tem poderes para dissolver o Parlamento e de fiscalização, supervisão e regulação dos órgãos. Conforme Lobo e Neto (2009), na sua maioria, os membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) enveredaram por um regime semipresidencial porque tomaram Portugal como referência. Novais (2007) diz que, neste regime, apesar da relação e a dinâmica entre Parlamento e Governo, há que ter em conta o poder legitimado do Presidente da República. O Presidente, segundo o artigo 80º da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe (GSTP, 2003), que é eleito pelo povo de forma direta, tem a função de arbitragem, moderação e regularização que poderá fazer a diferença entre a estabilidade política e a instabilidade ou mesmo, no sucesso ou insucesso do funcionamento dos órgãos institucionais. Essa diferença far-se-á sentir muito mais num país com sistema partidário em formação ou com um longo historial de ditadura. A mais-valia do Presidente neste regime releva-se nas situações de Governo minoritário, devido ao risco da continuidade da ação governativa, à possibilidade de instabilidade e à acentuada fraqueza governamental. Mas o seu papel de estabilizador será diferente se houver uma maioria parlamentar que o apoia, pois, segundo o autor, o exercício das suas funções dependerá do entendimento particular que cada Presidente tem em relação aos valores constitucionais, ao interesse público, ou nacional, ou mesmo às suas preferências políticas que refletirão nas ações dos seus mandatos.

1.3.1. Ter um líder forte que não tenha de se preocupar com o parlamento ou eleições

Neste tema, todos os oito (8) participantes do grupo das elites referem que é muito mau. Do grupo dos jovens universitários, dois (2) acham que é bom ter um líder forte que não tenha de se preocupar com o parlamento ou eleições e nove (9) declaram que é muito mau. Quanto aos jovens comuns, três (3) acham que é mau ter um líder forte que não tenha de se preocupar com o parlamento ou eleições e seis (6) que é muito mau.

Quadro 20: Avaliação do regime político: ter um líder forte que não tenha de se preocupar com o Parlamento ou eleições

Elites												
	P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T otal			
Muito bom									0			
Bom									0			
Mau									0			
Muito mau	x	x	x	x	x	x	x	x	8			
Sub total									8			
Jovens Universitários												
	P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Total
Muito bom												0
Bom				x	x							2
Mau												0
Muito mau	x	x	x			x	x	x	x	x	x	9
Sub total											11	
Jovens comuns												
	P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Total		
Muito bom										0		
Bom										0		
Mau		x		x				x		3		
Muito mau	x		x		x	x	x		x	6		
Sub total									9			
Total									28			

Fonte: Elaborado pelo autor

Grande parte dos participantes⁵¹, vinte e quatro (24) (Ver o quadro nº 20, em que vinte e três (23) participantes acham que é muito mau) é de opinião que *ter um líder forte que não tenha de se preocupar com o parlamento ou eleições*, para governar o país, como regime político é muito mau ou mau (3), *porque seria um líder ditador e não colheria as contribuições de outras pessoas. Este tipo de sistema não se compagina com a democracia. Num país democrático, o líder deve justificar as suas ações, respeitar aos outros e prestar contas ao país. Sem esse procedimento não haverá responsabilização. A concentração do poder numa só pessoa é pernicioso. É preciso ter-se em conta a opinião de todos e trabalhar com as diversas instituições. Em contrapartida, para três participantes dos jovens comuns este tipo de governo será bom se não houver colapso no sistema. Deste modo, caso haja mutabilidade, ele pode restabelecer a ordem.*

⁵¹ Ver resposta à pergunta nº 3, p. 280.

1.3.2. Ter especialistas, em vez de governos, que tomem decisões de acordo com o que eles pensam ser melhor para o país

Neste ponto, três (3) participantes do grupo das elites afirmam que é mau e cinco (5) que é muito mau. Para os participantes do grupo dos jovens universitários, três (3) acham que é bom e oito (8) declaram que é muito mau. Dois (2) jovens comuns acham que é muito bom, um (1) que é bom e seis (6) que é muito mau.

Quadro 21: Avaliação do regime político: ter um líder forte que não tenha de se preocupar com o Parlamento ou eleições

Elites													
			P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T otal		
Muito bom											0		
Bom											0		
Mau				x		x		x			3		
Muito mau			x		x		x		x	x	5		
			Sub total								8		
Jovens Universitários													
		P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Total
Muito bom													0
Bom			x			x		x					3
Mau													0
Muito mau		x		x	x		x		x	x	x	x	8
		Sub total											11
Jovens comuns													
			P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Total	
Muito bom												0	
Bom												0	
Mau				x		x				x		3	
Muito mau			x		x		x	x	x		x	6	
			Sub total									9	
			Total									28	

Fonte: Elaborado pelo autor

Treze (13) participantes são de opinião de que é muito mau e nove (9) reconhecem que é mau (Ver o quadro nº 21). Para eles⁵², *os líderes devem propor e não impor; devem ter em conta a democracia e o governo. Além disso, há o risco de implementarem as suas ideias que, às vezes, podem não estar de acordo com o que o país necessita.*

Dois (2) intervenientes pensam que esta circunstância é muito boa e quatro (4) participantes advogam que é boa como conjuntura. Para os defensores deste regime, *é preciso ter em conta*

⁵² Ver resposta à pergunta nº 4, na p. 281.

*as suas especialidades e capacidades de poder orientar bem o país e, se forem especialistas, devem saber escutar, estudar, analisar e implementar o que é melhor para o desenvolvimento do país*⁵³.

1.3.3. Ter um regime militar

Os oito (8) participantes do grupo das elites acreditam que ter um regime militar é muito mau. Ao contrário, dois (2) intervenientes dos jovens universitários acham que este regime é muito bom, um (1) que é bom, cinco (5) que é mau e três (3) que é muito mau. Quanto aos jovens comuns três (3) dizem que é bom, um (1) que é mau e cinco (5) que é muito mau.

Quadro 22: Avaliação do regime político: ter um regime militar

Elites													
			P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T total		
Muito bom											0		
Bom											0		
Mau											0		
Muito mau			x	x	x	x	x	x	x	x	8		
			Sub total								8		
Jovens Universitários													
		P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Total
Muito bom			x					x					2
Bom						x							1
Mau				x	x		x			x		x	5
Muito mau		x							x		x		3
		Sub total											11
Jovens comuns													
			P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Total	
Muito bom												0	
Bom					x			x		x		3	
Mau						x						1	
Muito mau			x	x			x		x		x	5	
			Sub total									9	
			Total									28	

Fonte: Elaborado pelo autor

A maioria dos participantes (16) pensa que este regime político é muito mau e cinco (5) que é mau. Pelo contrário, dois (2) intervenientes dos jovens universitários entendem que este

⁵³ Ver resposta à pergunta nº 4, na p. 281.

regime é muito bom; um (1) participante dos jovens universitários diz que é bom e (4) participantes dos jovens comuns dizem que também é bom⁵⁴.

Na opinião dos participantes neste *focusgroup*⁵⁵, no que concerne ao regime militar, *seria muito mau ou mau porque é um regime totalitário e agressivo. O país é democrático e não pode haver um regime ditatorial e havia risco de violência e de abuso. Além disso, olhando como o país está, sem regras, sem normas e com a maioria das pessoas desobedientes, com o regime militar seria um caos e a desordem poderia impor-se. O exemplo do golpe de Estado de 15 de Agosto de 1999, em que os militares viram-se impossibilitados de assumir o poder não só devido à pressões externas mas sobretudo devido a sua impreparação. Só agora os militares começam a ter os primeiros quadros com formação superior e ainda assim em áreas muito restritas com predominância em curso de vertente militar.*

Alguns participantes⁵⁶, todos jovens, acham bom este sistema do regime militar, *porque, apesar de defenderem que o país precisa de liberdade, a disciplina militar seria favorável se fosse implementada com tempo e com preparação. Nas suas opiniões, o tempo do partido único trouxe alguns benefícios. O regime monopartidário deu continuidade a ordem, que existia na época imposta pelo poder colonial português. No momento da declaração da independência existia ordem no país que passou a ser mantida com punho de ferro. Havia ordem, autodisciplina, educação, respeito mútuo uns pelos outros e sobretudo, respeito pelas instituições e superiores hierárquicos. A degradação dos valores e a permissividade dos costumes começa nos anos da década de 1990 com o laxismo dos poderes políticos. Para além disso, com o regime militar, haveria mais respeito e mais organização, mais clareza na governação e na prestação de contas. A informação sobre o país, no tempo do partido único, é que havia mais respeito e mais disciplina*⁵⁷.

Para os outros jovens universitários, participantes nos *focusgroup*⁵⁸, *a implementação do regime militar seria muito bom por uma questão de disciplina. Precisa-se de alguma ordem e o regime militar, muitas vezes, faz criar maior união, gera o espírito de democracia. O regime militar, para além de trazer uma conotação de um país muito unido, trabalhador, com*

⁵⁴ Ver o quadro 22 sobre avaliação do regime político: ter um regime militar.

⁵⁵ Ver resposta à pergunta nº 4, na p. 281.

⁵⁶ Ver resposta à pergunta nº 4, na p. 281.

⁵⁷ Ver resposta à pergunta nº 4, na p. 281.

⁵⁸ Ver resposta à pergunta nº 4, na p. 281.

muitos princípios moralmente evoluídos, também poderá criar um forte espírito de nacionalista.

1.3.4. Ter um regime político democrático

Segundo os resultados do quadro 23, oito (8) participantes do grupo das elites acreditam que é muito bom ter um regime político democrático. Nove (9) participantes do grupo de jovens universitários reconhecem que é muito bom ter um regime político democrático e dois (2) que é bom. Quanto aos jovens comuns, todos os intervenientes (9) pensam que este tipo de regime político é muito bom.

Quadro 23: Avaliação do regime político: ter um regime político democrático

Elites													
				P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T total	
Muito bom				x	x	x	x	x	x	x	x	8	
Bom												0	
Mau												0	
Muito mau												0	
				Sub total								8	
Jovens Universitários													
		P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Total
Muito bom		x	x	x	x	x	x	x		x		x	9
Bom									x		x		2
Mau													0
1Muito mau													0
		Sub total											11
Jovens comuns													
				P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Total
Muito bom				x	x	x	x	x	x	x	x	x	9
Bom													0
Mau													0
Muito mau													0
				Sub total									0
				Total									28

Fonte: Elaborado pelo autor

A maioria dos participantes (26) julga que é muito bom e dois que é bom. Para os participantes ⁵⁹, *com a democracia o povo tem direito de expressão, direito ao voto e à liberdade de escolher quem ele quer para dirigir o país. O direito e o dever, tanto dos ricos como dos pobres, são garantidos; há liberdade de expressão, pois cada um pode exprimir e*

⁵⁹ Ver resposta à pergunta nº 4, na p. 281.

dar a sua contribuição para o desenvolvimento do país. Similarmente, a democracia permite a troca de opiniões e de liberdade de expressão e é o melhor regime político que se tem, sobretudo para limitar a tendência que os líderes africanos têm de querer morrer no poder. Todavia, os participantes que admitem este regime como muito bom ou bom demonstram-se preocupados com a maneira como a democracia é vivida em São Tomé e Príncipe.

A democracia é um sistema muito bom mas a forma como ela está a ser construída está a prejudicar o país. Em São Tomé e Príncipe, confunde-se liberdade com libertinagem porque não há prestação de contas e nem o respeito. Além disso, deve-se esclarecer às pessoas sobre o valor e o sentido da democracia e, conseqüentemente, há a necessidade de se educar tanto os eleitores como as elites políticas para que esse sistema se mantenha democrático e não uma anarquia, pois a maneira como se vive a democracia, no arquipélago, faz com que se tenha uma ideia errónea deste regime⁶⁰. O país se vive atualmente quase no estado de anomia social, deve-se ao fato de ausência de mandos e a promiscuidade jurídico-institucional no relacionamento intra-institucional e interinstitucional.

⁶⁰ Ver resposta à pergunta nº 4, na p. 282.

CAPÍTULO 2: ANÁLISE DA DEMOCRACIA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

2.1. Caracterização do nível da democracia em São Tomé e Príncipe

De acordo com os participantes do *focusgroup* realizado⁶¹, *o nível da democracia de um país pode ser também medido pela liberdade de imprensa e da comunicação social. Em São Tomé e Príncipe só há democracia em pequenos detalhes, como, por exemplo, o facto de o cidadão circular livremente. O que desvirtua a democracia são-tomense é a falta de liberdade de imprensa. A comunicação social só passa o que o governo quer. O governo não aceita crítica. A liberdade de imprensa é uma fonte de desenvolvimento do país, mas isso não existe no nosso seio. Os jornalistas não são livres para questionar os políticos. Para além disso, falta na nossa sociedade, a liberdade de manifestação. Quem manifestar é automaticamente sancionado no trabalho, na sociedade e é marginalizado. Num país democrático ouve-se a voz do cidadão e até leva-se em consideração as suas opiniões. Isto não acontece em São Tomé e Príncipe. Por isso, é legítimo considerar o nível da democracia mau.*

De acordo com os resultados da pergunta *como considera/caracteriza o nível da democracia em STP?*, oito (8) participantes do grupo das elites dizem que ele é razoável e um (1) que é mau. Um (1) participante do grupo dos jovens universitários caracteriza como excelente o nível da democracia em STP; dois (2) afirmam que é bom; três (3) julgam que é razoável e cinco (5) pensam que é mau. Um (1) participante do grupo dos jovens comuns considera o nível da democracia em STP bom, dois (2) que é razoável e seis (6) que é mau.

⁶¹ Ver resposta à pergunta nº 5: Como considera/caracteriza o nível da democracia em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 253-254.

Quadro 24: Avaliação do regime político: ter um regime político democrático

Elites												
	P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T otal			
Excelente									0			
Bom									0			
Razoável	x	x	x	x		x	x	x	7			
Mau					x				1			
Sub total									8			
Jovens Universitários												
	P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Total
Excelente					x							1
Bom		x								x		2
Razoável			x			x	x					3
Mau	x			x				x	x			4
Sub total												11
Jovens comuns												
	P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Total		
Excelente										0		
Bom				x						1		
Razoável		x				x				2		
Mau	x		x		x		x	x	x	6		
Sub total										9		
Total										28		

Fonte: Elaborado pelo autor

Para os participantes do *focusgroup* do grupo dos jovens⁶², em São Tomé e Príncipe não existe democracia mas sim uma ditadura silenciosa. Há muito medo e perseguição. E os exemplos são muitos. Um dos jovens participantes afirmou que só aceitou falar porque lhe fora prometido que o vídeo seria secreto, caso contrário não participaria. Hoje não se sente à vontade para dizer e fazer o que se quer ou se deve fazer, afirma. Por isso, o nível da democracia é mau porque o facto de alguém falar numa instituição ou num lugar público, criticar uma ou outras ações que ajuíza de mal, é penalizado. Às vezes não precisa de ser do partido A ou B, mesmo sendo uma pessoa neutra, automaticamente, é excluída ou perseguida. Quando um cidadão se manifesta desta forma, procuram saber onde trabalha, quem é ele e será excluído e marcado politicamente. Esta é a realidade que se vive em São Tomé e Príncipe e, conseqüentemente, não se pode dizer que há democracia efetiva.

Da análise do quadro 24, pode-se tirar duas conclusões importantes: a primeira é que o nível da democracia em São Tomé e Príncipe é razoável, mas muito perto do nível mau, pois treze

⁶² Ver resposta à pergunta nº 5: Como caracteriza o nível da democracia em São Tomé e Príncipe? Porquê?, na p. 282.

(13) participantes acreditam que é razoável e doze (12) dizem que é mau; a segunda é que a maioria dos jovens (11) reconhece que o nível da democracia é mau e só cinco (5) que é razoável.

De acordo com o trabalho do *focusgroup*, para os são-tomenses a democracia surge como o melhor regime político para o país e isso é bem notório nos resultados apurados conforme o quadro 22⁶³.

A maioria dos participantes no *focusgroup* considera que São Tomé e Príncipe tem uma “democracia com problemas”, isto é, que a democracia está em perigo, conforme indica o quadro 34, sobre a evolução da democracia⁶⁴. A descrença na democracia são-tomense estará relacionada com uma crescente tomada de consciência das fragilidades do funcionamento do regime político e com o aumento da literacia política. Há também a ter em conta o melhor acesso a meios de comunicação social, nomeadamente canais de televisão estrangeiros e o recurso à internet.

Os resultados apontam para o facto, segundo o quadro 23, de os são-tomenses terem uma perceção positiva da democracia como regime político para o país e demonstram uma progressiva interiorização daquele sistema, como se pode constatar pelo facto de rejeitarem a hipótese de governos autoritários ou até mesmo compostos por militares, conforme o quadro 22⁶⁵. Tal facto, todavia, não significa que exista uma satisfação elevada e próxima com os Governos. É preciso ter em conta que São Tomé e Príncipe, enquanto país independente, existe apenas há 43 anos e o multipartidarismo só foi introduzido há pouco mais de 27 anos; ou seja, trata-se de uma jovem democracia que ainda se encontra no processo de consolidação.

Os resultados apontam ainda que os cidadãos são-tomenses em estudo preferem a democracia como regime político. Tal não significa que não reconheçam a existência de dificuldades, pois quase todos os participantes entendem que o sistema democrático do país tem problemas, conforme o quadro 34. Para os participantes neste *focusgroup*⁶⁶, *falta solidificar a democracia, ter uma forte consciência política, ou seja, é importante que os indivíduos sejam*

⁶³ Ver o quadro 22, na p. 154.

⁶⁴ Ver o quadro 34 na p. 170 e a resposta à pergunta: Para si, qual é a evolução da democracia em São Tomé e Príncipe?, p. 258-260.

⁶⁵ Ver o quadro 22, na p. 154.

⁶⁶ Ver o quadro 34 na p. 173 e a resposta à pergunta: Para si, qual é a evolução da democracia em São Tomé e Príncipe?, p. 258-260.

cidadãos conscientes de seus direitos civis e políticos e da sua implicação para um futuro melhor.

2.2. Apreciação da percepção das características essenciais da democracia

2.2.1. Os Governos taxam os ricos e subsidiam os pobres

No quadro 24, vinte e três (23) participantes afirmam que os *Governos ao taxarem os ricos e subsidiarem os pobres* não é uma característica essencial da democracia e cinco (5) referem que é uma característica essencial da democracia, conforme se verifica no quadro abaixo.

Quadro 25: Apreciação da percepção das características essenciais da democracia: os Governos taxam os ricos e subsidiam os pobres

Elites														
			P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T otal			
Sim											0			
Não			x	x	x	x	x	x	x	x	8			
			Sub total									8		
Jovens Universitários														
			P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Total
Sim								x				x	x	3
Não			x	x	x	x	x		x	x	x			8
			Sub total											11
Jovens comuns														
			P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Total		
Sim									x			x	2	
Não			x	x	x	x	x		x	x			7	
			Sub total											9
			Total											28

Fonte: Elaborado pelo autor

Para os participantes do focusgroup⁶⁷ os *Governos taxam os ricos e subsidiam os pobres* não é uma característica essencial da democracia porque *a sociedade não está e nem pode estar dividida entre ricos e pobres. O que é essencial na democracia e num regime democrático é haver um sistema de imposto que seja progressivo em função do rendimento do trabalho das pessoas. A democracia deve conduzir a um espaço de igualdade, no sentido de hierarquização social. A capitalização dos ricos, não deve conduzir a um espaço ideal de exclusividade ou de separação.*

⁶⁷ Ver resposta à pergunta nº 6.1, nas pp. 254-255.

2.2.2. As autoridades religiosas devem interpretar as leis em última instância

Para a característica, *As autoridades religiosas devem interpretar as leis em última instância*, todos os participantes do grupo das elites defendem que não é uma característica essencial da democracia; todos os participantes do grupo de jovens universitários sustentam o mesmo; no grupo de jovens comuns 5 participantes defendem que é uma característica essencial da democracia e 4 defendem que não é uma característica essencial da democracia.

Segundo o quadro 26, no total, vinte e três (23) intervenientes defendem que não é uma característica essencial da democracia e cinco (5) julgam que é uma característica essencial para a democracia.

Quadro 26: Apreciação da perceção das características essenciais da democracia: as autoridades religiosas em última instância interpretam as leis

Elites													
			P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T otal		
Sim											0		
Não			x	x	x	x	x	x	x	x	8		
			Sub total									8	
Jovens Universitários													
		P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Total
Sim													0
Não		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	11
		Sub total											11
Jovens comuns													
			P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Total	
Sim			x		x			x		x	x	5	
Não				x		x	x		x			4	
			Sub total									9	
			Soma total									28	

Fonte: Elaborado pelo autor

Para os participantes⁶⁸, *há uma instituição própria para o fazer, com o nome que tiver e de acordo com a sua finalidade. Num estado democrático há regras que se devem respeitar. Contudo, em termos sociais, a Igreja tem o seu papel, mas não está relacionado com a interpretação das leis. Além disso, em democracia há divisão de poderes e existem poderes institucionais competentes para interpretar as leis, sempre que for necessário. O problema que se coloca quanto a este ponto é o da separação do poder civil ou laico do poder*

⁶⁸ Ver resposta à pergunta nº 6.2, nas p. 255.

confessional ou religioso. A interpretação da lei é a função do parlamento e não da religião. A igreja não deve entrar na política. A única coisa que ela deve fazer é aconselhar, ajudar a um entendimento na assembleia para que as leis sejam aprovadas.

Os participantes⁶⁹ defendem que a autoridade religiosa tem um papel muito importante *uma vez que ela pode ajudar na educação, pela grande força moral que tem perante o povo sobrepondo-se o sentido da sua aplicação: o seu papel de anunciar o que é bom e denunciar o que é mal. Portanto, numa democracia, se toda a gente tem a liberdade de expressão, a Igreja pode ajudar. Se as partes envolvidas não chegarem a um consenso é normal que chamem as autoridades religiosas. Até porque a igreja também faz parte da sociedade e ela não faz distinção de pessoas: acode tanto os fracos e pobres como os poderosos e ricos.*

2.2.3. As pessoas escolherem os seus líderes em eleições livres

Todos os participantes neste estudo (28) (Ver quadro 27) identificaram o facto de *as pessoas escolherem os seus líderes em eleições livres* como uma característica essencial para a democracia.

⁶⁹ Ver resposta à pergunta nº 6.3, nas pp. 255-256.

Quadro 27: Apreciação da percepção das características essenciais da democracia: as pessoas escolhem os seus líderes em eleições livres

Elites														
				P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T otal		
Sim				x	x	x	x	x	x	x	x	8		
Não												0		
				Sub total								8		
Jovens Universitários														
			P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Total
Sim			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	11
Não														0
			Sub total											11
Jovens comuns														
					P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Total
Sim					x	x		x	x		x	x	x	9
Não														0
					Sub total									9
					Soma total									28

Fonte: Elaborado pelo autor

Para os intervenientes neste estudo⁷⁰, *as pessoas escolhem os seus líderes em eleições livres, é um aspeto fundamental da democracia porque dá a oportunidade à pessoa de ter a capacidade de decidir, de agir, de escolher os seus representantes. Esta afirmação traz a ideia da participação política. É o exercício da cidadania. São dois elementos essenciais à democracia.*

Segundo os participantes neste *focusgroup*⁷¹, *a democracia exerce-se legitimamente nas escolhas de lideranças. Sem liderança não há democracia. Esta como sinónimo de diferentes opções governativas e de lideranças prova-se precisamente a partir da capacidade de encontrar um líder. Há um aspeto interessante, quando se associa a escolha de líderes às eleições livres. É preciso resolver o problema da liderança, para estruturar a zona de competência estratégica num contexto da própria eleição. Isto quer dizer que ela é essencial na liderança e nas eleições livres mas não quer dizer que a escolha da liderança se faz nas eleições livres. É preciso não resumir a liderança ao exercício do poder.*

⁷⁰Ver resposta à pergunta nº 6.3, na p. 256.

⁷¹Ver resposta à pergunta nº 6.3, na p. 256.

2.2.4. As pessoas desempregadas receberem ajuda do Estado

Segundo os resultados do quadro 28, 2 participantes do grupo das elites pensam que é uma característica essencial para a democracia e 6 dizem que não é uma característica essencial para a democracia; 3 participantes do grupo de jovens universitários falam que é uma característica essencial para a democracia e 8 que não é uma característica essencial para a democracia. Quanto aos jovens comuns, 5 acham que é uma característica essencial para a democracia e 4 que não é uma característica essencial para a democracia. No cômputo geral, a maior parte dos participantes neste estudo (18) acreditam que se *as pessoas desempregadas receberem ajuda do Estado* não é uma característica essencial para a democracia e dez (10) acham que é uma característica essencial para a democracia.

Quadro 28: Apreciação da percepção das características essenciais da democracia: as pessoas desempregadas recebem ajuda do Estado

Elites													
			P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T total		
Sim				x			x				2		
Não			x		x	x		x	x	x	6		
			Sub total								8		
Jovens Universitários													
		P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Total
Sim		x			x					x			3
Não			x	x		x	x	x	x		x	x	8
		Sub total											11
Jovens comuns													
			P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Total	
Sim			x	x		x			x		x	5	
Não					x		x	x		x		4	
			Sub total									9	
			Total									28	

Fonte: Elaborado pelo autor

Segundo os participantes neste *focusgroup*⁷² esta característica *pode servir tanto para um regime democrático ou não. É transversal para que haja um mínimo de justiça social. É um dever do Estado criar estruturas para ajudar os desempregados, mas adotar essa medida como uma política poderia criar muitos preguiçosos. A outra razão para que as pessoas desempregadas que recebem ajuda do Estado não ser uma característica essencial para a democracia é que, justamente ela é contrária a própria sustentabilidade das opções que*

⁷² Ver resposta à pergunta nº 6.4, na p. 256.

dizem respeito ao desenvolvimento que se coloca como uma base fundamental para a democratização da sociedade. O essencial seria o Estado encontrar o emprego para as pessoas e criar condições com o propósito de não haver efetivamente desempregados. Alguns participantes acreditam (10) que as pessoas desempregadas ao receberem ajuda do Estado é uma característica da democracia, porque quem não trabalha merece a ajuda do Estado, mas é essencial que haja uma melhor organização e fiscalização.

2.2.5. O exército assume o Governo quando este é incompetente

De acordo com os resultados do quadro 29, vinte e sete (27) intervenientes afirmam que o exército assume o Governo quando este é incompetente não é uma característica essencial da democracia e um (1) diz que é uma característica essencial da democracia.

Quadro 29: Apreciação da perceção das características essenciais da democracia: o exército assume o Governo quando este é incompetente

Elites													
			P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T otal		
Sim											0		
Não			x	x	x	x	x	x	x	x	8		
			Sub total									8	
Jovens Universitários													
		P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Total
Sim					x								1
Não		x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	10
		Sub total											11
Jovens comuns													
			P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Total	
Sim												0	
Não			x	x	x	x	x	x	x	x	x	9	
			Sub total									9	
			Total									28	

Fonte: Elaborado pelo autor

Para os primeiros participantes⁷³ quando se associa o exercício do poder aos militares, a partir de uma incompetência, coloca-se a questão de como interpretar a história narrativa do sistema governativo a partir de uma posição do exercício militar em relação à democracia. Isso não pode ser uma característica essencial da democracia mas sim uma ditadura. A tomada do poder por militares só tem lugar com a subversão da ordem constitucional institucionalizada. Não é um dos elemntos da democracia; o seu papel é o do controlo das

⁷³Ver resposta à pergunta nº 6.5, na p. 256.

fronteiras nacionais. É uma situação subversiva, com o exército, o governo torna-se ditador. O governo militar é, muitas das vezes, um governo incompetente visto que, normalmente, depois de um golpe de estado nem sequer sabe o que fazer. A característica da democracia é a eleição e, se o governo for demitido, deve-se voltar as eleições e nunca a assunção do poder pelos militares.

Para estes participantes⁷⁴, o exército não pode assumir o poder por dois motivos: primeiro, porque se está num país democrático. Na democracia escolhe-se um líder e se ele não estiver a trabalhar bem há mecanismos legais para o tirar: é nas urnas que se deve decidir o destino do país. Em segundo lugar, questiona-se a capacidade do exército para governar o país. Para os participantes que se declaram a favor do exército assumir o Governo, quando este é incompetente, é uma característica essencial da democracia, porque o regime militar é capaz de impor ordem.

2.2.6. Os direitos civis protegem as pessoas da opressão do Estado

Segundo os resultados do quadro 30, todos (28) os participantes corroboram que é uma característica essencial à democracia.

Quadro 30: Apreciação da perceção das características essenciais da democracia: os direitos civis protegem as pessoas da opressão do Estado

Elites														
				P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T otal		
Sim				x	x	x	x	x	x	x	x	8		
Não												0		
				Sub total								8		
Jovens Universitários														
			P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Total
Sim			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	11
Não														0
			Sub total											11
Jovens comuns														
					P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Total
Sim					x	x	x	x	x	x	x	x	x	9
Não														0
					Sub total									9
					Total									28

Fonte: Elaborado pelo autor

⁷⁴Ver resposta à pergunta nº 6.5, na p. 256.

Para os que participaram neste trabalho⁷⁵ esta característica espelha um Estado de Direito e se os civis não tiverem a possibilidade de participar, de dar o seu contributo, no poder local, não seria uma democracia. A justiça social e a segurança de todos os cidadãos são pilares essenciais da democracia. Toda a gente deve sentir-se bem e em segurança, porque num país democrático as pessoas têm a prerrogativa de viver livremente e usufruir dos seus direitos. É um dever do Estado e este não deve sobrepor-se aos direitos. Para além disso, as leis devem proteger o cidadão. Num Estado de direito democrático os direitos fundamentais são essenciais para o desenvolvimento socioeconómico.

2.2.7. O Estado torna o rendimento das pessoas igual

Os resultados do quadro 31 mostram que vinte e seis participantes (26) declaram que o fato de o Estado tornar o rendimento das pessoas igual não é uma característica essencial à democracia e dois (2) afirmam que é.

Quadro 31: Apreciação da perceção das características essenciais da democracia: o Estado torna o rendimento das pessoas igual

Elites														
				P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T otal		
Sim												0		
Não				x	x	x	x	x	x	x	x	8		
				Sub total								8		
Jovens Universitários														
			P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Total
Sim														0
Não			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	11
			Sub total											11
Jovens comuns														
					P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Total
Sim						x		x						2
Não					x		x		x	x	x	x	x	7
					Sub total									9
					Total									28

Fonte: Elaborado pelo autor

Para os primeiros⁷⁶, o Estado não pode “dificultar” os princípios básicos da hierarquia, mas também não pode criar condições para que o esforço de uns se transfira, de forma gratuita,

⁷⁵ Ver resposta à pergunta nº 6.6, na p. 257.

⁷⁵ Ver resposta à pergunta nº 6.6, na p. 257.

⁷⁶ Ver resposta à pergunta nº 6.6, na p. 257.

para os outros. Deve haver o estado de igualdade sim, mas esta situação deve ter em conta as específicas funções dos cidadãos. O Estado deve facultar a igualdade de oportunidades, o direito específico de cada cidadão, o respeito pelas diferenças. Tornando os rendimentos das pessoas iguais, não estará a facultar a democracia. Ele deve sustentar a democracia e, nesta, as pessoas têm os mesmos direitos mas não são iguais. Cada um deve receber segundo a sua função e responsabilidade. Havendo diferença de função, deve haver também diferença de salário. A igualdade aqui referida prende-se com a igualdade de direitos e deveres e de acesso ao trabalho ou aos meios de produção que já deriva do artigo 15º da Constituição da República. É o princípio da igualdade e da não discriminação.

2.2.7. As pessoas obedecem às suas regras

Segundo os resultados do quadro 32, todos os participantes referem que as pessoas obedecerem às suas regras não é uma característica da democracia⁷⁷ *porque seria uma desordem total no país. Ninguém pode fazer o que quer, senão seria uma anarquia. O país já tem as suas regras e elas devem ser respeitadas por todos.*

Quadro 32: As pessoas obedecem às suas regras

Elites													
			P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T otal		
Sim											0		
Não			x	x	x	x	x	x	x	x	8		
			Sub total									8	
Jovens Universitários													
		P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Total
Sim													0
Não		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	11
		Sub total											11
Jovens comuns													
			P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Total	
Sim												0	
Não			x	x	x	x		x	x	x	x	9	
			Sub total									9	
			Total									28	

Fonte: Elaborado pelo autor

2.2.9. As mulheres tem os mesmos direitos que os homens

Segundo os resultados do quadro 33, todos os participantes (28) concordam que as mulheres são-tomenses têm os mesmos direitos que os homens.

⁷⁷ Ver resposta à pergunta nº 6.7, na p. 257.

Quadro 33: Apreciação da percepção das características essenciais da democracia: As mulheres tem os mesmos direitos que os homens

Elites														
				P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T otal		
Sim				x	x	x	x	x	x	x	x	8		
Não												0		
				Sub total								8		
Jovens Universitários														
			P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Total
Sim			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	11
Não														0
			Sub total											11
Jovens comuns														
					P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Total
Sim					x	x	x	x	x	x	x	x	x	9
Não														0
					Sub total									9
					Total									28

Fonte: Elaborado pelo autor

Todavia, para os intervenientes neste trabalho⁷⁸, *o que está em causa não é uma discussão de igualdade de direitos entre o homem e a mulher, mas sim a criação de condições para que a competitividade entre eles se traduza em resultados concretos na maior e melhor pertença à sociedade.*

De acordo com os participantes do grupo das elites⁷⁹, *a igualdade é um dos pilares de um estado democrático. A democracia fundamenta-se, justamente, nesta igualdade entre os homens e as mulheres. Os direitos que suportam a democracia devem ser universais e para todos. A igualdade entre o homem e a mulher é o suporte da democracia. A democracia declara a igualdade entre os dois sexos, a igualdade de género. Todos devem ter as mesmas oportunidades de direitos e deveres. Não se pode perder de vista que, na sociedade são-tomense, essa questão ainda é um problema. Há um grande caminho a percorrer em São Tomé e Príncipe. Antigamente, o entendimento em São Tomé e Príncipe sobre as mulheres resumia-se na seguinte frase em crioulo gentílico: mina muala sá di lábá ku n'gomã⁸⁰. Não devem aprender a ler para não escreverem cartas aos namrados. Ainda hoje os reflexos desta mentalidade se fazem sentir e foi essa a razão para que muitas mulheres, mesmo de famílias conceituadas, não tiveram acesso ao ensino. É dever do Estado ajudar a formular medidas*

⁷⁸ Ver resposta à pergunta nº 6.9, nas pp. 257-258.

⁷⁹ Ver resposta à pergunta nº 6.9, nas pp. 257-258.

⁸⁰ A mulher só serve para lavar e passar a roupa ao ferro (só servem para trabalho doméstico)

públicas e a adotar normas, progressivamente, para ajudar as mulheres são-tomenses, pois, o estado em que está a sua situação é, em certa medida, deplorável. Tendo em conta a realidade concreta de que se falou, a igualdade entre o homem e a mulher, em São Tomé e Príncipe, não é um direito nato ou já adquirido.

2.3. Estudo sobre a evolução da democracia em São Tomé e Príncipe

De acordo com o estudo realizado⁸¹, há muitos aspetos que têm impedido que a democracia em São Tomé e Príncipe se consolide. O quadro político local pode até ser bom mas, na prática, não tem evoluído em grau elevado no processo da democracia. Um dos fatores é a iliteracia, a falta de formação política de quem está na política ativa. Para os participantes do focusgroup realizado⁸², muitos são-tomenses não sabem o que é a democracia. O país transitou do partido único para a democracia, mas não foram assimilados os valores democráticos. São Tomé e Príncipe tem uma democracia que está a tentar existir sem democratas. Os cidadãos em geral, e as elites políticas em particular, não têm mentes democráticas, não há uma mentalidade verdadeiramente democrática e não há formação democrática. O que faz com que os principais dirigentes não coloquem os interesses coletivos a frente dos interesses privados sejam pessoais, sejam do partido ou de alguma outra organização.

Ao responder a pergunta: como considera/caracteriza o nível da democracia em STP? Porquê?, os participantes do focusgroup⁸³, afirmam que em São Tomé e Príncipe as instituições são frágeis, a sociedade civil tem sido um mero espectador passivo e não estão capacitadas para terem uma intervenção de acordo com a sua importância. Para eles a pessoa vota coagida, tomando “banho”⁸⁴ e nem sempre o fazem por consciência. Para além de tudo isso, há um défice da democracia muito grande no seio da família, na escola e deve-se educar para a democracia desde a tenra idade.

⁸¹ Ver resposta à pergunta nº 8: Quais os principais obstáculos na consolidação democrática de São Tomé e Príncipe? Porquê?, pp. 260-263.

⁸² Ver resposta à pergunta nº 8: Quais os principais obstáculos na consolidação democrática de São Tomé e Príncipe? Porquê?, pp. 260-263.

⁸³ Ver resposta à pergunta nº 5: Como considera/caracteriza o nível da democracia em São Tomé e Príncipe? Porquê?, na p. 253-254.

⁸⁴ Expressão usada para dizer que a pessoa foi comprada.

Questionado sobre como considera/caracteriza o nível da democracia em São Tomé e Príncipe, um dos participantes neste estudo do grupo das elites⁸⁵ afirma que *o processo democrático não tem vindo a experimentar os fatores que devem fortalecer a democracia porque os autores políticos e as lideranças políticas, no exercício do poder, não têm tomado em conta a compreensão da sua própria história, a organização de zonas de intervenção e de exercício de liderança, a capacidade de propor solução, de estruturar espaço de consenso e tomar decisões. No que concerne a compreensão da sua própria história, os autores políticos são-tomenses experimentam a fragilidade de não compreenderem a sua própria história. Para tal, deviam perguntar-se: quais são os fatores que têm contribuído para a fragilidade do regime político, económico e social?*

Tendo em conta o que Fukuyama (2015, p. 282) diz: *o clientelismo é uma forma eficiente de mobilização política em sociedades com níveis baixos de rendimentos e de educação, pelo que deve ser entendido como uma forma precoce da democracia*, pode-se afirmar que a democracia em São Tomé e Príncipe precisa de ser consolidada a fim de melhor contribuir para o desenvolvimento socioeconómico.

A abertura ao regime democrático em São Tomé e Príncipe iniciou-se, no ano de 1990, com a adoção do multipartidarismo, seguida de eleição legislativa e presidencial, em 1991. Este ponto analisa a evolução deste regime, na segunda República, ou seja, de 1990 a 2018. Segundo Francis Fukuyama (2015, p. 564) *a democracia liberal raramente chegou num pacote completo; foi introduzida com o tempo, de forma sequencial*. Onésimo Silveira (2005, pp. 88-89) diz que *a génese histórica e as circunstâncias propiciadoras do modelo democrático como instrumento de governação apontam para uma generalizada rejeição deste modelo, quando transplantado sobre o corpo social do Terceiro Mundo, em geral, e sobre os países africanos subsahelianos, em particular*.

Segundo os resultados do quadro 34, no grupo das elites, todos (8) os participantes responderam que existe perigo para a democracia. Três jovens da universidade dizem que a democracia vai se consolidar, enquanto oito jovens são de opinião que a democracia em São Tomé e Príncipe está em perigo. Nove (9) participantes do grupo dos jovens comuns são de opinião que a democracia em São Tomé e Príncipe está em perigo. Assim, no parecer da

⁸⁵ Ver resposta à pergunta nº 5: Como considera/caracteriza o nível da democracia em São Tomé e Príncipe? Porquê?, na p. 253-254.

maioria dos participantes (25), existe perigo para a democracia em São Tomé e Príncipee três (3) intervenientes pensam que ela vai se consolidar.

Quadro 34: Avaliação da evolução da democracia em São Tomé e Príncipe

Elites												
	P 1		P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T total		
A democracia vai consolidar-se										0		
Existe perigo para a democracia	x		x	x	x	x	x	x	x	8		
	Sub total										8	
Jovens Universitários												
	P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Total
A democracia vai consolidar-se				x			x				x	3
Existe perigo para a democracia	x	x	x		x	x		x	x	x		8
	Sub total											11
Jovens comuns												
	P20		P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Total	
A democracia vai consolidar-se											0	
Existe perigo para a democracia	x		x	x	x	x	x	x	x	x	9	
	Sub total										9	
	Soma total										28	

Fonte: Elaborado pelo autor

Segundo o trabalho realizado para este estudo, a quase totalidade dos participantes (25) (Ver quadro 33) concordam que a democracia está em perigo. Segundo os participantes⁸⁶, *nos anos iniciais de 1990 até 1992, com a tentativa de introduzir o princípio de pluralidade partidária, depreende-se que a alternativa democrática acaba por não ser uma diferença essencial a partir do qual se fundamenta a própria escolha política. Atualmente, os são-tomenses estão mais preocupados em encontrar formas de fragilizar uns e outros do que encontrar uma alternativa de concentração como processo de fundamento da própria estabilidade social. Os atores das classes políticas começam a ter dificuldades de se afirmar como alternativa. A fragilidade do processo da democracia em São Tomé e Príncipe resulta, um pouco, dessa tendência da própria opção histórica: parte-se de um certo pluralismo sem aceitar a pluralidade como um espaço de competitividade para depois se preocupar em encontrar formas de centralização de interesse como fonte da própria estabilidade desse poder.*

⁸⁶ Ver resposta à pergunta nº 7: Para si, qual é a evolução da democracia em São Tomé e Príncipe?, A democracia vai se consolidar ou existe perigo para a democracia?, nas pp. 258-260.

A evolução da democracia em São Tomé e Príncipe é incerta, pois não existem instituições fortes. A democracia em São Tomé e Príncipe ainda é incipiente. Precisa de ser desenvolvida e consolidada. Para os participantes do grupo das elites⁸⁷, teoricamente, o país goza de um quadro democrático, mas está muito longe de fruir de um sistema democrático. Por causa desta situação, dependendo do contexto democrático, pode-se instalar um perigo iminente. A esse perigo, associa-se alguns aspetos de relevo como: a pobreza material e espiritual, a ignorância, défice a nível da comunicação social, a dificuldade em aceder às informações isentas e com qualidade. Por tudo o que foi acima expresso, há sinais bastante preocupantes no que toca à evolução e consolidação da democracia são-tomense.

Para um dos jovens do grupo universitário⁸⁸, há dois fatores que colocam a democracia são-tomense em perigo: a manipulação do exército que deveria estar isenta e os tribunais que estão ao serviço do governo e totalmente viciado. Os pilares da democracia, como por exemplo a liberdade de imprensa, os tribunais, a assembleia, em suma, os elementos que sustentam a verdadeira democracia, estão frágeis.

Para os participantes do grupo das elites⁸⁹, analisando a situação concreta de São Tomé e Príncipe, hoje, pode-se dizer que ocorreu um processo democrático que foi evoluindo com algumas limitações estruturais circunstanciais e, sobretudo, com muitas limitações ligadas a uma visão pouco democrática de várias lideranças. O problema essencial na falta de consolidação da democracia, em São Tomé e Príncipe, é a falta de visão democrática de líderes com cultura democrática. Um exemplo concreto são as últimas eleições legislativas de 2014 e presidencial de 2016, em que há convicção total de que houve fraudes massivas. Essa ocorrência evidencia uma questão maior e demonstra que a democracia são-tomense está realmente em risco. O tempo encarregar-se-á de dar resposta à essa questão, na medida em que as cartas estão lançadas para os próximos anos.

Para os participantes deste trabalho⁹⁰, o maior problema é que não existe nenhum partido político que faça uma oposição construtiva e eficaz. Os partidos políticos que deveriam sustentar, dar consistência, solidez aos pilares da democracia, delinear primeiro, uma visão

⁸⁷ Ver resposta à pergunta nº 7: Para si, qual é a evolução da democracia em São Tomé e Príncipe?, A democracia vai se consolidar ou existe perigo para a democracia?, nas pp. 258-260.

⁸⁸ Ver resposta à pergunta nº 7: Para si, qual é a evolução da democracia em São Tomé e Príncipe?, A democracia vai se consolidar ou existe perigo para a democracia?, nas pp. 258-260.

⁸⁹ Ver resposta à pergunta nº 7: Para si, qual é a evolução da democracia em São Tomé e Príncipe?, A democracia vai se consolidar ou existe perigo para a democracia?, nas pp. 258-260.

⁹⁰ Ver resposta à pergunta nº 7: Para si, qual é a evolução da democracia em São Tomé e Príncipe?, A democracia vai se consolidar ou existe perigo para a democracia?, nas pp. 258-260.

estratégica, clara de construção de uma sociedade, que pudesse reunir o maior número de consenso possível, com um horizonte temporal claro, não têm desempenhado eficazmente a sua função. Na opinião de um dos participantes⁹¹, a última eleição do presidente do MLSTP é um exemplo significativo de como está a democracia no interior do partido: paga-se para eleger um presidente do partido. Na opinião dos participantes neste estudo⁹², a imprensa desapareceu em termos de liberdade. Os tribunais desapareceram também. Estão completamente eclipsados pelos poderes executivos e legislativos e devido ao excessivo alinhamento político dos magistrados e, sobretudo, da magistratura judicial.

O perigo da democracia que se vive, hoje, em São Tomé e Príncipe, os participantes do grupo das elites⁹³ *é a consequência de todo um processo histórico que, na sua gestação, precisa de ser estudada e considerada. Houve um grupo de cidadãos que conduziu a luta pela libertação e conseguiu-se a independência. A assembleia constituinte constitui um dos fatores de constrangimento do processo de abertura pela postura por si assumida.*

Segundo Fukuyama (2015, p. 585), para existir uma democracia liberal estável e funcional não basta somente haver eleições legislativas ou para a presidência, regulares, mas também são precisos partidos políticos bem organizados, um sistema judicial independente, uma burocracia estatal eficaz e pouco pesada e meios de comunicação social livres e vigilantes. Além disso, existem várias condições culturais que são necessárias: os políticos e os eleitores não podem ter uma postura de "o vencedor leva tudo" em relação aos seus opositores, devem respeitar mais as regras do que os indivíduos e devem comungar de um sentimento de identidade e nacionalidade. Tendo em conta os estudos realizados, pode-se afirmar que a democracia em São Tomé e Príncipe precisa ser consolidada e afirmada.

⁹¹ Ver resposta à pergunta nº 7: Para si, qual é a evolução da democracia em São Tomé e Príncipe? A democracia vai se consolidar ou existe perigo para a democracia?, nas pp. 258-260.

⁹² Ver resposta à pergunta nº 7: Para si, qual é a evolução da democracia em São Tomé e Príncipe? A democracia vai se consolidar ou existe perigo para a democracia?, nas pp. 258-260.

⁹³ Ver resposta à pergunta nº 7: Para si, qual é a evolução da democracia em São Tomé e Príncipe?, A democracia vai se consolidar ou existe perigo para a democracia?, nas pp. 258-260.

2.4. Principais obstáculos na consolidação democrática e do desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe

A nova ordem constitucional democrática em São Tomé e Príncipe já tem quase três décadas (desde 1990) contudo, segundo os participantes neste *focusgroup*⁹⁴, *ainda perduram dúvidas sobre a capacidade de o país consolidar a sua democracia. O repto é saber em que medida São Tomé e Príncipe caminha ou não para o que se convencionou chamar de democracia, ou seja, para o início de um processo de democratização que, embora não-linear, apresente uma sequência reconhecível.*

No país, segundo os participantes do grupo das elites⁹⁵ *a lógica da relação individual sobrepõe-se à da instituição. Tudo isso tem sustentado o sistema de favores, de clientelismo, de conflitos de interesses e sobretudo da corrupção.*

Aos participantes do *focusgroup* perguntou-se quais consideram ser os principais obstáculos à consolidação democrática em São Tomé e Príncipe. Da análise efetuada às respostas recolhidas, resumem-se nos vários obstáculos apresentados:

1. Falta de uma visão estratégica para o país. Para os participantes do grupo das elites⁹⁶, *esta é uma questão essencial: falta uma visão estratégica, com base em interesses nacionais, com a finalidade de proteger e defender os interesses legítimos do povo são-tomense.* Nesta ótica da necessidade de uma visão estratégica para o país, Marques (2013, p. 1) afirma:

A principal debilidade, no combate à corrupção em STP, é a inexistência de uma estratégia nacional que englobe um conjunto de princípios orientadores; diagnóstico das áreas de risco, assinalando prioridades e diferentes graus de intervenções; dos meios de recursos existentes, focando no seu desempenho e coordenação e enumerando as reformas necessárias para o seu aperfeiçoamento, definição dos objetivos a cumprir e linhas estratégias a seguir; elaboração de uma agenda de trabalho e de um caderno de encargos para a prossecução desses objetivos; calendarização de várias fases do processo de aplicação; e criação de um sistema de monitorização do progresso na aplicação e de avaliação dos resultados conseguidos.

Quanto a este ponto, em São Tomé e Príncipe *isso fica a dever-se ao caso dos partidos políticos não disporem de uma linha de orientação ideológico-programática e de partirem*

⁹⁴ Ver resposta à pergunta nº 7: Para si, qual é a evolução da democracia em São Tomé e Príncipe? A democracia vai se consolidar ou existe perigo para a democracia?, nas pp. 258-260.

⁹⁵ Ver resposta à pergunta nº 7: Para si, qual é a evolução da democracia em São Tomé e Príncipe? A democracia vai se consolidar ou existe perigo para a democracia?, nas pp. 258-260.

⁹⁶ Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos na consolidação democrática de São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 260-263.

para as eleições sem programas de governo previamente elaborados, visando etapas a curto, médio e longo prazo. Razão para que os programas do governo sejam quase sempre uma manta de retalhos.

2. Falhas no sistema de representatividade. *Um dos principais fatores de obstáculos à consolidação democrática é a ausência das instituições democráticas credíveis. No país a fragilidade das instituições que suportam a democracia é patente. Para os participantes do grupo das elites⁹⁷, não há instituições democráticas que funcionem como pilares estruturantes de governação, como fonte de consenso. Não há liberdade na comunicação social. Esta é manipulada pelo poder. Além disso, os tribunais não funcionam e, por conseguinte, não se faz justiça. Os próprios fazedores da lei e da política demonstram uma democracia falsa no sentido em que não cumprem as regras democráticas. Não há isenção a nível dos pilares da democracia. Em resumo, as instituições são geralmente frágeis⁹⁸.*

3. Fenómeno “banho”: *Segundo os participantes do grupo das elites⁹⁹, em São Tomé e Príncipe hoje, aqueles que têm algum poder económico, mesmo que não estejam a fazer nada nos seus partidos políticos, vão conseguindo resultados que lhes permitam estar no poder porque paga ou dão “banho”¹⁰⁰ e, sobretudo, quando a miséria, quer material quer espiritual, grassa na sociedade, aliada a uma espécie de jogo. O povo já aprendeu a utilizar o momento da campanha eleitoral como chiquilá¹⁰¹ e quer ter a sua oportunidade de obter apoio, conseguindo dividendos nessas ocasiões, subtraindo ao máximo o dinheiro aos políticos.*

Para os participantes do focusgroup¹⁰², o “banho” é uma perversão que só veio trazer consequências desastrosas para o país. Por isso, ao mesmo tempo que os partidos políticos se

⁹⁷ Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos na consolidação democrática de São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 260-263.

⁹⁸ Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos na consolidação democrática de São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 260-263.

⁹⁹ Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos na consolidação democrática de São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 260-263.

¹⁰⁰ Dar “banho” ou tomar “banho” é uma expressão que se utiliza em São Tomé e Príncipe para significar o facto de os candidatos às eleições, durante a campanha eleitoral, comprar a consciência dos votantes. Esta compra de consciência pode ser em dinheiro (no dia de votos ou alguns dias antes) ou em bens materiais como moto, televisor ou outros e até promessa de emprego.

¹⁰¹ Prática mensal ou semanal de troca de um montante monetário, entre várias pessoas, feita alternadamente. Para saber quem recebe primeiro e, sucessivamente, os nomes dos participantes são tirados numa rifa. No contexto de eleição, o povo fica na expectativa de saber que partido político ou candidato dará mais dinheiro ou bens materiais

¹⁰² Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos na consolidação democrática de São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 260-263.

foram afastando da realidade social em que estão inseridos, impedindo-os de cumprirem as suas funções, no referido regime político-partidário, com sucesso, foram, ao mesmo tempo, construindo uma teia de interesses privados e cumplicidades internacionais que os obrigava a ter de ganhar eleições, ou, necessariamente, fazerem parte de sucessivos governos da república, para satisfazerem estes mesmos interesses privados sob os quais planeavam todas as suas ações, incluindo pagamento de favores que foram suportando receitas para a promoção do fenómeno “banho”.

O fenómeno “banho” existe, segundo os participantes do grupo das elites¹⁰³ porque, quando se vota num candidato, pensa-se e espera-se que ele consiga apoios e meios para resolver o problema do país. Acontece que, quando ele sobe ao poder, começa a resolver os seus problemas pessoais, ajuda os seus familiares, amigos e aqueles que trabalharam na campanha e acabam por não fazer absolutamente nada pelo país. Esta é a prática de todos os partidos políticos, desde 1991, ano em que começou o multipartidarismo, até hoje. A estratégia é: aquele que não foi beneficiado com um emprego quando o seu partido estava no poder, se não quiser perder o emprego ou a função que tem, deve gastar um pouco de dinheiro durante a campanha para poder preservar a função. Por isso, deve “estimular” as pessoas dando algum dinheiro ou bens materiais. Portanto, dificilmente o “banho” terminará.

O “banho” atualmente é praticado pela maioria das elites políticas são-tomenses. De facto, Nascimento (2015, p. 196) garante: a maioria dos políticos parece rendida à necessidade do “banho”. O “banho” vem em crescendo, praticamente inviabilizando a afirmação de quem não passe pelas lealdades com que acede a meios financeiros para competir politicamente. Com isso se desincentiva a participação política e a emergência de elites capazes de mobilizar contributos de diversa ordem para a composição social em São Tomé e Príncipe.

Para o autor (Nascimento, 2018, p.80)

Com a democracia, os ilhéus obtiveram a possibilidade inédita de eleger os seus governantes. Porém, passados anos, a escolha e a liberdade de voto têm cedido perante a alegada compra das consciências, fenómeno vulgarmente designado de “banho”. Nas palavras de um dirigente, o “banho” é “a desgraça que se abateu sobre o país”. O “banho” parece, pois, uma canga para os políticos. Ora, o “banho” foi criado e é da responsabilidade dos políticos, amiúde defraudados por as votações não relectirem o

¹⁰³ Em 2005/2006, houve uma proposta de lei pela Assembleia Nacional que não foi promulgada pelo Presidente da República, de então, Frandique de Menezes para a institucionalização de voto obrigatório em que os cidadãos eleitores são obrigados a votar ainda que o façam em branco, nulo ou voto validamente expresso. Esta lei poderia ajudar a diminuir, significativamente, o “banho”.

dinheiro dissipado. Presentemente, malgrado ser um investimento de risco, o “banho” é obrigatório para a obtenção de uma posição de poder.

Consideramos aplicável à São Tomé e Príncipe as considerações de Fukuyama (2015, p. 606):

na sociedade com massas de eleitores pobres e sem educação, a forma mais fácil de mobilização eleitoral é frequentemente a distribuição de benefícios individuais, tais como empregos no sector público, benesses ou favores políticos. Isto sugere que o clientelismo entra em declínio quando os eleitores começam a enriquecer. Além de os subornos saírem mais caros aos políticos, os eleitores associam os seus interesses às políticas públicas e não a benefícios individuais.

4. A fragilidade ideológica dos partidos políticos. Para os participantes do grupo das elites¹⁰⁴, *os partidos políticos hoje não têm rumo, não sabem o que dizer e fazer. Enquanto não se tiver confiança nos partidos políticos, enquanto as pessoas não tiverem sentimento de pertença que faça com que elas militem num partido por convicção e persigam os ideais desse partido, contrariamente ao que se atesta na actualidade, as pessoas saltam de um partido para outro e independentemente do seu nível social, pois, um número significativo de pessoas com formação académica de nível superior mudam continuamente de um partido para outro.*

Para os participantes dos *focusgroups* realizado nesta investigação¹⁰⁵, *em São Tomé e Príncipe não há verdadeiros partidos políticos que tenham uma visão estratégica clara e assente em princípios e valores democráticos. Esta fragilidade ideológica dos partidos políticos causa défice de uma cultura democrática. Para que haja assunção desses valores é necessário interiorizar valores de cariz patriótico como amor ou dedicação à pátria, o respeito pelas instituições, pelos bens públicos e o exercício do direito da cidadania livre e consciente, inclusive, interiorizando valores culturais nacionais. Alguns destes problemas são de natureza estrutural e estão relacionados, sobretudo, com a desvalorização das formas organizativas existentes nos partidos políticos com impacto direto, posteriormente, no exercício da autoridade do Estado.*

5. Falta de formação das elites e dos cidadãos: Para os participantes do *focusgroup*, do grupo das elites¹⁰⁶, *a falta de formação é também um fator importante. Há falta de instrução*

¹⁰⁴ Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos à consolidação democrática em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 260-263.

¹⁰⁵ Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos à consolidação democrática em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 260-263.

¹⁰⁶ Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos à consolidação democrática em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 260-263.

da população e dos dirigentes. São Tomé e Príncipe tem uma taxa de alfabetização alta¹⁰⁷, mas, na prática, isso não se traduz em actos. Os são-tomenses não sabem o que é a democracia¹⁰⁸. Não sabem o que é ao amor a pátria e o sentido da nacionalidade e esta falta que é transversal à toda a sociedade, transforma-nos, a todos, num “povo descaracterizado”.

Para os participantes do grupo das elites¹⁰⁹, *não há referências a nível do país, da política, da família nem da sociedade. A falta de uma boa formação tem contribuído muito para esta situação. Como na sociedade de Ostrogorski, a opinião pública não possui qualquer tipo de educação política e acaba por, no fundo, ser apenas instrumento habilmente manipulado pela minoria de acordo com os seus interesses e vontades* (Balão, 2001, p. 232).

6. A luta pelo poder, o oportunismo político e o jogo de interesses

Para os participantes do focusgroup deste trabalho¹¹⁰, *os políticos querem o poder não para fazer obras, para perseguir ideais e concretizar ações com decência para o bem-estar das populações, mas para estar no poder a qualquer preço. E esta é uma tendência da qual se decorreu a compra do poder através do “banho”. Anteriormente havia menos rivalidade entre os políticos. Hoje a democracia parece assunto para rechachar os inimigos. Nota-se que a democracia são-tomense tornou-se uma crispação entre dois órgãos de soberania (entre o governo e a presidência). Segundo Trindade (2012), hoje, passou a ser moda nestes últimos tempos, onde observamos indivíduos ávidos de atingir o poder para se servir e satisfazer os seus caprichos, indivíduos que recorrem aos meios acima expostos, para difamar e satisfazer as suas ambições pessoais. Esta afirmação ilustra aquilo que se costuma afirmar cá no país que os adversários políticos deixaram de o ser para se transformar em inimigos a aniquilar¹¹¹. E à semelhança da sociedade de Ostrodorski o indivíduo, de facto, apenas conta e assume o alguma relevância em vésperas de eleições, durante a campanha eleitoral, e quando, efectivamente, vai depositar o seu voto na urna* (Balão, 2001, p. 238).

¹⁰⁷ Segundo Lusa, pelo menos 90% dos são-tomenses com mais de 15 anos sabem ler e escrever, a melhor taxa entre os países africanos de língua portuguesa, indica o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos (PAJA) são-tomense. Ver, www.dn.pt/lusa/interior/sao-tome-e-principe-tem-a-melhor-taxa-de-alfabetizacao-dos-palop---governo-8759269.html.

¹⁰⁸ Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos à consolidação democrática em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. pp. 260-263.

¹⁰⁹ Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos à consolidação democrática em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 260-263.

¹¹⁰ Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos à consolidação democrática em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 260-263.

¹¹¹ Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos à consolidação democrática em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 260-263.

7. A falta de rigor e o *laissez faire*. De acordo com os participantes no *focusgroup*¹¹², a política em São Tomé e Príncipe é feita de deixar tudo andar. A consequência desta situação é a instabilidade instalada desde os primeiros anos da democracia: os governos são destituídos com frequência: em 28 anos de democracia, São Tomé e Príncipe já teve 17 governos constituicionais, conforme o quadro nº 1.

Para Nascimento (2018, p. 80), em São Tomé e Príncipe, *a liberdade de expressão serve de veículo da agressiva coloquialidade local, que já em tempos enfunou boatos e panletos anónimos e que preenche até hoje a imprensa onde a sátira plasma a informação. Nestas circunstâncias, apesar da proliferação de opiniões e dichotes, o espaço público é ralo ... e não contribui para o fortalecimento das instituições*

8. O medo. Para os participantes deste trabalho¹¹³, *as pessoas têm medo de falar, da vingança, de represálias, de perder o emprego, medo que sejam exercidas represálias sobre os seus filhos, sobre a sua família, etc. O grande mal disto tudo é que os cidadãos devido a este tipo de actuação torna-se intelectualmente desonestos e nunca diz o que pensa em presença do seu superior e só faz para agradar e censura na sua ausência.*

Moniz (2016, p. 1) partilha esta ideia ao afirmar:

Vive-se um clima de “terror” político onde ninguém é capaz de dar exemplo. Coabitamos, infelizmente, com um país de intrigas, de medos, de divisões sem tréguas, de falta de ética política, de desesperança e, sobretudo, com um país onde tudo se movimenta por interesses, por compras de consciência, por desrespeito aos Órgãos de Soberania e aos superiores hierárquicos e uma miséria do espírito e de alma sem paralelo naqueles que têm a obrigação de dar o melhor exemplo.

Boa Morte (2010, p. 1) acrescenta: *nos últimos dez anos, foram gastos, tempo, recursos, energias em questões que em nada contribuíram para o desenvolvimento, situações de ódio, perseguição, guerrilha institucional, incompreensão, situações essas que só contribuem para o atraso no nosso país, uma vez que os decisores políticos não souberam ultrapassar essas diferenças.*

¹¹² Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos à consolidação democrática em São Tomé e Príncipe? Porquê?, na pp. 260-263.

¹¹³ Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos à consolidação democrática em São Tomé e Príncipe? Porquê?, na pp. 260-263.

9. A corrupção. De acordo com os participantes no *focusgroup*¹¹⁴, *a corrupção existe a todos os níveis. Não há prestação de contas, nem a assembleia, nem o tribunal de fiscalização o fazem. Ninguém fiscaliza nem quer ser fiscalizado ou não tem capacidade para fiscalizar. O mal situa-se no desinteresse em o fazer por questões de conveniência de uns e outros. A falta de informação “real”, na grande maioria de casos e o desinteresse da generalidade dos cidadãos em relação às questões políticas que, no fundo, põem e dispõem sobre a sua vida, continua a ser um imperativo. Na realidade, a política continua a transmitir uma imagem de “tacho”, de clietilismo, de corrupção, de fraude, de mentira* (Balão, 2001, p. 244).

O Barómetro Global de Corrupção em África, divulgado em 2019 pela Transparência Internacional, revela que o combate à corrupção ainda é um grande desafio no continente africano e que mais de metade dos cidadãos entrevistados acham que a corrupção está a piorar no seu país. Em relação aos países lusófonos, participantes na pesquisa, São Tomé e Príncipe apresentou o maior índice de perceção da corrupção, com 56%. No que diz respeito ao papel do Governo no combate à corrupção, 58% dos são-tomenses afirmam que o governo está a fazer um mau trabalho no combate à corrupção no combate à corrupção (Pring & Vrushi, 2019).

10. A falta de uma sociedade civil organizada: Para os participantes no *focusgroup*¹¹⁵ *temos uma sociedade civil frágil, desorganizada, habituada aos governos autoritários, ditadores, que mandam e julgam que toda gente tem que obedecer. O que no passado, disse Martin Luter King: “o que mais me preocupa não é o grito dos maus mas sim o silêncio dos bons”, é o que está a acontecer ultimamente no país. Falta uma sociedade civil mais dinâmica e interventiva. Na perspetiva de Veiga (2012, p. 1),*

Em São Tomé e Príncipe a sociedade civil é considerada como sendo inativa. Não exerce qualquer pressão sobre aqueles que elege, ou que são nomeados para administrar os bens que lhe pertencem. O conformismo da sociedade civil, que deixa as contas dos seus bens entregues em mãos alheias, sem nunca pedir esclarecimento, tem facilitado bastante o desvio, a delapidação, e o abocanhar do bem público por uma pessoa ou por pequenos grupos de interesses. No fundo a corrupção está a solta e até agora sem travão, em STP.

¹¹⁴ Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos à consolidação democrática em São Tomé e Príncipe? Porquê?, na pp. 260-263.

¹¹⁵ Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos à consolidação democrática em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 260-263.

11. Partidarismo. Para o grupo dos jovens participantes neste trabalho¹¹⁶, *o partidarismo é muito acentuado na vida social dos são-tomenses. Existe uma excessiva partidarização das instituições públicas.*

No país, segundo Nascimento (2018, p. 80,)

em todo o caso, não só a permuta de favores pela filiação e pelos putativos votos se ampliou, não sendo mais resumível a um expediente de mitigação da pobreza, como se tornou uma premissa de qualquer acção política. Tal impele os partidos à concorrência entre si na procura de militantes por meio de oferendas, com o que se propiciam relações de fidelidade pessoal, que transmudam os militantes dos partidos em clientes dos respectivos chefes. Deste modo, da base para o topo, pratica-se uma cultura de direitos sobre as pessoas, não raro associada a África e distinta da cultura de direitos sobre os bens.

12. Ausência de uma cultura política participativa ou democrática. Para os participantes do grupo das elites¹¹⁷, *hoje as elites que estão a frente do país não têm cultura política democrática e estão mais preocupadas com outras questões: o poder, o negócio e o bem-estar pessoal ou familiar. Querem o poder porque acreditam que devem o ter com a finalidade de usufruírem dos meios materiais necessários para os tornar liberais.* Para Lima (2011, p. 1) a mudança para uma cultura participativa e democrática *só será possível se os dirigentes políticos forem capazes de assumir também a mudança das suas próprias atitudes na esfera pública, adotando comportamentos que se traduzem na boa governação e que concorrem para a melhoria da imagem interna e externa do país.*

13. Mistura de política e negócio. Para os participantes do trabalho realizado¹¹⁸, *na sociedade são-tomense, sobretudo a nível dos líderes políticos, a política é irmã gêmea do negócio. Há muita mistura entre a política e o negócio. Entra-se para a política a fim de fazer negócio.* Para Gomes (2012, p. 2), *se analisarmos a posição de alguns dos nossos políticos, quer no governo quer na oposição, verificamos que entendem a política não tanto como a arte e ciência, mas sim como uma profissão. Fazem a política para ganharem a vida, como outros fazem negócios.*

14. A mentalidade e a cultura. Segundo os participantes no focusgroup¹¹⁹, *um dos obstáculos para o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe tem a ver com o*

¹¹⁶ Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos à consolidação democrática em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 260-263.

¹¹⁷ Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos à consolidação democrática em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 260-263.

¹¹⁸ Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos à consolidação democrática em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 260-263.

¹¹⁹ Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos à consolidação democrática em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 260-263.

modo de povoamento das ilhas. São Tomé e Príncipe era visto como entreposto de escravos. Tudo quanto era negócio sujo era feito na ilha. No início do povoamento das ilhas de São Tomé e Príncipe, os colonos enviavam pessoas para trabalharem na cadeia ou para cumprirem pena, o que não ajudou a consolidar ou a unir a população para um objetivo comum e, conseqüentemente, não ajudaram a consolidar a democracia e o desenvolvimento socioeconómico do país. Neste sentido, há algumas expressões que nada abonam a favor das ilhas como “somos todos primos” e o “leve-leve”. Juntam-se os aspectos supracitados, a insularidade e a pequenez do país¹²⁰.

Há, ainda segundo os participantes¹²¹, *um fator importante que é o fator cultural. É cultural em África e, de modo particular, em São Tomé e Príncipe haver alguém que manda, que é o patrão e o chefe à maneira tradicional. É preciso ter em conta este fator que não se alterou com a implantação da democracia. Para além disso, há que acrescentar o facto de ser um povo crioulo. Nesta linha de pensamento afirma Costa (2016, p. 2),*

Nós consumimos tudo o que é estrangeiro, e acabamos por ignorar o que é nosso. É preciso que se diga. Nós andamos perdidos. Não temos ou não encontramos o que nos é próprio. Admira-me bastante por exemplo, facilmente nos “tornamos” angolanos ou cabo-verdianos em convivência com eles...

As nossas línguas nacionais são ignoradas, colocando em risco de extinção, idiomas com antecedentes históricos que constituem marcas específicas da nossa identidade crioula. Estamos perdendo o que seguramente nos identificaria uns com os outros e nos diferenciaria dos outros, estamos a perder as nossas línguas, os nossos crioulos estão a morrer.

Para Espírito Santo (2013, p. 12), *o problema de S. Tomé e Príncipe está nos seus valores culturais que são reativos, precários, de sobrevivência e resistentes ao progresso e ao bem-estar geral...*

15. Clientelismo. Segundo os participantes do focusgroup¹²², *as instituições são-tomenses reina a prática do clientelismo. É o caso dos tribunais, das repartições públicas, etc. Para o grupo dos jovens que participaram neste trabalho, o facto de o Estado ser o maior empregador do país e a economia encontrar-se asfíxiada contribui para que o clientelismo seja uma realidade. Este fenómeno tem como desfecho a falta de valorização da pessoa. Projeta-se alguém não pela sua competência mas sim pela sua cor partidária. É o que afirma*

¹²⁰ Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos à consolidação democrática em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 260-263.

¹²¹ Na tradição africana, o chefe tem o pleno poder e não deve ser, em caso nenhum, contestado. Os líderes políticos africanos têm, muitas vezes, essa mentalidade.

¹²² Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos à consolidação democrática em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 260-263.

Marques (2013, p. 1): *a banalização destas práticas clientelares é de tal forma gritante que nas sedes partidárias chegam a perder mais tempo a discutir as nomeações que há a fazer ou a criticar as nomeações que foram feitas do que a debater ideias e políticas.*

O clientelismo aqui é entendido no sentido que o define Fukuyama (2015, p. 282) como troca de votos e apoio político por benesses individuais e não por políticas programáticas. Para ele *o clientelismo surge quando a democracia chega antes de o Estado moderno ter tempo de se consolidar numa instituição autónoma com a sua coligação política de apoio.*

Na opinião de Nascimento (2018, p. 80), em São Tomé e Príncipe, *a cooptação para a política faz-se pela adesão à rede clientelar em troca de favorecimento, prática que, todavia, deixou de ser totalmente controlada pelos políticos: a partir da avaliação da vantagem do ingresso numa facção, numa iniciativa de baixo para cima, uns insinuam-se, outros perguntam o que se lhes dá para aderirem a um partido, isto é, para se colocarem ao serviço do chefe.*

16. Desigualdade socioeconómica. Para os jovens, participantes do *focusgroup*¹²³, *a questão financeira vem acompanhada de intimidação ou medo, como se falou anteriormente. Quando o povo passa fome “toda a gente passa a ser prostituta”, porque se vende por dinheiro. Todo o resto vem como consequência. É o caso do clientelismo, da corrupção, do “banho”, do uêchaismo, etc. O povo opta por estes comportamentos porque não tem condições financeiras. Se as pessoas fossem autónomas financeiramente, não cederiam aos caprichos das vontades políticas. A pobreza social é generalizada. Esta situação faz com que o povo queira aproveitar-se da melhor maneira e o mais rapidamente possível quando surge uma oportunidade.*

Para Seibert (2008, p. 9) *depois da introdução do sistema democrático para a maioria da população são-tomense a situação económica não melhorou. Ao contrário, a pobreza aumentou e os indicadores sociais degradaram-se.*

Segundo Nascimento (2018, p. 72), *a cruel realidade da pobreza e da dura sobrevivência não permite discutir sequer o conteúdo das relações laborais ou a responsabilidade de cada actor no crescimento económico e na promoção social. No meio da privação, acentua-se a deliquescência das instituições, processo não inócuo na situação económica e social.*

¹²³ Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos à consolidação democrática em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 260-263.

17. Familiarismo. Na opinião dos intervenientes do *focusgroup*¹²⁴ há nepotismo em todos os sectores das instituições públicas de São Tomé e Príncipe. Basta um cidadão ocupar um cargo directivo para cercar-se da sua família, não pela competência mas sim pelo facto de ser parente. Deste modo, aplica-se a própria sigla do país diz que somos todos familiares (STP - Somos Todos Primos) como é facto dizer-se à meia voz e este facto torna a situação do país muito mais difícil. Assim se concretiza o que diz Francis Fukuyama (2015, p. 278): os Estados patrimoniais podem ser extremamente estáveis. São construídos com os tijolos da sociabilidade humana, isto é, a tendência biológica das pessoas para favorecerem familiares e amigos com os quais trocam favores. Assim eles constroem poder mediante a gestão de redes de patrocínio nas quais os clientes seguem os patronos em busca de recompensas individuais.

São estes obstáculos que os participantes apontam como barreiras para a consolidação democrática em São Tomé e Príncipe.

Segundo Nascimento (2018, p. 10), para muitos são-tomenses, São Tomé e Príncipe não é mais uma terra privilegiada, é, antes, a sua terra cuja evolução lhes inspira a sensação de perda de capacidade de determinação do futuro. Na opinião do autor (Nascimento, 2018, p. 10), por empatia com as noções prevalecentes em África acerca da impossibilidade de democracia, por aceitação do “homem grande” como tradição africana e pelo alheamento da política devido à despolitização e à descrença, pode vingar a ideia da impossibilidade de a democracia assentar arraiais.

¹²⁴ Ver resposta à pergunta nº 8 - Quais os principais obstáculos à consolidação democrática em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 260-263.

CAPÍTULO 3: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

3.1. Análise da política em São Tomé e Príncipe

Em 1997, o ex presidente da República, Manuel Pinto da Costa, no seu discurso, datado de 24 de Agosto, afirmava: *não são precisos grandes debates nem profundas análises para nos apercebermos de que São Tomé e Príncipe tem vindo a transformar-se num país onde a corrupção se alastra e goza de impunidade, o ódio passa por virtude, o poder político se exerce sem regras consensuais, e a prosperidade se procura mais através de atividades e ações ilícitas.*

Daio (2007, p. 3) numa carta escrita aos políticos são-tomenses descreve assim a situação política do país:

Nos areópagos da política são-tomense, assistimos continuamente as intervenções inoportunas e descontextualizadas que revelam uma ignorância aperfeiçoada, de ausência de informações e dados da atualidade socio-económica e de política internacional. Infelizmente, alguns órgãos de comunicação social nacionais e estrangeiros têm-se tornado num ateneu onde alguns políticos expressam entusiasticamente a sua ignorância e expõem o argumentum ad captando vulgus, despromovendo com êxito a imagem das “Ilhas maravilhosas.”

Dos resultados dos *focusgroups*, segundo as intervenções dos participantes¹²⁵ observa-se que, para compreender a política são-tomense é preciso ir muito além do superficial e descortinar o que está disfarçado. Há alguns elementos que surgem com a implantação da democracia e precisam de ser esclarecidos. Os políticos e os intelectuais são-tomenses, de uma forma geral, são os que lideraram esse processo mas não definiram para onde é que queriam levar o país. O outro aspeto é que a base da economia são-tomense não é suficientemente forte para sustentar uma base ideológica. É preciso definir uma política capaz de fazer evoluir e crescer a economia para que se adopte uma forma de partilha equilibrada do bem comum. Por causa da debilidade económica, a política em São Tomé e Príncipe é feita de fora. Ela depende da ajuda do exterior que decide o que é preciso fazer. Essa circunstância faz com que os políticos se encontrem numa espécie de areia movediça. Um outro elemento a ter em conta é que no interior de cada partido político reside exatamente o mesmo problema: cada um tem as suas ideias mas como estas não são suficientemente estudadas, não sabem para onde ir, ou seja, o rumo a tomar. É preciso que se faça reflexões que, nos países mais

¹²⁵ Ver resposta à pergunta nº 9: O que acha da política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 264-265.

avançados, iniciam-se normalmente nas universidades. As universidades de São Tomé e Príncipe são ainda embrionárias. Não têm, até então, esta preocupação. Por isso, de acordo com os participantes¹²⁶, o país continuará num processo muito complicado, nos próximos tempos, até que encontre o seu próprio caminho. Esta situação facilita, de fato, quem tem dinheiro porque a intervenção está a ser feita de forma imediatista. Quem tem mais meios financeiros impõe as suas regras, compra as pessoas e consequentemente, os votos e vai impondo a sua forma de fazer. Por isso, ganha força o tal fator negócio-interesse e ganhos diretos.

Em São Tomé e Príncipe, segundo os participantes do grupo das elites¹²⁷ a participação faz-se, antes de tudo, pelo interesse da política, pois a política é algo nobre e é uma maneira de intervir na sociedade para dotá-la de um melhor serviço a fim de proporcionar um bem-estar à todos os cidadãos. É através da participação política, que podemos contribuir para promover a nossa sociedade, de resolver as questões individuais e coletivas e influenciar, no sentido positivo, as pessoas que estão ao nosso redor. É uma maneira de fazer mudanças. Todavia, a prática nacional é que a participação política não é feita com nobreza.

Segundo o trabalho do focusgroup realizado¹²⁸, a participação política em São Tomé e Príncipe deve-se ao fato dela ser um espaço para concretizar os seus ideais e facilitar a realização e a concretização dos objectivos políticos. Pois, é um espaço a partir do qual se descobre a sua própria identidade. A política é um conjunto de ações, de perspetivas que permitem mobilizar valores na sociedade, no sentido de implementar uma estratégia que sirva de suporte à governação. A grande questão que se coloca, de acordo com os participantes do focusgroup¹²⁹, é de saber se a política e os atores políticos em São Tomé e Príncipe estão a observar esses valores e em que medida está a ser utilizada esta estratégia e, em seguida compreender como é que ela propõe ganhar zonas alternativas governativas no quadro da competitividade política. Para Neves (2015, p. 56), a política só vale a pena quando é feita com nobreza, com afetividade, com tolerância, com responsabilidade, com ética, para servir o bem comum.

¹²⁶ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

¹²⁷ Ver resposta à pergunta nº 1: Quão interessado diria que está pela política em STP? Porquê? nas pp. 249-251.

¹²⁸ Ver resposta à pergunta nº 1: Quão interessado diria que está pela política em STP? Porquê? nas pp. 249-251.

¹²⁹ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

Conforme os participantes do focusgroup¹³⁰, *por falta de estratégia para propor soluções, a política acaba por não ser efetivamente uma condição para encontrar consenso e estruturar um modelo de governação que permita superar obstáculos em São Tomé e Príncipe. Por uma razão tão compreensível, a política acaba por ser um mecanismo simples de apropriação de poder e não uma negociação de soluções que torna possível garantir aos são-tomenses compreender os seus próprios problemas e estar em torno de uma estratégia de apropriação que lhes permita superar esses problemas. Praticamente, enganam-se uns aos outros para discutir a apropriação mas não para encontrar a solução.*

Ainda, segundo os participantes¹³¹ do grupo das Elites, *a política em São Tomé e Príncipe é marcada pela ausência clara de uma linha ideológica. Não existe uma agenda política geradora de consensos. Os agentes políticos não conseguem apresentar uma visão estratégica duradoura de desenvolvimento socioeconómico que possa ser adotada como instrumento reitor. Foi produzido um conjunto de documentos de políticas, mas não se consegue implementá-lo. A instabilidade impede a realização de políticas públicas. Perdura o tráfico de influências e as agendas individuais marcadas pelo arrivismo e oportunismo. Existe um grande vazio na definição de objetivos de desenvolvimento e uma impreparação dos atores políticos. Após a adoção do pluripartidarismo o país ficou desprovido de fatores de união ou de coesão. Falta doutrinação da sociedade porque nenhum regime se sustenta sem uma doutrina que a oriente, como amor à pátria, à identidade nacional, à são-tomensidade enquanto valores de coesão. No passado colonial o fator de coesão baseava-se na aversão ao colonizador branco que personificava a exploração.*

Para os participantes deste grupo¹³², *pode-se situar a política de São Tomé e Príncipe em dois períodos. Num primeiro momento, quase todos os são-tomenses eram “ignorantes” políticos e tinham ideais. De facto, toda a gente pensava que a política era um conjunto de ações que iam trazer soluções para a vida das pessoas. Acreditava-se e tinha-se um ideal nos projetos e nos programas que os diversos governos costumavam apresentar. Mas, há um dado momento, por causa de vários fatores, a política deixou de ser um elemento capaz de gerir consenso entre os são-tomenses e de proporcionar desenvolvimento através das várias linhas de ações que fossem implementadas. Hoje, a política criou um vazio e quase ninguém mais acredita nela pois é orientada pelo jogo de interesses desde os mais humildes até à classe*

¹³⁰ Ver resposta à pergunta nº 9: O que acha da política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 264-265.

¹³¹ Ver resposta à pergunta nº 9: O que acha da política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 264-265.

¹³² Ver resposta à pergunta nº 9: O que acha da política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 264-265.

política do mais alto nível. Tal cenário vai se alastrando na nossa sociedade, onde os que se acham mais lúcidos descobriram a política como o meio mais fácil para atingir os seus fins inconfessos e subjugar os seus compatriotas.

O interesse na política, segundo os intervenientes¹³³, é kwa ku sa bega¹³⁴ ou seja, é necessário aproveitar os momentos de campanha ou das outras situações, quando os partidos políticos repartem alguma coisa, e ter oportunidade para sobreviver. Para os mais abastados, a política é uma ocasião do interesse pessoal, uma oportunidade para aquisição de bens materiais e não uma contribuição para o desenvolvimento do país.

Segundo os intervenientes¹³⁵, a política em São Tomé e Príncipe, desde do ano 200 a actualidade, tornou-se politiquice. Baseando naquilo que já foi dito, nota-se que os políticos não estão preocupados em definir uma estratégia nem determinar o que é melhor para o povo do arquipélago. Só tem havido jogos de interesse, em que todos estão a lutar para conseguir o poder a qualquer preço, procurando um enriquecimento pessoal e rápido. Não há nenhuma preocupação com a definição de uma política que possa ir ao encontro do interesse do povo e do país.

Para os intervenientes neste focusgroup¹³⁶, a esfera política, é o espaço de luta pelo poder e conquista do poder. Esta luta e conquista deviam ser salutareis no sentido em que para se fazer coisas é preciso ter poder a fim de conceber e desenvolver ideias, a vários níveis, que vão ao encontro das necessidades básicas do povo: quer a nível daqueles que têm capacidade de conceber e executar políticas quer daqueles que têm o dever do qual é o referente fazer durar. Infelizmente, no contexto são-tomense a luta pelo poder tornou-se num mecanismo de luta por um espaço onde cada qual possa encontrar a forma de resolver os seus problemas pessoais e os do grupo. É por isso que, hoje, no país, na ótica dos participantes do focusgroup¹³⁷, os políticos em geral e a classe política em particular, caíram num grande descrédito. Os candidatos à política não têm mais a preocupação de se preparar para o exercício dos cargos públicos porque a preocupação agora é agarrar o poder a qualquer preço, sobretudo se houver dinheiro e meios materiais. Isto leva-nos a concluir que a política, atualmente, é algo que está completamente banalizado. Os seus atores são vistos na

¹³³ Ver resposta à pergunta nº 9: O que acha da política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 264-265.

¹³⁴ No sentido literário, o que está na barriga. Aqui tem o significado de meio de subsistência quotidiano.

¹³⁵ Ver resposta à pergunta nº 9: O que acha da política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 264-265..

¹³⁶ Ver resposta à pergunta nº 9: O que acha da política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 264-265..

¹³⁷ Ver resposta à pergunta nº 9: O que acha da política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 264-265..

sociedade como bandos de malfeitores que só estão lá para se apropriarem dos bens públicos a fim de resolverem os seus problemas pessoais e dos seus familiares e nada mais.

3.2. Principais causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe

Desde a transição democrática de 1990 até 2017 São Tomé e Príncipe já vai em dezasseis governos, o que sem dúvida não concorre para a boa imagem interna e externa. Todavia, a instabilidade política não é um fatalismo para o país. É preciso ter-se a percepção disso e conscientizar-se que as limitações são fronteiras criadas apenas pelas nossas mentes e que com boa vontade e decisão a estabilidade é possível.

Sobre este assunto declara Boa Morte (2010, p.1): *de facto, as permanentes quedas de Governos e dissoluções intempestivas da Assembleia Nacional nos últimos anos, não auguram nada de bom para o futuro das nossas instituições democráticas para além das dramáticas repercussões sociais, políticas e económicas.*

Para o ex Presidente Pinto da Costa (2013, p. 3):

A instabilidade adia as reformas estruturais nos sectores-chave, para que o país avance. Atrasa o arranque dos projetos estruturantes. Retrai o investimento estrangeiro, o crescimento económico e a criação de emprego. Defrauda as expectativas dos nossos jovens. Impede que a justiça se torne mais eficaz, o ensino mais capaz e os cuidados de saúde melhores e mais acessíveis a todos, independentemente da sua condição económica. Em suma, faz com que o país continue a marcar passo enquanto outros, com menos recursos, avançam em marcha rápida rumo ao futuro, ao desenvolvimento e à melhoria das condições de vida dos seus povos.

Cabral (2012, p. 1) descreve assim esta situação:

Com efeito, por mais incrível que pareça, é que desde do início da segunda República, a vida política no país, foi marcada pela persistência da instabilidade política, fragilidade do Estado e não observância dos preceitos do Estado de Direito Democrático, particularmente no que se refere a demissão dos Governos. Desde 1991, os sucessivos governos, duraram em média menos de dois anos evidenciando, a existência de um grave problema de instabilidade política no país. Na década de 2000, nenhum governo com ou sem apoio maioritário no Parlamento, terminou uma legislatura. Por exemplo, desde das primeiras eleições multipartidárias de Janeiro de 1991, até Novembro de 1996, houve sete governos. De 2001 à 2005, o país conheceu quatro (4) primeiros-ministros todos demitidos pelo então Presidente da República. A persistente instabilidade política, criou um quadro de retração ao investimento direto estrangeiro, crescimento económico, afetou o funcionamento da administração e prejudicou o desenvolvimento do país.

A instabilidade política são-tomense tem vários motivos, a começar pela mentalidade prevalecente até questões de ordem sociocultural ainda não resolvidas. Neste trabalho não se procurou hierarquizar as causas dessa instabilidade. Do resultado das análises do estudo feito, salienta-se que as principais causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe são:

1. A visão do poder que cada um tem do figurino constitucional do país:

Para os participantes do grupo da elite¹³⁸, *a discussão é saber qual é o âmbito de competência e de ação de cada um, segundo a Constituição nacional. Das análises feitas às crises políticas em São Tomé e Príncipe, costuma-se dizer que o Presidente da República é um dos maiores responsáveis pela instabilidade política. Na primeira República, por exemplo, o primeiro Presidente da República não professava o multipartidarismo. No início da segunda República, Miguel Trovoada demitiu o governo a seu livre arbítrio, por rixas que tinha com o chefe do então governo. Quando tomou posse o Presidente Fradique Menezes, em 3 de Setembro em 2001, trouxe também situações muito idênticas. Dissolveu a assembleia e exonerou os governos. Portanto, a instabilidade política é uma situação que já vem do tempo do partido único. Os acontecimentos referidos levam a uma ilação importante: enquanto não se clarificar o sistema constitucional e tratar de limar as aristas que propiciam a ambiguidade de interpretação, vai-se continuar nesta instabilidade. Para demonstrar essa má interpretação do sistema constitucional, basta ver o que aconteceu no dia 10 de Fevereiro de 2014: um primeiro-ministro a exercer influência para que as forças armadas não prestassem guarda de honra ao Presidente da República que regressava de uma missão no estrangeiro.*

Segundo estes participantes do grupo da elite¹³⁹ *a democracia liberal em São Tomé e Príncipe tem andado a par e passo com a instabilidade político-institucional. Nem mesmo a entrada em vigor completa da Constituição de 2003 permitiu ao país atingir uma estabilidade político-institucional. De tanta instabilidade político-institucional o cidadão comum questiona se valeu pena a mudança do regime democrático socialista monopartidário para o regime democrático liberal multipartidário.*

¹³⁸ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

¹³⁹ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

Para Fukuyama (2015, p. 391-392): *a primeira característica da governação neopatrimonial africana é o seu personalismo. Após a independência, a política centrou-se na figura do presidente ou Grande Homem... ao qual as pessoas deviam lealdade.*

Para Cabral (2012, p. 3), *quase todas as crises políticas vivenciadas no país tiveram como origem as relações entre o Presidente da República e o Governo. Contudo as obscuridades e a natureza de uma Constituição que estabelece um regime político semi-presidencialista, constituíram a base legal para os vários conflitos entre estes dois órgãos de soberania, resultando em tensões e instabilidade política.*

Segundo o grupo das elites¹⁴⁰, *a instabilidade política não deve ser vista meramente do lado da má interpretação constitucional por parte do Presidente da República, mas também do lado da cumplicidade dos cidadãos que ficam numa expectativa de que a queda do governo é uma ocasião não só para resolver os seus problemas mas também para obter o chiquilá que já se falou anteriormente. O Presidente da República é o homem que pode mandar em tudo e todos. Todos os presidentes vieram do regime ditatorial do monopartidarismo. Juntamente com este fato, há causas especificamente pessoais que levaram à queda de governos por interesses pessoais, benefícios diretos e monetários. Os posteriores presidentes trouxeram a mesma lógica de benefícios pessoais e da defesa dos seus interesses. Para isso, criam partidos políticos com o objetivo de defender os seus próprios interesses.*

Esta razão da instabilidade política é fundamentada por Pereira (2014, p. 1) ao afirmar:

É ideia dominante em STP que os presidentes da República têm sido o principal foco de instabilidade política no país. Não partilho inteiramente desse ponto de vista, porque o tango dança-se a dois. Não pretendo inocentá-los, tanto mais que, reza a Constituição, é função do Presidente da República assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas e não o inverso. Porém, não é menos verdade, os outros atores políticos também não têm sabido interpretar da melhor forma os equilíbrios políticos que a nossa Constituição exige, nem têm feito a leitura política adequada a cada momento, esquecendo frequentemente que a política não se confina ao cumprimento da letra da Constituição.

Esta ideia é corroborada por Sousa (2017, p. 199) quando afirma:

As sucessivas quedas de governo e o clima de instabilidade política permanente são justificadas como fruto do arranjo institucional que funciona nesse arquipélago e decorre das ambiguidades estabelecidas pela Constituição democrática, a qual atribui aos dois órgãos de soberania – Presidente da República e executivo chefiado por um primeiro-ministro – poderes suficientes para que ambos tenham poder decisório e de

¹⁴⁰ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. . 266-268.

permitir igualmente a eles a possibilidade de controlar alguns aspetos do processo decisório.

Segundo Cranenburgh (2008), apesar da onda de reformas democráticas que varreu a África, durante os anos 1990, o quadro constitucional que permitia um Presidente forte permaneceu praticamente inalterado, criando condições constitucionais para fornecer meios aos Presidentes africanos para nomear indivíduos da sua rede clientelista para posições importantes.

2. Abuso do poder: Segundo os participantes do *focusgroup* do grupo das elites¹⁴¹, *desde o tempo da Primeira República, já havia tendência para o abuso do poder. Mas esta situação não era perceptível porque havia um único partido e um só presidente. Para eles, a mentalidade e a maneira de ser e de estar no país é caracterizada pelo abuso do poder que leva à instabilidade política. Esta mentalidade de abuso do poder começou a ser corroborada com a aurora da democracia por causa das sucessivas quedas de governos. Tudo isso, segundo os participantes do grupo das elites, porque quem está no poder acha-se um deus, definindo o que quer e como quer. Os actores políticos estão atentos à queda do governo a fim de aproveitar uma oportunidade e agarrar o poder.*

Na aceção de Trindade (2012, p. 2), *hoje, o campo de batalha, da luta pelo poder é o meio partidário, onde as famílias tradicionais e homens ricos continuam prevalecendo, e os mais fracos, jovens idealistas, menos favorecidos, não conseguem ter qualquer espaço e nem protagonismo para atingir o poder – e aqueles (poucos) que conseguiram não terminaram o seu mandato no tempo previsto.*

Na opinião de alguns jovens universitários¹⁴², *em São Tomé e Príncipe, toda a gente quer estar no poder para gozar da magistratura de influência: “saco azul”, tráfico de influências, luvas, etc. Quando se está no poder pode-se manipular e gerir a situação de modo a enriquecer-se facilmente. A política cá no país uma ocasião para enriquecer. Os mais velhos aconselham muito os jovens dizendo: xi bô mesê bila liku, sela bô lentla politika. Na fla montxi fa¹⁴³. São conselhos que os mais velhos dão aos jovens para assegurarem o seu futuro.*

¹⁴¹ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

¹⁴² Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

¹⁴³ Se quiseres ficar rico, tens que entrar para a política. Não fales muito.

3. A descontinuidade das ações do Estado e o eterno recomeçar: Uma das principais causas de instabilidade política em São Tomé e Príncipe, de acordo com os participantes deste trabalho¹⁴⁴, *é a falta de continuidade de Estado. Não tendo continuidade do Estado, há um eterno recomeçar. O governo que sai não deixa politicamente nada para o que o vai substituir e este último faz sempre uma tabula rasa das linhas de ações do anterior. Quando o novo governo toma posse, as primeiras ações são para demonstrar que o anterior governo não fez absolutamente nada, falando amiúde negativamente dele. Neste sentido, as eleições não são uma fonte de continuidade de renovação e de acreditar num novo país.*

4. A falta de uma visão estratégica para o país: Segundo o grupo das elites¹⁴⁵, *esta é uma das causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe. Para eles, o que está em causa não é apenas o problema de uma visão estratégica. A questão é de saber se existe realmente política como fonte de orientação. Analogamente, a própria geografia de conhecimento produtivo é quase nula porque cada um repete os mesmos erros que os outros cometeram. Isso não quer dizer que alguns não tenham um conhecimento produtivo. Esta ideia é corroborada por Nascimento (2015, p. 2) quando afirma: entre os constrangimentos ao desenvolvimento do país, elencam-se a fragilidade da elite e a consequente ausência de visões consistentes sobre as metas do desenvolvimento.*

Na opinião de Neto (2015, p. 2)

Para piorar o quadro, temos pouquíssimos políticos, no sentido contemporâneo do termo, ou seja, políticos com uma visão global do País e sobre o seu modelo de desenvolvimento; políticos que concebam uma estratégia e que a adequem a sua ação executiva e que sejam capazes de o fazer com eficácia, pragmatismo e sucesso; e políticos que tenham uma noção clara das tendências políticas e socioeconómicas do mundo. Pior que isso, por cima, temos pouquíssimos políticos que entendam os princípios básicos de democracia e sua práxis, temos poucos políticos culturalmente democratas...Não há milagres, com esse quadro de falta de pensamento estratégico, de debate reflexivo, de liderança e de recursos humanos capazes de executar, o resultado só pode ser o que temos.

5. O partidarismo, a fragilidade e a inércia dos partidos políticos: Para os participantes no *focusgroup*¹⁴⁶, *os partidos políticos de São Tomé e Príncipe são bastante frágeis e divididos em facções internas. Nas ocasiões de eleições apenas se vota para cumprir o dever de*

¹⁴⁴ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

¹⁴⁵ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

¹⁴⁶ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

cidadão. Por conseguinte, não se equaciona outra saída para o país ter estabilidade se não existirem partidos políticos. Além disso, não existe uma referência a nível dos partidos políticos que se possa tomar como modelo a seguir. As figuras políticas de proa não emergem dos partidos políticos, gerando continuamente conflitualidade de interesses e antagonismos ideológicos. Para tal, é suficiente observar a forma como emergem os Presidentes da República. Para Nascimento (2008, p. 6), nesta ótica impera a percepção da importância do assalto ao Estado, tal o objetivo dos partidos que, como dissemos, se movem frequentemente a reboque de personalidades tutelares. Por isso, até hoje, os partidos não contribuíram muito para a renovação do espaço político. Para Seibert (2008, p. 9),

Não se admira que as prestações dos vários partidos na oposição no sentido de identificar, formular e avaliar opções políticas apresentando alternativas construtivas e viáveis à política governativa tenham sido relativamente fracas. As suas ações limitaram-se principalmente a acusações de corrupção e má gestão e tentativas de substituir o governo. Não obstante, a capacidade e vontade dos partidos concorrentes de manter a luta pelo poder dentro da estrutura da competição regulamentada constitucionalmente marca um sucesso relativo da democracia multipartidária em STP.

Juntam-se a esses aspetos, segundo a análise de conteúdo do focusgroup, a descrença nos partidos políticos por parte da população, a apatia, a inércia e o excesso daqueles em São Tomé e Príncipe¹⁴⁷.

6. A passividade da sociedade civil: A outra causa da instabilidade política em São Tomé e Príncipe, de acordo com o trabalho feito nos *focusgroups*, é a existência de uma sociedade civil passiva. Para os participantes¹⁴⁸, *a sociedade civil é um mero espetador indiferente. Não está preocupada em se organizar, em constituir uma força que realmente possa dar a sua opinião pública. Não há uma sociedade civil que funcione. E ainda: não há democracia nenhuma que possa funcionar sem sociedade civil minimamente organizada. Enquanto não houver uma sociedade civil a funcionar e os cidadãos não fizerem parte dessa sociedade civil, não há grandes hipóteses de se sair desta instabilidade.*

7. A mentalidade dos políticos são-tomenses: Bragança (2012, p. 1) afirma: *somos santomenses, africanos, fruto de um longo processo de caldeamento de culturas que se encontraram no contexto de um processo de colonização que, tendo embora posto em*

¹⁴⁷ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

¹⁴⁸ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 264-266.

confronto gentes e civilizações provenientes da Europa e da África, uniu as vivências de senhores e escravos e deu azo a um povo com características bem específicas.

Na opinião dos participantes ¹⁴⁹, *os políticos são-tomenses têm uma mentalidade individualista, de oportunismo, de nepotismo, de despotismo, de inveja, de desvio.* Caldeira (1999, p. 8) afirma que um historiador, falando dos séculos XV a XVIII, diz o seguinte sobre a sociedade são-tomense: *deve ser difícil, de facto, encontrar uma sociedade mais conflitual do que esta, imperando um verdadeiro espírito de fronteira, o que, não sendo propriamente único em estabelecimentos coloniais, tem, em São Tomé, a particularidade de se manter durante séculos, o que já é mais original.* Para os participantes do grupo das elites¹⁵⁰, *esta mentalidade é transmitida aos jovens, pois atualmente poucos jovens têm mentalidade diferente. Muitos dos atuais políticos viveram no regime colonial e socialista monopartidário e têm alguma dificuldade em se adaptarem ao regime democrático liberal e multipartidário. Por um lado, lutam para conservar as suas benéficas e, por outro, resistem as mudanças.* Neste sentido, Trindade (2012, p. 2) afirma: *hoje, como se sabe, através do fenómeno da globalização o mundo está cada vez mais próximo e, pela realidade que vivemos, ao descrever a identidade do povo são-tomense – sem medo de errar – pode-se dizer que é um povo hipócrita, preguiçoso, arrogante, materialista, ganancioso...*

Para os participantes do focusgroup¹⁵¹, *a instabilidade que se vive em São Tomé e Príncipe é uma forma fácil de esconder a própria incompetência dos atores políticos. Muitas vezes, procuram encontrar um novo governo para dar continuidade à própria incompetência do poder político. Os protagonistas da política precisam da prática de instabilidade como uma forma de renovação da sua própria legitimidade, porque eles têm e/ou querem ter alguma explicação para sua própria incapacidade, propondo encontrar uma solução, quer no âmbito do exercício da sua função, quer no âmbito da sociedade em si.*

Ainda de acordo com o grupo de trabalho¹⁵², *uma das grandes causas desta mentalidade é o fato de as pessoas verem a política e poder como um meio e uma via de enriquecimento*

¹⁴⁹ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

¹⁵⁰ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

¹⁵¹ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

¹⁵² Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

rápido. Para eles¹⁵³, o cenário descrito faz com que aqueles que, independentemente da sua vontade e possibilidade, estão fora da realidade política ou do poder, acabam por se sentirem insignificantes e em face dessa marginalização, criam uma série de cumplicidades a fim de derrubar o outro e tomar o seu lugar.

Para Nascimento, (2015, p. 190) o que mais se vê são políticos que pautam a sua conduta pela duplicidade e pelo enriquecimento... A elite – ou classe-Estado, porquanto o desempenho de cargos políticos é principal fonte de enriquecimento e, daí, de distinção social – tende a eleger como alvo a instrumentalização do Estado (e das ONG) para sedimentar a sua proeminência económica, assente, não na criação de riqueza, mas nos ganhos decorrentes da gestão dos fluxos financeiros.

Segundo o estudo realizado nesta pesquisa¹⁵⁴, os dirigentes querem estar no poder a fim de esbanjar o dinheiro com as mulheres, sobretudo as boquitas¹⁵⁵ visto que, se analisarmos bem, aqueles que querem ascender ao poder, maioritariamente, são os homens. Apoiando-se na cultura são-tomense, os homens almejam ascender ao poder para satisfazer os seus apetites sexuais. Portanto, esta também é uma das causas da instabilidade política

8. A coabitação política: Esta coabitação, de acordo com a análise do *focusgroup* realizado¹⁵⁶, gera aquilo que se pode chamar de “prostituição” política dos cidadãos, em geral, e dos dirigentes em particular. Pertence-se a um partido, mas, quando chega a eleição, muda-se facilmente para outro, manchando o partido a que se pertence. Há muita promiscuidade na política de São Tomé e Príncipe. É comum ver-se a mutação leviana de cor partidária: se um partido está no poder, troca-se para aquele partido sem pensar ou analisar as consequências e a sua própria imagem pessoal procurando uma ocasião para estar no governo, garantir um emprego ou de ganhar algo material. A queda dos governos em São Tomé e Príncipe tornou-se uma decisão regular devido aos almejados proveitos mencionados. Esta tendência já vem do regime do partido único e continuou com a

¹⁵³ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, na p. 288.

¹⁵⁴ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

¹⁵⁵ São as amantes que muitas vezes não são assumidas oficialmente. Em São Tomé e Príncipe, de uma maneira geral, todos os dirigentes, deputados, ministros e até o Presidente da República têm mais de uma mulher oficial.

¹⁵⁶ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

democracia. Ela enraizou-se e certamente vai crescer ainda mais com o regime de ditadura que se está a instalar com o novo governo.

9. A origem dos são-tomenses: Na ótica dos participantes do *focusgroup*¹⁵⁷, *hoje, em São Tomé e Príncipe, há pessoas que defendem que a instabilidade política tem a ver com a própria natureza dos são-tomenses. Para eles, uma análise da história, desde o século XIX, indicia que os são-tomenses estão permanentemente em conflito. Quem estuda a história de São Tomé e Príncipe sabe o que isso significa. Segundo os mesmos, os são-tomenses são perturbadores por natureza. Contam-se muitas histórias que demonstram a “malvadez” dos são-tomenses. Independentemente do uechaismo*¹⁵⁸, *da “apadrinhagem” a cultura dos são-tomenses tem a ver igualmente com o povoamento destas ilhas. A junção de pessoas que vinham como escravos de várias partes do mundo não deu bons resultados. A cultura de sujeição, de desconfiança nos outros e de submissão não permitiu que os são-tomenses trabalhassem juntos para um objetivo comum que é o desenvolvimento do país. A consequência de tudo isso é a perda do patriotismo*¹⁵⁹.

10. A natureza dos líderes políticos: Na análise dos participantes do *focusgroup* do grupo das elites¹⁶⁰, *a independência de São Tomé Príncipe de 1975 foi adquirida com uma plêiade de líderes políticos que estiveram a circular pela Europa e que depois beberam muito dos políticos continentais onde grassava a cultura do golpe do estado, do poder absoluto, e vieram impor isso ao país de acordo com os interesses pessoais. Estes líderes, a partir do Pinto da Costa, Miguel Trovoada, José Frete Chong e outros, vieram incutir a sociedade são-tomense as linhas orientadoras dessa política. Incutiram ainda a ideologia da política dos países socialistas em que o chefe o é de tudo, o resto passa pela obediência. Era um poder uniforme. O grande problema atualmente é a falta de reciclagem das novas gerações para alterar esta mentalidade.*

Segundo Gomes (2014)

¹⁵⁷ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

¹⁵⁸ Significa literalmente olho cheio, quer dizer alguém que tem uma grande inveja do que o outro possui e faz de tudo para o aniquilar. Vem da palavra wê (olho) xa (cheio) e colocou-se o ismo para demonstrar que esta realidade enraizou-se na sociedade são-tomense.

¹⁵⁹ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

¹⁶⁰ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

Alguns dos nossos “políticos” (talvez politiquinhos) acham-se o máximo, infalíveis, intangíveis, fazem e desfazem e nada lhes acontece. Criam crispações no seio da população, as suas afirmações põem em causa a estabilidade, a coesão, a confiança e a imagem do país junto da comunidade internacional. Não têm noção de Estado nem responsabilidade política. Há um outro grupo (ou será classe?) que exige que todo o mundo comungue da sua maneira de ver as coisas.

Na perspetiva de Neto (2013, p. 2), *pior que isso, por cima, temos pouquíssimos políticos que entendam os princípios básicos de democracia e sua praxis, temos poucos políticos culturalmente democratas.*

11. A falta de instituição forte e democrática: De acordo com o estudo do *focusgroup*¹⁶¹, em São Tomé e Príncipe não há uma instituição forte: não existe uma imprensa forte que seja um contra poder e que ajude as outras instituições e nem há tribunais que funcionam de forma minimamente aceitável. As orientações partidárias, muitas vezes, não têm em conta o interesse do país. Trindade (2012) salienta: entretanto, observando o comportamento dos detentores do poder, e até mesmo da sociedade civil, nota-se a carência dos valores morais, cívicos e até patrióticos, tudo pela ganância do poder e preocupados apenas em delapidar os escassos recursos que serviriam para tirar o país do marasmo em que se encontra.

Segundo Fukuyama (2015, p. 560), um sistema democrático estável só vinga se os grupos recém-mobilizados forem incorporados nos sistemas e puderem participar politicamente. De forma inversa, quando estes grupos não dispõem de canais de participação institucionalizados, subsistem a instabilidade e a desordem.

12. A situação económica e a pobreza: Para os participantes do *focusgroup*¹⁶² a difícil situação económica, particularmente nas zonas urbanas, onde o nível de vida se deteriora de dia para dia, é um fator proeminente para a instabilidade política em São Tomé e Príncipe. O nível dos salários não acompanha a desvalorização da moeda e a subida de preço de produtos de primeira necessidade. A subida dos preços dos bens alimentares tem gerado muita pobreza. A maioria da população é pobre e muitos querem subir ao poder para se enriquecer. Vê-se o poder como fonte de negócio e de enriquecimento. Para Cardoso (2011, p. 2)

Por mais que sejam perfeitas as encomendas legislativas e executivas para o desenvolvimento de STP, se continuar doentia a mente dos decisores das políticas e

¹⁶¹ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

¹⁶² Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

estratégias económicas que, de um lado, nos momentos eleitorais distribuem o dinheiro selvagem perante a pobreza da população como se de algo inútil tratasse, o país precisa navegar mais, traçando metas e prazos a atingir em cada legislatura, dando assim, um sinal positivo de existência.

Conforme Fukuyama (2015, p. 548),

Um estudo bastante conhecido mostra que embora os países possam fazer a transição de um regime autoritário para um regime democrático em qualquer fase do seu desenvolvimento, é muito mais provável que permaneçam democracias quando ultrapassam um determinado limiar de rendimento per capita. Isso sugere, prima facie, que deve existir algo no processo de desenvolvimento económico que torna o estabelecimento da democracia mais provável.

Manuel Pinto da Costa (2011, p. 3) descreve assim a situação do país:

A situação socioeconómica do país não é fácil. Escondê-la seria fugir à realidade e é nestas circunstâncias difíceis que mais se torna imperioso utilizar uma linguagem de verdade sobre a real situação do país.

Não podemos esconder as condições difíceis em que vivem largas camadas da população numa pobreza extrema e sem acesso a níveis de bem-estar mínimos que o progresso humano já deveria ter assegurado.

Em pleno século XXI a maioria dos São-tomenses vive na pobreza e sem acesso a bens de primeira necessidade como, por exemplo, água e luz. Esta é uma realidade que não deve ser escondida, antes pelo contrário, deve estar permanentemente presente, de modo a que de uma vez por todas encontremos as soluções para sair deste quadro.

Na ótica de Nascimento (2018, p. 82), ao cabo de décadas de privações e sem expectativas, muitos indivíduos predispõem-se a secundar quem, aparentando ter posses, prometa manás. Em razão do “banho” e da permuta da filiação partidária ou, mais precisamente, da lealdade pessoal por favores, vinca-se a tendência para os candidatos a políticos serem indivíduos com a aparência de endinheirados.

13. A corrupção endémica e o interesse pessoal: Outra causa da instabilidade política, de acordo com o *focusgroup* realizado¹⁶³, é a corrupção e o interesse pessoal. No país, a política é como um cocktail em que todos se vendem e se compram mutuamente. Toda a gente quer fazer política para amealhar bens para si. Faltam linhas de interesse e objetivos comuns. Não há um objetivo para o país em si mas apenas interesses pessoais. A corrupção tornou-se endémica. A pobreza social aumentou e a corrupção alastrou-se mais. Assim, segundo Nascimento (2008, p. 7), a par das questões da pobreza e da falta de equidade, avulta, ainda, a da corrupção. Esta questão é tratada de forma algo ambivalente porque, apesar da

¹⁶³ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

denúncia cada vez mais generalizada da corrupção, o opróbrio a ela associado não se reflete na respetiva diminuição, nem na condenação inequívoca da corrupção ou das práticas subjacentes como o neo-patrimonialismo e o clientelismo.

Para Pinto da Costa (2011, p. 1)

Tem-se instalado nos últimos tempos, na sociedade são-tomense a ideia de que a corrupção é uma fatalidade, que está geralmente associada ao exercício de altos cargos públicos quer sejam políticos ou não. Esta é uma ideia que tem que ser energeticamente combatida e que combaterei sem recuo. Põe em causa os alicerces do regime e coloca em perigo a consolidação da nossa ainda jovem democracia. Por isso é imperioso fazer do combate a corrupção um termo obrigatório do discurso político atual, trata-se de uma preocupação comum de todos os poderes do Estado, as organizações da sociedade civil e em última instância a todos os cidadãos

Pode-se deduzir que a situação da corrupção em São Tomé e Príncipe é a mesma da sociedade de Ostrogorski como descreveu Balão (2001, p. 213): *a corrupção, a fraude e o clientelismo constituíam presenças assíduas no contexto da vida política da época. E como, por outro lado, a política acabava sempre por influenciar e controlar a vida em sociedade a todos os níveis, assistiu-se a um fortíssimo surto de contágio, generalizado.*

14. A iliteracia da elite política: Em conformidade com a análise de conteúdo do *focusgroup* realizado¹⁶⁴, *estudando a realidade são-tomense, constata-se uma elite inculta que estudaram e não sabem pôr em prática o que aprenderam. Há um capital cultural deficitário, deputados que não sabem estar na sociedade. Há uma elite sem sentimento de pertença, que não sabe o que é ser são-tomense e que se esqueceu da sua verdadeira identidade. Historicamente, pode-se dizer que os são-tomenses perderam-se, pois não têm interesse pela sua terra. Os políticos são-tomenses somente querem fazer a política para ascenderem socialmente, mas não intelectualmente, portanto continuam a ter uma mente pobre. O nível de escolaridade de muitos políticos é muito baixo. Uns só querem estar no poder, mas não sabem lá estar.*

Para Neto (2015, p. 2)

Não temos política, não no sentido ideológico e reformista, temos demasiada intriga e jogo político, demasiados interesses pessoais e grupais. Não sei se por isso não reste energia as pessoas para pensarem em política à sério, não sei se é por falta de preparação, não sei ainda se será por pura incompetência e incapacidade. Sei que na ausência de ideias, valores e propostas políticas, prevalecem truques e se estes falham, prevalece a inação, a ação circular, a violência e os ataques pessoais como última razão.

¹⁶⁴ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

Para os participantes do *focusgroup*¹⁶⁵, há ainda uma falta de instrução do povo. Torna-se imperativo ensinar ao povo que é ele o ator da política e é impreterível que comece a exercer os seus deveres e direitos.

15. O familiarismo: Nas palavras dos participantes do *focusgroup*¹⁶⁶ esta é uma das causas da instabilidade política. Em São Tomé e Príncipe não há uma cultura de oportunidade ou de competência mas sim de familiarismo. Os que estão no poder não se preocupam com o mérito ou a capacidade dos cidadãos, mas sim com a sua família. Por isso, quando se está no governo, faz-se de tudo para colocar no local do poder um, para não dizer vários, membros da família. Esta situação cria, muitas vezes, rivalidades e intrigas e faz com que a queda do governo seja uma realidade permanente. A lógica da relação individual sobrepõe-se a da instituição. Tudo isso tem sustentado o sistema de favores, de clientelismo, de conflitos de interesses e, sobretudo, da corrupção.

De facto, segundo Fukuyama (2015, p. 391), um governo neopatrimonial tem a forma exterior de um Estado moderno - com constituição, presidente e primeiro-ministro, sistema judicial e pretensões de impessoalidade - mas o seu funcionamento continua a ser, no íntimo, a partilha dos recursos do Estado com familiares e amigos. Para Seibert (1998), a política em São Tomé e Príncipe está marcada por relações pessoais, e as ações dos atores políticos limitam-se somente às acusações de corrupção e má gestão aos seus adversários.

Segundo os participantes¹⁶⁷ raras vezes as prestações dos políticos no Governo vão no sentido de formular alternativas construtivas e viáveis para a governação do país. Muitos dos conflitos entre os políticos que provocam quedas dos Governos provêm da competição entre os políticos pelos fundos financeiros para melhorarem os seus rendimentos pessoais e para beneficiarem os seus amigos, familiares e elementos do partido. Encontramos a mesma situação na sociedade de Ostrogorski: os interesses político-partidários de âmbito privado sobrepunham-se, em todas as circunstâncias, aos interesses e bens públicos (Balão, 2001, p. 222).

¹⁶⁵ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

¹⁶⁶ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

¹⁶⁷ Ver resposta à pergunta nº 10: Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em São Tomé e Príncipe? Porquê?, nas pp. 266-268.

3.3. Avaliação da ação das elites partidárias

Quanto à pergunta sobre a ação política das elites são-tomenses, os participantes do grupo das elites referiram que as ações políticas das elites são-tomenses são “más” por várias razões.

Segundo o quadro 34, abaixo apresentado, sete (7) participantes do grupo das elites referiram que as ações política das elites são-tomenses são “más” e um (1) afirma que é péssima. A maioria dos jovens universitários (9) alega que as ações das elites políticas são péssimas e somente dois (2) que são más. Para os jovens comuns, quatro (4) afirmam que as ações são más e cinco (5) que são péssimas.

Quadro 35: Avaliação das ações política das elites são-tomenses

Elites												
	P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8		T otal		
Excelente										0		
Boa										0		
Má	x	x		x	x	x	x	x		7		
Péssima			x							1		
Sub total										8		
Jovens Universitários												
	P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Total
Excelente												0
Boa												0
Má					x		x					2
Péssima	x	x	x	x		x		x	x	x	x	9
Sub total											11	
Jovens comuns												
	P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28		Total	
Excelente											0	
Boa											0	
Má	x	x			x					x	4	
Péssima			x	x		x	x	x			5	
Sub total										9		
Soma total										28		

Fonte: Elaborado pelo autor

Para os participantes do grupo das elites¹⁶⁸, *em São Tomé e Príncipe, vive-se numa sociedade de improviso. As elites políticas agem em função dos seus interesses. O que se vê é uma resposta ao colega do partido e à família. A falta de ação está também relacionada com a incapacidade de executar os projetos. Existe uma elite política ignorante que se perdeu no*

¹⁶⁸ Ver resposta à pergunta nº 11: Como você vê a ação política das elites são-tomenses? Porquê?, nas pp. 268-269.

tempo. São elites vendedoras de sonhos que prometem ações, mas que no fim não passam de puros devaneios. Os políticos são-tomenses não tomam decisões, mas sim indecisões. Além disso, a maneira de pensar, de agir e a mentalidade, cada dia mais egoísta e mais individualista das elites políticas são-tomenses, conduzem a esta conclusão. Por mais que se procure as causas, chega-se à conclusão de que o problema está no homem e na mulher são-tomense que têm uma mentalidade individualista tão grande que torna mais evidente este gosto pelo poder com o objetivo de resolver os seus próprios problemas e não o problema do povo ou do país. A ação política tem, assim, uma configuração individualista e de interesses.

Os comportamentos políticos dessas elites são outra razão que não os ajuda a ter uma boa ação. De facto, a maneira como se comportam é perniciosa. Quase todos os políticos são falsos, o que cria um clima de incredibilidade generalizada. O interesse pessoal tem impedido a mobilização de capacidade para concretizar ações em prol da sociedade ou do país¹⁶⁹.

Para alguns dos participantes dos jovens universitários¹⁷⁰ a dificuldade reside na dificuldade dos partidos políticos definirem área concreta de ação. Existe muita falcaturia e conluio dentro dos partidos políticos. Há ainda muita intriga interna com objetivo de afastar o outro; existe compra de consciência mesmo dentro dos partidos políticos. As elites políticas fazem o que “lhes dá na cabeça”: há muitas dificuldades em definir projetos exequíveis, fazem tudo aleatoriamente e resolvem os problemas quotidianos sem propor uma estratégia. Há ainda a questão de como as elites aparecem no seio do partido político: surgem, na maioria das vezes, do seu exterior, sem saber quem são, só porque têm dinheiro. As eleições partidárias internas padecem de irregularidades na sua realização e há muitos membros que se sentem abafados.

Alguns participantes do grupo dos jovens elites¹⁷¹, são de opinião que a ação política das elites são-tomenses está minada pelo egocentrismo. É uma ação confusa, de intriga e de ataques diretos de um contra os outros, caracterizada de nepotismo. Comumente vê-se cada um a lutar para o seu lado, e, muito acentuadamente. Para além disso, as elites políticas não

¹⁶⁹ Ver resposta à pergunta nº 11: Como você vê a ação política das elites são-tomenses? Porquê?, nas pp. 268-269.

¹⁷⁰ Ver resposta à pergunta nº 11: Como você vê a ação política das elites são-tomenses? Porquê?, nas pp. 266-269.

¹⁷¹ Ver resposta à pergunta nº 11: Como você vê a ação política das elites são-tomenses? Porquê?, nas pp. 268-267.

sabem se organizar bem. É essa elite que continua a fazer pressão para que os outros não cheguem ao poder.

Para os participantes do grupo das elites¹⁷², a ação política das elites são-tomenses é uma ação passiva, sem comprometimento, sem espírito de missão. Não há quem tenha responsabilidade ou espírito da nação. Não se vê líderes com uma ação política forte. A capacidade de liderar é fraca, porque não têm uma visão estratégica ou um rumo consensual para serem atores principais nos atuais processos democráticos. O que está em causa é o desempenho porque, basicamente, há um problema de incompetência política na perspetiva de busca de defesa de valores e procura de consenso, de empatia para conseguir chegar ao resultado que se pretende.

A outra razão pela qual os jovens descrevem a ação política das elites são-tomenses como má é porque muitos dos políticos não foram formados ou preparados para desempenharem ou ocuparem esses cargos. Todo esse ambiente não ajuda a ter uma boa ação política¹⁷³.

Para os participantes do grupo das elites¹⁷⁴, as elites políticas têm pouca capacidade de concretizar ações em prol da sociedade, do Estado e do desenvolvimento socioeconómico. Há um fator a ter em conta que é a agenda internacional. Os políticos vão atrás de projetos e programas que estão na agenda internacional e como, por um lado, não dispõem de uma visão para o país e, por outro, não possuem a capacidade de empatia nem de liderança para convencer os outros, caem-se na inércia política. Mesmos os políticos que têm algumas ideias positivas não conseguem convencer os outros, os seus companheiros, os seus pares a participarem nessa luta a fim de concretizar ações em proveito do desenvolvimento socioeconómico do país.

Segundo os participantes do grupo das elites¹⁷⁵, outra razão da péssima ou má ação das elites políticas reside nas decisões que não espelham a vontade e o interesse da população. Simplesmente versam sobre uma ou outra pessoa da sua cor partidária ou familiar. O político que quer vencer as eleições sabe a que categoria de pessoas deve se dirigir:

¹⁷² Ver resposta à pergunta nº 11: Como você vê a ação política das elites são-tomenses? Porquê?, nas pp. 266-267.

¹⁷³ Ver resposta à pergunta nº 11: Como você vê a ação política das elites são-tomenses? Porquê?, na p. 289.

¹⁷⁴ Ver resposta à pergunta nº 11: Como você vê a ação política das elites são-tomenses? Porquê?, nas pp. 268-269.

¹⁷⁵ Ver resposta à pergunta nº 11: Como você vê a ação política das elites são-tomenses? Porquê?, nas pp. 268-269.

motoqueiros, palaiês, vendedores de rua, etc. Isto é, pessoas com necessidades financeiras e com mentalidade carente e limitada.

Para um participante do grupo de jovens universitários¹⁷⁶, *não é conveniente tratar todos os políticos da mesma maneira. Há alguns que tentam fazer alguma coisa, mas, infelizmente são neutralizados. Em contrapartida, o povo é também culpado porque não faz o seu papel, não se manifesta, não reclama, não pede contas e não crítica. Portanto, essa doença, essa inércia ou inação vem da sociedade e passa para as elites, porquanto os políticos aparecem da sociedade e como esta está doente, tem-se maus políticos.*

No cômputo geral, treze (13) participantes reconhecem que as ações políticas das elites são-tomenses são más e quinze (15) crêem que são péssimas.

3.4. Avaliação da confiança nas elites políticas

Como se nota no quadro 35 subsequente, para o grupo das Elites, todos os participantes (8) afirmam que os cidadãos desconfiam das elites políticas. De igual modo, Dez (10) participantes dos jovens universitários acham também que não há confiança nas elites políticas e um (1) é de opinião que há confiança nelas. Os nove (9) intervenientes dos jovens comuns partilham a opinião de que não há confiança nas elites políticas.

¹⁷⁶Ver resposta à pergunta nº 11: Como você vê a ação política das elites são-tomenses? Porquê?, p. 289.

Quadro 36: Apreciação da confiança ou desconfiança nas elites políticas

Elites												
			P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T otal	
Confiam											0	
Desconfiam			x	x	x	x	x	x	x	x	8	
Não sabe											0	
			Sub total								8	
Jovens Universitários												
	P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Total
Confiam									x			1
Desconfiam	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	10
Não sabe												0
	Sub total											11
Jovens comuns												
		P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Total	
Confiam											0	
Desconfiam		x	x	x	x	x	x	x	x	x	9	
Não sabe											0	
		Sub total									9	
		Soma total									28	

Fonte: Elaborado pelo autor

Da análise dos quadros 24 a 28, pode-se inferir que, de uma maneira geral, as instituições políticas estão em descrédito. Segundo o trabalho realizado no *focusgroup*, a perda da confiança aumentou o desinteresse pela política e diminuiu a participação em mobilizações e plataformas sociais. No total, vinte e sete (27) participantes desconfiam das elites políticas partidárias e só um (1) confia nas mesmas.

Segundo os participantes do *focusgroup*¹⁷⁷, *a descrença dos cidadãos nas instituições políticas tem várias causas. Primeiro, na falta de empatia das instituições com o cidadão, principalmente na desigualdade social e na má prestação dos serviços. Em seguida, deve-se à sensação de que a elite política vive num mundo à parte, que permite contornar as leis e as regras que os demais são obrigados a cumprir (é muito difícil acreditar que todos somos iguais perante a lei), muitos privilégios, passividade muito acentuada diante da corrupção, muito partidarismo nas nomeações e ocupação de cargos. E, por último, a excessiva confusão com o dinheiro das instituições públicas, ocupação dos políticos reputados de corruptos a altos cargos públicos, ineficiência dos líderes dos partidos para garantir as suas tarefas principais como a representação política e a seleção de pessoas adequadas para o exercício*

¹⁷⁷Ver resposta à pergunta nº 12: Na sua opinião, os cidadãos confiam ou desconfiam nas elites políticas partidárias? Porquê?, nas pp. 269-271.

do cargo, incapacidade para dar sentido à política e em apresentar projetos que permitam uma perspetiva de futuro e de cidadania. A resistência das próprias elites partidárias em reconhecer essa deterioração e ter um determinado comportamento é a pior consequência dessa má avaliação diante da população.

De acordo com os participantes¹⁷⁸ na sua grande maioria, exceto os que estão devidamente enquadrados num partido político, a multidão não sabe o que é um partido político e quais os seus objetivos. O problema tem a ver com a forma como o próprio partido político tem funcionado. No país, aqueles que estão envolvidos na política partidária vivem muitas situações caricatas. O povo usa e abusa dos líderes políticos, explorando-os e tirando proveito deles porque pensa que os líderes partidários estão cheios de dinheiro e têm mecanismos de enriquecimento falso. Esse parasitismo partidário não é só nos momentos das campanhas. É inclusive no espaço de uma eleição e em outras circunstâncias. É uma coisa permanente e constante. Abusam da imagem das elites políticas¹⁷⁹.

Para os participantes deste trabalho¹⁸⁰, em São Tomé e Príncipe não há referência política, isto é, político em quem se pode confiar. As pessoas não acreditam nas elites existentes. Não é só por uma questão de formação, de capacidade e de competência. Até uma certa altura, houve confiança. Todavia, essa confiança foi muito beliscada. De uma forma global, hoje, as pessoas pensam mais em si pois já não têm confiança em quase nenhuma elite política.

Segundo os participantes do grupo das elites¹⁸¹, a opinião dominante na sociedade são-tomense, é que existe uma espécie de esgotamento, cansaço, desconfiança generalizada, rejeição às elites políticas partidárias, devido à falta de compromisso com os verdadeiros interesses da sociedade. Não existe um comprometimento por parte das elites políticas com a causa nacional. Esta desconfiança deriva igualmente do questionamento do próprio sistema representativo, ou seja, da forma como é escolhida a representação política e a qualidade das pessoas que são eleitas.

¹⁷⁸Ver resposta à pergunta nº 12: Na sua opinião, os cidadãos confiam ou desconfiam nas elites políticas partidárias? Porquê?, nas pp. 269-271.

¹⁷⁹Ver resposta à pergunta nº 12: Na sua opinião, os cidadãos confiam ou desconfiam nas elites políticas partidárias? Porquê?, nas pp. 269-271.

¹⁸⁰Ver resposta à pergunta nº 12: Na sua opinião, os cidadãos confiam ou desconfiam nas elites políticas partidárias? Porquê?, nas pp. 269-271.

¹⁸¹Ver resposta à pergunta nº 12: Na sua opinião, os cidadãos confiam ou desconfiam nas elites políticas partidárias? Porquê?, nas pp. 269-271.

Conforme um dos participantes do *focusgroup* realizado¹⁸², *o grande problema é que os partidos políticos em São Tomé e Príncipe estão organizados para desempenharem o papel de promotores de união, de coesão e de democratização. Eles são um somatório de interesses individuais, muitas vezes com conflitos internos, para se apropriarem do poder como uma fonte de recurso. Isto significa dizer que, o poder e o recurso acabam por ser os fatores condicionantes de uma estratégia, de uma visão real da política.*

¹⁸²Ver resposta à pergunta nº 13: Para si, qual a importância dos partidos políticos na consolidação democrática em São Tomé e Príncipe?, nas pp. 269-271.

CAPÍTULO 4: ESTUDO DE CONCEÇÕES DOS PARTIDOS POLÍTICOS

4.1. Importância dos partidos políticos

Segundo os participantes no trabalho do *focusgroup* realizado¹⁸³, a fragilidade da democracia são-tomense seria ainda maior caso os partidos políticos não existissem. Pois, se assim fosse, a confusão seria maior, uma vez que, sem partidos políticos, as pessoas projetariam candidatos que não assumiriam institucionalmente uma bandeira, doutrina, ideologia ou programa. Por outras palavras, se com partidos políticos as coisas estão caóticas, sem eles seriam ainda pior. Por isso, o país carece de uma reforma política e educacional, pois um povo consciente da sua realidade social sabe lutar mais firmemente pelas suas necessidades, isto é, luta com menos carências de representações, quer partidárias ou de lideranças políticas. Um povo consciente exerce o seu poder e assume em plenitude a sua responsabilidade direta com o melhoramento da sociedade em que vive.

O estudo realizado neste *focusgroup*¹⁸⁴ mostra que na conceção dos são-tomenses *os partidos políticos são fundamentais, mas têm que aumentar as suas capacidades de organização, de maior adesão e melhor trabalho na sociedade para beneficiarem de uma superior credibilidade e maior confiança dos cidadãos. O que temos atualmente em São Tomé e Príncipe, a sua praxis democrática é o resultado do mudus faciendi dos partidos políticos, com maior ou menor solidez e fraqueza.*

Na opinião dos participantes do grupo das elites¹⁸⁵, *para a democracia são-tomense o partido político é importante e devia ser muito mais relevante. O grande desafio é saber até que ponto essa importância é expectável hoje na nossa realidade e se ela corresponde à verdade. Na observação feita, pode-se afiançar que não é real esta importância porque os partidos políticos não estão organizados ou não têm vindo a organizar-se para que cumpram o seu verdadeiro papel. Em São Tomé e Príncipe, o partido político não é um espaço identitário, ideologicamente estruturado, com uma visão que permitisse sustentar a pluralidade de opções e defender orientações estratégicas concretas em prol de uma nação que se projeta*

¹⁸³Ver resposta à pergunta nº 13: Para si, qual a importância dos partidos políticos na consolidação democrática em São Tomé e Príncipe?, na p. 271.

¹⁸⁴Ver resposta à pergunta nº 13: Para si, qual a importância dos partidos políticos na consolidação democrática em São Tomé e Príncipe?, na p. 271.

¹⁸⁵Ver resposta à pergunta nº 13: Para si, qual a importância dos partidos políticos na consolidação democrática em São Tomé e Príncipe?, na p. 271.

construir. O grande problema é, reiteramos, que o partido político não está organizado para desempenhar este papel. Isto na medida em que nenhum regime subsiste sem princípios doutrinários que o suportem.

Para os participantes do grupo das elites¹⁸⁶, os partidos políticos são elementos basilares da democracia porque permitem alternâncias partidárias e democráticas, constituem espaços de debate. Para o caso de São Tomé e Príncipe é preciso que eles se fortaleçam, que haja mais democracia interna e que os líderes dos partidos políticos sejam escolhidos entre aquelas pessoas da sociedade que sirvam de referência, em todos os aspetos.

Para haver democracia é preciso haver o multipartidarismo e os partidos políticos são condições sine qua non para que exista a democracia, afirmam os participantes do grupo das elites¹⁸⁷. Eles são importantes no processo da democratização do país porque são a sua base e o seu pilar. A questão que se pode levantar é como e o que fazer para que os partidos políticos funcionem em prol da democracia. No arquipélago de São Tomé e Príncipe, a democracia está doente porque os partidos políticos também estão doentes. Logo, é necessária uma melhor estruturação, funcionamento e transformação dos partidos políticos, a fim de transformarem dinamicamente a sociedade com a sua atuação. O que se nota nos partidos políticos são-tomenses é que, no seu interior, existe exclusão e há tendência para uns quererem dominar os outros. Há uma luta intrínseca entre os partidários de forma que não conseguem levar um verdadeiro exemplo para a sociedade. Tudo isso causa essa desestruturação.

Para os participantes do grupo das elites¹⁸⁸, os partidos políticos são essenciais para a consolidação da democracia mas é preciso que eles conheçam realmente os seus papéis e saibam como e o que devem fazer para melhorar as suas performances. Apesar da sua importância há um fator que enfraquece a ação dos partidos políticos: é a questão do financiamento. Quando um partido não tem dinheiro, perde a confiança do cidadão. Um outro fator a ter em conta é a ausência de trabalho intelectual. Hoje, por exemplo, convencer a população é “papo” (palavras vazias). Os intelectuais sabem que são palavreados mas o povo não sabe e é convencido facilmente. A confiança é depositada mais na capacidade que a

¹⁸⁶Ver resposta à pergunta nº 13: Para si, qual a importância dos partidos políticos na consolidação democrática em São Tomé e Príncipe?, na p. 271.

¹⁸⁷Ver resposta à pergunta nº 13: Para si, qual a importância dos partidos políticos na consolidação democrática em São Tomé e Príncipe?, na p. 271.

¹⁸⁸Ver resposta à pergunta nº 13: Para si, qual a importância dos partidos políticos na consolidação democrática em São Tomé e Príncipe?, na p. 271.

elite partidária tem de convencer e da sua capacidade financeira do que naquilo que os partidos políticos possam fazer.

De acordo com a opinião dos participantes do grupo das elites¹⁸⁹ é de extrema importância que haja partidos políticos, porque através deles o governo é fiscalizado, chamado a prestar contas, criticado e interpelado porque certas decisões, do país, tomadas pelo partido no poder devem ser censuradas. Os partidos políticos ajudam ainda a ter um olhar crítico sobre as ações do governo. É fundamental que haja partidos políticos para poder haver a consolidação da democracia e haver mais opções para o povo, no caso das eleições. Eles enriquecem a democracia e permitem ao povo o direito de haver o contraditório, de possuir mais opções e ao país de beneficiar de múltiplas ideias. Deste modo, para uma sociedade democrática, os partidos políticos são sempre mais uma ocasião de alternância e uma possibilidade de ter uma melhor liderança.

Para alguns jovens comuns¹⁹⁰, no caso nacional, os partidos políticos, na situação atual em que se encontram, não são importantes e não fazem grande diferença por várias razões. Primeiramente, porque hoje nenhum partido faz melhor do que outro. Todos estão na mesma situação no que concerne a desorganização e a falta de democracia interna. Em seguida, há muita submissão aos partidos políticos e, sobretudo, aos seus líderes que agem, alguns, como autênticos caudilhos. É muito difícil um cidadão independente candidatar-se e ganhar as eleições. Porque não cumprem a sua missão ou razão de ser, não desempenham o seu papel verdadeiro na sociedade que é de ser alternativa ao governo. Sem o cumprimento dos seus objetivos são prejudiciais para a democracia.

4.2. Principais papéis dos partidos políticos na democracia de São Tomé e Príncipe

Da análise feita dos focusgroups realizados¹⁹¹ sobre este assunto, os participantes do grupo das elites afirmam que os partidos políticos contribuem para fornecer à população oportunidades e alternativas e desempenham um importante papel na formação política e defesa dos ideais da democracia e do desenvolvimento, apesar da sua insipiência na

¹⁸⁹ Ver resposta à pergunta nº 13: Para si, qual a importância dos partidos políticos na consolidação democrática em São Tomé e Príncipe?, na p. 271.

¹⁹⁰ Ver resposta à pergunta nº 13: Para si, qual a importância dos partidos políticos na consolidação democrática em São Tomé e Príncipe?, na p. 271.

¹⁹¹ Ver respostas à pergunta nº 13: Para si, qual a importância dos partidos políticos na consolidação democrática em STP?, pp. 291.

democracia são-tomense. Eles podem mostrar ao eleitorado as opções políticas possíveis e têm uma grande responsabilidade na seleção dos representantes e organização do processo eleitoral.

Para os participantes do grupo das elites ¹⁹², *os partidos políticos são ferramentas importantes para o cidadão exercer a cidadania e assim assegurar a verdadeira democracia no país. É ainda considerado um agente de interação entre a sociedade e o Estado. Os interesses do povo ganham visibilidade pelo compromisso responsável e representativo do partido político. Com a existência de partido político, haverá oposição ou seja, discussão positiva em prol do desenvolvimento social. É lá onde cada cidadão deve discutir, debater, criticar, defender, combater e apresentar ideias e propostas para a evolução económica, social, cultural e política, visando o bem comum.*

Segundo os participantes neste estudo ¹⁹³, *o objetivo de um partido político, em regime democrático, é conquistar o poder para promover o desenvolvimento económico, social e cultural da nação. Qualquer partido político luta para alcançar o poder na base de uma única visão: consubstanciar um programa para o desenvolvimento do país, consolidar as instituições e democratizá-las.* Da análise feita do quadro 37, resulta que, para o grupo das Elites, seis (6) participantes defendem que o principal papel que desempenha um partido político é a consolidação da democracia e dois (2) que é lutar pelo poder.

Entre os jovens universitários, as opiniões variam: dois (2) afirmam que o principal papel que desempenha um partido político é o de consolidar a democracia; três (3) jovens afirmam que o principal papel que desempenha um partido político é lutar pelo poder e quatro (4) deles dizem que o principal papel que desempenha um partido político é de enriquecer mais os seus presidentes. Os jovens comuns, unanimemente afirmam que o principal papel que os partidos políticos desempenham é para consolidar a democracia.

Segundo os resultados do quadro 37, dezanove (19) participantes declaram que o principal papel que os partidos políticos desempenham é de consolidar a democracia; cinco (5) pensam que é para lutar pelo poder e quatro (4) reconhecem que é para enriquecer os seus presidentes. É de salientar que este último pensamento sai do grupo dos jovens universitários.

¹⁹² Ver respostas à pergunta nº 13: Para si, qual a importância dos partidos políticos na consolidação democrática em STP?, pp. 291.

¹⁹³ Ver respostas à pergunta nº 13: Para si, qual a importância dos partidos políticos na consolidação democrática em STP?, p. 291.

Quadro 37: Os principais papéis do partido político

Elites												
				P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T total
Consolidar a democracia				x	x		x	x		x	x	6
Lutar pelo poder						x			x			2
Enriquecer mais os seus presidentes												0
				Sub total								8
Jovens Universitários												
	P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Total
Consolidar a democracia	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	11
Lutar pelo poder												
Enriquecer mais os seus presidentes												0
	Sub total											11
Jovens comuns												
	P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Total		
Consolidar a democracia		x							x	2		
Lutar pelo poder			x	x		x				3		
Enriquecer mais os seus presidentes	x				x		x	x		4		
	Sub total											9
	Soma total											28

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com os resultados do *focusgroup*¹⁹⁴ realizado, um partido político deve desempenhar três principais papéis: em primeiro lugar, apresentar uma alternativa de entre um conjunto de outras alternativas que permita configurar estratégias e soluções para superar e consolidar o crescimento; em segundo lugar, lançar uma ponte de reflexão consensual sobre estas mesmas alternativas, porque sozinho provavelmente não conseguirá atingir esse objetivo e, em terceiro lugar, não basta ter o poder, uma vez que ao se apropriar dele, pode cavar a sua própria sepultura, caso não tiver consistência e base suficiente para garantir a sua própria consolidação e criar estruturas de legitimidade desse poder e do seu exercício. Nesta ótica, nenhum partido político consegue resolver o problema de São Tomé e Príncipe se não tiver uma estratégia, se não reunir consenso e se não conseguir estruturar uma fonte de legitimidade que lhe permita superar, de forma progressiva, as dificuldades inerentes à sua própria vocação.

¹⁹⁴ Ver resposta à pergunta nº 13: Na sua opinião, quais são os principais papéis que desempenham os partidos políticos no desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe?, p. 271.

Na ótica dos participantes neste trabalho¹⁹⁵, *se enquadrarmos os partidos políticos na cena política nacional, podemos dizer que apesar das fraquezas que eles apresentam, são ainda um órgão de controlo, de vigilância, de ajuda à união e coesão para o desenvolvimento do país. Embora haja o abuso de poder, o partido do governo sabe que existe oposição. No nosso país os partidos políticos deviam desempenhar um papel de pacificação, de responsabilidade pela elaboração de um programa para o desenvolvimento, por haver uma estratégia conducente à isso e prever também a execução e implementação da mesma por eles próprios e por todos os cidadãos. Qualquer que seja a situação em que estiver o partido político, ele tem o papel fundamental de planificar, implementar e fiscalizar.*

Um outro papel que desempenham é o de consolidar a democracia porque *oferecem sempre alternativas, procurando projetos, opiniões, debates e só com a democracia podem existir. Também devem mobilizar pessoas, formá-las, nomeadamente, aquelas que estão mais próximas (militantes e simpatizantes), orientá-las e dirigi-las para a ação e os objetivos que se pretendem. Deviam garantir a legalidade democrática, traçar políticas desenvolvimentista, fazer oposição ao governo, garantir o direito e a liberdade dos cidadãos*¹⁹⁶.

Segundo o quadro 37, quatro dos participantes no grupo dos jovens universitários são de opinião que o principal papel a desempenhar por um partido político *seria enriquecer não só o seu presidente mas também todo o seu elenco. Esta ideia surge porque quando um partido político sobe ao poder, todo o seu elenco começa a ter novos carros e a pintar e construir casas. Nesta perspetiva, o seu principal papel, no nosso seio, é a luta pelo poder numa tentativa de consolidar não a democracia mas o poder e depois proporcionar riqueza ao seu presidente. Por isso, pode se afirmar que, em São Tomé e Príncipe, os partidos políticos não estão a fazer nada para o desenvolvimento socioeconómico do país*¹⁹⁷.

Conforme o estudo realizado para este trabalho¹⁹⁸, em São Tomé e Príncipe, *o papel dos partidos políticos está, hoje, comprometido na sua função de agregação de interesses, pela*

¹⁹⁵ Ver resposta à pergunta nº 13: Na sua opinião, quais são os principais papéis que desempenham os partidos políticos no desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe?, nas pp. 271; 290; 304-305.

¹⁹⁶ Ver resposta à pergunta nº 13: Na sua opinião, quais são os principais papéis que desempenham os partidos políticos no desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe?, nas pp. 271; 290; 304-305.

¹⁹⁷ Ver resposta à pergunta nº 13: Na sua opinião, quais são os principais papéis que desempenham os partidos políticos no desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe?, pp. 291.

¹⁹⁸ Ver resposta à pergunta nº 13: Na sua opinião, quais são os principais papéis que desempenham os partidos políticos no desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe?, nas pp. 271-272.

insuficiência da consolidação democrática interna, pela incapacidade dos seus líderes partidários e pela falta de cultura política democrática dos seus dirigentes.

4.3. Análise do desempenho das elites partidárias

Os resultados da análise do quadro 38, mostram que para o grupo das elites a maioria dos participantes (7) é de opinião que o desempenho das elites partidárias é razoável e um (1) acha que é mau. Dentre os jovens universitários, a maioria, oito (8), é de opinião que o desempenho das elites partidárias é mau e três (3) dizem ser razoável. Cinco (5) intervenientes dos jovens comuns, dizem que o desempenho das elites partidárias é razoável e quatro (4) que é mau.

Quadro 38: Apreciação do desempenho das elites partidárias

Elites												
	P 1	P2	P3	P 4	P5	P 6	P7	P8	T otal			
Muito bom									0			
Bom									0			
Razoável	x	x		x	x	x	x	x	7			
Mau			x						1			
Para fazer confusão na democracia									0			
Sub total									8			
Jovens Universitários												
	P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	Total
Muito bom												0
Bom												0
Razoável	x			x					x			3
Mau		x	x		x	x	x	x		x	x	8
Para fazer confusão na democracia												0
Sub total												11
Jovens comuns												
	P20	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	Total		
Muito bom										0		
Bom										0		
Razoável	x	x			x			x	x	5		
Mau			x	x		x	x			4		
Para fazer confusão na democracia										0		
Sub-total										9		
Total										28		

Fonte: Elaborado pelo autor

Segundo os participantes do trabalho realizado¹⁹⁹, *constata-se que as elites políticas não desempenham as funções pelas quais foram votadas, mas que as suas ações são para responder aos objetivos dos seus próprios partidos ou dos seus interesses pessoais. Na sociedade são-tomense, as elites precisam de posicionar-se como referência. Para além disso, no seu seio não existe um plano de trabalho, em termos de programa estrutural de estratégia, que possibilite consolidar uma verdadeira base de consensos a nível do país. É importante ainda adestrar a possibilidade de se começar uma reflexão ou de criar um espaço de debate a nível do partido e com ele sustentar uma opinião pública a nível da sociedade civil mais abrangente.*

Segundo Nascimento, (2018, p. 72),

com a progressiva fulanização da política, o dinheiro insinua -se e substitui-se ao saber e ao debate das ideias políticas. As hipóteses de uma inflexão desta trajectória, conducente, por exemplo, à construção de um espaço público são escassas porque, dada a fulanização da política, não sobra espaço para a incorporação nem de novos actores, nem do saber, mau grado os recentes avanços na qualificação de parte dos jovens são-tomenses e na acessibilidade a plataformas de informação e de opinião.

Uma outra razão pelo desempenho negativo dessas elites é que os partidos políticos existentes não são instituições organizadas e profissionalizadas, ficam fechados em si e só se sabe que existem no momento da campanha. Neste sentido, o seu fraco desempenho é caracterizado, segundo a pesquisa realizada, pela falta de meios para sustentar uma máquina partidária que é tida hoje como o provedor de tudo. Assim, quando se faz uma análise das estruturas políticas da sociedade são-tomense, o que se constata é que os partidos carecem de meios políticos e financeiros para assegurar a transformação de uma máquina política. Os partidos políticos são-tomenses não têm empresa ou fonte de rendimento financeiro²⁰⁰.

Para os participantes do *focusgroup* realizado²⁰¹, *uma nova razão para o mau desempenho das elites políticas é a falta de uma formação política e “daquele bichinho político”²⁰², com rigor científico que possa denunciar os vários momentos políticos que persistem enraizados na mentalidade do povo e da própria elite são-tomense.*

¹⁹⁹ Ver resposta à pergunta nº 15: Que apreciação faz do desempenho das elites partidárias? Porquê?, nas pp. 273-275.

²⁰⁰ Ver resposta à pergunta nº 15: Que apreciação faz do desempenho das elites partidárias? Porquê?, nas pp. 273-275.

²⁰¹ Ver resposta à pergunta nº 15: Que apreciação faz do desempenho das elites partidárias? Porquê?, nas pp. 273-275.

²⁰² Por bichinho político aqui entende-se a intuição, a capacidade e o sentido político que ainda falta nas elites partidárias são-tomenses.

*Uma outra razão prende-se com a perniciosa inoperância dos Tribunais que se furtam, por conivência, ao dever de exigir uma efetiva e real prestação de contas aos partidos e aos candidatos às eleições, após os escrutínios, como a lei exige que se faça*²⁰³.

*Há um outro problema que é o da sustentabilidade partidária. Neste aspeto nota-se a inexistência duma lei do financiamento dos partidos políticos com o seu consequente cumprimento rigoroso. Somos um povo de fraco espírito associativo, individualista e esse comportamento reflete-se nas nossas ações, no nosso modus vivendi e modus operandi que se extrapola em espiral da família para o bairro, deste para a freguesia e desta para os distritos e para o país*²⁰⁴.

Conclui-se que quinze (15) participantes ajuízam de razoável o desempenho das elites partidárias e treze (13) declaram que este desempenho é mau por razões acima referenciadas.

Na sua mensagem de Ano Novo, o ex Presidente da República Manuel Pinto da Costa (2013, p. 2), sintetizou a situação do país:

A questão da estabilidade política continua a ser fundamental para que se cumpram as legítimas aspirações e expectativas do nosso povo em nome do qual é exercido o poder político e que continua ano após ano a esperar pacientemente pela melhoria das suas condições de vida em concreto. Povo que assiste com muita paciência e, muitas vezes, com dificuldade para compreender ou mesmo aceitar uma certa forma de fazer política, assente sobretudo, em meras táticas partidárias e interesses pessoais de uma certa classe política, quase exclusivamente virada sobre si mesma. Povo, que continua a ver o país a marcar passo, à espera do progresso tantas vezes prometido e tantas vezes adiado, o que tem minado a confiança nos partidos políticos enquanto pilares essenciais da democracia. A política e, sobretudo, os partidos não podem ser apenas um meio para privilegiar direitos de alguns em detrimento dos direitos de todos.

4.4. Conclusões e resultados dos focugroups

Nesta segunda parte a nossa análise incidiu-se particularmente sobre a análise e discussão dos resultados obtidos nos onze *focusgroups* realizados com os participantes dos Distrito de Água Grande.

²⁰³ Ver resposta à pergunta nº 15: Que apreciação faz do desempenho das elites partidárias? Porquê?, nas pp. 273-275.

²⁰⁴ Ver resposta à pergunta nº 15: Que apreciação faz do desempenho das elites partidárias? Porquê?, nas pp. 273-275.

Os resultados dos *focusgroups* realizados nesta investigação referem que constata-se que existem várias complexidades na sociedade são-tomense. A seguir apontamos os principais resultados alcançados.

No Distrito de Agua Grande nota-se os traços dos três tipos da cultura política apresentada pelo Almond e Verba: paroquial, sujeição e participativa, com traços de cultura assertiva, de acordo com ideia de Dalton e Wezel. Todavia, observa-se a predominância da cultura política de sujeição, com traços de cultura assertiva, principalmente, da parte dos jovens.

Nos traços da cultura política paroquial, notou-se que o estudo feito com os participantes dos *focusgroups* resulta que os são-tomenses do Distrito de Água Grande têm um grande interesse pela política. Todavia, os dirigentes não revelam sentido de competência política e os desempenhos das elites políticas não transmitem confiança aos cidadãos.

Quanto ao traço da cultura política de sujeição verificou-se que há uma reduzida influência dos cidadãos na decisão política e é uma minoria, as elites políticas, que rege e coordena os interesses e a vida política, económica e social dos são-tomenses. A política é norteadada pelo familiarismo, nepotismo, partidarismo... Faltam instituições fortes e democráticas. A pesquisa revela ainda pouca confiança dos são-tomenses nas instituições políticas: Poderes políticos, Parlamento, Comunicação social e Tribunais, como demonstram os quadros 15 a 19.

O estudo feito manifesta a anuência dos são-tomenses do Distrito de Água Grande ao regime político democrático. Porém é ainda fraco o equilíbrio entre esta anuência à democracia política e a satisfação com a resolução de necessidades dos cidadãos pelo regime político. Os são-tomenses preferem o regime democrático a outros regimes (ver os quadros 22 e 23) apesar de reinar o perigo eminente para a democracia (ver o quadro 34, na p. 172).

Os resultados dos *focusgroups* realizados indicam que os são-tomenses do Distrito de Água Grande interessam-se pela política apesar de muitos acreditarem que ela é feita para o interesse próprio, provocando um grande descrédito nos políticos, nas suas acções e nos seus desempenhos. Os participantes nesta investigação referem que as elites políticas ainda não apresentaram uma visão estratégica que possa ser adotada como instrumento condutor para o desenvolvimento sustentável do país. Além disso, os atores políticos, não estão preparados, o que conduz a um grande descrédito e a banalização da política e dos políticos em geral. Nota-se a ausência dos pilares da democracia como articulação entre instituições políticas,

judiciárias, oposição crítica e interesses económicos. Isso bota-se nas inúmeras quedas de governos e a consequente instabilidade política, conforme o quadro 1.

Sobre a democracia em São Tomé e Príncipe, os resultados da investigação confirmam-na como o melhor regime para governar o país, visto que os cidadãos não estão dispostos a dispensá-la, enquanto forma de organização social e de interação societária. Porém, a democracia precisa ser consolidada pois com ela coexiste uma parte significativa de atitudes e comportamentos antidemocráticos, tanto da parte das elites políticas como da parte dos cidadãos. Não há confiança nas principais instituições democráticas e nas elites políticas, originado de uma compreensão da democracia incutida pela tradição africana e pela cultura são-tomense. O estudo mostra que, de acordo com os participantes do Distrito de Água Grande, há perigo para a democracia em São Tomé e Príncipe.

Segundo a avaliação dos *focusgroups* realizados, os partidos políticos não têm desempenhado a sua função de agregação de interesses dos aos e do país. Nota-se insuficiência na consolidação democrática no seio dos partidos políticos são-tomense, divisão interna e falta de cultura política democrática dos seus dirigentes. Isso tudo faz com que os cidadãos tenham uma grande descrença e desconfiança nos partidos políticos e nos seus dirigentes.

CONCLUSÃO

Tendo em conta o contexto descrito no enquadramento, nesta tese, tomou-se como pergunta de partida: qual é o tipo da cultura política predominante em São Tomé e Príncipe? Verificou-se que o tipo da cultura política predominante na sociedade são-tomense, no Distrito de Água Grande, é a cultura política de sujeição.

O objetivo geral foi o de identificar e analisar o tipo da cultura política predominante em São Tomé e Príncipe, e investigar se a abertura democrática gerou bases para o desenvolvimento de uma cultura política participativa e democrática. À luz dos modelos de Almond e Verba (1963), e de Dalton e Wezel (2013), este estudo indica que em São Tomé e Príncipe, no Distrito de Água Grande, encontram-se os três tipos da cultura política apresentados por Almond e Verba: paroquial, sujeição e participativa, com traços de cultura assertiva, na aceção de Dalton e Wezel. Todavia, conclui-se que há predominância da cultura política de sujeição e que a abertura democrática não gerou bases para o desenvolvimento de uma cultura política participativa e democrática. Consideramos que esta tendência deve ser validada pelos ulteriores estudos, visto este ser um estudo exploratório.

No que se refere à cultura paroquial, e de acordo com a avaliação feita pelos *focusgroups*, verificou-se que apesar dos são-tomenses do Distrito de Água Grande terem um grande interesse pela política, não se preocupam muito com o poder nacional; não se interessam pelos assuntos políticos a nível nacional; não revelam sentido de competência política, há pouca discussão sobre os assuntos políticos e há pouca participação na política, e as ações e os desempenhos das elites políticas não transmitem confiança aos cidadãos.

No que diz respeito à cultura política de sujeição constatou-se que há uma reduzida influência dos cidadãos na decisão política e é uma minoria, as elites, que rege e coordena os interesses da maioria e a vida política, económica e social dos são-tomenses. Os cidadãos são vistos mais como sujeitos do que como participantes no sistema político, pois têm a perceção de não conseguir interferir nas decisões políticas do país. Um outro aspecto que esta pesquisa revela é a pouca confiança de uma parte dos são-tomenses do Distrito de Água Grande nas instituições políticas, nos partidos políticos e na classe política. Nem sempre os cidadãos fazem uso dos instrumentos de participação que têm, existindo assim tendência para o conformismo e para a apatia.

No respeitante à cultura política participativa ou democrática, interessa salientar que, de acordo com o estudo feito, que embora os são-tomenses do Distrito de Água Grande tenham manifestado a sua aquiescência em relação ao regime político democrático, o equilíbrio entre esta anuência à democracia política e a satisfação com os resultados políticos, é frágil. Apesar da preferência dos grupos estudados pela democracia, esta não tem apresentado os contornos políticos previstos.

Novos motivos e problemas começaram a colocar-se, sobretudo na maneira como atualmente os cidadãos do Distrito de Água Grande integram-se, percecionam e participam na política. Os resultados do estudo revelam uma atitude mais assertiva por parte dos jovens. Alguns chegam a defender que o exército podia assumir o governo quando este é incompetente. Nota-se também, de uma forma geral, que os jovens são mais inconformados. A maioria acha mau o desempenho das elites partidárias e manifestam pouca ou nenhuma confiança nas instituições políticas; todos desconfiam das elites políticas e acham que as suas ações são más.

Tendo em conta os objectivos específicos projetados nesta tese expomos, abaixo, os seguintes desfechos:

1 – A cultura política são-tomense foi influenciada pelos fatores culturais e históricos enraizados. Estes fatores, como a colonização e o regime do partido único, influenciaram, em grande medida, a maneira de viver o tempo da democracia, iniciado na Segunda República, em 1990. Ao longo deste tempo, os são-tomenses imbuíram-se de um sistema de política de passividade, de sujeição e de autoritarismo.

Atualmente, em São Tomé e Príncipe, no Distrito de Água Grande, apesar da existência dos traços das culturas políticas apresentados por Almond e Verba (1963), e Dalton e Wezel (2013), nota-se a predominância da cultura política de sujeição, verifica-se ainda, de acordo com o estudo realizado, a predominância de uma cultura política excessivamente inclinada para o interesse individual, em detrimento do interesse coletivo, do bem comum e da inovação social.

Conclui-se que os são-tomenses entraram para o multipartidarismo de forma não amadurecida e o que se verifica é a instalação de uma cultura política de sujeição, com traços de cultura assertiva, principalmente, da parte dos jovens. Não se verificou, neste estudo, a emergência de uma caminhada sustentada, para o tipo de cultura política democrática. Em relação aos

poderes locais, e a um tipo de vivência social e política próxima e dependente das lideranças económicas locais, mais do que nacionais, encontram-se ainda traços de cultura política paroquial, na sociedade são-tomense, tal como revisto no estudo efetuado.

2 - Os resultados sugerem que os cidadãos do Distrito de Água Grande não estão dispostos a dispensar a democracia, enquanto forma de organização social e de interação societária. Contudo, ela ainda não se encontra consolidada ao ponto dos cidadãos a verem como um modo ou forma natural de vida. Juntamente com ela, coabitam uma parte significativa de atitudes e comportamentos não democráticos, tanto da parte das elites políticas como da parte dos cidadãos que, longe de a porem em causa, impedem a sua consolidação, isto é, o seu aprofundamento.

Verifica-se a falta de confiança nas principais instituições democráticas e nas elites políticas, derivadas de uma concepção da democracia influenciada pela tradição africana e pela cultura são-tomense. O amadurecimento democrático é um processo que deve ser analisado do ponto de vista institucional, cultural, onde se destaca a cultura política como elemento crucial ao seu estudo.

3 - Em São Tomé e Príncipe, um país de pequena dimensão, existem atualmente 19 partidos políticos e, segundo a avaliação dos *focusgroups* realizados, estes não têm desempenhado com o seu papel de pilar da democracia e do desenvolvimento socioeconómico do país, da sua função de representação do interesse da população. Há insuficiência democrática e incapacidade dos líderes partidários aliada a falta de cultura política democrática dos seus dirigentes.

Sendo importantes, no sentido que permitem sustentar a pluralidade de opções, os partidos políticos defendem que as orientações estratégicas são elementos basilares da democracia. Através deles, o governo é fiscalizado, chamado a prestar contas, criticado e interpelado. O grande desafio que se coloca aos partidos políticos são-tomenses é saber até que ponto essa importância é expectável atualmente na realidade são-tomense e se ela corresponde à expectativa dos cidadãos. Na observação feita, verificou-se que não é real esta importância, porque os partidos políticos não estão organizados para desempenhar o papel de impulsionador do desenvolvimento socioeconómico e democrático do país.

A avaliação dos entrevistados salienta ainda que os partidos políticos não têm desempenhado com eficácia o seu papel de alternativa de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e

Príncipe, de ser o lugar e o espaço onde cada cidadão deve discutir, debater, criticar, defender, combater e apresentar ideias e propostas para a evolução económica, social, cultural e política do país. Em suma, os partidos políticos não têm sido condição *sine qua non* para que exista a democracia e não constituem ferramentas adequadas para que o cidadão exerça a cidadania. Por isso, há uma grande descrença e desconfiança nos partidos políticos e nos seus dirigentes.

4 – Os resultados mostram também que há interesse pela política, apesar de muitos cidadãos do Distrito de Água Grande não acreditarem nos políticos. Não existe um planeamento político gerador de consensos. As elites políticas não conseguem apresentar uma visão estratégica que possa ser adotada como instrumento reitor. Além disso, na política são-tomense perdura o tráfico de influências e as agendas individuais. Existe um grande vazio na preparação dos atores políticos, o que conduz a um grande descrédito e a banalização da política e dos políticos em geral.

5 – Segundo este estudo, e a sua componente empírica, os cidadãos do Distrito de Água Grande têm uma experiência limitada de participação política, pois um dos principais problemas é a fraca participação cívica pelo fato de os cidadãos não se auto responsabilizarem pelo seu papel na sociedade e pelo seu próprio futuro, de não conseguirem exprimir, de forma organizada e bem estruturada, as suas ideias e haver uma enorme incapacidade de o cidadão elaborar críticas construtivas.

A participação dos cidadãos no processo político, a sua capacidade de influenciar a formulação das políticas públicas, a abertura do governo às demandas da população e a transparência com que o governo trata dos assuntos públicos são indicadores da qualidade da democracia. O estudo realizado indicia que a participação dos cidadãos e da sociedade civil em São Tomé e Príncipe ainda está numa fase incipiente. O voto é uma das formas que os são-tomenses têm para demonstrarem a sua participação na vida política do país.

Pistas de investigação futura

A nível de sugestões para trabalhos futuros, espera-se que este contributo possa ser útil, a fim de se refletir sobre soluções exequíveis para o desenvolvimento socioeconómico e político são-tomense. Um trabalho com esta importância patenteará, normalmente, outras leituras e perspetivas de análise, pelo que jamais se considera concluído.

A fim de conferir maior sustentabilidade ao tema e ao assunto tratados propõe-se ainda que, no processo de elaboração de outras investigações sejam tidas em conta outras técnicas na medida, sobretudo de carácter extensivo, como os inquéritos de opinião, que poderão servir como uma contribuição adicional para o melhor conhecimento, e consequentemente, contribuir para o melhor desenvolvimento social, cultural e económico do arquipélago de São Tomé e Príncipe.

Referências bibliográficas

- ACEMOGLU, D. Johnson, S. Robinson, J.A. (2001). “The colonial origins of comparative development. An empirical investigation”. *American Economic Review*, vol. 91, nº5.
- AAKER, D. A. (2001). *Strategic Market Management*. United States: Paperback.
- ABREU, R. (2013). *Instabilidade política ameaça São Tomé e Príncipe*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt>. Obtido em : 19.10.2017.
- AFDB, O. U. (2012). *STP. Perspetivas Económicas em África*. São Tomé.
- AFRICA 21 DIGITAL, (2019). *(FMI alerta que a dívida pública de São Tomé é “grave” e exige medidas “muito difíceis”*. In: <https://africa21digital.com>. obtido em 28.6.2019
- AGUIAR, A. (2013). *São Tomé e Príncipe: O Terceiro Ciclo Económico in Olhares Cruzados sobre a Economia de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições Colibri.
- ÁGUILA, R. D. (2004). La participación política como generadora de educación cívica y gobernabilidad. *Revista Iberoamericana de Educación*, número 12. Disponível em: <http://www.oei.es/historico/oeivirt/rie12a02.htm>. Obtido em: 16.09.2017.
- ALBUQUERQUE, A. (julho/dezembro de 2010). Direito ao desenvolvimento político: a democracia como conditio sine qua non. *Revista Direito e Desenvolvimento* , 1, n. 2 pp. 9-21. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/145/128>. Obtido em: 18.08.2017.
- ALCANTARA, M. (2008). Luces y sombras de la calidad de la democracia. *Revista de Derecho Electoral*, San José de Costa Rica, n. 6, pp. 1-15.
- ALESINA, A.; SULE, O.; NOURIEL, R. P. S. (1992), Political Instability and Economic Growth, Working Paper No. 4173 pp: 1-35 Disponível em: http://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/4553024/alesina_instabilitygrowth.pdf?sequence=2. Obtido em: 12.10.2018.
- ALMOND, G. A. & VERBA, S. (1963). *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press.
- ALMOND, G. A. & VERBA, S. (1989). *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press.
- ANDRADE, M. M. de (2001). *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 5 ed. São Paulo: Atlas.
- ANSTP. (1990), *Constituição da Política de STP*. São Tomé
- ANTUNES, M. (1984). Elites, in *Enciclopédia Luso - Brasileiro de Cultura*, nº 7. Lisboa: Verbo.

ARAÚJO, R. C. (2000). *Os Sistemas de Governo de transição democrática nos P.A.L.O.P.* Coimbra Editora.

ARON, R. (1972). *Études politiques*. Paris: Gallimard.

AVRITZER, L. (1995). *Cultura Política, Atores Sociais e Democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia*. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_09.htm. Obtido em 15 de 05 de 2015.

BAD. (2010). *Estudos sobre a Insularidade e Custos da Insularidade em STP*. Lisboa: BAD.

BAGEHOT, W. (1955). *The English Constitution*. London: Oxford University Press.

BALÃO, S. R. (2001). *A Fórmula do Poder. Elite, Partidos, Democracia e Corrupção política no pensamento de Mosei Ostrogorski*. Lisboa: ISCSP.

BALÃO, S. Rodrigues (January 2011). Globalização, geopolítica da UE e regiões ultraperiféricas (ram): poder, segurança e global commons. In *As ilhas e a Europa, a Europa das ilhas*. Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 343-371. Disponível em: <https://www.academia.edu/16060099>. Obtido em: 24.09.2018.

BANDEIRA, O. & LEVY, G. (2011). *Diversity and power of the elites in democratic societies: evidence from Indonesia*. *Journal of Public Economics*, 95(11-12): 1322-30. <http://dx.doi.org/10.1016/>, Obetido em 14.10.2016.

BAKARY, T. D. (1990). *Les Elites Africaines au Pouvoir (problématique, méthodologie, état des travaux)*. Bibliographie du Centre d'Etude d'Afrique Noir, No.2/3.

BAQUERO, M. (2001). *Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo Perspec. 2001, vol.15, n.4, pp.98-104. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-88392001000400011&script=sci_abstract. Obtido em 18.11.2018.

BAQUERO, M. (2000). *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BAQUERO, M. (2003). *Cultura política, democracia e capital social*. *Revista de Sociologia e política*, Curitiba: UFPR, pp. 7-11. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a02n21.pdf>. Obtido em: 16.09.2017.

BAQUERO, M. (Novembro de 2008). *Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil*. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 2, pp. 380-413. Disponível em : <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641298/8804>. Obtido em: 16.09.2017.

BAQUERO, M. R. & LINHARES, B. F.- (jan.-jun de 2011). Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti)partidária e possíveis saídas. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.5, n.1, pp. 89-114. Disponível em : <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/20058/12123>. Obtido em: 16.09.2017.

BAQUERO, M. R. & PRÁ, J.(1992). *Cultura Política e Cidadania no Brasil: Uma Análise Longitudinal*. Estudos Leopoldenses, 28 (129-30), pp. 87-110.

BARBER, B.(1984). *Strong Democracy – Participatory Politics for a New Age*, Berkeley, University of California Press.

BARBOSA, J. G. (2001). *Políticas Públicas e Estratégia de desenvolvimento para STP. Tese de mestrado em Gestão e Estratégia Industrial*. Lisboa: UTL.

BAYARD, J-F. (1989). *L'Etat en Afrique: la politique du ventre*, Paris: Fayard.

BARDIN, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70, LDA.

BCSTP. (2015). *Relatório Anual da Economia são-tomense*. São Tomé.

BELCHIOR, A. M. (2010). *Democracia e Representação Partidária: A Elite Parlamentar e os Cidadãos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

BESSA, A. M. (1993). *Quem Governa? Uma análise histórico-política do tema da elite*. Lisboa: ISCSP.

BLANCHET, G. (1983). *Elites et changements en Afrique et au Senegal*, Paris, Orstom.

BLAUG, M. (1975). *Introdução à Economia da Educação*. Porto Alegre: Editora Globo.

BOA MORTE, W., (25 Ago 2010). *O desafio que se impõe para o futuro de STP*. Tela Non: <http://www.telanon.info>. Obtido em 14 de 10 de 2017.

BOBBIO, N. (1986). *Estado, Governo, Sociedade. Para uma teoria geral da política*, Edição Paz e Terra.

BOBBIO, N. (2004). *A era dos Direitos*. São Paulo: Paz e Terra.

BONAVIDES, P. (2000). *Ciência Política*. Brasil: Malheiros editoras.

BOURDIEU, P. (2004). *A Representação Política: elementos para uma teoria do campo político*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRAGA DA CRUZ, M. (1988), “*O Partido e o Estado no Salazarismo*”. Lisboa: Presença. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000400003#back00. Obtido em 20.10.16.

BRAGA DA CRUZ, M. (2008). *Teorias Sociológicas “Os Fundadores e os Clássicos”*. Fundação Calouste Gulbenkian.

BRAGANÇA, A. (2012). Identidade, cultura e santomensidade. Disponível em: Tela Non: <http://www.telanon.info>. Obtido em 19.10.2019.

BRANCO, M. C. (sd) Desenvolvimento, Sudsenvolvimento e Democracia em África. (pp. 75-97). Évora: Univerdidade de Évora. Disponível em: www.ela.uevora.pt/ELA_SPlenaria_05.pdf.

BRANCO, A. L. V. (2014). O papel dos partidos políticos no Estado democrático brasileiro, Revista eletrônica. TSE, n. 6, ano 3.

BRATTON, M, & NICOLAS van de W. (1998), *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective*, Cambridge: Cambridge University Press.

BRINT, M. (1991) *A Genealogy o f Political Culture*. Boulder, Westview Press.

BRITO, J. F. (2015). *Determinantes do Crescimento Económico: Uma Aplicação a Países Pequenos, com Especial Referência para Cabo Verde*. Obtido em 2 de Setembro de 2018, de portaldoconhecimento.gov.cv.

BROTTO, M. E. Cultura Política: críticas, expressões e influências. *Revista Comunigranrio*. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/comunigranrio/article/viewFile/701/556>>. Obtido em 23. 07.2016.

BROTTO, M. E. (2013). Do passado ao presente: influências da história e cultura política na gestão democrática da assistência social em Duque de Caxias/RJ. In *O Social em Questão*. Ano XVII - nº 30, pp. 373 – 392.

BROWN, A. (Ed.) (1984). *Political culture and communist studies*. London: McMillan.

BRYCE, J. (1918). *Modern Democracies. The American Commonwealth*. New York: Macmillan.

BRYMAN, A. (1995). *Quantity and qualitative in social research*. Londres: Routledge.

BÜHLMANN, M. & MERKEL, W. & WESSELLS, B. (2008). The quality of democracy: democracy barometer for established democracies. In *Working Paper Series of the Hertie School of Governance*, n. 22.

BUNGE, M. (1976). *La investigación científica: su estrategia y su filosofía*. 5. ed. Barcelona: Ariel.

BURKE, E. (1860). *Troughtson the Case of the Present Discontents. The Works of Edmund Burke*. New York.

BURNHAM, J. (1992). *La Revolución Manageriale*. Torino: Bollati Boringhieri.

CABRAL, C. (2012). *A estabilidade política e o desenvolvimento económico*. Disponível em : Tela Non. <http://www.telanon.info>. Obtido em 24 de 02 de 2017.

CALDEIRA, A. M. (1999). *Mulheres, Sexualidade e Casamento em S. Tomé e Príncipe (sec. XV – XVIII)*. Lisboa: Cosmos.

CALLER, J. M. C. (2014). *Sociedade civil como fator chave para a estabilidade política e o desenvolvimento humano. Juventude, inovação e lideranças*. São Tomé: PNUD.

CAMARGO, A. (1984). Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(1), pp. 5-28.

CAMPOS, F. (2015). Do Partido Único ao Multipartidarismo e suas implicações económicas, políticas e sociais: O Caso de São Tomé e Príncipe. In *Res Publica*, Lisboa, pp. 237-250.

CANCIAN, R. (26 de 07 de 2007). *Participação política: Participação política e cidadania*. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br>. Obtido em 12 de 8 de 2018.

CARDOSO, C. (2002). *A formação da elite política na Guiné Bissau*. Lisboa: Centro dos Estudos Africanos.

CARDOSO, H. (1993). *Sociedade e Poder em Cabo Verde.*, Disponível em: <https://sites.google.com/site/humbertocardoso/sociedadeepoderemcabo Verde>. Obtido em 14 de 05 de 2017.

CARDOSO, J. M. (2011). *Cinco dedos de mão direita para erguer STP*. Disponível em: Tela Non: <http://www.telanon.info>. Obtido em 20 de 10 de 2017.

CARDOSO, M. (2007). *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, Educação e Infra-estruturas como factores de Desenvolvimento*. Lisboa: Edições Afrontamento.

CARVALHO, A. A. (2001). *Os constrangimentos Estruturais do processo de desenvolvimento social em S. Tomé e Príncipe: interferência mútua entre espaços políticos e económico. Tese de mestrado*. Lisboa: ISCTE.

CARVALHO, A. D. (2008). *Autoritarismo e Democracia; construindo instituições no processo constituinte de 1946, Tese de mestrado*. São Paulo: Araraquara.

CARVALHO, A. L. (2014). África: democracia e desenvolvimento económico-social. *Lusíade. Política Internacional e Segurança*, pp. 111-122. Disponível em: epositorio.ulisiada.pt/bitstream/11067/2501/1/LPIS_n11_6.pdf. Obtido em: 23 de 11 de 2018.

CARVALHO, E. (2017). *São Tomé e Príncipe vive da generosidade internacional*. Disponível em: <https://www.tsf.pt/internacional/interior/sao-tome-e-principe-vive-da-generosidade-internacional-8631716.html>. Obtido em: 25.10.18.

CASTRO, H. C. de O. de (2008). Cultura Política: a Tentativa de Construção de um Conceito Adequado à América Latina. In *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Vol. 2, Nº 1. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/fulltext>. Obtido em: 12.06.2018.

CEDEAO. (27/06/2013). *Combate à pirataria e aos ilícitos marítimos no Golfo da Guiné*. Disponível em: <http://fricacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ASB30PT>. Obtido em 14 de 10 de 2017.

CEITA, J. G. (2012). *Memórias e sonhos perdidos de um combatente pela libertação e progresso de STP*. Lisboa: Pipografia Lousanense.

CEITA, N. J. (2015). *A Comunicação Política nas Eleições de 2014 em São Tomé e Príncipe*. Dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE.

CERRONI, U. (1982). *Teoria do Partido Político*. São Paulo: Ciências Humanas.

CHABAL, P. (2008), “Transições Políticas em Angola: E PluribusUnum” (prefácio), in Nuno Vidal e Justino Pinto Andrade. *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola* 3ª ed, (pp. XXVII-XXVIII) Lisboa e Luanda, Livrarias Nobel.

COLMAN, D., & Nixon, F. (1981). *Desenvolvimento econômico: uma perspectiva moderna*. Rio de Janeiro: Campus.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. (2001), *Governança Europeia. Um Livro Branco*. Bruxelas. Disponível em: <http://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2001/PT/1-2001-428-PT-F1-1.Pdf>. Obtido em: 25.10.2018.

CORTE, TIAGO. D. & CORTE, THAÍ S D. (2018). A democracia no século XXI: crise, conceito e qualidade. In *Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. vol. 10, nº 2, pp. 178-201.

COSTA, C. G. (2010). *Temas de Relações Económicas Internacionais*. Lisboa: ISCSP.

COSTA, G., (29 de Julho de 2016). *A Nação e a Identidade São-tomense*. Tela non: <http://www.telanon.info>. Obtido em 21 de 10 de 2017.

COSTA, M. P. (8 de Junho de 2011). *Discurso de apresentação de candidatura*. Tela non: <http://www.telanon.info>. Obtido em 18 de 10 de 2017.

COSTA, M. P. (5 de Setembro de 2011). *Discurso de Tomada de Posse*. Tela non: <http://www.telanon.info>. Obtido em 28 de 10 de 2017.

COSTA, M. P. (11 de Dezembro de 2011). *Comunicação do PR sobre a situação Política*. Tela non: <http://www.telanon.info>. Obtido em 24 de 09 de 2017.

COSTA, M. P. (2013). *Mensagem à nação por ocasião do fim do ano*. Tela non: <http://www.telanon.info>. Obtido em 24 de 09 de 2017.

COSTA, M. P. (2015). *O Homem são-tomense não se pode dizer livre*. Disponível em: www.redeangola.info. Obtido em 24 de 10 de 2018.

CONSTANT, B. (1957)). *De l'Esprit de Conquête. Oeuvres*. Tours, Bibliothèque de la Pléiade, Gallimard.

COUTO, A. C. (2009). Que visão para a Defesa? Portugal-Europa-NATO, *Nação e Defesa*, n.º 124, 4ª série, pp. 19-86. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/3597>.

Cranenburgh, O. V. (2008) “BigMen” Rule: Presidential Power, Regime TypenandDemocracy in 30 African Countries, *Democratization*, Vol.15, No.5, pp.952-973.

CPLP (09/10/2018). Declaração da MOE CPLP às Eleições Legislativas, Autárquicas e Regional de São Tomé e Príncipe. Disponível em: <https://www.cplp.org/>. Obtido em: 20.04.2019.

CRESWELL, J. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed.

D'ALMEIDA, A. V. (1981). *Contribucion al estudio del processo de creacion de la intelectualidad en S Tomé y Príncipe. Trabajo de maestria*. Habana: Universidad de la Habana.

D'OLIVEIRA, J. (2009). As principais causas da fragilização da estabilidade política em São Tomé e Príncipe. In *Tela non*. Disponível em: www.telenon.info. Obtido em: 12.03.2009.

DAHL, R. (1981) *Análise Política Moderna* (1.ª ed. 1963). Brasília, EUB.

DAHL, R. (1982). *Um Prefácio à Democracia Econômica*. Tradução de Rui Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

DAHL, R. (1997). *Poliarquia*. São Paulo: Editora da USP.

DAHL, R. (2000). *On Democracy*. New Haven: Yale University Press.

DAIO, O. (2007) *Carta ao Santófilo Político*, pp.1-4. Obtido em 24 de junho 2017.

DAIO, O. (2016). *Para a destruição criativa de STP. Perspetivas para uma política de inovação no âmbito do desenvolvimento de STP num horizonte 2030*. Lisboa: Colibri.

DAVID, E. (1957). Na approach to analisys of Political System. In *WorldPolitics*. Vol. 9, nº 3. Cambridge UniversityPress, pp. 383-400. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2008920>. Obtido em: 20.5.2016.

DEMO, P. (1989). *Participação comunitária e constituição: avanços e ambigüidades*. São Paulo: Planpea.

DEMO, P. (1995). *Metodologia científica: em ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Atlas.

DIAMOND, L. (1994). Toward Democratic Consolidation. In *Journal of Democracy*. Vol.5, No. 3, pp. 4 -17.

DIAMOND, L. & Morlino, L. (2004). The Quality of Democracy. An Overview. in *Journal of Democracy*, Washington, pp. 20-31.

DIAS, C. M. M. (2005). *Geopolítica: Teorização Clássica e ensinamentos*. Lisboa: Prefácio.

DI PALMA, Giuseppe (1970). *Apathy and Participation: Mass Politics in Western Societies*. Nova Iorque: The Free Press.

DOMINGUES, R. (2001). *Conceito e medição de Desenvolvimento Sócio-econômico*. Disponível em : <http://www.domingues.f2s.com>. Obtido em 23 de Maio de 2016.

DOMINGOS, E. (07 Mar 2014). *O regime político atual retrata a nossa escala de valores*. Disponível em: <http://www.telanon.info/>. Obtido em: 26.02.2016.

DUVERGER, M. (1970). *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

EISENSTADT, S. N., & RONIGER, L. (1981). The study of patron-client relations and recent developments in sociological theory. In *Political Clientelism, Patronage and Development*, Londres, Sage, pp. 271-295.

EISENSTADT, S. N., & RONIGER, L. (1976). *Ciência Política: Teoria e Método*, Edição Zahar 2ª edição, Rio Janeiro, pp. 9-39. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/28018852/Texto-3-Ciencia-Politica-Teoria-e-Metodo-Duverger>. Obtido em: 15.07.2016.

ELKINS, D. & SIMEON, R. (1979). A Cause in Search for its Effect, or What does Political Culture Explain?, *Comparative Politics* 11, 1979, pp. 127-145. Disponível em: <http://www.la.utexas.edu/users/chenry/core/Course%20Materials/ElkinsCPol1979/0>.

ESPÍRITO SANTO, A. (2008). *Economia de STP entre o Regime do Partido único e o multipartidarismo*. Colibri.

ESPÍRITO SANTO, A. (2009). *S. Tomé e Príncipe. Problemas e perspectivas para o seu desenvolvimento*. Lisboa: Colibri.

ESPÍRITO SANTO, A. (2012). Os constrangimentos ao desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe no período. In *CESA*, pp. 271-285.

ESPÍRITO SANTO, A. (2013). *Cabo Verde e São Tomé e Príncipe - Empresariado como fator de Desenvolvimento e Transformação Social. Outros Olhares sobre a Economia*. Lisboa: Gradiva

ESTEVE, J. M. (2009). *Governança democrática: construção coletiva do desenvolvimento das cidades*. Belo Horizonte: UFJF.

ETOUNGA-MANGUELLE, D. (2002). *Globalization and The Conflict of Identities*. Comunicação apresentada na Conference on Globalization, Science, Culture and Religions, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

EUROPEIAS, C. d. (25 de 07 de 2001). *Governança Europeia. Um livro branco*. Disponível em: <http://www.anacom.pt/render.jsp?categoryId=2>. Obtido em 26 de fevereiro de 2017.

ÉVORA, R. (2004). *Cabo Verde a Transição política e a transição para a democrática*. Praia: Spleen.

FANTINEL, L. D. (2011). Algumas questões para se pensar cultura política no Brasil. In *Revista psicologia política*. vol.11 nº 21, pp. 15 - 28.

FARIAS, F. e Al., (22 de jul./dez de 2013). Elite governamental e a formação de grupos políticos. *Teoria & pesquisa, Revista de Ciência Política*, vol. 22, n. 2, pp. 11-20. Disponível em :<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/355/236>.

FIELD, G. C. (1956). *Political Theory*. London.

FMI (2013). *Macroeconomic issues in small states and implications for fund engagement. The Strategy, Policy, and Review Department, in collaboration with other Departments*. Disponível em www.imf.org/external/np/pp/eng/2014. Obtido em: 15.09.2017.

FMI (2015). Comunicado de Imprensa nº 15/194. IMF Communications Department. Disponível em www.imf.org/external/np/pp/eng/2014. Obtido em: 28.10.2017.

FONSECA, L. (2000). *Por uma Política Externa Moderna e Eficaz: Perspectivas e Prioridades, in Conferência de Política Externa – Por uma Diplomacia Moderna e Eficiente*. Praia: MNEC.

FREIRE, F. F. L. A. (2002). *Partidos políticos e Sistemas eleitorais. Uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.

FUKUYAMA, F. (1996). *Confiança. Valores sociais e criação de prosperidade*. Lisboa: Gradiva.

FUKUYAMA, F. (2015). *Ordem Política e Decadência Política. Da revolução Industrial à Globalização da Democracia. Tradução de Miguel Mata*. Portugal: Dom quixote.

GÉNERO, E. G. (2018). *STP e o seu Futuro - Um olhar atento à União Africana*. Vol. 1. Maurícias : Novas Edições Acadêmicas.

GÉNERO, E. G. (2018). *STP e o seu Futuro - Um olhar atento à União Africana*. Vol II. Mauritius: Novas Edições Acadêmicas.

GIL, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas.

GIL, A. C. (2002). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

GOMES, W. (2005). Internet e Participação Política em Sociedades Democráticas. In: *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 1, nº 17. Disponível em: <http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/pdf/WilsonGomes.pdf>. Obtido em: 15. 11. 2018.

GONÇALVES, A. (2005). *O conceito de governança*. Fortaleza.

GROSSELLI, G., & MEZZAROBIA, O. (22-25 de Junho de 2011). A participação política e suas implicações para a construção de uma cidadania plena e de uma cultura política democrática. *Anais do XX Encontro Nacional do CONPEDI*, pp. 7128 - 7143.

GSTP. (2003). *Constituição da República Democrática de STP*. São Tomé

GSTP. (2014). *Inquérito aos Indicadores Múltiplos MICS5*. São Tomé.

GSTP. (2015). *Grandes linhas da Agenda de Transformação do XVI Governo*. São Tomé.

GSTP. (2017). *Grandes Opções do Plano*. São Tomé: Governo de São Tomé e Príncipe.

GRANSOW, V. (1988). Political culture and communist studies. in *Contemporary Sociology*. V. 17, n. 5, 1988, p. 632-3 (Book Review).

GROSSELLI, G. & Mezzaroba, O.(2011). A participação política e suas implicações para a construção de uma cidadania plena e de uma cultura política democrática. CONPEDI Belo Horizonte – MG, pp. 7128-7143.

GRYNSZPAN, M. (1996). A teoria das elites e sua genealogia consagrada. *Boletim Informativo Bibliográfico - BIB*, Anpocs, (41), pp. 35-83.

GUGLIANO, A. A. (Orgs.). (1999) *A sociologia para o século XXI*. Pelotas: Educat/SBS.

GUGLIANO, A.A. (2004). Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 4. n. 2, jul.-dez., pp: 257-283
Disponível em: http://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/4553024/alesina_instabilitygrowth.pdf?sequence=2. Obtido em: 13.04.2016.

GUGLIANO, A. A., (2013). Apontamentos sobre o conceito de qualidade da democracia. In *Revista Debates*, Porto Alegre, v.7, n.1, pp.229-243.

HASBACH, W. (1912). *Die Moderne Demokratie*. Jena.

HOBBS, T. (1651/1999). *Leviathan*. São Paulo, Edição brasileira.

HUME, D. (1875). *Essays, Moral, Political and Literary*. London, Longmann, Green & Company.

HUNTINGTON, S. (1994). *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática.

HUNTINGTON, S. (1975). *Ordem política em sociedades em mudança*. São Paulo: Forense-Universitária/Edusp.

HUSKEY, E. (2010). *Elite recruitment and estate-society relations in technocratic authoritarian regimes: the Russian case*. *Communist and Post-Communist Studies*, 43(4): 363-372. <http://dx.doi.org/10.1016/>, obtido em 4. 10. 2016.

INGLEHART, R. (1997). *Modernization and post modernization: cultural, economic and political change in 43 societies*. Princeton: PrincetonUniversityPress.

INNERATY, D. (2006). *El nuevo espacio público*. Madrid: Ed. Espasa-Calpe.

JELLINEK, G. (1914). *Allgemeine Staatslehre*. Berlin.

JEREZ-MIR, M. (1982). Corrientes científicos-políticas em el tema de la elite norteamericana. *Revista de Estudios Políticos* (Nueva Época), (29), pp. 81-107.

JICK, T. D. (4 de December de 1979). Mixing qualitative and quantitative methods: triangulation in action. In *Administrative Science Quarterly*, Vol. 24, pp. 1-11. Disponível em : http://www.pm.lth.se/fileadmin/_migrated/content_uploads/Jick_1979.

JOHN ADAMS, a. C. (1915). *The Political Science of John Adams*. New York.

JAUARÁ, M. (2004). *Dilema de transição política da África Lusófona*. CES Disponível em:<http://www.ces.fe.uc.pt/lab2004/pdfs/ManuelJauara.pdf>.

KAPLAN, A.(1950). *Power and Society: A Framework for Political Inquiry*. Yale University Press.

KELLER, S. (1967). *O destino das elites*. Rio de Janeiro: Forense.

KINZO, M. D'A. G. (2004). Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, n. 54, pp. 23-40. Obtido em 07/01/2016.

KRAMER, R. M. (1999). Trust and distrust in organizations: emerging perspectives, enduring questions. In: *Annual Review of Psychology*, v. 50, pp. 569-598.

LAMOUNIER, B. & SOUZA, A. (1991). Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: *Dados*, v. 34, n.3, pp.311-348.

LANE, R. (1992). Political culture: residual category or general theory? *Comparative Political Studies*, v. 25, n. 3, pp. 362-387. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/258130104>. Obtido em: 28.6.2017.

LASSWELL, H. (1984). *Política: quem ganha, o que, quando, como*. Brasília, UNB.

LEAL, T.-C. J L.R. (2007). Análise Geopolítica e Geoestratégica de Portugal. Factores físico, humano e circulação. *Revista Militar*, nº 2463. Disponível em: www.revistamilitar.pt/artigospdf/193, pp. 1-50. Obtido em: 16.6.2017.

LIMA, E. (2011). *Estudo sobre a boa Governação e tomada de decisão na escolha de Políticas Públicas para a redução pobreza*. São Tomé: CIAD.

LINHARES, B. de F. (2006). Democracia interpretativa: o apoio democrático avaliado através da percepção tributária no Brasil segundo dados demográficos. In *Opinião Pública, Cultura Política e Democracia*, pp 1-21.

LINZ, J. (1990). *Transitions to Democracy. The Whashington Quarterly, Washington*,, pp. 143-164.

LINZ, J. J., & STEPAN, A. (1996). Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America and Post Communist Europe. *Baltimore and London, Johns Hopkins University Press*, pp. 245- 255. Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-531-90400-9-66>

LINZ, J. J., & STEPAN, A. (1999). *A transição e consolidação da democracia. A experiência do sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra.

LOBO, M. C. & OCTÁVIO A. N. (2009). *O semipresidencialismo nos países de língua portuguesa*: Lisboa ICS.

LOCKE, J. (1978). *Segundo tratado sobre o governo: ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil*. Tradução de E. Jacy Monteiro. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural.

LOPES, F. F. (1993). *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*. Lisboa: Estampa.

LOURENÇO, A. J. (2011). Dimensão Marítima da Segurança no Atlântico: Desafios e Oportunidades para os Países da CPLP. *Nação e Defesa, N.º 128 – 5.ª Série*, pp. 29-40. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4743/1/NeD128>. Obtido em: 28.7.2016.

LUCK, D. J. (1970). *Marketing Research*. New Jersey: Prentice-Hall e Englewood Cliffs.

MACUANE, J. J. (2000) Liberalização Política e Democratização na África: Uma Análise Qualitativa. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, Volume 43, nº4, Rio de Janeiro.

MAHAN, A. T. (Dezembro de 1890). *The Influence of Sea Power*. Disponível em: [archive.org: https://archive.org/stream/seanpowerinf00maha#page/40/mode/2up](https://archive.org/stream/seanpowerinf00maha#page/40/mode/2up). Obtido em 10 de Maio de 2017.

MALFATTI, S. A. (2008). A teoria das elites como uma ideologia para perpetuação no governo. In *Thaumazein*, vol. 1, n. 2, pp. 1-12. Disponível em: <https://www.periodicos.unifra.br/index.php/thaumazein/issue/view/21>.

MALTEZ, J. A. (17 de outubro de 2004). *Tópicos políticos*. Disponível em: <http://topicospoliticos.blogspot.com/2004/10/elite-o-que.html>. Obtido em 1 de fevereiro de 2016.

MARCONI, M. A. & LAKATOS, E. M. (2003). *Fundamentos da metodologia científica*. São Paulo: Atlas S.A.

MARQUES, L. M. (02 de 05 de 2013). *A corrupção em STP*. Disponível em: Tela Non: <http://www.telanon.info>. Obtido em 18 de 03 de 2017.

MARQUES, L. M. (16 de Setembro de 2014). *Alguns males da nossa democracia*. Disponível em: Tela Non: <http://www.telanon.info>. Obtido em 16 de 03 de 2017.

MARQUES, L. M. (19 de 05 de 2015). *O Poder da Comunicação Social*. Disponível em : Tela non: <http://www.telanon.info>. Obtido em 15 de 04 de 2017.

MARZO, F. (2008). Mais árvores caíram... mas a floresta não pára de crescer: Tendências recentes na política Africana. (Baseado nas Perspectivas Económicas em África 2008). In *Percepções*, nº 63. Disponível em: www.oecd.org/dev/percepções. Obtido em: 16.4.2019.

MATTAR, F. N. (1993). *Pesquisa de Marketing*. São Paulo: Editora Atlas.

MAX, W. (1929). *Vom Wesen und Wert der Demokratie*. Tuebingen.

MEAD, G. H. M. (1962). *Self, and Society*. Chicago: Chicago University Press.

MEIRINHO, M. M. (2008). *Representação política. Eleições e Sistemas Eleitorais*. Lisboa: ISCSP.

MEIRINHO, M. M. (2010). *Cidadania e participação política - Temas e perspetivas de análise*. Lisboa: ISCSP.

MELLO, G. N. (1995). *Cidadania e Competitividade: Desafios educacionais do terceiro milênio*. 4ªed. São Paulo: Cortez.

MERKEL, W. (2004). Embedded and Defective Democracies. *Democratization*, Coventry, pp. 33-58.

MICHELS, R. (1982). *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, UNB.

MILLS, C. W. (1956). *The power Elite*, Oxford University Press.

MILLS, C. W. (1975). *La Elite del Potere*. Trad. Do inglês P. Facchi, Milano, Ed. Feltrinelli.

MINGERS, J. (2001). Combining IS Research Methods: Towards a Pluralist Methodology. In *Information Systems Research*. Vol. 12, No. 3, pp. 240–259.

MIRANDA, J. R. (2007). *Manual de direito constitucional: estrutura constitucional da democracia*. t. 2, Coimbra: Coimbra.

MOISÉS, J. A. (1992). Democratização e cultura política de massas no Brasil. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, nº 26, São Paulo, pp.1-47.

MOISÉS, J. Á. (2005). A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, pp. 33-63.

MOISÉS, J. Á. (Fevereiro de 2008). Cultura política, instituições e democracia : Lições da experiência brasileira. *RBCS*. Vol. 23 nº 66, pp. 11-43. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/02>.

MOISÉS, J. Á. (2010). *Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das Instituições Públicas?* São Paulo: Edusp.

MONCLAIRE, S. (Nov de 2001). Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados. *Revista de sociologia política* , nº 17, pp. 61-74. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/viewFile/3597/2854>.

MONIZ, L. M. (22 de junho de 2013). *Carta aberta ao Supremo Tribunal de Justiça e ao Procurador Geral da República*. Disponível em: Tela non: <http://www.telanon.info>. Obtido em 18 de 09 de 2016.

MONIZ, L. M. (17 de 07 de 2016). *No fundo da alma*. Disponível em: Tela non: <http://www.telanon.info>. Obtido em 19 de 09 de 2017.

MONTESQUIEU, C. 1978). *Do espírito das leis*. Tradução de Fernando Henrique Cardoso. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural.

MORAES, G. B. de et al. (2016) *Cidadania e o dever de participação política*. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/47858/cidadania-e-o-dever-de-participacao-politica>. Obtido em: 23.8.19.

MOREIRA, A. (2007). A China na África. In *Diário de Notícias* de 28 de Agosto de 2007.

MORGAN, D. L. (1988). *Focus groups as qualitative research*. Newbury Park, California: Sage Publications.

MORLINO, L. (2007). Explicar la calidad democrática: que tan relevantes son las tradiciones autoritarias. *Revista de Ciencia Política*, vol.27, nº 2, pp. 3-21. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/251072900>. Obtido em: 13.7.2017.

MORLINO, L. (2015). Qualidades da democracia: como analisá-las. *Sociedade e Cultura*, pp.177-194.

MOSCA, G. (1982). *Elementi di Scienza Política*. Torino: Unione Tipografico-editrice torinese.

MURTEIRA, M. (1990). *Lições de Economia Política do Desenvolvimento*. Lisboa: Editorial Presença.

NASCIMENTO, A. (2008). As ONG em São Tomé e Príncipe: entre a afirmação da sociedade civil e a emulação do clientelismo nas práticas políticas. *CODESRIA*, pp. 1- 25. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6246/1/11>

NASCIMENTO, A. (dez de 2010). STP na idade adulta: a governação e o descanso na rua. *Revista tempo do mundo, rtm*, v. 2 , n. 3, pp. 46-73. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/7707/1/>.

NASCIMENTO, A. (2011). A construção de STP: achegas sobre a (eventual) valia do conhecimento histórico. *CODESRIA*, pp. 171-194. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6246/1/11>.

NASCIMENTO, A. (2012). A identidade tem valia política? As diferenças e as similitude dos percursos históricos e das construções identitárias em STP e em Cabo Verde. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*, v.3, n.3. pp. 20-48. Disponível em : <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/view/4618/3540#>.

NASCIMENTO, A. (2015). Elites em STP : os lastros da história, as peias do presente. *A Ciência ao Serviço do Desenvolvimento?*, pp.181-204. Disponível em: <https://www.codesria.org/IMG/.../9>.

NASCIMENTO, A. (2018). Quatro décadas de independência, das “mudanças” à indeterminação das vidas em São Tomé e Príncipe. In *Cadernos de Estudos Africanos*, 35, pp. 61-87. Lisboa: ISCTE-IUL

Nascimento, A. e Pedro C. (2008). *Atlas da Lusofonia: STP*. Prefácio, Lisboa.

NAWIASKY, H. (1924). *Die Zukunft der politischen Parteien*.

NAWIASKY, H. (1955). *Allgemeine Staatslehre*, Zürich, Koeln.

NAZZARI, R. K. (2003). *Capital social, cultura e socialização política: a juventude brasileira. Tese de Doutorado em Ciência Política*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS.

NETO, A. B. (2013). *Políticas e políticos são-tomenses aos olhos do analista Abílio Bragança Neto*. Disponível em: <http://www.reporter.STP.info/sociedade/politicas-e-politicos-sao-tomenses-aos-olhos-do-analistas-abilio-braganca-neto/>. Obitido em: 23.3.2016.

NEVES, R. F. (2010) *Cultura Política e Elementos de Análise da Política Venezuelana. Tese de mestrado*. Brasília.

NEVES, J. M. (2015). *Cabo Verde: Gestão das impossibilidades*. Lisboa: Rosa de Porcelana.

NÓBREGA, Á. (2009). *A Africanização da Democracia*. Lisboa, Prefácio.

NÓBREGA, Á. (2010). A democracia em África. In *Anuário de relações exteriores*. Disponível em: www.janusonline.pt. Obtido em: 23.11.2018.

NOVAIS, J. R. (2007). *Semipresidencialismo, Teoria do sistema de Governo semipresidencialismo*, Lisboa: Edições Almedina.

NUNES, F. A. (2003) *Transição e Consolidação Democráticas*, Penélope, nº 28 pp: 107-131. Disponível em:

http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_28/28_08_FNunes.pdf. Obtido em 23.09.2016.

O'DONNELL, G. (1996). Illusions about Consolidation. In *Journal of Democracy*, Vol. 7, nº 2, pp. 34-51. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/16748>. Obtido em: 14.10.2017.

O'DONNELL, G. & Schmitter, P. C. (1986). *Transitions from Authoritarian Rule*. Baltimore, John Hopkins: University Press.

OLIVEIRA, C. (10 de Julho de 2013). *A Cultura Política é o Fator Determinante*. Disponível em: <http://arregacarasmangas.blogs.sapo.pt/6591.html>. Obtido em 3 de Dezembro de 2014.

ONG'AYO, A. O. (2008) *A instabilidade política na África. Onde está o problema e perspectivas alternativas*. Afrika: em continente opdrift. Simposio em Setembro. Organizado pela StichtingNationaalErfgoed Hotel De Werel Disponível em: http://translate.google.pt/translate?hl=pt.PT&langpair=en%7CptPT&u=http://www.diasporacentre.org/DOCS/Political_Instabil.pdf. Obtido em: 19.3.2017.

OPLOP. (2013). *Os muitos flancos da vulnerabilidade: a luta contra a pirataria marítima. São Tomé*.

OPLOP. (8 de outubro de 2013). *IV Recenseamento Geral em STP. São Tomé*.

Papadopoulos, Y., & Vaner, S. (1989). Le clientélisme de parti. In *Cemonti*, Paris, n.º 7, pp. 4-5.

PARETO, V. (1987). *Trattato di Sociologia Generale*. Firenze, Barbera, 1916, 2 vol. *Manual de Economia Política*. Tradução de João Guilherme Vargas Netto. São Paulo: 2ª ed., Nova Cultural.

PATEMAN, C. (1992). *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PNUD (2013). *Relatório nacional de preparação à terceira conferência internacional sobre o desenvolvimento sustentável dos pequenos estados insulares em desenvolvimento*. São Tomé: ÁPIA, Samoa.

PNUD.(julho de 2013). *Preparação à terceira conferência internacional sobre o desenvolvimento sustentável dos pequenos estados insulares em desenvolvimento*. S.Tomé.

PNUD. (2014). *Relatório do Fórum dos Economistas de STP*. São Tomé.

PNUD (2014). *Resumo do Relatório nacional de desenvolvimento humano em São Tomé e Príncipe*. São Tomé.

PNUD (2015). *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: PNUD.

PRING, C. & VRUSHI, J. (2019). *Opinião e experiência dos cidadãos sobre a corrupção*. Disponível em:

https://afrobarometer.org/sites/default/files/publications/Publications%20conjointes/partenaires/ab_r7_global_corruption_barometer_report_pt.pdf. Obtido em: 20/2/2020.

PRODANOV, C. C. & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Académico*. Novo Hamburgo: Universidade Feevale.

PRZEWORSK, A. (1984). Ama a incerteza e serás democrático. *Novos estudos*, nº. 9, pp. 36-46. Disponível em : <http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-09>.

PRZEWORSK, A.; Limongi, F. (1993). “Political regimes and economic growth”. *Journal of Economic Perspectives*, vol.7, nº3.

PRZEWORSK, A.; Limongi, F. (1994). *Democracia e Mercado. Reformas Políticas e Econômicas no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

PUTNAM, R. D. (1993). The prosperous community: social capital. In: *The American Prospect*, v. 4, n. 13, pp. 35-42.

PUTNAM, R. D. (1996). *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

PYE, L. W. (1968). Political Culture. In: Sills, D. L. (ed.). *International Encyclopaedia of the Social Science*, vol. 12. Nova York: Macmillan and Free Press.

PYE, L.; Verba, S. (orgs.) (1969). *Political culture and political development*. Princeton: Princeton University Press.

QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, colecção Trajectos, Grávida.

RACIBORSKI, J. (2007). *Forming government elites in a new democracy: the case of Poland*. *Communist and Post-Communist Studies*, 40(1): 17-40. <http://dx.doi.org/10.1016/>, obtido em 23.10.2016.

RAMOS, M. da L. (2013). *Os cabo-verdianos e a democracia: uma análise das perspectivas e atitudes dos cidadãos*, ISCSP-UTL, pp. 1-14.

REIS, E. P. (2000). Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *RBCS*. vol., 15 no 42, pp. 143-152.

RIBEIRO, R. B. (2016). Os mercados da CPLP: caracterização e perspectivas. *Estudos sobre a CPLP*, pp. 101-135.

ROMANA, H. A. (1997). *São Tomé e Príncipe. Elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*. Lisboa: ISCSP.

ROMANA, H. B. (2016). Multilateralismo, Geopolítica da Cooperação e Comunidades Epistémicas: Reflexões Teóricas sobre a CPLP in *CPLP a Afirmação Global das Culturas de Expressão Portuguesa*, pp. 43-54, Lisboa: ISCSP.

ROUSSEAU, D. M e al. (1998), Notsodifferentatall: a cross-discipline viewof trust, in *Academy of Manegement Review*, n. 23, pp. 393-404.

SÁ, J. (2013). *Marketing Político. Para uma gestão integrada da Política*. Lisboa: ISCSP.

SÁEZ, M. A. & Freidenberg, F. (2002). Partidos políticos na América Latina. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. VIII, nº2, pp.137-157.

SAIT, E. M. (1927). *American Parties and Elections*. New York.

SANCHES, E. R. (2010), Partidos e Democracia: Cabo Verde e STP em perspetivas comparada, CIEA7 #13: ICS-UL 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL).

SANCHES, E. R. (2011). Institucionalização dos Sistemas Partidários na África Lusófona: o caso cabo-verdiano. *Cadernos de estudos Africanos*, (volume nº 20), Lisboa: ISCTE, pp.111-138.

SANTIAGO, Â. M. (2018). Aplicação de políticas macroeconómicas em Microestados insulares. O caso de STP. Tese de doutoramento. Lisbora: ISCSP.

SANTO, P. E. (2008). *Estudos de comunicação política*. Lisboa: ISCSP.

SANTO, P. E. (2010). *Introdução à metodologia das ciências sociais. Génese, fundamentos e problemas* . Lisboa: Sílabo.

SANTO, P. E. (2011). *Sociologia Política e Eleitoral. Modelos e explicações de voto*. Lisboa: ISCSP.

SARTORI, G. (1982). *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: UNB.

SARTORI, G. (1994). *La democracia despuésdel comunismo*. Madrid, Alianza editorial S.A.

SARTORI, G. (1995) *Teoría de la democracia El debate contemporâneo*. Alianza Editorial

SCHATTASCHNEIDER, E. E. (1942). *Party Government*. New York.SCHWATZENBERG, R.-G. (1979). *Sociologia política*. São Paulo: Difel.

SCHULTZ, T. W. (1971). *O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SEIBERT, G. (1995). STP: boatos, rádio boca a boca e panfletos anónimos na cultura política local. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 18-22, p. 299-316.

SEIBERT, G. (1998). *STP: Instabilidade Política e Crise Económica Num Micro-Estado Insular*, CES Coimbra.

SEIBERT, G. (2002). *Camarada, Clientes e Compadres. colonialismo, Socialismo e democratização em STP*. Vega.

- SEIBERT, G. (2015). *Colonialismo em STP: hierarquização, classificação e segregação da vida social*. UNILAB, v. 40, pp. 299-120.
- SEIBERT, G., in Lobo, M. C. e N., Octávio, A., (2009) *O semipresidencialismo nos países de língua portuguesa*, Lisboa: ICS.
- SILVEIRA, O. (2005). *A Democracia em Cabo Verde*. Lisboa: Colibri.
- SEN, A. (2000); *Social Exclusion: Concept, Application and Scrutinity*. P.O. Box 789, 0980. Manila, Philippines
- SEN, A. (2009). *A Ideia de Justiça*. Tradução de Ricardo Doninelli Mendes e Denise Bottmann. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda.
- SOUSA, M. d. (2017). *São Tomé e Príncipe como um Gateway Regional.(Estratégia para um Desenvolvimento Sustentável). Tese de doutoramento*. Lisboa: ISCSP.
- SOUZA, C. (2001). Construção e consolidação de instituições democráticas papel do orçamento participativo. *Perspec.* vol.15 nº 4 São Paulo, pp. 84-97.
- STP-PRESS, A. (29 de dezembro de 2018). *Governador do Banco são-tomense anuncia crescimento do PIB em 4%*. Disponível em: www.stp-press.st. Obtido em 3 de Outubro de 2018.
- TAGLIONI, F. (2011). *Insularité et développement durable*. IRD Editions, coll. Objectifs Suds, 2011 Marseille.
- TEKERE, M. (2001). *Dimensões políticas do novo acordo de Cotonou entre os países ACP e a União Europeia*. Harare: Trades Centre.
- THOMAS C, B. (2005). Civil-Military Relations in Latin-America: The hedgehog and The Fox Revisited. *Fuerzas Armadas y Sociedad*. pp. 111-131.
Disponível em : <https://calhoun.nps.edu/bitstream/handle/10945/43105/>.
- TOCQUEVILLE, A. (1987). *A Democracia na América*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/Editora USP.
- TRINDADE, L. P. (2012). *A luta pelo poder, a crise política e a relação dos são-tomenses com as leis e o desenvolvimento de STP*. Disponível em: Tela Non: <http://www.telanon.info>. Obtido em 16 de 10 de 2016.
- UNDP. (1992). *Poverty Alleviation and Sustainable Development : Relatório*. Goals in Conflict.
- UNDP. (2002). *Relatório de desenvolvimento humano de STP: As Mudanças de 1990 a 2002 e o Desenvolvimento Humano*. São Tomé .
- USLANER, E. (2002). *The Moral Foundation of Trust*. New York: Cambridge University Press.

VEIGA., A. (22 de 03 de 2012). *Cumplicidades institucionais impedem que o abate ilegal de árvores seja punido judicialmente*. Disponível em: Têla Non. <http://www.telanon.info>. Obtido em 21 de 02 de 2017.

VERA CRUZ, G. S. P., (2014). *A Democracia em S. Tomé e Príncipe, Instabilidade Política e as Sucessivas Quedas dos Governos*. Tese de mestrado, Lisboa: ISCTE – IUL.

VERBA, S. (1969). Conclusion: Comparative Political Culture. In Pye, L. W. e Verba, S. (eds.), *Political Culture and Political Development*. Princeton, Princeton University Press, pp. 512-561.

VIOLA, E. & MAINWARING S. (1987). Novos movimentos sociais – cultura política e democracia: Brasil e Argentina. In: Scherer-W; Ilse; Krischke, P. J. (Orgs.). *Uma revolução no cotidiano?* São Paulo: Brasiliense.

WEBER, M. (1929). *Vom Wesen und Wert der Demokratie*. Tuebingen.

WEBER, M. (1956). *Staats soziologie*. Berlin: J. Winckelmann.

WEBER, M. (1977). *Economía y sociedad*. Tradução de José Medina Echavarría et al. 2. ed. 3. reimp. México: Fondo de Cultura Económica,

WEBER, M. (1993). *Parlamento e Governo numa Alemanha Reordenada. Crítica Política do Funcionalismo e da Natureza dos Partidos*. Petrópolis, Vozes.

WELZEL e DALTON (2013). *Political Culture and Value Change*

WESP, M. J. (2011). *Regime democrático, regime autoritário e a revolução de 1964*. Rio Grande do Sul.

World Bank Group (sd). Memorando económico do país para São Tomé e Príncipe Relatório Síntese. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/656351570563734606/pdf/Turning-Smallness-into-Uniqueness-Six-Key-Challenges-to-Unlock-Sao-Tome-and-Principe-Growth-s-Potential-Summary-Report.pdf>. Obtido em: 24.11.2019.

WVS (2010-2012) Disponível em: <http://www.worldvaluessurvey.org>., Obtido em 12 de Março de 2015.

ZANG, X. (2001). *University education, party seniority, and elite recruitment in China*. *Social Science Research*, 30(1): 62-75. <http://dx.doi.org/>. Obtido em 23.10.2016.

ANEXOS

1. Guião do focusgroup

Objetivo 1 : Analisar o estado da cultura política em STP.

1. Quão interessado diria que está pela política em STP? Porquê (<i>Leia alto e assinale apenas uma resposta</i>).	
1- Muito interessado	
2 - Um pouco interessado	
3 - Não muito interessado	
4 - Nada interessado	
Total	

2. Para si, qual é a importância do voto? Porquê?	
Muito	
Um pouco	
Não se interessa	
Não Sabe	
Não Responde	
Total	

3. Eu vou nomear uma série de organizações. Para cada uma pode dizer-me qual a confiança que tem nestas: há uma grande dose de confiança, bastante confiança, pouca confiança ou nenhuma mesmo? E Porquê? (Ler uma a uma e esperar a resposta)				
	Grande	Bastante	Pouco	Nada
As igrejas				
Comunicação social				
Poderes políticos (Governo, Parlamento e Presidente)				
Partidos políticos				
Os tribunais				

4. Vou descrever vários tipos de sistemas políticos e perguntar o que pensa sobre cada um como um modo possível de governar este país. Para cada um, diria que é muito bom, bom, mau ou muito mau como forma de governar este país? E Porquê? (Ler uma a uma e esperar a resposta).				
	Muito Bom	Bom	Mau	Muito Mau
Ter um líder forte que não tenha de se preocupar com o parlamento ou eleições				
Ter especialistas, não governos, que tomem decisões de acordo com o que eles pensam ser melhor para o país				
Ter um regime militar				
Ter um regime político democrático				

Objetivo 2 : Examinar o grau da democracia em STP.

5. Como considera/caracteriza o nível da democracia em STP? Porquê?	
Excelente	
Boa	
Razoável	
Mau	

6. Muitas coisas são desejáveis, mas nem todas são características essenciais à democracia. Por favor diga para cada uma das seguintes o quanto essenciais acha que são como uma característica da democracia. Use esta escala onde 1 significa “não é uma característica essencial da democracia” e 10 significa é definitivamente “uma característica essencial da democracia ” Porquê? *(Leia e escolha uma resposta para cada):*

	Não é uma característica essencial da democracia	É uma característica essencial da democracia
Os Governos taxam os ricos e subsidiam os pobres.		
As autoridades religiosas em última instância interpretam as leis.		
As pessoas escolhem os seus líderes em eleições livres.		
As pessoas desempregadas recebem ajuda do Estado.		
O exército assume o Governo quando este é incompetente.		
Os direitos civis protegem as pessoas da opressão do Estado.		
O Estado torna o rendimento das pessoas igual.		
As pessoas obedecem às suas regras.		
As mulheres tem os mesmos direitos que os homens.		

7. Para si, qual é a evolução da democracia em STP?	
A democracia vai se consolidar	
Existe perigo para a democracia	

8. Quais os principais obstáculos a consolidação democrática de STP? Porquê?	
Corrupção	
Partidarismo	
Fenómeno “banho”	
Clientelismo	

“Familiarismo”	
Fragilidade ideológica dos partidos	
Apatia política	
Instabilidade económica	
Desigualdade social económica	
Personalismo	
Populismo	
Cultura política	
Falhas no sistema de representatividade	

Objetivo 3 : Avaliar o funcionamento da política em STP.

9. O que acha da política em STP?

10. Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em STP? Porquê?	
Má governação	
Partidarismo	
Politiquice	

11. Como você vê a ação política das elites são-tomenses? Porquê?	
Excelente	
Boa	
Má	
Péssima	

12. Na sua opinião, os cidadãos confiam ou desconfiam nas elites políticas partidárias? Porquê?	
Confiam	
Desconfiam	
Não sabe	

Objetivo 4: Apreciar a conceção dos são-tomenses sobre os Partidos políticos

13. Para si, qual a importância dos partidos políticos?	
Muito importante	
Pouco importante	
Nada importante	

14. Na sua opinião, quais são os principais papéis que desempenham os partidos políticos?	
Consolidar a democracia	
Lutar pelo poder	
Enriquecer mais os seus presidentes	
Para fazer confusão na democracia	

15. Que apreciação faz do desempenho das elites partidárias? Porquê?	
Muito bom	
Bom	
Razoável	
Mau	

2. Transcrição das entrevistas do focusgroup

2.1. Grupo das elites

1 - Quão interessado diria que está pela política em STP? Porquê ?

- Estou sim interessado na política em STP porque a política é algo nobre e é uma maneira de intervir na sociedade para adotar a sociedade de um melhor serviço afim de proporcionar um bem-estar mas infelizmente a prática em STP, não é feita com nobreza.
- Estou interessada porque é através da política que nós podemos contribuir para promover a nossa sociedade, de resolver as questões individuais e coletivas e influenciar, no sentido positivo, as pessoas que estão ao nosso redor. É uma maneira de fazer mudanças, principalmente atualmente em STP.
- Hoje em STP não se conseguiu ter uma cultura política. Os são-tomenses entraram na democracia de forma não amadurecida e o que se verifica, sobretudo nesta época de democracia, é a instalação de uma cultura de “xingar”, de desentendimento, a construir uma cultura de desconstruir. Mistura-se a política com assuntos pessoais, não se sabe onde começa o direito de um e termina o do outro. Não se segmentou nem fundamentou a base da cultura política. Hoje instalou-se uma confusão total.
- Estou sim porque faz parte da formação humana atendendo os valores da justiça, de liberdade. Porque a política é tão frutuosa, porque é uma tentativa de participar no poder ou influenciar a distribuição do poder seja em que Estado, em grupos ou com as pessoas do mesmo grupo. É necessário porque a política fornece oportunidades constitucionais, espaço de alternância, de permuta na busca de soluções para as pessoas. A questão é de saber como se faz a política em STP.
- A política interessa-me profundamente porque é um espaço para dar opinião, acompanhar, de votar e de saber o que se faz no país, de analisar o comportamento dos dirigentes, etc
- Interessa muito, desde da juventude, graças ao meio familiar e dos colegas mais velhos. Desde muito cedo participo nas reuniões. A política é um espaço de participação visando trazer a nossa contribuição para que os ideais de justiça social, bem-estar de desenvolvimento se cumpram. E o espaço da política nos permite para que estes ideais e aspirações se tornem realidade. Isto implica uma luta política, toda uma série de dimensões que, se calhar faz com que certas pessoas fazem uma leitura negativa da política, A política é um espaço para fazer coisas, para concretizar os ideais. Facilita a realização e a concretização dos ideais políticos.
- Há uma espécie de bichinhos que faz com que todas as pessoas se interessem pela política mas olhando para a maneira como se faz a política em STP, explicando os ideais, valores e princípios da política, começa a ser muito difícil fazer política.

- Atualmente a política em STP, sobretudo nos últimos anos, corre o risco de uma deriva, de ser uma deriva totalitária, onde não há articulação de instituições políticas, judiciárias e interesses económicos e que daqui a alguns anos pode vir a ser extremamente perigoso. Isso tira interesse da pessoa na política.
- Estou e continuarei a estar interessado pela política porque vejo a política como uma regra ou um espaço a partir do qual se descobre a sua própria identidade. Mas esta identidade se constrói a partir de objetivos estratégicos. No fundo, torna-se necessário que construamos e saibamos partilhar o mesmo espaço como processo de construção de uma cultura de intervenção, de adesão ideal, inclusive a própria contestação. Dar aquele sentido estratégico de estar na sociedade com atos e as fronteiras identitárias do sentido geográfico e outros, que fazemos parte do nosso dia-a-dia. O interesse pela política concretiza-se a partir da necessidade que temos de sentir que jamais poderemos sentirmos-nos sós. A política faz-nos nos aproximarmos uns dos outros. A política no sentido de escolha, de estratégia de alternativa, de visão de aquilo que estamos a perceber do ambiente, a partir da experiência e da escolha que vamos fazendo.
- É natural o interesse pela política por razões familiares e pelo próprio interesse. É na política que se pode alterar o modus operandis de qualquer cidadão.

2 - Para si, qual é a importância do voto? Porquê?

- O voto é importante porque é o único instrumento para alterar ou mudar a situação do direito democrática
- O voto é naturalmente a única e uma das formas de expressão que nos permita avaliar quanto estamos a falar da competitividade em diferentes opções. Mas olhando para a realidade são-tomense, sobretudo nos últimos dez ou quinze anos, os votos transformou-se como um instrumento de obsessão. Mesmo antes de votar as pessoas exigem ser pagas. Será que neste contexto, a verdade, a escolha e sobretudo o compromisso que nos une como parte, está devidamente expressa como nossa vontade? Por outro lado, será que os votos têm sido uma forma de exprimir as diferenças e os consensos quando olharmos alguns sinais do que é possível não exprimir aquilo que gostaríamos de exprimir? Claro que não.
- O voto é de facto, importante porque é o instrumento de manifestação de uma vontade de adesão ou rejeição de um projecto, de proposta de candidatura. Mas no nosso contexto atual o voto tem vindo a ser quase uma tendência para que o valor do voto seja desvirtuado. Hoje não se sabe qual é o peso que o voto voluntário, livre e consciente tem efetivamente nos resultados eleitorais. É teoricamente um instrumento, a manifestação e a expressão máxima da democracia. Mas no nosso contexto, perante o que tem passado, nesses últimos, tempos, é de questionar o seu verdadeiro sentido.
- É preciso refletir seriamente numa estratégia de sensibilização, compilação e formação para que quer na política quer este exercício de cidadania possa ser exercido em consciência e usufruindo a própria vontade do cidadão. O voto hoje, aqui em STP, é sinónimo do dinheiro. E se analisarmos sociologicamente hoje uma boa parte dos cidadãos, o voto hoje é o resultado da compra, daqueles que conseguem convencer financeiramente. Hoje infelizmente o voto perdeu todo o sentido que devia ter.

- O voto é importante mas em STP é uma realidade desvirtuada. Ontem eram as pessoas menos intelectuais que entravam na compra de votos. Hoje assiste-se que mesmo os intelectuais praticam este acto. O voto hoje perdeu sentido.

- O voto é importante porque há ainda esperança de que através do voto pode-se mudar a situação do país e da realidade.

- O voto é um elemento fundamental da democracia. Na nossa realidade, devemos tomar a importância do voto em duas vertentes: a primeira é preciso que o cidadão compreenda que o voto é um dever e um direito e a segunda é preciso trabalhar na perspectiva de fazer valer o voto no sentido em que o cidadão terá de fazer uma escolha que o beneficia e resolver o seu interesse. Hoje nós estamos numa situação em que o voto começa a valer qualquer coisa.

- Votar é decidir, é contribuir para uma decisão. É opinar. O voto é e continuará a ser sempre muito importante. A questão que se coloca hoje é a praticabilidade ou não deste conceito ou seja como é que se aplica este conceito para que ele sirva ou não os objetivos a ele consignados. O voto não está desgarrado do conceito que se faz ou da forma como se exerce a política do país. É o resultado directo disso mesmo. A forma como se usa o voto hoje reflecte a forma como se vê e se pratica a política do país. É tudo uma consequência. Para mudar a forma como se vota, tem que se ir à raiz e mudar a forma como se vê e se pratica a política. A questão é de saber como se está a fazer a política para que esse voto tenha o seu valor.

- É muito importante porque é uma forma de manifestação da vontade popular. Se votarmos em consciência estaremos a escolher aquele que queremos que nos representem, para nos dirigir o país. A questão é de saber como se realiza a votação em STP neste momento e em alguns anos atrás. Ai começa o problema. De facto o problema está na existência de uma sociedade civil capacitada, que não está concentrada, que não tem competência para desempenhar o seu papel, uma sociedade civil desorganizada. O problema está também na desorientação dos partidos políticos que não têm feito ou desempenhado o seu papel de participar, de controlar, de exigir, e de dar o seu contributo. Esta situação de partidos políticos tem levado a um sistema de votação inadequado. Enquanto os partidos políticos e a sociedade civil não se organizarem para dar o seu contributo para que STP vá em frente, vai ser difícil e continuaremos a viver uma realidade da desvalorização dos votos. Todavia, o voto continua a ser muito importante mesmo nesta situação.

3 - Eu vou nomear uma série de organizações. Para cada uma pode dizer-me qual a confiança que tem nestas: há uma grande dose de confiança, bastante confiança, pouca confiança ou nenhuma mesmo? E Porquê?

a) Nas igrejas

- Enquanto o povo precisa da Palavra de Deus, o povo confia, vai à busca mas muitas vezes são enganados. Há caso de pessoas que se desfazem dos seus bens e depois ficam miseráveis, pobres. Eu pessoalmente acredito pouco nas igrejas, de forma geral. O grau de confiança é muito pouco.

- Duas situações a ter em conta: Primeira é a importância da igreja na sociedade. É enorme. Olhando para a realidade são-tomense, se não fosse as igrejas a situação social do povo estaria pior. E a segunda é a proliferação de muitas igrejas. Infelizmente muitas igrejas surgem hoje do nada. ... Cada vez mais tem-se menos confiança nas igrejas, devido a esta proliferação. E esta proliferação está ligada ao negócio. Hoje, se alguém quer ser rico, basta fundar uma igreja. Há indivíduos riquíssimos por causa do negócio nas igrejas. Em STP, embora o país é pequeno, nota-se também muitas igrejas e exploração do povo. Há pessoas que ficaram pobres porque estão sempre a doar coisas às igrejas porque os pastores pediram. Doam carros, casas, terrenos, brincos e cordão de ouro, etc.

- O nível da confiança continua a ser bastante devido a importância das igrejas na sociedade. Se não fosse elas a sociedade estaria pior.

b) Comunicação social

c) Poderes políticos (Governo, Parlamento e Presidente)

- Pouca confiança, no parlamento, porque os deputados não têm consciência do poder que têm e há leis e diplomas que devem ser discutidos mas que exigem determinados conhecimentos e há deputados que não têm nem a quarta classe e não têm domínio suficiente do português. Apesar desta situação, diz um participante, há uma forte esperança no futuro porque, conquanto os males sinalizados, há princípio de democracia e separação de poder.

d) Partidos políticos

- Pouca confiança. As pessoas só têm confiança neles quando têm dinheiro.

- Para mim há dois lados. Por um lado acho que os cidadãos têm bastante grau de confiança quando as elites estão no poder. Para a sociedade são-tomense há confiança porque é lá que as pessoas acham que vão chegar ao poder e se vão desenvolver rapidamente. Por outro lado eu não tenho nenhuma confiança nos partidos políticos.

- Não há nenhuma confiança nos partidos políticos justamente porque não estão a cumprir aquela função que esperamos no processo da democracia em STP, sobretudo quando se instalou a situação permanente da instabilidade política em STP.

- Nenhuma confiança porque acho que se transportou para os partidos políticos a mesma miséria espiritual que grassa pela sociedade. Os partidos políticos estão, em grandes partes desvirtuados daquilo que é a sua função. Eu acho que não é apenas por não terem definido a sua ideologia. A questão fundamental é a degradação dos valores, a postura da maior parte das pessoas que procuram ingressar nos partidos políticos. Querem muito rapidamente subir ao poder. Isso é legítimo se tiverem boas intenções. Mas não estão preparados e tornou-se uma banalização da função política de maneira que toda gente que está num partido político é metida no mesmo saco. Hoje o ingresso no partido político é visto como uma ocasião para resolver os seus problemas de maneira que se num não conseguir, eu mudo para o outro. Esta falta de valor, esta falta de visão do futuro, de querer construir algo para o país, essa pressa de ir para o poder, faz perder qualquer credibilidade aos partidos políticos.

e) Tribunais

- Pouca confiança porque os tribunais não têm cumprido aquilo que é o seu papel que é julgar e dizer direito com base nas normas e leis. Portanto, de algum tempo a hoje, os tribunais não têm tido confiança da parte de ninguém.

- A confiança nos tribunais é pouca porque para além da corrupção nos seios dos tribunais coloca-se também o problema da infraestrutura da própria investigação. Com essas fragilidades, raros são as possibilidades de cumprirem e observarem os princípios do direito.

4 - Vou descrever vários tipos de sistemas políticos e perguntar o que pensa sobre cada um como um modo possível de governar este país. Para cada um, diria que é muito bom, bom, mau ou muito mau como forma de governar este país? E Porquê? (Ler uma a uma e esperar a resposta).

5 - Como considera/caracteriza o nível da democracia em STP ? Porquê?

- O nível da democracia é fraco porque os principais dirigentes não possuem nem cultura política nem disposição para o desempenho ou convicções suficientes para tornar os interesses coletivos a frente dos interesses privados, sejam pessoais, do partido ou de alguma outra organização

- É fraco porque justamente há muitos fatores que têm impedido que a nossa democracia se consolide. O quadro político local pode até ser bom mas na prática não se tem muito evoluído no processo da democracia. Um dos fatores é a iliteracia, a falta de formação política. Nós passamos para a democracia, fizemos uma transição para a democracia mas não nos foram passados os valores democráticos. É uma democracia que está a tentar existir sem democratas. As pessoas não têm mentes democráticas, não há uma mentalidade verdadeiramente democrática, não há formação democrática

- Fraco e vulnerável porque confundiu-se a democracia com o populismo e por isso a anarquia tomou conta da política e, consequentemente, do país.

- Deficiente e bastante vulnerável porque justamente falta de cumprimentos de regras a nível dos partidos políticos.

- Frágil porque quem está no poder pensa que pode ultrapassar todos e todas as regras. Os órgãos de soberania não se entendem.

- Frágil porque há uma grande confusão. As instituições são frágeis. Estamos um pouco perdidos. Há ausência clara de regras democráticas.

- Frágil porque os processos não têm vindo a experimentar os fatores que devem fortalecer a democracia por uma razão muito simples: é que os autores políticos e as lideranças políticas no exercício do poder não têm tomado em conta três fases fundamentais a partir dos quais se consolida o grande espaço do processo político. Primeiro têm vindo a experimentar a fragilidade de compreender a sua própria história: ou seja não entendem quais são os fatores que têm contribuído para a fragilidade do regime político, económico e social. Segundo é que a ausência desta perspetiva histórica e a incapacidade de compreender os problemas, não foram capazes de

organizar zonas de intervenção e de exercício de liderança para compreender que solução vamos partilhar. E o pior de tudo, o terceiro, é que nota-se a ausência dessa incapacidade de propor soluções, de estruturar espaço de consenso, de reflexões, de tomadas das grandes decisões em termo de linha e modelo de governação. Temos vindo a experimentar a incapacidade quase coletiva de partilhar a mesma visão enquanto espaço económica, política e social. Dai que o estado de bloqueio de processo democrático tem justamente esta justificação: os autores não estão a compreender a história, não estão a procurar uma solução nem tão pouco estão a partilhar uma visão.

- Frágeis, porque os órgãos de soberania estão muito disfuncionais. Quando vemos que estes órgãos que são pilares da democracia não estão a agir independente, concluímos logo que a democracia é frágil e que há muitas coisas ainda a melhorar;

- Frágil porque a sociedade civil tem sido um mero espectador passivo; não estão capacitados para terem uma intervenção de acordo com a sua importância.

Para além de tudo isso há um défice da democracia muito grande no seio da família, na escola e deve-se educar para a democracia desde da tenra idade.

6 - Muitas coisas são desejáveis, mas nem todas são características essenciais à democracia. Por favor diga para cada uma das seguintes o quanto essenciais acha que são como uma característica da democracia. Porquê? (Leia e escolha uma resposta para cada)

6.1– Não é uma característica essencial para a democracia porque é mais para um sistema capitalista.

- Em regra os mais ricos deviam pagar um determinado imposto. Em certa medida faz algum sentido taxar em primeiro lugar os ricos em proveito da classe menos favorecidas sempre que essa taxaçaõ permite sobreleitar as preocupações das classes mais necessitadas.

- Não é uma característica essencial para a democracia; é antes uma preocupação dos estados democráticos em que há sistemas em que aplica medidas em que um deve ajudar os outros

- Não é característica essencial para a democracia porque a sociedade não está e nem pode estar dividido entre ricos e pobres. Pode ser tomada como uma característica interina da democracia. Hoje isso não se aplica. O que é essencial na democracia é ter um sistema de imposto que seja progressivo em função do rendimento do trabalho das pessoas. Isso sim é democrático.

- Não pode ser considerado como uma característica essencial para a democracia na medida que a democracia deve conduzir a um espaço de igualdade no sentido de hierarquização social. Taxar sempre os ricos para sustentar os pobres pode ser insustentável. Mas não é correcto que a capitalização dos ricos, como condicionalidade da hierarquização social, conduza ao um espaço ideal de exclusividade, no sentido de separação.

- Não é característica essencial para a democracia. Deve ser uma preocupação no sentido de tentar assegurar o equilíbrio entre o povo. O Estado deve ter a preocupação de procurar legislar de maneira que permita ao menos abastados terem as mesmas possibilidades que os ricos, como na saúde, na formação, etc.

- Partilho da ideia dos que me precederam. Realmente não uma característica essencial para a democracia. Esse ponto pode contribuir na preocupação da criação de um equilíbrio social.

- Partilho do mesmo ponto de vista

6.2 – Não é uma característica essencial para a democracia porque isso poria em causa a própria democracia em si e isso é antidemocrático.

– Não é essencial. A visão religiosa pode nos conduzir a uma interpretação de ponto de vista de regra moral. Mas essa interpretação moral não pode ser em última instância um ditame da própria lei, nem um sistema de regulação social.

- A autoridade religiosa tem um papel muito importante no sentido que ela pode ajudar na educação da lei pois ela tem muita força moral perante o povo mas é mais no sentido da sua aplicação. No seu papel de anunciar o que é bom e denunciar o que é mal. Portanto, numa democracia se toda a gente tem a liberdade de expressão, a Igreja pode ajudar neste aspeto.

- Manifestamente não é. O sistema democrático obedece ao princípio da legalidade e a questão da interpretação da lei está entregue a uma instituição que não é a da religião. Quando a questão se coloca na interpretação de última instância entra esta instituição com o nome que tiver e de acordo com a sua finalidade. Num estado democrático tem regras que se deve respeitar. Mas em termos sociais, a Igreja tem o seu papel mas não tem nada a ver com isso.

6.3 – É uma característica essencial a democracia. É um aspeto fundamental da democracia porque dá a oportunidade da pessoa ter a capacidade de decidir, de agir, de escolher os seus representantes;

- É uma característica essencial para a democracia. A própria palavra democracia explica porque é a capacidade da pessoa escolher os seus representantes;

- E... Esta afirmação traz a ideia da participação política. É o exercício da cidadania. São dois elementos essenciais à democracia;

- É.. Permite ao cidadão de fazer uma escolha livre e dá ao cidadão a oportunidade de exercer livremente esse direito.

- É uma característica essencial para a democracia. A democracia se exerce justamente nas escolhas de lideranças. E sem liderança não há democracia. A democracia como sinónimo de diferentes opções governativas e de lideranças prova-se justamente a partir da capacidade de encontrar um líder. Há um aspeto interessante quando se associa a escolha de líderes e as eleições livres. É verdade que as eleições livres acabam por ser algum espaço essencial na organização do exercício do poder. Mas não é justamente nas eleições democráticas que se escolhem os seus líderes. É preciso resolver o problema da liderança para estruturar zona de competência

estratégica num contexto da própria eleição. Quer dizer que, ela é essencial na liderança e nas eleições livres mas não quer dizer que essas escolhas da liderança se fazem nas eleições livres. É preciso não resumir a liderança ao exercício do poder.

Esta questão é muito importante e basilar. No meu entender é mesmo nas eleições livres que se deve escolher as lideranças. A questão é de saber até onde há liberdade e começa essa liberdade. Aplicando à realidade são-tomense, sobretudo nas últimas eleições, essa questão é de uma pertinência crucial. A partir do momento que há fraudes, por exemplo, deixa de haver eleições livres e liberdade de escolha. Essa liberdade é forçada e não se escolhe a liderança.

6.4- O exército assume o Governo quando este é incompetente.

- Não. Se o exército assumir o Governo, como não é escolhido democraticamente, não pode ser essencial à democracia.

- Não porque é uma questão de subversão.

- Não porque com o exército o governo se torna mais ditador (O exemplo da Turquia atual).

- Realmente quando se associa o exercício do poder pelos militares a partir de uma incompetência, daí coloca-se a questão de como interpretar a história narrativa do sistema governativa a partir de uma posição do exercício militar em relação a democracia. Isso não pode ser uma característica da democracia mas sim uma ditadura.

- Não porque o governo militar é, muitas vezes, um governo incompetente porque normalmente depois de um golpe de estado nem sequer sabe o que vão fazer.

6.5) Os direitos civis protegem as pessoas da opressão do Estado (Todos concordam)

- Sim. Isso espelha um Estado de Direito

- Sim porque os civis não tiverem a possibilidade de participar, de dar o seu contributo no poder local não seria uma democracia.

- Sim porque quando se falou das instituições essenciais à da democracia, liberdade de expressão, justiça social, etc estes são os pilares essenciais à democracia.

6.6) O Estado torna o rendimento das pessoas igual

- Não porque o Estado não pode “dificultar” os princípios básicos da hierarquia mas também não pode criar condições para que o esforço de uns se transfere, de forma gratuita, simplesmente para os outros. Há sim o estado de igualdade sim mas esta tem que ter em conta as específicas funções dos cidadãos;

- Não porque o estado deve facultar a igualdade de oportunidades, o direito específico de cada cidadão, respeito pelas diferenças;

- Não porque se trata justamente dos direitos civis de cada cidadão. Aqui não estamos a escolher. O Estado impõe e acabou.

7) As pessoas obedecem às suas regras

- O grande problema de STP está aqui porque quando começou a democracia não tivemos uma preparação sobre o verdadeiro sentido da democracia. O povo saiu à praça a gritar: agora é nosso. Hoje a consequência está patente; confunde-se a democracia com a anarquia, cada um pode fazer o que quiser, não há disciplina, não há nada.

- A democracia é um conjunto de regras e normas e nenhum pode fazer as suas próprias regras. As regras individuais não podem se pôr como fundamento da construção de uma sociedade. Significa que o que está em causa é a obediência de uma regra de importância coletiva, devidamente partilhada, reajustada normalmente pelo tempo e a evolução da própria sociedade mas nunca regra individual porque estaríamos a criar “desobediência” a partir da própria pessoa.

- Essa situação só acontece num contexto que não há educação democrática, educação para a cidadania. Na verdade há um grande défice de educação cívica na nossa sociedade. Uma situação dessa pode levar a anarquia ou a uma situação ainda mais grave.

- Em STP, esta situação está a acontecer porque o Estado são-tomense não soube assumir a continuidade democrática, de forma consistente e estável. Daí que haja estes laivos de anarquismo ali e acolá. Se olharmos bem, essa anarquia não é tão evidente assim porque a polícia está presente, com tudo aparentemente bem, mas funciona mal. O nosso grande problema é que não se soube dar estabilidade suficiente, dar consistência ao poder democrático por causa dos estigmas e dos ressentimentos que todos conhecemos. Um outro aspeto é que a passagem de um regime ditatorial a um regime democrático normalmente se faz com ruturas e por isso não há tempo para formar pessoas. Faz-se a rutura e depois é que se estabelece a autoridade. Essa é que deve se afirmar.

- Similarmente faltou uma visão do futuro dos diferentes esquemas da sociedade, mormente entre os líderes. As regras estão debilitadas. O que acontece é que quando se está no poder defende-se as leis de uma forma contrária. E defende-se de uma forma egoísta colocando a população com uma visão errónea do cumprimento das leis. Há infração das regras por parte daqueles que estão no poder. Esse tipo de ação criou confusão e fez com que cada um fizesse a sua regra.

8) As mulheres têm o mesmo direitos que homens

- É essencial. Até para uma questão de justiça. A mulher é a outra metade da humanidade. Independentemente da sua condição.

- É... A mulher é um ser humano, se os direitos são iguais não pode haver distinção de pessoas

- É... A igualdade é um dos pilares da democracia.

- É... A democracia se fundamenta justamente nesta justiça entre os homens e as mulheres.

- É... Os direitos que suportam a democracia devem ser universais e para todos.
- É... É o suporte da democracia. Não se pode perder de vista que na nossa sociedade isso ainda é um problema. Não se pode perder de vista isso. Há um caminho a percorrer. O Estado deve ajudar a formular medidas públicas e a adotar normas progressivamente para ajudar as mulheres são-tomenses. Porque no estado que está a situação da mulher são-tomense é um pouco deplorável.
- O que está em causa não é discutir entre homem e mulher mas sim é criar as condições para que a competitividade entre homem e mulher se traduza em resultados concretos na maior pertença à sociedade. Não é querer criar um comodismo entre um e outro, muitas vezes vê-se homem como aquele que tem mais força e isso basta para ser escolhido ou basta ter uma mulher para se convencer que realmente ela tem capacidade de entrar dentro da matriz do que se quer, simplesmente por ela ser mulher independentemente do esforço da exigência que se requer que ela deve possuir. Aliás a democracia se estrutura e se consolida a partir deste esforço adicional e integrar a mulher nos mesmos direitos e deveres que os homens. A partir do direito sim, mas como é que ela resulta na própria hierarquia, na própria consolidação da sociedade. Isso tanto para o homem como para a mulher.
- Tendo em conta a realidade concreta que se falou e ver como se vai ajustando. É um progresso. Mas essa igualdade entre homem e a mulher, em STP não é um direito nato ou já adquirido. É uma conquista. As mulheres não estão a conquista. Para essa conquista deve-se criar as condições, com as mesmas armas para ser uma realidade.

7 - Para si, qual é a evolução da democracia em STP? A democracia vai se consolidar ou existe perigo para a democracia?

- Eu diria que a evolução da nossa democracia é precária. Nós temos que criar instituições sólidas com regras nucleares que ajudam a criar um quadro legal a fortalecer as instituições e a criar espaço da cidadania que permita os cidadãos a exercer em amplitude os seus direitos e deveres. Porque visto na primeira perspetiva a democracia em STP ainda é insipiente. Precisa ser desenvolvida e consolidar. Se não conseguirmos criar instituições fortes e disseminado por uma cultura cívica e democrática, conforme o facto, a nossa democracia poderá estar em perigo.
- Teoricamente temos um quadro democrático mas estamos muito longe de termos um sistema democrático, com pessoas democratas, verdadeiramente democrático. E por causa disso, acho que dependendo do contexto na nossa democracia pode instalar uma um perigo iminente e se associa a isto alguns aspetos contextuais, a pobreza, a ignorância, a pobreza espiritual, défice à nível da comunicação social, a dificuldade a aceder às informações decente e com qualidade, há sinais bastante preocupantes com a democracia são-tomenses.
- O problema da nossa democracia é que nós fomos e continuamos a ser pilotos ao nível de África. Com o sistema de multipartidarismo conseguimos a democracia sem formação ou preparação, sem alguma experiência. Isso pode ter contribuído para enfraquecer a nossa democracia. Grande parte de pessoas não entendem o que é a democracia, porquê que se está na democracia, quais são as regras da democracia, como estar na democracia e isso torna frágil a nossa democracia.

- Quando vemos que os pilares da democracia, como por exemplo a liberdade de imprensa, os tribunais, as nossas Assembleia não funcionam. Só por dar exemplo a nossa Assembleia tornou-se hoje uma coisa que vemos que o governo vai tomar posse uma parte de deputados não vão. Mesmo na Assembleia já se viu um grupo de deputado que decidiu não ir mais porque achou que houve usurpação do poder e continuaram a receber os seus honorários. Quando vejo que os elementos que sustentam a verdadeira democracia, isso faz-me pensar que realmente que esta consolidação da democracia não se está a tornar efetiva. Não diria que a nossa democracia está em perigo mas que está com algumas insuficiências e vulnerabilidades.

- Em questão da democracia STP está mal. Se começarmos nos anos 90 até 92 com a tentativa de introduzir o princípio de pluralidade partidária e passando para a capacidade de competitividade com a visão no sentido de qualificar as opções e colocar a população na escolha de alternativa, hoje parece que a alternativa democrática acaba por não ser uma diferença essencial a partir do qual se fundamenta a própria escolha política. Hoje estamos muitas vezes preocupados em encontrar formas de fragilizar uns e outros em vez de encontrarmos uma alternativa de concentração como processo de fundamento da própria estabilidade social. Os atores políticos das classes políticas começam a ter dificuldades de se afirmar como alternativa. A fragilidade do processo da democracia em STP tem um pouco com essa tendência da própria opção histórica: é que estamos a partir de um certo pluralismo em aceitar a pluralidade como um espaço de competitividade para se preocupar em encontrar formas de centralização de interesse como fonte da própria estabilidade desse poder. Quer dizer, entre a democracia e a ditadura, parece que estamos a preferir um processo ditatorial de exercício de poder em vez de continuar a fazer esforços de encontrar opções para a consolidação democrática em STP.

- Analisando a situação concreta de STP hoje, pode-se dizer que iniciamos um processo democrático que foi evoluindo com algumas limitações estruturais circunstanciais e sobretudo com muitas limitações ligadas a uma visão pouco democrática de várias lideranças. O problema essencial da falta de consolidação da democracia em STP é a falta de visão democrática de líderes com cultura democrática. O exemplo concreto é as últimas eleições em que eu tenho a convicção total que houve fraudes maciças. Isso para mim levanta uma questão maior para a democracia são-tomense: ela está em risco. Claramente, quando eu analiso, isto não é uma questão partidária, de maneira fria, o mais frio possível, a visão democrática ou não, do poder instalado neste momento, eu não tenho dúvida que falta a visão democrática, falta a cultura democrática. E o principal líder do poder atualmente não demonstra de forma nenhuma, nos seus discursos e mais, uma cultura democrática. Demonstra sim uma cultura populista. Demonstra uma preocupação com os aspetos económicos mas quando se fala de questão democrática ou de sistemas democráticos não há nada que se veja. Para mim a democracia está claramente em risco. Agora só o tempo dirá na medida que as cartas estão dadas para os próximos anos.

- Há um outro aspeto que mostra que a democracia está em risco é o dos partidos políticos. Em STP os partidos políticos não fazem, não demonstram ou não têm a capacidade de evoluírem para um comportamento como pessoas que realmente entendem de democracia. Os partidos políticos, quer seja o que está no poder ou os que não estão a percepção que se tem é que mesmo a nível interno desses partidos não se verifica uma democracia interna. Os partidos acabam por se dividir entre si, cada um tem o seu grupo interno, cada um tem o seu representante. Não tem como termos um sistema democrático quando os partidos políticos que realmente têm uma certa força em STP não são democráticos internamente.

- A democracia tem alguns pilares: poder e contra poderes. Ora há um órgão que é essencial para aplicação das leis que é o tribunal e outro que se pode chamar de contra poder que é a imprensa. A imprensa desapareceu em termos de liberdade. E por outro lado os tribunais, pelo exemplo que deram ultimamente, desapareceram também completamente. Estão completamente manietados. Para além de toda a discussão sobra a questão dos tribunais verdadeiramente operacionais de STP. Portanto é por isso que se chega a conclusão de que a democracia está em risco em STP: não há liberdade de imprensa, não há tribunais que desempenham o seu papel e todo o resto está concentrado num determinado núcleo que não tem uma visão democrática.

- Era para retomar um pouco aquilo que já se foi dito. O que se vive hoje em STP com o perigo da democracia, é a consequência de todo um processo histórico que na sua gestação precisa ser estudada e considerada. Houve um grupo que conduziu a nossa luta de libertação, conseguimos a independência, a assembleia constituinte. Tudo isto são fatores que condicionaram a abertura que nós tivemos a partir do 12 de Julho. A partir daí fomos tratando de montar um estado de direito supostamente democrático com todas as características negativas já mencionadas. E o que nós neste momento estamos a viver em STP é o que eu chamei aqui de uma democracia perigosa, de pendor totalitário. A última eleição é um exemplo concreto. Estou preocupado porque a tendência é de um desfalecimento definitivo. As instituições começam a ser tão vulneráveis, há tanta gente com medo, com muita preocupação, já não conseguem falar. Há certas pessoas que não podem aparecer muito; se estão em algumas atividades não podem focalizá-los. Até na igreja e na missa. Alguém me confidenciou que podiam ser sancionados que se focalizassem determinadas pessoas na missa. A situação é extremamente perigosa. Isso é verdade. O problema é que não existe partido de oposição. Os partidos que deveriam sustentar e dar consistência, solidez aos pilares da democracia, delinear primeiro uma visão estratégica clara da construção de uma sociedade que pudesse reunir o maior número de consenso possível, com horizonte temporal claro, não têm desempenhado eficazmente a sua função.

- Plenamente de acordo com o que se disse. Há uma coisa que não devemos esquecer de um pilar que é o partido político. Temos que assumir que neste momento as coisas estão a desnivelar-se completamente porque os partidos políticos estão com problemas. Nós temos que assumir isso. Hoje a democracia que se faz para eleger o presidente de um partido, não é nada encorajador. A última eleição do presidente do MLSTP é um exemplo concreto de como está a democracia no interior do partido: paga-se para eleger um presidente do partido; há uma série de tráfalhe e portanto isso dá margem para que a democracia termos a democracia que temos. Portanto os partidos políticos têm contribuído para que a nossa democracia esteja em perigo ou doente.

- Hoje quando analiso as opções históricas dos partidos políticos, estou perfeitamente de acordo. O PCD foi matado. Matou-se o PCD quando tentou gatinhar. O MLSTP foi assassinado e continua a ser assassinado no seu próprio interior com as diferentes tendências que foram mal interpretados. Hoje eu não posso dizer que quero ser um dirigente. Acho que ainda podia dar uma grande contribuição. Eu ainda quero criar as crianças!

8 - Quais os principais obstáculos na consolidação democrática de STP? Porquê?

- Eu queria dizer que no mínimo são três. O primeiro dos primeiros é justamente a ausência de uma cultura partidária, identitária. Quer dizer que devia se discutir interesses, opções, estratégias e alternâncias a partir de estruturas e fronteiras identitárias porque isto consolida o próprio sentido partidário. Quem são os que estão

dentro em relação a possibilidade de alternativa? E quais são os potenciais fontes de ligação de consolidação de interesse no contexto do próprio consenso.

A segunda é a ausência de uma visão estratégica. O partido acaba por ser sinónimo de gentes que está a procura de oportunidade de exercer poder como fonte de produção e apropriação de rendimento e não como uma lógica estruturante de um olhar do que temos que fazer politicamente para ultrapassar o estado atual da nossa debilidade democrática.

Terceira não há instituição democrática que funciona como pilares estruturante de governação que muitas vezes de consenso. Esta questão do papel das Igrejas está devidamente ultrapassada quando nós nos encontramos no contexto da organização da sociedade - interesse que torna possível apropriar o interesse, interpretar estratégias e consolidar as instituições.

Com esta ideia afinal de conta não pode nunca haver democracia em STP. São estes obstáculos que eu aponto como obstáculos para a consolidação democrática em S.T.P.

- Conta uma história para demonstrar como antigamente havia menos rivalidade entre os políticos. Hoje a democracia parece assuntos de inimigos. Para mim quando se fala de obstáculos... apontaria primeiro o fenómeno “banho”, a fragilidade ideológicas dos partidos (os partidos hoje não têm rumo, não sabem o que dizer e fazer), fragilidade das instituições que suportam a democracia. De um tempo a esta parte a nossa democracia tornou-se uma crispação entre dois órgãos de soberania (entre o governo e a presidência) e um dos maiores obstáculos é que as pessoas não foram formadas para viverem na democracia por isso acham que a democracia é a liberdade de fazerem e dizerem o que querem sem responsabilidade, com palavrões e insultos.

- Acho que há muitos obstáculos mas eu penso que na origem de muitos problemas com que a nossa democracia se confronta hoje está o oportunismo político, jogo de interesse, a luta pelo poder não para fazer coisas, para perseguir ideais e concretizar ações com decência ou bem-estar das populações mas para estar no poder a qualquer preço. E esta é uma tendência a qual se seguiu a compra do poder através do “banho”. Quer dizer que hoje, aqueles que têm algum poder económico mesmo que eles não estejam a fazer nada nos seus partidos políticos, eles vão conseguindo resultados que lhes permitam estar no poder porque pagam, dão “banho”, e sobretudo quando a miséria, quer material quer espiritual, grassa pela sociedade, aliada a uma espécie de jogo porque este povo também já aprendeu a utilizar estes contextos como *chiquilá* dos pobres, porque eles também querem ter as suas oportunidades para ter apoio, já que os políticos lá de cima conseguem, eles também querem conseguir algo nessas ocasiões. Eu acho que enquanto não se der sentido aos partidos políticos, enquanto as pessoas não tiverem sentimento de pertença que faça com que elas militem num partido por convicção e persigam os ideais desse partido, porque as pessoas saltam de um partido para outro e isto desde do mais baixo nível até ao mais alto nível. Pessoas com formação académica de alto nível ficam a saltar de um partido para outros. Tudo isso faz parte deste contexto que é realmente muito preocupante e que constituem obstáculos. Mas eu penso que no momento atual o maior obstáculo talvez seja uma espécie de apatia política porque um certo medo tomou conta da sociedade, as pessoas têm medo. Têm medo da vingança, da represália, de perder emprego, medo que exerçam represália sobre os filhos, etc.

- O primeiro obstáculo é que no nosso país não temos democrata, não temos ideias, não temos líderes, verdadeiros líderes democráticos, não temos. Não há nenhum processo de formulação de estratégias ao nível dos partidos políticos que inculca na sociedade esta cultura democrática. O Estado não aproveita as suas instituições para desenvolver ações que promovam e cultivem um tipo de sensação e de aprendizagem de estar na democracia. Isso é que seria salutar. Hoje o que reina é a cultura do medo, medo de si próprio e medo para com os filhos, esposas ou maridos. Há tanto exemplo de filhos que vão fazer testes ou candidatura para um emprego e quando souberem que é filho de fulano ou fulana, não passa. Eu vou engolindo tanta coisa... Enquanto não tivermos verdadeiros partidos políticos com uma visão estratégica claro, mas sobretudo assente em princípios e valores doutrinários que na base atual se permita cultivar e difundir a sua prática política à nível da nossa sociedade para que cada um, sociólogo, político, juristas, etc possa fazer o seu trabalho, que os professores com maior rigor técnico e científico possam dar sustentabilidade a essas políticas e que cada cidadão possa mesurar e analisar qualitativamente a evolução e o impacto que ela vai ter e dizer que política no contexto histórico melhorar, vai ser verdadeiramente difícil. Começo a pensar que é preciso esquecer os partidos políticos que temos e criar a fusão de vários partidos que temos para criar dois ou três partidos que possam promover a alternância e criar todo um conjunto de condições para nós sermos responsáveis de inculcar essa cultura democrática e consolide o estado do direito democrático. Senão vamos correr sérios riscos sem poder dar mais contributo no caminho percorrido até agora.

- Há vários obstáculos: instituições frágeis, Justiça que não existe, sociedade totalmente e geralmente corruptas, instabilidade completa ao nível do país, desde dos primeiros anos da democracia, os governos caem a toda hora e a todo o momento. A corrupção existe à todos os níveis em STP e como não há prestação de contas nem assembleia, nem tribunal de contas... ninguém fiscaliza, não quer ser fiscalizado ou não têm capacidade para fiscalizar. A corrupção está em todos os níveis, dos mais baixos ao mais alto nível e ninguém faz ou quer fazer nada para a combater. Em qualquer coisa, por mais pequena que seja, tem sempre uma questõzinha de corrupção que entra. E quando isso se verifica ao nível das instituições as coisas ainda são piores. Outra questão que não sei como e aonde colocar e a da educação familiar, a educação de base. A este nível as coisas estão muito graves. E como não há família praticamente em STP, as pessoas tatuam. Isso é uma outra grande discussão porque as famílias estão totalmente descontroladas, os filhos já não obedecem, os pais não transmitem valores. Não há referência em STP a nível de pais, nem política nem social. A falta de educação tem contribuído muito para esta situação. Coloca-se também a questão de valores. Não sei se não há valores ou se houve mudança de valores.

Outra grande questão é a pobreza social generalizada. Esta situação leva não só a essa questão de “banho” mas também a querer aproveitar da melhor maneira e mais rapidamente possível.

Outra questão é a falta de uma sociedade civil organizada. Esta não tem feito grandes coisas para STP. Temos uma sociedade civil frágil, desorganizada, habituadas aos governos autoritários, ditadores, que mandam e acham que toda gente tem que obedecer. O que disse Martin Luter King: o que mais me preocupa não é o grito dos maus mas sim o silêncio dos bons, é o que se está a acontecer em STP. O silêncio dos bons, aquelas pessoas que pensam ser mais cultas, que estão melhor situadas, deixam tudo passar. Não há oposição política, não há

presença da sociedade política, não há nada, não há quem responda, não há quem grite. Esta é um problema sério na consolidação da democracia em STP.

- Eu quero ressaltar a questão da educação, da mentalidade e da ausência dos partidos políticos. Se estes assumissem as suas responsabilidades juntamente com as instituições, transmitindo valores seria tudo diferente. Não se transmitiu valores. Com a nova geração não conseguiu entender nem compreender o que é a democracia e como viver nela. Para além disso, temos uma Assembleia muito frágil, com deputados sem formação e preparação política. As pessoas não sabem o que é a democracia. Se não se começar a ensinar desde da escola primária até a universidade o que é e como viver na democracia, não se vai nunca consolidar a democracia em STP. Porque essa partidarização excessivo das instituições públicas, não nessa visão de partilha de poder mas sim numa visão de má-fé, de perseguição, de calar boca. Então as pessoas ganharam uma aversão. Não podem falar porque têm que preservar os seus bens e estado social. Não há isenção a nível dos pilares da democracia. Por exemplo, o tribunal não é isento a tomar decisão. Toda gente tem um partido e faz tudo para aquele partido e não para o país.

- Há para mim uma questão maior que é a questão de causa, objetivo e horizontes a atingir. Tem que se ter e defender uma causa. Querer uma determinada coisa para uma determinada sociedade, uma sociedade com um certo padrão. Na vida política quando se fala de causa, está-se a falar de uma visão que é estratégia de curto, médio e longo prazo. Esta visão que ajuda a criar uma sociedade justa, do bem-estar. Falta esta atitude de cultivar uma causa. Hoje esse cenário não é possível. Esta visão estratégica com base no interesse nacional, perdeu-se hoje. Havendo essa visão estratégica, os partidos políticos terão pontos comuns e então visa-se consensos e vai a sua busca dos consensos possíveis. Hoje isso não existe. Ao invés disso o que é que surgiu na sociedade? Surge na sociedade política nomeadamente sobretudo a nível da liderança, surge a ideia de que a política virou irmã gémea do negócio. Então há uma colagem quase absoluta entre a política e o negócio. Eu torno-me político para ficar rico, para ter mais bens materiais em vez de lutar por uma causa. Esta é para mim uma questão essencial: falta uma visão estratégica, com base em interesses nacionais, com base em proteger e defender os interesses legítimos do povo são-tomense. Se todos os partidos políticos tivessem esta visão buscariam sempre os pontos de contacto, um programa mínimo de ação. Falta o nacionalismo.

Falta ainda a tal cultura democrática do líder. Não existem líderes com cultura democrática. Hoje os líderes que estão a frente do país não têm cultura democrática. Este é o perigo. Estão mais preocupados com outras questões: o poder e o negócio. Eu quero poder e, quando eu quero poder, porque tenho que ter o poder, é para que eu e o meu grupo tenhamos os meios materiais necessários para nos tornarmos liberais. É evidente que isso é uma estratégia montada. Há liderança nesse país. É preciso não confundir. ADI tem uma liderança forte. Patrício Trovoadá é um líder forte mas na minha perspectiva não é um líder democrático.

Esta visão de política e negócio leva pessoa a ir buscar dinheiro em todo o lado: seja da droga seja de onde for para ver se consiga ter o poder. Porque quando se recebe este dinheiro de fontes muitas vezes suspeitas, sabe-se que se tem que devolver esse dinheiro de alguma forma ou outra, então ele tem que ser rico. Tem que ter controlo dos meios essenciais de produção de riqueza para poder compensar quem o financia.

9 - O que acha da política em STP? Porquê?

Sendo a política um conjunto de ações, de perspetivas que permita mobilizar valores à sociedade no sentido de uma estratégia que serve de suporte à governação... Afinal de conta, a grande questão que se coloca é se a política e os atores políticos em STP estão a observar este princípio; em que medida está a ser utilizado a partir do problema e soluções e como é que este problema e solução propõem ganhar zonas alternativas governativas no quadro desta competitividade.

A partir disto a política acaba por não ser efetivamente uma condição para encontrar consenso e estruturar um modelo de governação que permita superar obstáculos em STP. Por uma razão tão simples: a política acaba por ser um mecanismo simples de apropriação de poder e não uma negociação de soluções que torna possível garantir aos são-tomenses compreender seus próprios problemas e estar em torno de uma estratégia de apropriação que lhes permita superar esses problemas. Andamos pois, praticamente a nos enganar uns aos outros para discutir a apropriação mas não encontrar a solução.

- Acho que a política em STP desde há um tempo para cá tornou-se politiquice. Baseando naquilo que já foi dito, posso afirmar que em STP nem se está preocupado em definir uma estratégia nem determinar o que é melhor para o povo de STP. Só tem havido jogo de interesse em que todos estão lutando para conseguir o poder a qualquer preço, procurando um enriquecimento pessoal e rápido. Não há nenhuma preocupação com a definição de uma política que possa ir em conta ao interesse do povo e do país.

- Gostaria de situar a política de STP em dois tempos. Num primeiro tempo quase todos os são-tomenses eram “ignorantes” políticos e tinham ideais. De facto toda gente pensava que a política era um conjunto de ações que iam trazer soluções para a vida das pessoas. De facto acreditavam, tinham um ideal nos projetos e nos programas que os diversos governos costumavam apresentar. Mas a dados momentos, por causa de vários fatores, eu acho que a política deixou de ser um elemento que poderia gerir consenso entre são-tomenses e ia proporcionar desenvolvimento através das várias linhas de ações que fossem implementadas. Dá-se a impressão que hoje a política criou um vazio e hoje quase ninguém mais acredita na política pelo facto de ela orientar-se pelo jogo de interesses desde dos mais humildes até ao mais alto nível. Para os mais pequenos o interesse é “Kwá ku sá bêga” quer dizer que veem nos momentos de campanha ou em outras situações quando os partidos políticos te deem alguma coisa como uma oportunidade para sobreviver. Para os mais abastados, a política é uma ocasião do interesse pessoal, uma oportunidade para aquisição de bens materiais e não como uma contribuição para o desenvolvimento do país.

- Acho que a esfera política é o espaço de luta pelo poder e conquista do poder. Esta luta e conquista deviam ser salutareis no sentido em que para se fazer coisas é preciso ter poder a fim de conceber e desenvolver políticas que vão ao encontro das necessidades básicas do povo. E a vários níveis. Quer a nível daqueles que têm capacidade de conceber e executar políticas como a nível de o fazer durar. Mas infelizmente acho que na política são-tomenses a luta pelo poder tornou-se num mecanismo de luta pelo um espaço onde cada um possa encontrar a forma de resolver os seus problemas pessoais, de satisfazer o problema do grupo. É por isso que hoje em STP os políticos em geral, a classe política, caíram num grande descrédito. As pessoas não têm mais a preocupação de se preparar para o exercício dos cargos públicos e políticos porque a preocupação agora é agarrar o poder a

todo preço, sobretudo se tiver dinheiro e meios. De maneira que a política hoje é algo que está completamente banalizado. Os políticos hoje são vistos na sociedade como bando de malfetores que só estão lá para se “acapararem” dos bens públicos para resolverem os seus problemas pessoais e dos seus familiares e nada mais. Apesar de tudo, há pessoas de boa vontade que continuam a fazer política desprendidamente, que acreditam e têm ideais. O mal é pôr todas as pessoas no mesmo saco.

- A política devia ser uma conquista salutar do poder e numa lógica de alternância popular que permita de facto que os cidadãos se apercebessem da riqueza que a atividade política através dos partidos políticos pode favorecer a sociedade. Infelizmente a política que temos em STP é o que já foi dito. A política hoje é puro interesse onde utiliza-se todos os meios possíveis para lá chegar, ainda que se denigre, que se minta, que se utilize todos os estratagemas que fogem a qualquer defesa de princípios e de valores éticos para se acaparar do poder e, uma vez no poder, não ter essa visão do governo de transparência, com estratégia, prospectiva, com base na promoção de políticas produtivas que a ajude a potenciar o desenvolvimento do país.

- A política é uma ciência. Acho que as pessoas deviam ter este conhecimento para poderem ser políticos e fazerem política. Grande parte de são-tomenses que fazem política desconhece isso. Fazem política sem saber o que é ser político e na medida que a política devia ser usada como instrumento para conquistar o poder no sentido de intervir na sociedade, dar a nossa voz, a nossa opinião na construção do bem-estar social e do desenvolvimento económico. Esta devia ser a forma que os políticos deviam adotar para estar na política. O que não é o caso de STP. Aqui o que se quer é conquistar o poder para resolver os problemas pessoais. Para além disso, quer-se conquistar o poder para a vingança, para pisar e para destruir os outros. Breve, a política em STP é usada como um instrumento de vingança. A maneira como se está a exercer a política em STP, ela não vai ter esse papel de construir um estado social calmo, pacífico e promover o desenvolvimento económico do país.

- Para mim está muito ligado aos interesses pessoais. Mas esta é a constatação. É preciso muito além, é preciso descortinar. Há alguns elementos que são precisos esclarecer. Desde da implantação da democracia... Em STP nós lançamos a democracia como forma de governo mas hoje esse mesmo processo democrático está em cheque. E os políticos são-tomenses de uma forma geral e os intelectuais são-tomenses em particular, são esses que lideram esse processo, não sentaram pra pensar para onde é que se quer ir. Há outro aspeto, como a base da nossa economia não é suficientemente forte para que ela sustente essencialmente uma base ideológica, porque estamos todos virados para uma mesma coisa. É preciso encontrar alguma forma de fazer evoluir, fazer crescer um pouco a economia para que se encontre uma forma de distribuir. O que faz com que nos encontremos numa espécie de arria movediça. No interior de nós está exatamente a mesma coisa: cada um tem as suas ideias mas como elas não foram suficientemente estudadas, não sabemos para onde é que se vai. É preciso que se faça uma reflexão que nos outros países mais avançados inicia-se normalmente nas universidades. As nossas universidades são ainda embrionárias. Não têm ainda esta preocupação. Por isso, nós vamos ainda continuar num processo muito complicado nos próximos tempos até que encontremos o nosso próprio caminho. E depois, isso facilita de facto quem tem dinheiro porque a intervenção passa a ser feita de forma imediatista. Quem tem mais meio é que impõe as suas regras, compra as pessoas e consequentemente os votos e vai impondo a sua forma de fazer. E aí ganha força o tal fator negócio-interesse, ganhos directos, etc.

10 - Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em STP? Porquê?

- Eu acho que uma das causas é a visão do poder que cada um tem do figurino constitucional do nosso país, como é que no âmbito das suas competências age. Na primeira República por exemplo, logo com o primeiro Presidente da República fez cair o governo ao seu bel-prazer por eventuais rixas que tinha com o chefe do governo, levou-o a demitir o governo. Quando veio o Presidente Fradique trouxe situações muito idênticas também. Dissolve logo a assembleia e faz cair o governo a tempo e a contra tempo. Portanto é um processo que já vinha anteriormente. E isto leva a uma questão muito importante: enquanto não se clarificar muito bem o nosso sistema constitucional e tratar de limar as aristas que são propensas a este tipo de interpretações, eu penso que vamos continuar nesta instabilidade. Quando vejo um primeiro-ministro a exercer influência para que as forças armadas não prestem guarda de honra ao PR em missão estrangeira, noto que isso é tão grave que nem dá para acreditar.

- A instabilidade política deve ser vista, de um lado de quem tem poder, nomeadamente o Sr Presidente, o seu acto, a sua magistratura presidencial de decidir, podendo atualmente posta em causa, tal como estamos a assistir, mas em contrapartida a impunidade não tem simplesmente a ver com a impunidade na perspetiva constitucional. Coloca-se o problema da cumplicidade da própria sociedade, numa expectativa de que a dissolução fácil poderá vir com o outro governo. Então basta que um governo caia, ouve-se dizer: ainda bem que ele saiu porque ele não resolveu o nosso problema. Só que ele esquece que o que vem naturalmente confrontará com problemas, limitações terríveis tal como o outro. Em resumo, ao fim da conta o que é que está em causa? Não é apenas o problema de uma visão estratégica porque esta não aparece por acaso. Devíamos colocar os atores políticos à volta de uma fraqueza da sociedade civil estruturada e organizada em produção de opinião que pudesse traduzir em estratégia e alternativas. Nós chegamos a conclusão que a nossa própria geografia de conhecimento produtivo é quase nula porque cada um repete os mesmos erros que os outros cometeram. Isso não quer dizer que alguns não têm este conhecimento produtivo. O pior é que mesmo aqueles que têm são simplesmente desconsiderados e desvalorizados. A instabilidade política tem uma causa muito simples: um parasitismo quase coletivo que grassa a nossa sociedade. Está-se a espera de alguém que venha fazer milagres, a espera de um “Deus” que caia do céu e que venha trazer solução para este país. Estamos nesta expectativa permanente em que a instabilidade acaba por ser muitas vezes um fator de esperança ou de renovação de esperança.

- Uma outra causa de instabilidade é a forma de governação e a maneira como os políticos são escolhidos para o governo.

- Se formos ver bem e fazermos uma análise profunda, desde do tempo da Primeira República, já havia essa tendência do abuso do poder. Só que como havia um único partido, um só presidente as coisas não saíam. A nossa mentalidade, a nossa maneira de ser e de estar no país é caracterizada pelo abuso do poder. Este abuso do poder que leva também, com tudo que já se falou aqui, à essa instabilidade. Portanto esta mentalidade de abuso do poder começou a ser verificada com a vinda da democracia e com as quedas sucessivas de governos. Tudo isso porque quem está no poder acha-se sempre um deus e definem o que querem e como querem. A elaboração do orçamento do estado é um exemplo. Cada um dorme e acorda, acha que deve colocar alguma coisa no orçamento, corre para a direção do orçamento para colocar. Já está todo o orçamento feito, toca-se a recomençar de novo. Não há planificação e nem uma visão estratégica.

Outra causa da instabilidade política é a questão dos partidos políticos. Os que temos em STP são tão frágeis, divididos em fações internas de tal maneira incoerente que também não dão nenhuma esperança a ninguém. Nas ocasiões de votos não se sabe, muitas vezes, em quem votar. Só se vota para cumprir o dever. Não se sabe em quem votar. Não existe uma referência a nível dos partidos políticos. Não há como o país ter estabilidade se não existem partidos políticos.

Outra causa da instabilidade é a existência de uma sociedade civil passivos. Somos espectadores passivos. Só estamos a ver quando podemos aproveitar uma oportunidade para agarrarmos o poder. Mas ninguém está preocupado em se organizar, em constituir uma força que realmente possa dar a sua opinião pública.

Outra causa da instabilidade é a nossa própria mentalidade. Temos uma mentalidade de individualismo, de oportunismos, de nepotismo, de despotismo, de inveja, de ladrão. Até os jovens hoje estão com essa mentalidade. Não se vê jovens, eles que são a base de uma sociedade vindoura, com mentalidade diferente. É raro ver jovens hoje a dizer: vamos fazer alguma coisa, vamos tentar.

Outra razão é “prostituição” política das pessoas: se um partido está no poder, vou para aquele partido. As pessoas mudam de partidos como se tivessem a mudar de roupa. Acham que é uma ocasião para estar no governo. E isso se nota até com os grandes líderes do país. É esta mentalidade que reina no país e que não concorre em nada para a estabilidade política.

- Queria reforçar o que já foi dito sobre a instabilidade desde do tempo do partido único. Isso há vozes que defendem que tem a ver com a própria natureza dos são-tomenses. Se vermos a história, desde do século XIX, os são-tomenses estão sempre em confusão. Quem estuda a história de STP sabe que o que é isso. Os são-tomenses são “confusionistas” por natureza. (Conta-se uma história para demonstrar a malvadez dos são-tomenses)

- As arbitrariedades são frutos de demasiado apetite pelo poder pessoal. A estabilidade em STP tem duas causas fundamentais. A primeira tem a ver com a natureza dos líderes políticos que nós temos. Tomamos a independência com uma plêiade de líderes políticos que tiveram a circular pela Europa, STP e depois beberam muito dos políticos continentais onde grassava, em quase todos os países, a cultura do golpe do estado, do poder absoluto e mais. Estes líderes, desde do Pinto da Costa, Miguel Trovoada e José Freitas e essa gente toda, vieram incutir aquilo que era essa política. E mais, também com a ideia da política dos países socialistas em que o chefe é o chefe e tudo resto passa pela obediência. Era um poder uniforme. De modo que essa gente já tinha idade suficiente para não se pudessem reabilitar politicamente falando ao longo da sua vida. Agora, o grande problema que nós podemos lamentar é a falta de reciclagem das gerações mais novas para que pudessem alterar esta mentalidade.

- O fator nº 1 é estes apetites excessivos individuais das pessoas pelo poder. A cultura do poder que se tem é que o presidente da república é o homem que tem que mandar em tudo e todos. Veio a democracia, todos os que foram presidentes vieram daquele regime. Há causas específicas pessoais que levaram a queda de governo por interesses pessoais, benefícios directos, monetários. Todos que vieram depois, vieram com a mesma lógica de benefícios pessoais e da defesa dos seus interesses. E para isso criam partidos políticos para defender os seus próprios interesses.

O segundo grande fator da instabilidade é a falta de instituição. Não há instituição forte neste país. Não há uma imprensa forte que cria um contra poder que ajuda as instituições a se manter, não há tribunais que funcionam de forma minimamente aceitável. O que se compreende porque nós de facto somos muitos críticos em relação a nós próprios mas este país é relativamente jovem em termos de democracia. Temos aprendizes de democracia e falta aquilo que é essencial para termos de facto uma democracia madura e logo estável. E por fim a tal mentalidade em que se já falou aqui.

Não há continuidade do estado. Para além disso, não há dúvidas que os partidos políticos têm problemas. Há ainda a um outro fator: não há uma sociedade civil que funcione. Não há democracia nenhuma que possa funcionar sem sociedade civil minimamente organizada. E não temos isto. Enquanto não tivermos uma sociedade civil a funcionar e, todos nós fazemos parte dessa sociedade civil, não temos grandes hipóteses de sair desta instabilidade.

- Nas análises que se faz das crises políticas em STP costuma-se dizer que o Presidente da República é responsável. A queda dos governos em STP tornou-se uma moda. As razões são claras: estes presidentes todos beberam muito das regiões africanas e vieram impor isso ao país de acordo com os interesses pessoais. Há mesmo uma concertação entre os políticos para deixar o governo cair. Esta moda já veio do regime partidário único e continuou com a democracia, enraizou e certamente vai crescer mais agora com o regime que se está a instalar com o novo governo

-A instabilidade que se vive não seria uma forma fácil de esconder a nossa própria incompetência? Muitas vezes procurem encontrar um novo governo para dar continuidade a própria legitimidade do poder político. Os atores precisam da prática de instabilidade como uma forma de renovação da sua própria legitimidade porque ele tem que ter alguma explicação da sua própria incapacidade propondo encontrar uma solução quer no âmbito do exercício da sua função quer no âmbito da sociedade em si. Quando esta vai a eleição para escolher um outro, quando se devia dizer que as eleições deviam ser uma fonte de continuidade e, no fundo, renovação de acreditar que este ministro ou primeiro-ministro não fez ainda, vai ser capaz de fazer.

11 - Como você vê a ação política das elites são-tomenses? Porquê?

- É má porque justamente tem uma configuração individualista e de interesses.

- Olhando para aquilo que já foi dito, a ação política das elites são-tomenses é péssima. Essas elites somos nós, com a nossa maneira de pensar, de agir, com a nossa mentalidade cada dia mais egoísta e mais individualista. Por mais que procuremos as causas, acho que o problema está no homem e na mulher são-tomense que tem uma mentalidade individualista tão grande que torna mais evidente este gosto pelo poder para resolver os seus próprios problemas, tornam as ações políticas das elites são-tomenses péssimas.

- É má porque é uma ação passiva, sem comprometimento, sem espírito de missão. Não há quem tenha carácter, quem tenha responsabilidade ou espírito da nação.

- É fraca. Não temos líderes com uma ação política forte. A capacidade de liderar é fraca, porque os líderes não têm uma visão estratégica ou um rumo consensual para ser uns atores principais nesses processos democráticos.

- É fraca. Acho que o que está em causa aqui é o desempenho porque basicamente há um problema de incompetência política na perspetiva de busca de defesas de valores e buscar consenso de empatia para conseguir chegar ao resultado que se pretende.

- É fraca porque falta um pouco a afirmação porque muitos dos políticos não foram formados ou preparados para serem políticos. Nós agarramos a política ao mesmo tempo e partilhamos a nossa ação política com outras funções. Portanto há muita promiscuidade entre as duas coisas. Então nós chegamos a repartir-nos entre as duas coisas de maneira que o desempenho, a ambição política ficam comprometidos. Para além disso há muita gente a se debater para que tenha uma boa actuação na cena política mas o próprio ambiente político não ajuda.

- É fraca. As pessoas se batem para chegar ao poder mas uma vez lá, estão para ser e não para fazer. Têm pouca capacidade de fazer coisas em prol da sociedade, do estado, do desenvolvimento. Acho que há um fator que é a agenda internacional. Vai-se atrás dos projetos e programas que estão na agenda internacional e como por um lado não temos uma visão para o nosso país e por outro lado não tem essa capacidade de empatia que já se falou aqui, nem de liderança para convencer os outros. Mesmos os políticos que têm algumas ideias positivas têm sido muito difícil de convencer os outros, os seus companheiros, os seus pares a ir com eles nessa luta para concretizar essas ideias. Tem havido muita incapacidade por parte dos atores políticos.

12 -Na sua opinião, os cidadãos confiam ou desconfiam nas elites políticas partidárias? Porquê?

- A impressão que tenho é que chegou ao ponto em que a questão não é confiar ou não confiar porque não há referência. As pessoas não acreditam nas nossas elites. Falou-se aqui da questão da falta de formação, da incapacidade, da incompetência. Acho que não é só isso. A verdadeira questão é que ninguém está preocupado em fazer algo para o país e os cidadãos dão conta disso.

- Até uma certa altura houve confiança. Todavia, essa confiança foi muito beliscada. De uma forma global hoje as pessoas pensam mais em si, desconfiam e já não têm essa confiança em quase nenhum governo.

- Há desconfiança nas elites partidárias devido a alguns precedentes das elites são-tomenses. Mas também pelo facto de não termos tido a capacidade de compatibilizar a agenda internacional com a necessidade patente da nossa gente. Enquanto não forem capazes de resolver os problemas da população, evitar o parasitismo, dificilmente as pessoas confiam nas elites. Vão para o que têm dinheiro e dão “banho” mas não é porque confiam.

- Precisamos negociar estas coisas. Quando estivermos a fazer este tipo de análise, acho que devemos ir mais longe. Não podemos pôr todos no mesmo saco. Não é assim. A vida, a sociedade é sempre estratificada, tem vários casos, há indivíduos diferentes, há nuances... Devemos tentar captar esta fotografia ideal. Há muitos cidadãos que não estão preocupados. Estão aí na sua vida e quando há campanha interessam-se um pouco mais, há alguns que vão à busca do dinheiro e outros não. Aqueles que são militantes deste ou daquele partido se não deixaram de o ser, significa que confiam. Pode-se ver até onde é que vai a evolução deste ou daquele partido. As últimas eleições não nos dão uma fotografia ideal porque nas últimas eleições houve uma fraude generalizada.

Continua a haver grupos à volta dos partidos, grandes ou pequenos. Se esta confiança está a crescer ou a diminuir, eu diria que a tendência é para reduzir.

E depois, um outro fator importante para medir a confiança dos cidadãos é que a partir do momento que se introduziu o fenómeno “banho”, portanto o incentivo material e isso foi aumentando progressivamente até hoje, influenciando a decisão do cidadão, foi-se empobrecendo cada vez mais essa ideia de que se deve fiar ou não nos resultados. Porque a partir daí as pessoas foram mais adeptas dos votos materiais, em função dos bens que recebem. A tendência é mais para a diminuição da confiança nas elites, sobretudo porque os resultados não aparecem.

- O que está em causa é uma procura fácil e muitas vezes apressadas de uma solução que as pessoas irremediavelmente até gostariam de ter.

Este cenário de confiança e desconfiança devia ser devidamente estudado tomando em conta alguns sinais de incoerências como a falsificação com base dos resultados eleitorais. Uma coisa é importante, como é que havendo falsificação e se ela é suficientemente relevante, que representa uma falsificação de interesses políticos são-tomenses, porquê que nós que sentimos lesados não nos juntemos para encontrar uma verdadeira manifestação pública sobre a violação dos nossos próprios interesses?

- Uma primeira abordagem eu diria que é muito difícil porque tudo depende daquilo que para o cidadão é um partido político. Parece que na sua grande maioria a população, fora dos que estão devidamente enquadrados num partido político, não sabe o que é um partido político. Pode ser que o problema tem a ver com a forma como o próprio partido político tem funcionado. Se aqueles que estão envolvidos na política partidária vivem certas situações caricatas, o povo está a abusar muito dos partidos políticos. Estão a explora-los, a tirar partido porque eles pensam que essa gente que andam no partido estão cheias de dinheiro, têm mecanismos de enriquecimento falso. Esse parasitismo não é só nas campanhas. Mesmo no espaço de uma eleição e outra é uma coisa permanente e constante. Abusam da imagem das elites por isso não têm confiança nenhuma.

- A desconfiança é total. As próprias elites não têm confiança em si próprias. Vê se elites a passar de um partido para o outro facilmente. E quando as pessoas saem de um partido para outro em função dos resultados eleitoral é porque não se sentem protegidas. E quando formos ver o silêncio dos partidos políticos, dá a impressão que toda a gente tem medo de lutar e de defender uma causa. Porque não há protecção, não se sentem segura ou protegida pelos seus partidos. Os partidos não criaram meios suficientes para proteger os seus elementos. Quando há uma perseguição de um quadro não se vê nenhum partido político para o defender, o ajudar ou lutar por ele.

- A descrença dos cidadãos nas instituições políticas tem várias causas. Primeiro, na falta de empatia das instituições com o cidadão, principalmente na desigualdade social e má prestação dos serviços. Em seguida, deve-se à sensação de que a elite política vive num mundo à parte, que permite contornar as leis e as regras que os demais são obrigados a cumprir (é muito difícil acreditar que todos somos iguais perante a lei), muitos privilégios, passividade muito acentuada diante da corrupção, muito partidarismo nas nomeações e ocupação de cargos. E, por último, a excessiva confusão com o dinheiro das instituições públicas, ocupação dos políticos refutados de corruptos a altos cargos públicos, ineficiência dos líderes dos partidos para garantir as suas tarefas principais como a representação política e a seleção de pessoas adequadas para o exercício do cargo,

incapacidade para dar sentido à política e em apresentar projetos que permitam uma perspetiva de futuro e de cidadania

13 - Para si, qual a importância dos partidos políticos na consolidação democrática em STP?

- São fundamentais mas em STP têm que aumentar as suas capacidades de organização, de melhorar a adesão e o trabalho na sociedade para beneficiarem de uma cada vez maior confiança dos cidadãos. O que STP é hoje, com figurino constitucional, com a praxis democrática que temos hoje, é o resultado daquilo que os partidos políticos, com maior ou menor solidez ou fraqueza, fizeram até aqui.

- É importante e devia ser muito mais importante. Até que ponto essa importância é expectável hoje na nossa realidade corresponde a verdade? Não é real esta importância porque os partidos políticos não estão organizados, ou não têm vindo a organizar para que cumpra o seu verdadeiro papel. O partido político devia ser um “espaço” identitário, ideologicamente estruturado, com uma visão que permitisse sustentar a pluralidade de opções e defender orientações estratégicas muito bem concretas em prol de uma nação que queremos construir. O grande problema é que os partidos políticos não estão organizados para desempenhar este papel. Eles são um somatório de interesse individual, muitas vezes com conflito entre eles próprios para apropriar do poder como uma fonte de recurso. Quer dizer, o poder e o recurso acabam por ser condicionado de uma estratégia, de uma visão redutora.

- Os partidos políticos são fundamentais. É um elemento fundamental da democracia porque permite alternâncias, espaços de debate mas é preciso que eles se fortaleçam, que haja mais democracia interna e que os líderes dos partidos políticos sejam entre aquelas pessoas da sociedade que constituem referências em todos os aspetos positivos que a sociedade exige, que alguém tenha um perfil como deve ser. Isto não está a acontecer.

- Os partidos políticos são fundamentais porque são condições sine qua non para que exista a democracia. Se desaparecer o partido político desaparece também a democracia. Portanto para haver a democracia é preciso haver o multipartidarismo. Agora a questão que se pode levantar é como e o que fazer para que os partidos políticos funcionem melhor para que a democracia funcione melhor. A democracia está doente porque os partidos políticos também estão doentes.

- Partilho também da mesma ideia: são importantes. São a base e o pilar da democracia. Portanto, é necessário que os partidos políticos se estruturam melhor e funcionem melhor e transformem dinamicamente a sociedade com a sua actuação. O que se nota é que mesmo no interior dos partidos políticos há exclusão e há tendências de uns quererem dominar os outros. Tudo isso causa essa desestruturação. Há uma luta intrínseca entre os partidários de forma que não conseguem levar um verdadeiro exemplo para a sociedade.

- Não há dúvida da importância dos partidos políticos para a consolidação da democracia é essencial mas o que é preciso é que eles conheçam realmente os seus papéis e saibam como e o quê que devem fazer para melhorar.

- São importantes mas há um fator que enfraquece a ação dos partidos políticos: é a questão do financiamento. Quando um partido não tem dinheiro para dar, o cidadão perde confiança. E depois não há um trabalho intelectual. Hoje por exemplo estar a convencer a população é “papo” (Palavras vazias). Os intelectuais sabem

isso mas para o povo é só “papo” e este papo consegue convencer o povo e faça com que o povo acredite nele. Portanto, esta confiança é depositada mais no papo do que aquilo que os partidos possam fazer.

14 - Na sua opinião, quais são os principais papéis que desempenham os partidos políticos no desenvolvimento socioeconómico de STP?

- O objetivo de um partido político sério, em regime democrático, é conquistar o poder para promover o desenvolvimento económico, social e cultural da sociedade. Este é o papel. Portanto, não é alternativa: uma coisa ou outra. Não se conquista o poder só para ter o poder. E não se consegue o desenvolvimento económico sem que esteja, pelo menos, no poder. Pode não estar sozinho. Mas tem que estar lá. Agora na oposição faz-se de uma forma muito indirecta.

- Na minha perspectiva lutam objetivamente para alcançar o poder na base de uma visão: consubstanciar um programa para o desenvolvimento do país, consolidar as instituições e democratizar as instituições. Uma coisa não está separada da outra;

- Se um partido político for de cariz democrático ele participa na consolidação da democracia. Se ele não for um partido político desta natureza, obviamente ele vai trabalhar no sentido de destruir a democracia. Mas sendo um partido democrático, com fins democráticos as duas coisas têm que estar de mãos dadas.

- apresentação de programa e projetos concretos para o progresso. No fundo, são os instrumentos que os partidos políticos possuem para o desenvolvimento socioeconómico.

- Três principais papéis: apresentar uma alternativa em conjunto de outras alternativas que permita configurar estratégicas soluções de superar e consolidar o crescimento; segundo: lançar uma ponte de reflexão consensual sobre estas mesmas alternativas porque ele sozinho provavelmente não vai conseguir; Terceiro: não basta ele ter o poder porque se ele apropriar-se do poder, ele pode cavar a sua própria sepultura e se não tiver consistência e base suficiente para garantir a sua própria consolidação e bases estruturais de legitimidade desse poder e do seu exercício.

Um partido político não consegue resolver o problema de STP se ele não tiver uma estratégia, se ele não ganha consenso e se ele não consegue estruturar, em termos de opinião pública, fonte de legitimidade mínima e aceitável que lhe permita superar de forma progressiva as dificuldades inerentes a sua própria vocação.

- Se enquadrarmos os partidos políticos na nossa cena política, podemos dizer que apesar das fraquezas que eles apresentam são ainda um órgão de controlo, de vigilância. Embora haver o abuso do poder, o partido no poder sabe que existe um partido de oposição.

- Acho que os partidos políticos deviam desempenhar um papel de pacificação, de elaboração de um programa para o desenvolvimento do país, de haver uma estratégia para o país e prever também a execução e implementação dessa estratégia por eles próprios e pelos outros. Qualquer que seja a situação em que tiver o partido político tem o papel fundamental de planificar, implementar, fiscalizar e este papel não está a ser feito, como se devia, em STP tendo em conta o desenvolvimento socioeconómico do país. Deve-se melhorar.

- Mobilizar as pessoas, formá-las nomeadamente aquelas que estão mais próximas (militantes e simpatizantes), orientar e dirigir para a ação e os objetivos que se pretende.
- O papel do partido político é promover ações que conduzam o país para o desenvolvimento socioeconómico de acordo com as políticas e estratégias traçadas.

15 - Que apreciação faz do desempenho das elites partidárias? Porquê?

- De tudo quanto foi dito aqui este desempenho não tem sido muito positivo. É uma conclusão lógica. Continua-se a manter o quadro democrático com altos e baixos.
- Dá-se a impressão que não são muito ambiciosos, brinca-se com o desenvolvimento, tudo parece estar no silêncio, num stand by. Faz-se a política sem interesse nacional. O desempenho é fraco. Os partidos não são instituições organizadas e precisam ser profissionalizados. Deviam trabalhar, ver, investigar e supervisionar. As vezes os partidos ficam fechados! Só se abrem quando há campanha. E a razão do fechamento é devido as elites políticas que lá estão.
- Quando nós analisamos as estruturas políticas da nossa sociedade, o que nós constatamos é que primeiramente os partidos carecem de meios políticos para assegurar a transformação de uma máquina política. Por exemplo o MLSTP não tem meios. Os partidos não têm empresa
- Temos uma elite à toa, com boa formação académica, mas carece de uma formação política, daquele bichinho político com rigor científico que possa denunciar teimosamente os vários momentos políticos. É preciso fazer trabalho de casa. Criar um gabinete de reflexão que pudesse até estar infiltrado nas estruturas governamentais para recolher algumas informações, algumas delas já não seria necessário dinheiro para obter essas informações e poder falar com propriedade. Por isso que acho que houve um desempenho algo pouco positivo das elites, também pouco empenhamento porque é necessário este exercício que fizemos aqui. É necessário que a nível do partido políticos se possa fomentar muito mais isso. Pela natureza dos temas e abrangência dos temas para a sociedade e se patronizamos os comportamentos analisados nestes temas, para nos ajudar a encontrar todos estes acertos analíticos e pluridimensional que nos ajudaria a dosear uma estratégia com uma macrovisão que viabilize o desenvolvimento e que nos permite com maior desempenho a participar neste desenvolvimento.
- O desempenho é medíocre porque também põem pessoas medíocre lá no partido. Não é só por questão de dinheiro. Quando as pessoas são consideradas elites partidárias e não têm a mínima capacidade política, não têm competência e não têm liderança e no entanto desde que o partido os aceitem ou os elegem como responsável do partido, não pode haver bom desempenho. Aqueles partidos que, a nível de liderança, põem pessoa como deve ser, não se sabe porquê mas também não conseguem fazer grandes coisas. Se calhar é porque aqueles que têm dinheiro não estão de acordo ou talvez porque devido as fações internas partidárias e a falta de coesão. Como os partidos políticos não estão com esta preocupação, então o desempenho é muito fragilizado.
- As elites estão votados para desempenhar as funções para responder aos objetivos dos seus próprios partidos mas como estes não os têm, fica difícil haver um bom desempenho. Quantas vezes não se ensaiou a possibilidade

de partir para reflexão ou de ser um espaço de debate a nível do partido e com ele sustentar uma opinião pública a nível da sociedade civil mais abrangente. Três problemas precisam ser resolvidos:

Primeiro: de que elite partidário nós podemos falar quando nós estamos a precisar de escondermos a nós mesmos como ferramenta de continuar as oportunidades de enredo nas quais encontram as perseguições?

Segundo: Como falar da elite e do seu desempenho nesse espaço de reflexão, trabalho e investigação científica se o valor de um verdadeiro esforço de investigação não faz parte da lógica do funcionamento das nossas elites porque afinal de conta o que se quer é ir para o poder e encontrar soluções a partir do financiamento e sobretudo criar condições para dar alguns sinais a população que somos bons e que estamos a distribuir aquilo que nós próprios não produzimos.

Terceiro: O pior de tudo é o efeito ético de nós mesmos: quem é mais importante em relação ao outro. Porquê aquele e não eu? Porque que não temos uma divisão de trabalho em termos programa estrutural de trabalho de investigação que pudesse consolidar uma verdadeira produções científicas e soluções estratégicas para catapultar base de verdadeiros consensos a nível do país. De facto é muito triste falar do desempenho das elites políticas.

- O desempenho realmente é fraco. Mas acho que deve se ter em conta os fatores que condicionam realmente a elite. Há tempos li um artigo em que se dizia que a elite africana tem muita dificuldade em se afirmar e em avançar porque são imensos os condicionalismos que manietam os africanos quando eles chegam ao poder. Nós aqui em São TP põe-se verdadeiramente uma questão de sobrevivência. Eu gostaria de estar sentada na sede do partido ao menos três horas mas eu tenho que estar 10 horas na universidade. E eu tenho a sorte de ter esta universidade porque senão estaria desempregada. Muita gente tem o medo de não ter com o que se sobreviver. A prova é que as pessoas não se manifestam quando as coisas estão mal. Os próprios políticos não dão cara.

As elites têm medo porque a questão da sobrevivência pesa.

O segundo fator é a falta de meios para sustentar uma máquina partidária que é tida hoje como o provedor de tudo: morre alguém o partido político tem que dar dinheiro, desempregado vai pedir apoio, pessoa internada vem pedir dinheiro pra comprar medicamento. Não há como aguentar isso tudo. Os chamados membros da elite que não roubar, que não entrar no esquema do financiamento, que são honestos não têm como resistir e sobreviver. Custa-me trabalhar oito, dez horas por dia, para pagar as minhas contas, para estar a distribuir dinheiro à toa. Ser dirigente partidário e não ter meios de financiamento é uma guerra constante de sobrevivência. Esta questão só pode ser vista a partir dos imensos fatores que condicionam a ação da chamada elite política são-tomenses

Finalmente de fazer política com amadorismo. Faz-se política em STP com muito amadorismo tendo em conta tudo o que já se foi dito. De maneira que tudo isso condiciona de facto a qualidade de serviço que as elites políticas têm prestado ao país.

- Outro fator a ter em conta é essa desvalorização, essa “desautorização” da classe política que o próprio Estado promove. Encontra-se político sem classe, sem valor, que denigre a sua própria imagem. Pessoas sem crédito a exercer política. Pessoas que depois de exercer mal a sua função, volta ao poder como se nada fizesse. Não é elite. Pode-se dizer que não há elite!

- Há, para além disso, a desvalorização do próprio político que já desempenhou um cargo. Muita gente sente-se um lixo quando deixar o poder. Uma pessoa que já serviu a nação e que depois é desprezada, desvalorizada e tratada da pior forma possível. E isso muitas vezes, mesmo no interior do partido. Perante isso, como é que a pessoa pode-se sentir?

2.2. Jovens das elites

1 – Quão interessado diria que está pela política em STP? Porquê?

– Estou interessado porque a volta da política está tudo o que rege a nossa sociedade, os nossos planos de vida. Porque também é na política, quer se diga quer não, onde se dita as regras.

- Não tenho nenhum interesse na política porque a coisa mais preciosa que se deve ter é a sua imagem e o seu nome. Inserir-se na política é submeter-se e aceitar que a sua imagem seja manchada.

- Apesar de estar “involuntariamente” dentro da política o meu interesse pela política é quase nulo. Acompanho porque é preciso estar a par do que se passa no país mas não tem ambição nenhum de fazer carreira política. Em STP não se faz política, faz-se politiquice. Nunca se vai ver debates, discussão de ideias, projetos, como isso vai ser implementado ou não. Sinceramente não há política.

- Estou interessado porque para além de Aristóteles dizer que o homem é um ser político, a política está em cada um de nós. Como cidadão que somos, expressamos nosso lado cívico através dos votos, que é o direito e dever da forma mais directa de exercermos a política mas também através da nossa participação nas escolas, nas associações, nos partidos políticos. Há portanto todo um aparelho que devemos usar para exercermos a nossa cidadania com anseios políticos. Para além disso estou muito interessado porque é do meu interesse que STP se desenvolva. E se eu não me interessar na política, meu país nunca se irá desenvolver. Neste momento não confio nos políticos que lá estão. Não sei se vou ser melhor ou pior. Só sei que os que lá estão não estão a prestar um bom serviço. É sempre bom participarmos para trazermos novas ideias, alguma juventude e alguma inovação. Na hora da independência a juventude era mais participativa porque havia uma causa que conseguia congrega todos os jovens: toda a gente queria a independência. Hoje em dia não se consegue encontrar uma causa que congrege todos os jovens. Não só os jovens mas toda a população são-tomense. As pessoas hoje em dia estão mais focalizadas para os seus bens materiais. Usam a política como uma forma de obter algum rendimento financeiro, um trampolim. Nesse tipo de política como trampolim não estou interessado. É o tipo de política que denigre a imagem do político. E quando a pessoa entra na política, ela já é conectada como corrupto. Os são-tomenses vêm o político como quase sinónimo de corrupto. Não separam as águas.

- Não está muito interessado. Porque não quero denegrir a minha imagem. Por isso prefiro ficar na bancada e assistir.

- Muito interessado porque os fazedores da política são aqueles que ditam as regras. Portanto é preciso eu estar para dar a minha contribuição para que as regras sejam bem ditadas e para que eu esteja dentro de processo é importante eu estar dentro da política e política ativa.
- Muito interessado na política porque é a política que dita a organização da vida social. Tudo passa pela política. É de facto o eixo essencial de uma sociedade.
- Está interessado na política como observadora atenta, tendo um olhar crítico no que passa pelo país.
- Não está interessada na política ativa pela forma como se faz política em STP mas se interessa pela política de uma forma geral, dependendo da estratégica política adotada. É necessário acompanhar algumas ações políticas para estar atualizada.
- Está muito interessado na política de STP porque tem que se acompanhar o rumo do país e dar o seu contributo e tentar fazer diferente e melhor
- Muito interessado na política porque acha que se algo está mal não devemos esperar que os outros façam o trabalho de casa para nós. Nós mesmos devemos mudar aquilo que achamos mal. Se achamos que a política em STP está mal tem que ser nós mesmos a mudar, fazendo política ativa.
- Nem um bocado porque a maneira como se faz a política em STP não atrai. É uma política partidária e não traz prazer.
- Só um pouco porque é a política que dita o rumo do país mas a maneira como se faz a política em STP é suja.
- Muito interessada porque todo e qualquer cidadão que tenha a perspetiva da política de orientar o funcionamento das instituições é importantíssimo e naturalmente todos devem entrar neste processo. Vendo para STP não existe política. De facto, num retrato geral não existe política. Vejamos, qual é a política para e de STP, o que é que define STP, onde é que nós queremos chegar com STP, qual é as metas que nós traçamos, qual é a visão para STP? Isso não existe.

2 – O voto é importante ou não. Porquê?

- O voto é importante porque é através do exercício do voto que nós escolhemos os nossos dirigentes. Se votarmos mal ou escolhermos mal os nossos dirigentes, nós vamos ter maus dirigentes. Os nossos dirigentes são o reflexo nosso. Os dirigentes acabam por ser o reflexo da população que o elege. Se nós não tivermos uma população culta, que tem algum conhecimento académico, social e plural, não vamos ter um dirigente que tem um conhecimento plural, técnico e social. Isso nunca vai acontecer.

Nesse momento o reflexo do líder que temos é mau

- O voto é muito importante. Mas depois quando saímos de casa para irmos votar e vemos que os resultados são intrujados, essa ação cívica acaba por desmoralizar e minimizar essa ação. E depois quando não só se ouve mas se vê que o direito do cidadão é violando e não respeitado.

- Votar é importante sim porque é um direito e dever. Mas também o voto em branco é também um direito. A falta de credibilidade dos partidos políticos, dos políticos motiva e faça com que muitas pessoas não se interessem. O voto é importante sim porque é a forma de nos expressarmos.
- O voto é importante porque serve como sanção. Quando alguém vai votar é porque depositou a sua confiança em algo. O voto permite escolher os nossos líderes e é o meio para exercer a democracia.
- O voto já foi importante. Hoje já não é. Sinceramente antes havia mais respeito pelos votos, pela urna e tudo o que diz respeito ao voto. Nas últimas eleições presenciei uma situação infeliz: alguém abre o boletim de voto e encontra escrito: guarda isso para os teus estudos. Percebe-se que tudo que diz respeito à votos é uma pura brincadeira. O voto perdeu a sua importância. Há muita corrupção à volta de voto e pergunta-se porquê ir votar quando vai aparecer um outro resultado? Não faz sentido. O voto está se perdendo como a própria democracia está a se perder.
- O voto é tão importante que quando vemos o governo atual com a maioria absoluta agora mas não tem. Se as pessoas saíssem de casa para irem votar isso não aconteceria, tudo mudaria. As pessoas não saem de casa para ir votar porque não dão importância aos votos. O facto de abrir um boletim de voto e encontrar uma expressão inadequada é a revolta e indignação da pessoa a tentar exprimir de uma forma indirecta, uma vez que ele não tem direito à palavra. Isso não quer dizer que o voto não é importante para ele. Ele foi votar mas está revoltado com a situação. O voto é super importante.
- O voto é exercer um direito e escolher um governo para governar o país. Mas o que se vê agora, o voto é comprado por uma ninharia. O voto agora perdeu-se o essencial. As pessoas agora não ligam. Já não vão votar por livre e espontânea vontade.
- Não obstante o que se ocorre no nosso país, o voto é importante porque ele ajuda-nos a definir o que nós queremos. Embora ao sair de casa para irmos votar, quando formos exercer o nosso dever, nada nos garante que aquilo que fomos lá fazer vai se refletir no resultado. Sabemos que saímos de casa para ir votar e de repente as coisas mudam porque o tal chamado fenómeno da corrupção. O sistema não é sério. A corrupção é total tanto para quem vota, que está na urna e para quem vai ser eleito. É uma pena mas ainda o voto é importante;
- Há caso em que vai-se votar porque já te disseram que tomaram os teus dados para receber bolsa ou então perder emprego. O voto já não é o exercício de um direito;
- O voto é importante mas precisamos ensinar a população a importância do voto. É importante para aqueles que sentaram numa cadeira ou porque tiveram um laço familiar ou um amigo que te diz o que deves fazer. Na realidade temos uma sociedade que vê o voto como um caminho para ir ao pódio. É preciso ensinar as pessoas a importância do voto porque ele é o direito mais importante que tem um cidadão para o desenvolvimento do país.
- De uma forma empírica o povo sabe qual é a importância do voto: O povo diz: o povo põe e o povo tira. Nós é que vamos escolher esses palhaços para estarem lá, a trem políticas que põem em causa o nosso desenvolvimento. O povo sabe. Pode não saber usar os termos técnicos e científicos.

- O voto é importante. Mas temos que ver como vamos votar e o porquê do voto. Temos que ter em conta a situação da nossa população: a miséria, a pobreza nos leva a cometer erros mas é um modo de sobrevivência. Em geral é caso de miséria e faz com que as pessoas usam aquele momento da campanha para adquirir algumas coisas porque está numa péssima situação.

3 – Grau de confiança

3.1- Na Igreja

De uma forma geral pouca confiança porque há igrejas que só têm nome de igrejas. Porque elas não têm os princípios que devem reger uma igreja.

- Em geral, pouca para todas as igrejas, porque a maior partes delas têm conduta que não coadunam com o que é uma igreja.

- Pouca porque nos outros tempos as igrejas têm sido motivos de vários conflitos.

- Nada porque a igreja ficou negócio

- Nada porque também a igreja faz a sua política

- Pouca

3.2 – Comunicação social

- Nada porque a nossa comunicação social é insípida ou seja é como o limão: a gente suga, suga, suga e fica sempre com um sabor amargo. É só politiquice.

- Nada porque a comunicação social só está ao serviço de uma política (um governo). Eu irei respeitar um político que tornar a nossa comunicação social uma obra independente;

- Pouco porque falta uma seriedade no que toca a comunicação social. Mesmo as rádios privadas estão a ser manipuladas

- Nada porque perdeu-se a noção do que uma comunicação social. Não se sabe escrever e é só criar polémica.

- Pouco porque a comunicação social passa diversos conteúdos que servem para distrair as pessoas apesar de estarem manipulados

- Bastante porque a comunicação social passa fatos que são transmitidos;

- Nada porque estão totalmente manipuladas pelos políticos;

- Nada porque estão a fazer política só para contradizer. Não é imparcial. Passa-se os fatos que querem passar;

- Nada porque ocultam a informação real e passa-se a informação que favorece o poder executivo;

- Nada porque quando se abre a televisão só se vê uma pessoa só (chefe do governo)

- Pouco porque há fatos verídicos e há outros que são montados ou manipulados

3.3 – Poderes políticos

- Nada. Porque eles todos refletem as más ações que estamos a ver. E desde sempre. Não é somente os presentes (mas também os antigos)

- Governo nada, parlamento bastante e o presidente nada. Este quando recebe algo do parlamento já vem cozinhado.

- Governo nada porque fazem coisas que não interessam ao povo; parlamento nada porque não fazem nada e presidente grande

- Governo Nada porque só fazem no momento quando chegam as eleições; parlamento faz de vez em quando mas por vezes é só macaquice e politiquice; o presidente faz o que está ao seu alcance.

- Pouco para o parlamento porque acho que os são-tomenses (políticos) não têm consciência do poder que têm e há leis e diplomas que devem ser discutidos mas que exigem mínimo de conhecimento. Há deputados que não têm nem quarta classe.

- Pouco porque não têm feito nada.

- Pese embora a situação tenho uma grande esperança, porque apesar de tudo há democracia e separação de poder;

3.4 – Partidos políticos

- Nada, porque é como o nome diz partido: estão partidos;

- Nada, porque cada um só quer puxar a brasa para a sua sardinha

- Nada porque no seio do partido político não há democracia

- Pouco porque precisa-se trabalhar muito a liderança;

- Bastante porque sem eles não há democracia e favorece as opiniões diversas;

- Grande porque o povo vê nos partidos políticos a esperança de um futuro melhor

- Alguma confiança porque o povo ainda tenta acreditar neles.

- Nada.

3.5 – Tribunais

- Nada, porque há muita desconfiança. Os juízes são aldrabões. Não se confia em nenhum tribunal de STP. A confiança é zero.

- Nada porque os tribunais influenciam muito os nossos políticos e vice-versa. São todos, desculpam o termo, grandes gatunos;
- Nada, porque o modo de nomeação de juizes e são pagos pelo governo. Logo de partida já estão influenciados.
- Pouco, porque há muita coisa menos bem-feitas não por ignorância mas porque fazem coisas por interesse
- Grande porque não se pode querer construir um país sem tribunal;
- Nada porque há falta de separação de poderes e o tribunal não está “fora” do poder;
- Bastante porque apesar de tudo pode-se contar com eles
- Nada, porque vivem da aparência.

4 - Vou descrever vários tipos de sistemas políticos e perguntar o que pensa sobre cada um como um modo possível de governar este país. Para cada um, diria que é muito bom, bom, mau ou muito mau como forma de governar este país? E Porquê? (Ler uma a uma e esperar a resposta).

1 – Ter um líder forte que não tenha de se preocupar com o parlamento ou eleições

- Muito mau porque é um líder ditador e na democracia isso não é permitido.
- É muito mau porque não colhe contribuições de outras pessoas;
- Muito mau
- É bom se não houver colapso no sistema porque se houver confusão ele pode pôr ordem;
- Muito mau porque o líder deve justificação, respeito e prestar contas ao seu país
- Muito mau porque a concentração do poder numa só pessoa não resulta;
- Muito mau porque não haveria responsabilização;
- Muito mau

4.2 – Ter especialistas, não governos, que tomem decisões de acordo com o que eles pensam ser melhor para o país.

- Mau porque todo ser humano falha e é preciso ter em conta a opinião de todos
- Muito mau porque é preciso escutar os assessores
- Mau
- Mau
- Bons, porque são especialistas e é preciso ter em conta as suas especialidades;

- Bom, porque na democracia isso é bom;

- Mau

- Mau

4.3 – Ter um regime militar

- Muito bom porque o regime militar muitas vezes faz criar maior união, criar espírito de democracia, se bem que muitas vezes pode também ter conotação negativa porque nos regimes militares para além de ter uma conotação muito unida, trabalhadora, que tem muitos princípios moralmente evoluída, também poderá criar um forte nacionalismo.

- Bom, porque precisamos. É mais por questão de disciplina. Precisa-se de alguma ordem e o regime militar seria bom;

- Bom, porque estamos a necessitar;

- Muito mau porque havia risco de violência e de abuso;

- Muito mau porque o país é democrático e não pode haver um regime ditador

- Mau porque o homem com arma na mau é perigoso.

- Mau porque é um regime totalitário e agressivo e não precisamos disso;

- Muito mau porque seria uma anarquia;

- Muito mau

4.4 – Ter um regime político democrático

- Bom, porque a democracia permite a troca de opiniões e liberdade de expressão;

- Bom, é o melhor regime político que se tem sobretudo em e para África é que há muitos que querem morrer no poder;

- Bom,

- Bom mas

- Todos acham bom

5 – Como caracteriza o nível da democracia em STP?

- Acho que a nossa democracia está forte porque realizamos as eleições regulares com maior ou menor grau de dificuldade, com um ou outro problema mas o acto acontece. Todavia, é verdade que há alguns suportes da democracia que precisam desempenhar melhor o seu papel. Há alguns vícios e erros;

- Hoje não me sinto a vontade de dizer que temos democracia porque o facto de falares numa instituição ou lugar público, criticares uma ou outras ações que achas mal, e as vezes não precisas ser do partido A ou B, podes ser uma pessoa neutra, você já é excluído. Automaticamente procuram saber aonde você trabalha, quem é esse jovem e automaticamente já és excluído e marcado. Isso não é democracia. Eu diria que estamos a perder a liberdade de expressão e tantas outras coisas que a democracia nos dá.
- Não existe democracia mas sim uma ditadura silenciosa. Há muito medo. E os exemplos são muitos. (Jovem afirma que só está a falar porque foi prometido que o vídeo será secreto. Caso contrário não participaria).
- Não há democracia. Há ditadura silenciosa
- Ia dizer que se antes a democracia estava no passeio do liceu, neste momento está no caminho do aeroporto a viajar isso porque só a democracia no papel, na realidade temos uma ditadura. Falamos o que merecemos e recebemos o que não queremos. A democracia em STP está perto de zero por cento e daqui a pouco será a ditadura.
- Nós temos democracia entre aspas porque olhando o que acontece à nossa volta, deduzimos logo que não temos democracia. Em STP estamos a perder a democracia.
- Muitos não sabem o que é a democracia. Num país democrático ouve-se a voz do cidadão e até leva-se em consideração as suas opiniões e olhando para a realidade são-tomense podemos dizer que não temos a democracia.
- Nunca poderia dizer que nós não temos democracia. Temos democracia. Acho que há uma má compreensão da democracia. Em STP temos leis, instituições que funcionam mal mas funcionam, as pessoas podem exercer as suas atividades políticas, manifestar, podem prestar entrevista, ninguém é perseguido ou torturado por prestar declarações. Agora perseguições políticas, tirar alguém emprego são coisas que não existem só em São Tomé, na Europa tb existe isso. Você se é de um partido, nunca te vão buscar para vir trabalhar noutro partido.
- A democracia está em entrelinha por várias razões. O poder de se manifestar livremente hoje já não existe e não só. Hoje em dia publicas uma mensagem nas redes sociais, o telefone está a tocar, a mensagem está a chegar, dizendo tira porque senão vão te tirar do emprego... As pessoas estão com medo! A democracia está em perigo. Não há democracia.
- Tenho dois casos para mostrar que não há democracia em STP. Tenho um colega meu que publicou algo no facebook, automaticamente liga-lhe um ministro, por ser seu amigo, dizendo: ó fulano não faz isso. Hoje só! Você vai acabar por perder o emprego! Há outro caso que, num dos ministérios, uma pessoa colocou um gosto numa mensagem, o responsável disse-lhe que vai lhe colocar falta e levantar um processo disciplinar.
- O nível da democracia é razoável porque existe democracia mas só que ela tem os seus vícios

6 –Muitas coisas são desejáveis, mas nem todas são características essenciais à democracia. Por favor diga para cada uma das seguintes o quanto essenciais acha que são como uma característica da democracia. Porquê? (Leia e escolha uma resposta para cada):

6.1 – Não é. Porque o governo deve criar condições para os pobres e não tirar dos ricos para dar aos pobres

- sim

- não

- Pode ser porque é normal que isso aconteça. É fazer uma distribuição equitativa da riqueza

- Todos dizem que não é

6.2 – Não porque há quem é de direito fazer isso;

- Não porque na democracia existe poderes institucionais competentes para isso. A religião não faz parte dessas instituições

Os outros dizem não mas não sabem dizer o porque

6.3 Todos dizem que é uma característica essencial...

- Porque os líderes precisam de ser legitimada e é com eleições que isso acontece

- Com confiança

6.4 – Não (5)

Sim (3)

6.5 – Não (todos) porque somos nós a escolhermos os nossos governantes

6.6 – Sim (todos concordam) É um dos principais.

6.7 – É um dever do Estado e não uma característica da democracia

– Não. Porque há pessoas que trabalham muito mais e não se pode equiparar a todos.

- Não porque tem que se sustentar a democracia.

- Não é.

6.8 – Não. Porque temos que obedecer as regras.

- Não porque seria anarquia

- Não (Todos dizem não)

6.9 – É sim porque todos temos os mesmos direitos. Um completa o outro e todos somos importantes

- Sim é mas o que está em causa é a interpretação do mesmo direito. É essa interpretação que por vezes é muito mal feita pela mulher na maneira de agir. E sim porque todos devemos ter as mesmas oportunidades de direitos e deveres

- É uma característica da democracia porque ela declara a igualdade entre os dois sexos, a igualdade de género
- É sim porque a mulher é a “mãe” da democracia. Quer dizer, sem mulher não há democracia.
- (Uma jovem) É sim porque tanto homem como a mulher tem o seu papel na sociedade. Mas também não se deve confundir as coisas. Há mulher que só porque o homem faz elas também fazem. A mulher tem o seu papel. Elas têm que saber fazer as coisas e não confundir. Elas têm sim direitos mas também têm deveres.
- Sim
- Os outros dizem que sim

7 – Para si, qual é a evolução da democracia em STP?

- A democracia em STP ainda não está evoluída porque a democracia hoje está em perigo.
- A democracia está a evoluir mas a questão é de saber se está a degradar ou a evoluir. Ela está a degradar porque hoje existe perigo para a democracia.
- Comparo a nossa democracia à um bebé e como estes de pequeno fazem necessidade na cama e não sabem o que fazem, assim também é a democracia em STP. Está a degradar e tem muitos perigos.
- Está a evoluir mas está cheia de vícios, como por exemplo o fenómeno “banho” que antes não existia e hoje é real.
- A democracia está doente para não dizer que não existe. Ela está a diminuir.
- Eu acho que a democracia hoje está em perigo porque o último exemplo de suspender um programa de uma rádio privada, o facto de não se conseguir manifestar porque mandam logo o comandante geral para acabar com a manifestação ou dar pessoa algumas verbas para não ir manifestar...
- Eu acho que a nossa democracia ficou estática. Ela não está a evoluir. Ela parou no tempo. Isso para mim é que é grave. Ela ficar parada.
- Posso falar com facto real. A nossa democracia está a degradar-se gradualmente. Como é que se pode ter uma democracia quando em pleno acto eleitoral o governo dirige a uma zona dizendo se vocês votarem no outro partido vamos levar (tirar) todos os postos de energia? Se não votar em nós, não haverá energia.
- A democracia está entre aspas. Ela está em viagem. Está em “banho”-maria. Não existe democracia em STP. Se se fala é barrada, ou se é de um partido político é chantageada, etc.
- STP é um exemplo da democracia e é visto de fora como tal. Só que os são-tomenses não saem para verem como estão os outros países.

8 - Quais os principais obstáculos na consolidação democrática de STP? Porquê?

- O primeiro fator é a nossa insularidade e a nossa pequenez. Depois há alguns parafraseados que não nos ficam muito bem como “somos todos primos”, o “leve-leve”. A maneira como a política é feita em STP, é feita de deixar tudo andar, não há um rigor na hora de actuar e depois chega um momento em que passa a haver perseguição em vez de a haver um rigor normal no como se deve agir. Ou se abre tudo porque todos somos famílias, parentes ou começa-se a perseguir as pessoas porque simplesmente não é da nossa cor partidária ou porque não gostamos da pessoa. A democracia em STP neste momento carece da liberdade de expressão. Os próprios partidos políticos carecem de pessoas preparadas, a qualidade de nossos representantes deixam muito a desejar

- Um dos obstáculos tem a ver com o nosso povoamento. Porque aqui em STP era visto como entreposto de escravos. Tudo quanto era negócio sujo era feito aqui. Enviavam, pessoas como se fosse para trabalhar na cadeia, para cumprir pena. E nessa conjuntura, juntou-se várias raças que culminou até hoje com fofocas, intrigas e “disse que não disse” que não ajuda a consolidar ou unir para um objetivo comum e que consequentemente não nos ajuda a consolidar a democracia.

Outros obstáculos são; cunhagem, desordem e “*banho*”

- Um dos principais fatores é a ausência das instituições democráticas credíveis. Como por exemplo os tribunais em que reina o clientelismo. Não há de facto a independência dos magistrados. O facto de o Estado ser maior empregador do país e a economia encontrar-se asfíxiada são outros obstáculos.

- Os principais obstáculos são: ausência dos tribunais, falta de liberdade na comunicação social e a sua manipulação pelo poder atual e o excesso do poder numa só pessoa.

- Outrora era o próprio regime político que atribuía muito poder excessivo ao presidente e podia derrubar o governo quando quera; hoje é a falta de princípio de separação de poder; a instabilidade política, o clientelismo, o “uêchaísmo”. Os são-tomenses têm muito olho cheio no outro, o facto de ser um povo crioulo, a mistura e o cruzamento de sangue não ficou muito bem aos são-tomenses, e portanto não há o sentir-se são-tomense, aliás há quem diga que não existe os verdadeiros são-tomenses, existe uma mistura de pessoas que se intitulam são-tomenses.

- Era preciso que alguns órgãos do país tomassem a independência e funcionassem emancipado do poder. Outro grande obstáculo são os próprios fazedores da lei e da política porque demonstram uma democracia falsa no sentido que não cumprem as regras democráticas. Outro obstáculo é a falta de liberdade de expressão, a independência dos órgãos do país, a corrupção, os “bufus” que tomam e levam.

- O maior obstáculo é o problema económico porque quando o povo passa fome toda a gente passa a ser prostituta, porque se vendem por dinheiro. Outros obstáculos são: a corrupção, a falta de valorização da pessoa pela sua competência e não pela sua cor partidária, a perseguição, a falta de liberdade de imprensa e a inércia da sociedade civil.

- Fazendo a pergunta o que é que impede o povo de ter o poder, chegamos a conclusão que é de facto a questão económica. Esta é de facto um grande obstáculo. Todo o resto vem como complemento. É o caso do

clientelismo, a corrupção, o “banho”, o uêchaismo, etc. O povo opta por isso porque não têm condições financeiras porque se fossem autónomos financeiramente não cederiam aos caprichos das vontades políticas-

- A falta de educação é também um fator importante. A democracia exige um povo educado e que perceba o que é a democracia. Os são-tomenses não sabem o que é a democracia. E este é também um grande obstáculo.

- Ia focar em dois pontos: a falta de instrução da nossa população. Temos uma taxa de alfabetização alta mas na prática isso não se traduz. A outra razão é a questão financeira acompanhada de intimidação.

- A perda de valores e de ética é outro fator. Porque mesmo não tendo condições financeiras, não sendo instruído, não sendo educado para a democracia mas se tiver o sentido ético haveria menos instabilidade.

- Há um fator importante que é o fator cultural. É cultural em África e de modo particular em STP ter alguém que manda, que é patrão, chefe etc. É preciso ter em conta este fator e com a evolução da democracia isso não mudou.

9 - O que acha da política em STP?

- Olhando para o momento atual da política atual em STP é péssima, medíocre porque atualmente não existe política.

- A pergunta é porque que temos estes políticos? Porque na verdade nós temos uma política suja. E a população escolheu os políticos que temos porque ela foi corrompida ao ponto de acreditar neles e vendeu-se pelos tais políticos.

- Devido os obstáculos que nós traçamos, eles nos ajudaram a ter uma situação política que temos hoje. A situação política que temos não é modelo mas também não é a pior olhando para a África.

- Se tivéssemos a dar a nota de 0 a 10 daria nota 4. É negativa e ela devia ser pior. Hoje está-se a perder a liberdade de expressão e as pessoas são facilmente manipuladas e compradas o que já está a criar certos hábitos na sociedade são-tomense.

- A política em STP é como se fosse comparada a alguém que quer comprar peixe. Cada um vai vender o seu peixe. Para mim a política é suja porque somos pequenos demais para estamos como estamos. Para mim a política que se faz no país é suja. Temos políticos confusionistas. A política aqui é uma confusão e não política.

- A política em STP é um negócio. Governo e oposição todos fazem negócio. Cada povo tem o político que merece. O povo também não é grande coisa.

- Para o sistema democrático que temos, a política que temos é péssima. As pessoas estão ali para atingir os seus objetivos pessoais. Não estão a fazer uma política em prol do crescimento e desenvolvimento socioeconómico do país. Cada um sonha, deseja e luta com os poderes que têm para atingir determinados cargos políticos.

- Nem sei se temos política em STP. O que temos aqui caracteriza-se muito pela intimidação, compra de consciência, chantagem. Enfim, é uma tristeza. Estamos muito aquém daquilo que se chama política.

- Falar da política é algo um pouco melindroso. Para os países se desenvolverem é necessário que tenha uma política. Se não tivermos bons políticos não podemos ter uma boa política. A política em STP já teve dias melhores, hoje tende-se a degradar. Ninguém tem uma linha de orientação para o País. Por isso que quando um partido não tem uma estratégia, o próprio eleitor que vota, só o faz porque acha que todos são iguais. A desordem na política começa nos partidos políticos que não têm identificação: não se sabe se é da direita, do centro ou da esquerda. Portanto, é necessário que as pessoas se identifiquem e quando isso não acontece, elas estão a perder os seus próprios valores e princípios. Em STP o que falta é a ideologia política.

- Se quisermos fazer uma radiografia daquilo que é a política em STP, começando pela definição conceptual daquilo que é a política como arte de administrar, organizar e orientar o estado de uma nação, levanta-se a questão de como está a organização e a administração do país. Podemos afirmar que a política está péssima ou seja não existe esta administração. E porquê que não existe? Porque estes políticos, agentes do processo não pararam para pensar o país, o que é que nós queremos do e com o país, aonde é que nós queremos levar o país para melhor então sabermos como administrá-lo? Então, porque nestes pontos os políticos falham, todo o resto falha também.

-A pergunta que devemos fazer logo de início é de saber quem faz a política em STP. E se vamos ver, quase todos são negociantes/comerciantes. Outra coisa é que a política em STP é feita de fora. Dependemos da ajuda de fora e decidem por nós o que é preciso fazer.

10 - Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em STP? Porquê?

- Independentemente do *uechaismo*, apadrinhagem tem a ver também com o povoamento destas ilhas. Como se sabe a ilha é vista como depósito de escravos e vinham pessoas de várias partes do mundo e esta junção não deu bons resultados. Isso não permitiu que trabalhássemos juntos para um objetivo comum para o desenvolvimento de STP;

- Uma das grandes causas é a maneira como as pessoas vêem a política como um meio de enriquecimento rápido e por terem essa noção que é uma via de enriquecimento rápido, todos procuram fazer política e acabam por ter a vida minimamente organizada com base naquilo que nós sabemos que são tráficos de influências, corrupção e mais, faz com que aqueles que estão por fora da realidade política ou do poder acabam por ser mesquinhos, criando uma série de cumplicidade para que possa derrubar o outro e tomar o lugar. Por isso mesmo os que estão por fora perguntam se isso tem mel. Isso demonstra a linha do pensamento do povo. Para os jovens constata-se a mesma coisa. Sabe-se que é na política que está a via do enriquecimento rápido. As pessoas vêm para a política não como uma carreira profissional mas sim como meio para conseguir um nível ou um agregado social.

- Uma das maiores causas da instabilidade política em STP, é a pobreza. Porque a maioria da população é pobre e toda gente quer subir ao poder para se enriquecer. Vê-se o poder como fonte de negócio. Outra causa é que o interesse partidário sobrepõe-se ao interesse do país. As orientações partidárias muitas vezes não vêem o interesse do país. Outra causa é o *uêchaismo*, o clientelismo (facto de se chamarem sempre de amigos).

- Nós temos um país em que a política é um cocktail em que todos se vendem. Por outro lado temos uma elite inculta, pessoas que estudaram e não sabem pôr em prática o que aprenderam, há uma capital cultural deficitária,

deputados que não sabem ler ou estar na sociedade, temos uma elite sem sentimento de pertença, que não sabe o que é ser são-tomense, que se esqueceu da sua verdadeira raiz. Historicamente pode-se dizer que os são-tomenses perderam-se, não há interesse pela sua terra. Os são-tomenses só querem fazer a política para ascenderem-se socialmente e o pior disso tudo é que ascendem politicamente mas não intelectualmente e no fim e ao cabo continuam a ter uma mente pobre.

- A questão é de saber se existe realmente política como fonte de orientação. E há aqui uma grande falta de orientação política. Esta é uma das causas.

- Problema económico. Toda gente quer fazer política para amealhar os bens materiais para si. Falta também linha de interesse e objetivo comum. Não há um objetivo para o país em si mas sim só interesses pessoais.

- Para mim a principal causa da instabilidade política é o problema económico por isso cada um se preocupa em fazer a política para se enriquecer. Outra causa é o familiarismo porque o que estão no poder não se preocupam com o mérito ou a capacidade dos cidadãos mas sim com a família.

- Acho que tudo começa com o nível de escolaridade. Hoje temos muitos políticos com nível de escolaridade muito baixo, sobretudo os deputados. Outra causa é o querer ter um estatuto social. Uns só querem estar no poder mas não sabem lá estar.

- A descrença nos partidos políticos da parte da população. Há também o excesso dos partidos políticos em STP. A luta pelo poder é também outra causa. Em STP toda a gente quer estar no poder porque quando estamos no poder, podemos ter a nossa magistratura de influência. Ou seja, saco azul, tráfico de influência, luvas, etc. Quando estamos no poder, podemos manipular e gerir a situação para podermos enriquecer facilmente. A política em STP é uma forma de enriquecer. As pessoas aconselham muitos aos jovens dizendo: si bó mecê bilá lico, ce la bô lentlá política. Ná flá montchi fá. São pequenos conselhos que dão para poderes assegurar algo para futuro.

A outra questão é o familiarismo. Em STP não temos uma cultura de oportunidade ou de competência mas sim uma cultura de familiarismo.

- Outra causa é a perca do patriotismo porque os são-tomenses não olham para o país. Os nossos políticos não têm um sentimento patriótico.

- O não patriotismo, ganância do poder e o não comprometimento com a nação. Porque tudo isso traz conflito e faz com que haja sempre instabilidade.

- a falta de instrução do povo e dos políticos. Acho que é preciso ensinar ao povo que é ele que faz a política e que devem exercer os seus deveres e direitos. Mas também é preciso ensinar aos políticos o que é uma nação. Em STP carecemos de políticos formados e instruídos. Temos políticos que não sabem o que é uma nação e enquanto tivermos estes tipos de políticos haverá sempre instabilidade.

- O querer enriquecer facilmente para poder ter poder e dinheiro e isso tudo para poder e esbanjarem o dinheiro com as mulheres. De facto, se analisarmos bem, aqueles que querem ascender ao poder, maioritariamente são os

homens. E olhando para a nossa cultura os homens querem ascender ao poder para satisfazer os seus apetites sexuais com as boquitas. Portanto isso também é uma das causas.

11 - Como você vê a ação política das elites são-tomenses? Porquê?

- A ação política das elites são-tomenses está ornamentada pelo egocentrismo exacerbado. Porque só se vê cada um lutando para o seu lado e isso muito acentuadamente. Isso forma uma elite que faz lidar só com quem tem dinheiro.

- É preocupante porque os políticos não têm uma visão do país. A outra questão é como as elites aparecem no partido. Aparecem sem saber quem são. Só porque têm dinheiro. Mesmo no seio do partido as eleições são claramente duvidosas e há muitos partidos que se sentem abafados. Há muito conluio dentro do partido.

- Se tivesse algo pior que péssima seria essa a classificação porque a maneira como se comportam deixa muito a desejar. Há uma luta grande para o poder, cada um luta para o seu lado. A elite política está a agir muito mal.

- Péssima porque dentro do partido já existe falcaturia. Há muita intriga para afastar o outro. Há compra de consciência mesmo dentro do partido.

- É péssima a ação porque há uma inércia política.

- É má e doentia porque não é direccionada só para si e não está voltada para o país, quase não se faz nada.

- Não há ação. O que se vê é uma resposta ao meu colega do partido e da família. Em STP os políticos não têm ação

- Péssima. O problema reside na dificuldade dos partidos políticos definirem área de ação. As elites fazem o que lhes dá na cabeça. Há dificuldade em definir projetos exequíveis. Fazem tudo aleatoriamente. Resolvem problemas quotidianos sem propor uma estratégia.

- Temos uma elite política ignorante que se perdeu no tempo. São elites vendedoras de sonhos que prometem ações mas no fim será um total devaneio.

- Temos que distinguir. Não podemos por todos os políticos no mesmo saco. Acho que os nossos políticos não tomam decisões mas sim indecisões. Por outra parte, os políticos vêm da sociedade e se esta estiver doente vamos ter maus políticos. O povo é também culpado porque não faz o seu papel, não manifesta, não reclama, não pede conta e não critica. Portanto, essa doença, essa inércia ou inação vem da sociedade e passa para as elites. Vivemos numa sociedade de improviso. Quem acha que pode fazer isso faz e no fundo não se faz nada.

- Analisando bem, não sei se existe ações. A política deve ser linhas de orientações. Como não existe metas, linhas de ações e por isso as ações são péssimas.

- As ações das elites políticas podem ser classificadas como medíocre. São poucas as ações. O que mais se vê são decisões que não se espelham a vontade e o interesse da população. Simplesmente versa sobre uma ou outras pessoas. O político que quer vencer as eleições sabem que classe de pessoas eles devem se dirigir: motoqueiros, palaiês...

- A falta de ação está também relacionada com a falta de capacidade de executar os projetos.

12 - Na sua opinião, os cidadãos confiam ou desconfiam nas elites políticas partidárias? Porquê?

- Em STP, ninguém mais confia nos políticos. O povo escolhe porque não há outro melhor. O que existe é um temer e não a confiança. Temem não serem ajudados ou não encontrarem emprego. Breve, há mais interesse do que confiança. Como posso ganhar alguma coisa, dou-lhe o poder. O país para mim não importa.

- Os cidadãos nem sequer confiam em si mesmos quanto mais nas elites políticas por várias razões: é um povo que vive bastante descontente por não ver as suas necessidades não serem satisfeitas por quem de direito. Vêm as suas expectativas constantemente a serem defraudadas. Portanto, não confiam mais porque já confiaram várias vezes e esta confiança simplesmente foi por água abaixo. Portanto, é um povo decepcionado.

- O povo perdeu a memória e estão desorientados. Já passaram por várias coisas, que já não confiam em nenhuma elite política. Não confiam em ninguém mas devido a pobreza económica, eu voto em alguém. Quem der mais eu voto nele.

- Temos elites que saíram do povo com o problema que o povo tem. Essa confiança não existe porque onde existem somente gatunos, ninguém confia no outro. Estão sempre em alertas para não serem roubados. Na escolha entre João e Pedro, eu não gosto de nenhum deles mas como tenho que escolher, vou escolher quem me oferece mais. Vou escolher em função de quem eu terei mais vantagem. Não existe mais confiança. Parte-se por onde se consegue ter qualquer coisa.

- Claramente não confiam. Tanto é que os resultados das eleições passadas são as provas disso. As pessoas votaram no atual governo não porque este partido convenceu melhor ou teria tido melhor desempenho. As pessoas teriam estado tristes com o partido que estava anteriormente no poder. Teve muitas oportunidades mas também não fez muito. O povo escolhe bem os seus representantes. Estes é que não representam bem do povo. O povo não escolhe porque confia mas sim por ausência de opção ou porque tinham que exercer o seu direito de voto. O nível de abstenção das últimas eleições demonstra que ele já não confia nas elites políticas partidárias. O povo sabe que qualquer uma das elites que ele for votar, o resultado do trabalho vai ser o mesmo.

- Eu diria que os cidadãos não têm noção do que fazem porque o que querem é só satisfazer as suas necessidades. Basta alguém vir com boas promessas para caírem nelas sem crítica nenhuma. Não confiam.

- Há confiança sim em algumas elites. Hoje se analisarmos as últimas eleições, as pessoas votaram não no partido ADI mas sim na pessoa do Patrice Trovoada. É uma questão de confiança directa: do povo para com ele. Não estou a dizer que ele está a fazer uma boa ação mas temos que ser desapaixonados.

- O povo não confia. Ele já perdeu esperança em todos os partidos políticos e por conseguinte nas suas elites. Saem de casa não para poder votar mas é mais um dia para sujar o dedo. As elites decepcionaram o povo e este já não confia. Prometem tanta coisa que não conseguem dar respostas até então e o povo já não acredita nelas.
- O povo não confia. Só vota e depois avalia. Por isso está sempre a haver mudanças de partido no poder.
- A classe baixa é de extrema confiança porque é facilmente manipulada. A classe média tem uma relação com as elites de interesse. É mais difícil ser manipulada. Muitas vezes faz de conta estar interessada mas o que quer é só ganhar algo.

13- Para si, qual a importância dos partidos políticos na consolidação democrática em STP?

- É muito importante porque tem que censurar certas decisões do país tomada pelo partido em poder
- É muito importante porque é mais uma opção para o povo no caso das eleições, direito de haver contrariedade, haver mais opção e múltiplas ideias.
- É muito importante mas em STP ainda está muito refém aos partidos políticos. É muito difícil um independente candidatar-se e ganhar. É importante porque não existe democracia sem partidos políticos.
- Deveria ser importante mas no caso de STP, na situação atual já não é importante e não faz maior diferença. Porque hoje nenhum partido faz melhor. Todos estão na mesma situação.
- Muito importante porque não existe país democrático sem existência dos partidos políticos. Por isso, é de extrema importância que haja partidos políticos porque através deles o governo é fiscalizado, chamado a prestar conta, é criticado e interpelado.
- São importantes mas em STP seriam mais importante se soubessem o seu papel verdadeiro na sociedade.
- É fundamental que haja partido político para poder haver a consolidação da democracia. E na democracia não há outra forma de ser.
- É muito importante, apesar dos nossos partidos sofrerem de um cancro que é o problema (da definição) de ideologia. É importante porque também serve para interpelar.
- É fundamental porque enriquece a democracia.

14 - Na sua opinião, quais são os principais papéis que desempenham os partidos políticos no desenvolvimento socioeconómico de STP?

- o principal papel dos partidos políticos é conquistar o poder e depois satisfazer as necessidades do povo.
- É um pouco de tudo. A questão do poder, o partido político existe para isso, para lutar pelo poder. O enriquecimento do seu presidente é inevitável. A questão da democratização vem por último.

- No contexto de STP seria enriquecer não só o seu presidente mais todo o seu elenco. Porque quando um partido político sobe ao poder em menos de três meses todo o seu elenco começa a pintar casa e a ter novos carros e construir (novas casas).

- Os partidos políticos deviam garantir a legalidade democrática, traçar política de desenvolvimento, fazer oposição ao governo, garantir o direito e a liberdade dos cidadãos. O que eles não deviam fazer e fazem em STP é enriquecer à custa do Estado. Em STP tem-se uma cultura, porque isso já virou cultura, de que cada um deve sugar o Estado. Mesmo mecânico que repara o carro do Estado, ele subfactura: se a despesa é de 5 milhões de dobras, ele coloca 15 milhões. Então, todo mundo em STP deve enganar o Estado. E os que mais subtraem aquilo que é público são precisamente os partidos políticos.

- É a luta pelo poder numa tentativa de consolidar não a democracia mas o poder e depois enriquecer mais o seu presidente

- No caso de STP não é consolidar a democracia, o que devia ser, mas sim assumir o poder e se restar tentar consolidar a democracia.

- Em STP os partidos políticos não estão a fazer nada para desenvolver o país. Só querem o poder e enriquecer os seus presidentes.

- Enriquecer mais os seus presidentes, olhando para a realidade de STP, e por último é que procuram consolidar a democracia.

15 - Que apreciação faz do desempenho das elites partidárias? Porquê?

- O desempenho é mau porque não temos nada de positivo no país. Estamos a criar jovens corruptos, confucionistas e que não olham para o país.

- De uma forma geral é mau porque praticamente não se vê nada no país.

- É razoável porque acho que as ações das elites partidárias são de todo negativas. Há coisas boas visíveis e também há um esforço para melhorar.

- O desempenho é mau, olhando para a pequenez do país. Há coisas pequenas que não estão resolvidas como as estradas esburacadas, vários apagões, com muitas sequelas na educação, corrupção generalizada, etc.

- Razoável porque no meio de tanto peixe podre há alguma coisa boa

- Razoável. A juventude às vezes gosta de fazer análises precipitada. Todavia, a fase em que estamos, já devíamos ter aprendido com os erros do passado. Alguma coisa foi feita como no caso da educação quanto ao nível da alfabetização, pois há muita gente formada hoje. A luta contra o paludismo é também outro fator, a segurança social, o acesso às informações. Portanto, devíamos estar muito mais longe.

- É má porque o que se fez não é nada. Olhando para o pequenez do país devia-se fazer muitas coisas. As elites deviam preocupar mais em satisfazer mais as necessidades básicas do povo.

- Razoável, porque ainda nós estamos a sobreviver. Deveríamos estar melhor mas estamos quase abaixo do poço.
- Razoável devido a algum progresso. Mas para um país tão pequeno como o nosso devíamos estar muito melhor. Devíamos ter uma melhor organização.

2.3. Jovens da Paróquia

1 - Quão interessado diria que está pela política em STP? Porquê

- Está sim interessado porque há situações em que nós, como cidadãos, devemos participar ativamente na política de STP.
- Está sim interessado na política porque os resultados políticos, bons ou maus nos afectam como cidadão então estaria interessado na política para dar o contributo no desenvolvimento do país.
- Está sim interessado porque é uma maneira de participar no desenvolvimento do país;
- Está muito interessado porque é uma forma de acompanhar a vida do país e de indiretamente analisando, enquanto jovem, a situação do país e o seu desenvolvimento.
- Estou sim interessado na política porque acha que toda a gente deve estar interessada sim
- Sim porque o país é democrático e é dever de toda a gente participar. A política desenvolve o país e por isso todos devem participar obviamente na política, se ela tiver organizada. Em STP a política não está bem organizada. Uns fazem política e são políticos e outros fazem politiquice e são politiqueiros!
- Sim porque como cidadão devo participar. Quando a gente participa na política de uma forma ativa e trabalhar de uma forma organizada estamos a participar no desenvolvimento do país
- Sim. Desde que o país é democrático, todos os cidadãos são convidados a participar na política. Porque cada um deve responsabilizar-se pelo bem-estar do país. Hoje mais do que nunca os jovens devem participar porque os nossos líderes já fazem mal a política. Por isso, os cidadãos devem acompanhar os passos dos políticos para saber fazer bem a sua escolha e saber qual desses políticos devem nos liderar.
- Como cidadão tenho um pouco de interesse na política só para estar atento ao desenvolvimento do país, as decisões que têm a ver com a população. Por isso, todos os cidadãos devem estar atento de maneira que quando as coisas não estiverem bem para que cada um deva dar o seu contributo.

2 - Para si, qual é a importância do voto? Porquê?

- O voto é muito importante porque através do voto vamos conseguir dar a nossa voz e colocar no poder quem nós quisermos para desenvolver o país. Infelizmente há algumas maneiras erradas das pessoas que estão no poder usar os votos e fazem as pessoas pensarem que o voto não é importante. O pior é que quando estão no poder e usam expressão que marginalizam aqueles que votaram

- É muito importante para uma nação e para a participação das pessoas. É uma expressão da liberdade das pessoas e do dever de cada cidadão. É ainda importante para que cada cidadão possa escolher livremente e em consciência aqueles que querem para dirigir o país.
- É importante porque votar para cada pessoa é um direito e é para que cada um escolha o futuro do país. Com o voto pode-se mudar o rumo ou o destino do país.
- O voto é importante sim porque é um dever de todos os cidadãos mas falta de clareza do voto. Hoje em STP o voto é influenciado pelo fenómeno “banho”. É um direito votar sem a compra de consciência.
- É importante sim porque é porque é uma maneira de depositar a confiança em alguém que achamos que pode fazer algo de melhor para nós. Só que acontece que essa confiança que depositamos em alguém é traída porque as pessoas quando chegam ao poder em vez de satisfazer a necessidade do povo, satisfaz a sua própria necessidade. Também o voto em STP está a ser banalizado porque algumas pessoas já não votam mais de livre e espontânea vontade. Vota-se mais por uma remuneração ou outros ganhos. Isso faz com que as pessoas não vejam a importância do voto. As pessoas vão votar sem nenhuma esperança ou certeza.
- No voto, a questão do “banho” está entre aspas. Porque eu não vou votar só por causa do estímulo. Eu posso receber o estímulo e votar no meu candidato. Acho que é falta de maturidade. Acho que devia haver uma melhor e maior explicação sobre a importância do voto.
- O voto é importante para depositar a confiança a um grupo de partido para orientar e organizar o país e também para ter um líder como presidente. Sobre a questão de “banho” são todos que o fazem. Mesmo a sensibilização que fazem na televisão é tudo contraditório. Quem a faz é o primeiro a dar. É por isso que a população fica toda aérea. Como é possível você que manda não fazer é que que faz primeiro. É por isso que uns recebem. Muitas pessoas não votam com razão porque são as mesmas pessoas que dizem para não fazer é que fazem primeiro. E depois, votar ou não votar tudo fica na mesma.
- A questão do “banho” existe porque quando nós votamos num candidato nós pensamos que ele vai conseguir apoios para resolver o problema do país. O que acontece é que quando ele chega lá, começa a resolver os seus problemas, apoia os seus familiares e amigos, aqueles que trabalharam com ele na campanha e mais nada. Isso é de todos os partidos. Desde 1991 e até hoje. Acontece que eu que não fui beneficiado com um emprego quando o teu partido estava no poder, se não quiseses sair, tens que gastar um pouco de dinheiro que ganhaste lá. E se quiser continuar no poder, eu tenho que estimular a pessoa. Portanto, não vejo que um dia o “banho” venha a terminar.
- É importante porque ajuda a escolher os nossos representantes, aqueles que pensamos que vai ajudar o país a sair da miséria e é uma maneira de comprometer o cidadão.
- É muito importante porque é uma maneira de escolher alguém que vai governar o país. O governo devia criar um sistema de obrigar as pessoas a votarem, com “banho” ou sem “banho”;

3 - Eu vou nomear uma série de organizações. Para cada uma pode dizer-me qual a confiança que tem nestas: há uma grande dose de confiança, bastante confiança, pouca confiança ou nenhuma mesmo? E Porquê?

3.1- Igreja

- Grande confiança na igreja católica porque a ela ajuda a pessoa a viver na democracia e liberdade, ensina a ser democrático e cria comunidade. Nas outras igrejas nada porque eles criam o separatismo e são determinantes no sentido que impõem as pessoas o que devem fazer.
- Na Igreja católica grande porque a igreja é um catalisador de valores. As outras igrejas nada porque só trazem problemas para o país
- Na Igreja católica grande mas nas outras nada.
- Bastante porque a igreja católica ajuda a criar confiança, união. Nas outras nada porque criam separatismo.
- Grande porque a igreja tenta passar bom exemplo;
- De forma geral pouco devido o próprio contexto do país. Cada um pensa no seu interesse próprio e mesmo quando unirmos para falar de Deus nós ainda não conseguimos afastar os nossos interesses pessoais para nós trabalharmos para o interesse de Deus.
- Bastante para a igreja católica e nada para as outras
- Grande confiança de uma forma geral porque de qualquer forma elas tentam unir as pessoas e influenciá-las para trabalhar em grupo.

3.2 – Comunicação social

- É nada. Porque até na comunicação social é partidário e não tem credibilidade. Cada governo coloca lá quem ele quer. As notícias são credíveis mas não tem grau de confiança.
- Poucas, porque as informações que passam são só a favor do partido no poder. E se acontecer alguma coisa que está contra o partido no poder, eles simplesmente cortam e não deixam passar
- Pouca visto que está ao serviço do partido no poder. Porque não há liberdade de imprensa visto que só passa o que eles querem. Para além disso, se alguém passar contra a vontade do governo, perde o emprego.
- Nada.
- Nada porque as pessoas não têm direito de falar. Se alguém for para falar de um problema ou dar uma opinião mesmo para melhor o país, a comunicação não passa. Só passa aquilo que querer passar.
- Os outros dizem nada.

3.3 – Poderes políticos (Governo, Parlamento e Presidente). Todos dizem que têm pouca confiança.

3.4. Partidos políticos : A maioria diz que nada e outros pouca confiança.

3.5. Os tribunais : Nenhuma confiança.

4 - Vou descrever vários tipos de sistemas políticos e perguntar o que pensa sobre cada um como um modo possível de governar este país. Para cada um, diria que é muito bom, bom, mau ou muito mau como forma de governar este país? E Porquê? (Ler uma a uma e esperar a resposta).

4.1 – Ter um líder forte que não tenha de se preocupar com o parlamento ou eleições

- Muito mau porque num país todas as pessoas têm direito;
- Muito mau porque já há democracia no país;
- Muito mau porque o ser humano tem capacidade, curiosidade de experimentação e um governante que não tem em conta os outros...;
- Mau porque o país já tem democracia e as pessoas são livres de escolher e ter um líder assim que impõe as suas regras não dá
- Muito mau porque o líder deve trabalhar com as outras instituições, senão seria uma anarquia
- Muito mau porque já temos democracia e escolher quem queremos para nos governar é melhor.
- Muito mau porque já estamos habituados com a liberdade e a democracia.
- Muito mau porque o povo deve escolher quem ele quer e não a ditadura.
- Muito mau porque ele deve trabalhar com outras instituições, prestar conta e ir às eleições para ver se as pessoas estão de acordo com o que ele faz, etc.

4.2 – Ter especialistas, não governos, que tomem decisões de acordo com o que eles pensam ser melhor para o país

- Mau porque ele pode ser especialista mas o país não é dele e nem tudo que ele pensa é necessariamente correcto.
- Bom porque se são especialistas e podem orientar bem o país. Isso é bom.
- Mau porque apesar de serem especialista nem tudo que decidem pode estar de acordo com a população e deve-se ir às eleições;
- Mau, eles devem propor e não decidir. O trabalho deles é aconselhar para o desenvolvimento do país
- Mau, porque podem ser especialistas mas devem ter em conta a democracia e o governo
- Mau porque há risco deles implementarem as ideias deles e nem sempre pode ir de acordo com o que o país necessita;

- Mau porque somos um país democrático e todos têm direito de exprimir as suas opiniões;
- Bom. Bom porque como especialista devem saber escutar, estudar e analisar e implementar para o desenvolvimento do país.
- Mau porque seria impor as suas ideias
- Seria bom porque se em cada ministério tivermos um especialista a tomar decisão, seria bom;

4.3 – Ter um regime militar

- É mau para STP porque nosso país não tem base para o sustento dos militares;
- É muito mau porque seria a lei de falhou-comeu, uma ditadura;
- Muito mau porque olhando como o país está sem regras, sem normas e as pessoas não obedecem. Com o regime militar seria um caos.
- Muito mau porque o regime militar não tem nada a ver com a democracia. Seria uma ditadura;
- Mau porque o país não conseguia sustentar o clima de ditadura e da desordem que poderia reinar.
- Bom, apesar de precisarmos um pouco de liberdade mas a disciplina militar seria bom se for implementada, com tempo e com preparação. Por exemplo no tempo do partido único viu-se alguns benefícios porque há certas regras que beneficia a população e consegue haver ordem que permite atingir alguns objetivos para o melhor da população;
- Bom porque com regime militar haveria mais respeito e mais ordem. Vai haver também mais clareza na governação e na prestação de conta.
- Seria bom porque o que se ouviu dos pais no tempo do partido único havia mais respeito e mais ordem. Hoje há muita desordem.

4.4- Ter um regime político democrático

- Muito bom porque com a democracia o povo tem direito de expressão, direito a voto e vão lá escolher quem elas querem para dirigir o país
- Muito bom, porque cada um tem o seu direito e dever, tanto ricos ou pobres.
- Muito bom mas a forma como estamos a fazer a nossa democracia é que está a dar cabo do país.
- É muito bom só que aqui em STP se confunde liberdade com libertinagem porque não há prestação de conta e nem o respeito;
- É bom porque é através da democracia que podemos nos exprimir e cada um procurar dar a sua contribuição para o desenvolvimento do país

- É bom porque as pessoas têm direito mas deve-se esclarecer as pessoas
- É muito bom, mas há necessidade de educar tanto os eleitores como as elites para que esse sistema mantenha democrático e não uma coisa desorganizada
- É muito bom mas a maneira como se vive a democracia em STP faz parecer mal
- Muito bom porque ajuda a desenvolver o país.

5 - Como considera/caracteriza o nível da democracia em STP? Porquê?

- A democracia em STP está em crise. Porque a liberdade de expressão está em jogo. Se houver algo contra o governo automaticamente é-se suspenso; a comunicação social não é livre.
- Muito mau porque não há liberdade de expressão. Não se pode falar o que se pensa sem represália ou perseguição;
- É mau porque não há liberdade de expressão e a pessoa vai votar coagida, tomando “banho” e nem sempre o faz por consciência;
- Razoável, porque podemos não ter a liberdade de expressão, mas temos outras características da democracia como as eleições regulares;
- Razoável porque na prática não há liberdade de expressão. É só no papel.
- Mau porque a democracia em STP está em perigo. Nós somos democráticos em pequenos detalhes, como andar livremente. O que danifica a nossa democracia é a falta da liberdade de imprensa que não existe em STP. Os jornalistas devem estar livres para questionar os políticos e isso não existe. A liberdade de imprensa é uma fonte de desenvolvimento do país. Outra coisa que falta na nossa sociedade é a liberdade de manifestação. Quem manifestar é automaticamente sancionado no trabalho, etc. Depois os órgãos de soberania estão sendo manipulados como o caso do tribunal, os militares, quase todos os sistemas são manipulados, o primeiro-ministro age como se fosse o presidente e sem respeito por este, o parlamento está nas mãos do governo. Breve está uma desordem e esta desordem tem o nome da democracia mas só tem mesmo o nome de democracia,
- Não há democracia. Entre os órgãos de democracia não há respeito e há muita manipulação. Já que estou no governo tens que fazer o que eu mando. Ninguém pode contradizer. Se entre eles é assim, pior é em relação a população. Falando de comunicação social só passa o que o governo quer e mais nada. Não aceitam crítica.
- O nível da democracia é razoável por dois motivos. Primeiro pela pequenez do país e segundo pelo nosso fraco desenvolvimento económico. Na primeira razão, nós conhecemos toda a gente e viramos daqui, estamos no mesmo sítio. Os tribunais têm este problema. Tem que tomar uma decisão mas ela vai afectar um membro de família: se não for meu pai, é meu tio, ou outro membro da família. Então a minha decisão vai ser condicionada. Quando ao segundo, vendo alguma coisa mal e se eu denunciar, vou ser posto fora do trabalho e aonde é que irei encontrar o emprego? Então a liberdade que nós todos temos, esse direito que temos não os exercemos devido o nosso pequenez e a pobreza económica e não há desenvolvimento socioeconómico.

- Em STP só há democracia nos momentos de eleição mas mesmo nesse momento já está a ser condicionado. De resto não temos democracia.

6 - Muitas coisas são desejáveis, mas nem todas são características essenciais à democracia. Por favor diga para cada uma das seguintes o quanto essenciais acha que são como uma característica da democracia. Porquê? (Leia e escolha uma resposta para cada)

6.1- Sim, porque para o nosso país que não tem recurso é importante para ajudar os mais pobres.

- Não porque depende da forma como o rico se tornou rico. Se trabalhou muito na vida, seria uma injustiça. O que o governo deve fazer é conversar com ele para ele poder apoiar as causas sociais;

- Não

- É sim porque ele deve pagar uma taxa diferente dos pobres. A taxa para o rico deve ser elevada em relação aos pobres;

- Não. O governo deve descontar as pessoas consoante a sua situação social.

- Não

- Não é essencial. Deve haver uma igualdade para os dois;

- Sim. Deve haver um princípio de partilha. Se houver uma forma de o governo encontrar uma maneira de ajudar a essa partilha, seria melhor;

6.2 – Sim se as partes não chegarem ao consenso seria normal que chamasse as autoridades religiosas.

- Não porque na democracia a divisão de poderes. Cada uma tem a sua função. A interpretação da lei é a função do parlamento e não da religião

- Não. A religião não deve intervir nisso. Há divisão de poder e não é o dever da religião;

- Não é. A igreja dá a sua contribuição no aconselhamento mas não na interpretação da lei;

- Não porque a igreja não deve entrar na política. A única coisa que a igreja deve fazer é aconselhar, ajudar a um entendimento na assembleia para que as leis sejam aprovadas;

- Sim porque a igreja faz parte da sociedade e deve ajudar a interpretar;

- Sim porque a igreja tem uma base comum na medida que responde tanto pelos fracos e pobres como para os poderosos e ricos;

- Sim porque os membros da igreja são membros da sociedade. Estando na democracia ela deve dar também a sua interpretação

3 – Sim, é um direito de voto

- Sim todos temos o direito de escolher os nossos dirigentes;
 - Sim porque a democracia é ser livre para escolhermos quem quisermos
 - Sim porque é sinónimo da democracia
 - Sim. Pena é que quem nós escolhemos não conseguimos colocar no poder porque há batota nas urnas.
 - Sim porque as pessoas são livres de escolher quem elas querem que respondam pelo país ou não
 - Sim porque em qualquer estado de direito a eleição livre é das principais características da democracia
- 4 – Sim, porque quem não trabalha merece a ajuda do estado
- Não. O estado deve distinguir quem quer trabalhar ou não. Hã pessoas que não trabalham porque não querem.
 - Sim porque o estado deve ajudar tudo;
 - Não é essencial. O essencial é o Estado encontrar o emprego para as pessoas;
 - Não. O que estado deve fazer é criar condições para as pessoas trabalharem;
 - Não é porque há pessoas que não gostam de trabalhar;
 - Sim as pessoas desempregadas merecem ajuda do Estado. Mas tem que haver uma melhor organização e fiscalização;
- 5 – Não porque a características da democracia é a eleição e se o governo for demitido deve-se voltar as eleições e nunca o exército assumir o poder;
- Não. O exército não deve, mesmo que o governo seja incompetente. Deve ir a eleição;
 - Não porque na democracia escolhemos um líder e se ele não estiver a trabalhar bem há mecanismos legais para o tirar;
 - Não é porque na democracia quando o governo não estiver a trabalhar bem deve-se partir para a democracia;
 - Não porque o exército não deve;
 - Não por dois motivos. Primeiro é porque estamos num país democrático e se o nosso líder não estiver a trabalhar bem há mecanismos legais para o tirar. Em segundo lugar questiona-se a capacidade do exército para governar o país.
 - Não é. Se o governo for incompetente deve-se ir às urnas
 - Não porque somos um país democrático e deve ser nas urnas que devemos decidir o destino do país.
- 6 – É sim porque todos nós devemos usufruir dos nossos direitos e o Estado não deve sobrepor a eles;

- Sim porque toda gente deve sentir-se bem e em segurança;
 - Sim porque num país democrático as pessoas tem que viver livremente e usufruir dos seus direitos
 - Sim porque devemos sentirmo-nos livres
 - Sim porque estando um país democrático isso é automático
 - Sim porque as leis devem proteger o cidadão.
 - Sim porque num estado de direito democrático e os direitos fundamentais é essencial para o desenvolvimento socioeconómico;
 - Sim porque o país é democrático e os cidadãos devem ser protegidos pelo Estado.
- 7- Não porque o rendimento de todos não podem ser igual porque o trabalho e a função não são iguais. Cada um deve receber consoante a sua função;
- Não porque cada um deve receber segundo a sua função e responsabilidade;
 - Não, porque não pode haver igualdade do salário porque as funções são desiguais;
 - Não porque há diferença de função e deve haver também diferença de salário
 - Não, o salário deve variar de acordo a função das pessoas;
 - Não porque depende também do seu status social;
- 8 –** Não porque há instituições próprias e cada um deve cumprir com a sua parte e não cada um mandar a seu bel-prazer;
- Não porque seria uma desordem total no país;
 - Não porque cada um não pode fazer o que quer;
 - Não porque senão seria anarquia;
 - Não porque o país já tem as suas regras e as pessoas devem obedecê-las;
 - Não porque temos leis e devemos obedece-los;
 - Não porque senão seria uma anarquia total;
 - Não porque as regras devem ser respeitadas por todos;
- 9 –** Sim porque todos temos os mesmos direitos;
- Sim porque na democracia todos somos iguais;
 - Sim visto que as mulheres devem também usufruir dos mesmos direitos e deveres;

- Sim...
- Sim porque as mulheres tb são seres humanos;
- Sim porque na sociedade não deve haver distinção, todos temos os mesmos direitos
- Sim porque todo o Estado de direito democrático deve consagrar o princípio de igualdade entre os homens e as mulheres.

7 - Para si, qual é a evolução da democracia em STP?

- Acho que a democracia está a consolidar-se. Creio que em relação ao passado, há coisas atuais que mostram que as coisas estão a mudar;
- Em primeiro lugar a democracia em STP está em perigo. Em segundo lugar hoje temos um único partido no poder e isso põe em causa a democracia porque têm o poder absoluto e podem fazer o que quiserem.
- Acho que a democracia está a consolidar-se por vários motivos: apesar de só termos um único partido no poder os poderes continuam separados. Por outra parte os problemas que temos vivido ultimamente da impugnação das eleições juntos ao tribunal constitucional, vem confirmar isso. Para além disso, no nosso país há sempre a preocupação de realizar as eleições periodicamente. Quando chega a data da eleição, há eleição. O nosso país é um dos que respeitam bem ou mal as decisões que os tribunais proferem. Isso é incontestável. Regra geral, as pessoas acatam com naturalidade as ordens das instituições. Há todas as instituições a funcionarem regularmente.
- Se fizermos uma análise dos fatos vamos ver que polícia não respeita polícia, os tribunais não funcionam e não há respeito. Em geral ninguém respeita ninguém. Mesmo entre os órgãos de soberania. O governo é autoritário e manipulador. Logo a democracia está em perigo.
- Há dois fatores que colocam a democracia em perigo. Primeiro a manipulação do exército. O exército deve estar isento. O segundo, são os tribunais que estão ao serviço do governo e totalmente manipulado;
- Aparentemente a democracia está a evoluir. Mas se a evolução é para pior ou para melhor não se sabe. No início parece que estava a evoluir, hoje não;
- A democracia está em perigo devido a situação em que estamos a viver. Você se não for do meu partido e não votar em mim não tens trabalho. Tu podes estudar mas se durante a campanha não trabalhaste para mim não tens futuro. Num país democrático isso não pode acontecer;
- Está em perigo porque estão a trabalhar por partido e as coisas não devem ser assim;
- Está em perigo porque há muito partidarismo. Não existe concordância no poder, continuidade de estado
- Sim porque o poder está centralizado num só homem e isso coloca a democracia em perigo;
- Está muito em perigo. O líder do governo não respeita as outras instituições, como a presidência;

- Sim está em perigo porque há perseguição nas instituições nas pessoas que não são do partido em poder.

8 - Quais os principais obstáculos na consolidação democrática de STP? Porquê?

- Falta de entendimento, falta de diálogo e falta de continuidade de estado;
- Falta de consciência, falta de personalidade de certas pessoas que desempenham as funções e familiarismo. As pessoas só pensam em si e nos seus familiares;
- Os principais obstáculos são o partidarismo e o familiarismo. O partidarismo porque se não fores do meu partido, não encontras trabalho. E o familiarismo é que só quem é da família é que é ajudado;
- Partidarismo porque quando entra um novo governo se você não for do governo, perdes o emprego;
- Falta de diálogo, falta de união e do amor uns aos outros;
- Egocentrismo e falta de uma sociedade civil mais dinâmica e interventiva. Há muito coisa que a sociedade civil podia fazer e não faz. Se calhar é por causa do partidarismo que é muito forte em STP ;
- Falta de entendimento, da consciência e falta de humildade;
- Falta de consciência e de personalidade. Porque quando as coisas nos favorecem ou a nossa família nós nos calamos. Falta de personalidade porque se eu ver o outro a fazer o mal eu reclamo mas quando for para o poder, faço o mesmo ou pior. Também é por causa da pequenez do país. O facto de sermos todos primos (STP) é difícil. Quando é a nossa vez, fica complicado;
- Partidarismo, falta de entendimento, de respeito entre órgãos de soberania, abuso do poder
- O partidarismo é a principal. Mas também a falta consciência, de ética, de moral e de bons costumes. O partidarismo é muito acentuado
- Falta do nacionalismo. Muitos roubam o país para colocar no outro país e ir viver lá.

9 - O que acha da política em STP?

- Em STP não existe política mas sim politiquice. Porque há grupo de pessoas organizadas para lutar e fazer confusão. Pagam alguém ou dão uma cerveja para atacar o outro.
- Em STP é mais para um grupo de pessoas. Acho que a política está péssima.
- A política está mais como uma competição de cargo. Não se vê mais para o desenvolvimento do país. As pessoas só reclamam quando os seus não estão no poder. Enquanto se está no poder, tudo bem e quando sai é só confusão.
- A política está péssima. Praticamente em STP não existe política. Parece um gang organizado. Porque hoje vê-se um grupo de pessoas a fazer confusão para este ou aquele partido, amanhã junta-se ao outro grupo ou pessoa fazendo confusão para partido diferente. Quem não sabe pensa que estão a fazer confusão mas não. Estão a organizar-se para ficarem bem.

- Em STP os políticos gozam do povo. Porque antes de discutir no parlamento, já discutiram os problemas pessoalmente. Parecem depois lutar mas é só uma encenação;
- Eu diria que a política em STP está pior porque está mais centralizada em algo pessoal. Estão mais preocupados com a vida da pessoa do que pelo desenvolvimento do país. E estão mais preocupados com o poder e não com o desenvolvimento do país. Quando um partido está no poder, não há oposição crítica mas só querem derrubar o partido no poder para poderem subir ao poder;
- A política em STP é só jogo de interesse. Cada um puxa a brasa pela sua sardinha e mete no bolso. Se os dirigentes tivessem consciência, a ver o sofrimento, dos jovens e do povo o nosso país não estivesse assim;
- A política em STP está em decadência devido o interesse pessoal. Cada um só preocupa consigo mesmo;
- O país não está bem em termos de política porque os mesmos que põem em causa a nossa democracia são os mesmos que contribuem para o péssimo estado da nossa política.

10 - Na sua opinião, quais são as causas da instabilidade política em STP? Porquê?

- Interesse pessoal porque normalmente antes de chegar lá, eles já trabalham pra isso. Utilizam a campanha, compram as pessoas para os dar votos porque eles já sabem quais os objetivos querem atingir;
- Interesse pessoal ou partidário;
- O partidarismo porque cada um só vê o seu partido e mais nada;
- Falta de união entre os partidos políticos;
- A outra causa da instabilidade política é a corrupção. Há muita corrupção;
- Desrespeito ou não conhecimento das leis do país. Ou se conhecem não respeitam. Porque não se respeita as leis, não se obedecem as regras, só criam confusão;
- Interesse pessoal e partidário são outras causas. Existe também a má-fé.

11 - Como você vê a ação política das elites são-tomenses? Porquê?

- A ação é péssima porque os políticos não estão a saber organizar-se bem. Ora pertence a um partido ora a outro. Há muita promiscuidade na política de STP. Eu pertenço a um partido mas quando chega a eleição, mudo facilmente do partido e vou para outro partido manchando o partido que pertence;
- É uma ação de confusão e é muito péssima. Se eu estiver no poder e tiver problemas, eu automaticamente convido-te ao poder para te tapar a boca afim de não falares. Por isso, dentro da elite são-tomense há uma rede aí que precisa ser “bombardeada”. É essa elite que continua a fazer pressão para que os outros não venham ao poder;
- Má, porque as elites estão só preocupadas com os interesses pessoais. A prova é que a há muita mudança de partido só para poder estar no poder;

- Péssima;
- Péssima, porque ela é demagoga. Só serve para enganar o povo e elas ficam ricas de dinheiro;
- Péssima porque quase todos os políticos são falsos. Não há credibilidade;
- Péssimos, porque não são verdadeiros e eles não exercem o sentido patriótico que devia ser. O país precisa de pessoas mais unidas e não como estão;
- Má porque os políticos, na maioria das vezes, só trabalham para si;
- Má porque se a política está péssima é porque temos maus políticos.

12 - Na sua opinião, os cidadãos confiam ou desconfiam nas elites políticas partidárias? Porquê?

- Os cidadãos desconfiam. Todavia, com a demagogia e promessa das elites eles vão atrás;
- Desconfiam mas devido a situação social praticamente são obrigados a confiar. Mas é um confiar desconfiando, com um pé atrás, porque já sabem que não vai sair nada delas. Desconfia-se mas vota-se porque não há alternativa;
- Desconfiam e porque somos obrigados a confiar é por isso que há a história do “banho”. Votamos mesmo sabendo que não vão fazer nada para o país;
- Desconfiam. Votam mesmo sabendo que não fazem nada;
- A maioria desconfia. A minoria confia porque querem garantir o poder ou o emprego. Uns só vão votar só por votar;
- Confia e desconfia porque todos vão a urna com o interesse ou querem garantir alguma coisa;
- Não confiam porque aquilo que já vimos leva à uma grande desconfiança e desencorajamento;
- Desconfiam porque é cultural desconfiar, os são-tomenses desconfiam de si mesmos.

13 - Para si, qual a importância dos partidos políticos na consolidação democrática em STP?

- São importantes se cada um tivesse a cumprir a sua missão ou razão de ser. Para uma sociedade democrática, os partidos políticos são sempre ocasião de alternância. Mas os partidos políticos em STP deviam ser mais sérios;
- São importantes sim porque os partidos políticos devem velar pela estabilidade política em STP mas não cumprem a sua missão. São politiquinhos e mais nada;
- São importantes porque os partidos políticos devem apoiar a democracia e ser alternativa. Porque ajudam o governo mesmo estando na oposição;

- É muito importante na democracia. Mas infelizmente os partidos políticos não têm feito o seu verdadeiro papel que é de ser alternativa ao governo. A guerra para o poder é normal na democracia porque qualquer partido quer estar no poder;
- É importante sim mas devem cumprir os seus objetivos reais. Deve fazer o seu papel e não fazer a politica dos politiquinhos. Sem cumprimento dos seus objetivos seriam prejudiciais para a democracia;
- É muito importante sim na democracia porque servem para termos uma melhor liderança. Todavia, em STP isso não acontece;
- São importantes sim, porque ajuda a ter um olhar crítico das coisas e fazem um forcing ao governo;
- Sim porque servem de fiscalizadores;
- Muito importantes porque ajudam na consolidação da democracia em STP.

14 - Na sua opinião, quais são os principais papéis que desempenham os partidos políticos no desenvolvimento socioeconómico de STP?

- Consolidar a democracia porque oferecem sempre alternativas, procurando projetos, opiniões, debates e porque só com a democracia poderão existir;
- Consolidação porque estando solidários conseguimos o desenvolvimento;
- Consolidar a democracia;
- Consolidar a democracia mas em STP devem ser uma verdadeira oposição e não irresponsáveis. Devem ser um crítico construtivo e só assim poderá haver a consolidação;
- Consolidar a democracia controlando a governação do país, ajudando na união e coesão para o desenvolvimento do país;
- Consolidar a democracia porque é a única via para o desenvolvimento almejado;
- inicialmente digo que é consolidar a democracia porque é o principal papel do partido político mas por falta de entendimento vemos que muitos deles só lutam para o poder.
- Olhando para a realidade são-tomense, só lutam para o poder e criar confusão
- Luta pelo poder e criar conflito
- Criar intrigas mas tudo isso é um disfarce e teatro;
- Fazem confusão para o poder e só porem um contra o outro

15 - Que apreciação faz do desempenho das elites partidárias? Porquê?

- Ironicamente estão a ter bom desempenho pessoal porque estão a conseguir os seus objetivos mas para o país não. É mau porque aqui para se enriquecer basta entrar para a política. As pessoas continuam pobres e há muitas misérias. Não há continuidade de estado e não fazem nada;
- Mau porque se tivessem desempenho estaríamos um pouco melhor;
- Mau porque estão mais preocupados com o interesse pessoal. Alguns fazem pouco mas não chega para dizer que têm uma boa ação;
- Mau porque estão mais preocupados com eles mesmos do que o país;
- Razoável porque apesar de roubarem continuam a fazer alguma coisa. Poderiam fazer muito mais;
- Razoável. A maioria é mau porque pensam sempre resolverem os seus problemas e nunca fazem para o país. Eles veem o que fazem lá fora mas não conseguem implementar no país;
- Deficiente porque há muitas coisas mal feitas;
- Razoável porque alguns querem fazer mas não podem devido a intriga entre eles. Os líderes não deixam os outros fazer para não terem maior popularidade do que eles;
- Mau porque há muita fome, miséria. Os hospitais são uma miséria.